

Revisão do PDM da Covilhã

Listagem de pareceres emitidos na fase de acompanhamento - primeira reunião plenária, por ordem de submissão na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial - PCGT:

- Direção geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE;
- Direção geral do território - DGT;
- Património Cultural – PC;
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes - IMT;
- Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural - DGADR;
- Turismo de Portugal - TdP;
- Autoridade Nacional de Aviação Civil - ANAC;
- Direção Geral de Energia e Geologia - DGEG;
- Instituto Português do Desporto e da Juventude - IPDJ;
- Agência Portuguesa do Ambiente - Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste - APA/ARHTO (pareceres de 6/2024, 08/2024, 10/2024 e 11/2024);
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas – ICNF (parecer preliminar e final);
- Infraestruturas de Portugal - IP;

Nota: Os pareceres em apreço são parte integrante (Anexo I) da Ata da primeira reunião plenária.

Ex.ma Senhora Presidente
CCDRC - Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro
Dr.ª Isabel Damasceno
Rua Bernardim Ribeiro, 80
3000-069 COIMBRA

Sua referência: Sua comunicação de: Nossa referência:
13447/2024/DSRC-EMAG-UAGRE

ASSUNTO: PCGT - ID 532 (Ex 164) - PDM - Covilhã - Convocatória para 1.ª Reunião Plenária.

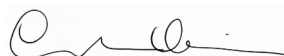
A Carta Educativa do Município da Covilhã, de segunda geração, obteve parecer favorável por parte do Ministério da Educação em 01/03/2024.

Nos termos do disposto n.º 7 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a carta educativa integra o respetivo plano diretor municipal.

Assim, face o referido, nada há observar por parte destes Serviços relativamente ao PDM do Município da Covilhã.

Com os melhores cumprimentos,

A Delegada Regional de Educação do Centro



Cristina Fernandes de Oliveira

PDM - Covilhã
Revisão

PCGT n.º 532 (Ex-164)

Do ponto de vista formal, o acompanhamento dos procedimentos de formação dos Instrumentos de Gestão Territorial resulta do disposto na Lei de Bases da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPSOTU1) e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT 2), cabendo à Direção-Geral do Território (DGT) acautelar, nas matérias que estão no âmbito das suas competências, que são respeitados os requisitos e orientações que resultam deste quadro legal, regulamentar e institucional.

O presente documento traduz o parecer da DGT no que respeita às matérias da sua competência, emitido com base na análise de uma amostra das plantas e que constituem a proposta de revisão do PDM da Covilhã.

Na sequência da solicitação através de email da PCGT APOIO e após apreciação efetuada sobre uma amostra da documentação disponibilizada, vimos informar o seguinte:

1. INFRAESTRUTURA GEODÉSICA NACIONAL

A Rede Geodésica Nacional (RGN) e a Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão (RNGAP) constituem os referenciais oficiais para os trabalhos de georreferenciação realizados em Portugal e encontram-se protegidos pelo Decreto-Lei nº 143/82, de 26 de abril. A informação sobre a localização dos vértices geodésicos da RGN e das marcas de nivelamento da RNGAP pode ser consultada na página de internet da DGT:

<https://www.dgterritorio.gov.pt/dados-abertos>

Caso seja necessário poderá ser solicitada à DGT uma listagem da informação da RGN e da RNGAP.

Esta informação consta do Registo Nacional de Dados Geográficos (RNDG) e pode também ser consultada através do Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG):

<https://snig.dgterritorio.gov.pt/>

PDM - Covilhã
Revisão

PCGT n.º 532 (Ex-164)

N.º Req	Requisitos	Suporte legal	Conforme (S / N / NA)
1.1	Os vértices geodésicos da RGN deverão ser corretamente representados na Planta de Condicionantes, com os respetivos topónimos.	DL 143/1982	N(1)

Restrições

- A zona de proteção dos vértices geodésicos da RGN é constituída por uma área circunjacente ao sinal, nunca inferior a 15 metros de raio, e deve ser assegurado que qualquer edificação ou arborização a implantar não vai obstruir as visibilidades das direções constantes das respetivas minutas de triangulação.

- Deve ser assegurada a integridade física das marcas de nivelamento da RNGAP apesar de estas não terem que ser representadas na Planta de Condicionantes.

- O desenvolvimento de algum projeto que dificulte ou condicione a normal função dos vértices geodésicos ou das marcas de nivelamento, nomeadamente a violação da zona de respeito dos primeiros, ou das suas visibilidades, requer a solicitação de um parecer prévio à DGT sobre a viabilidade da sua remoção ou da sua realocação.

- S – Sim; N – Não; NA - Não se aplica.

N(1) - Da análise da Planta de Condicionantes, verificou-se que os vértices geodésicos se encontram implantados, mas apesar de estar representada a cota de terreno, não apresentam os respetivos topónimos.

2. CARTOGRAFIA

Os requisitos das plantas que constituem os planos territoriais são estabelecidos principalmente no projeto de portaria que estabelece o Sistema de Submissão Automática dos Instrumentos de Gestão Territorial (SSAIGT) e a Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) e na Norma Técnica sobre o Modelo de Dados e Sistematização da Informação Gráfica dos PDM, utilizando as definições estabelecidas no Decreto Regulamentar nº 5/2019, de 27 de setembro. A escolha de cartografia topográfica a utilizar na elaboração dos planos territoriais enquadra-se no DL nº 193/95, de 28 de julho republicado pelo DL nº 130/2019, de 30 de agosto. Para mais informação sobre a cartografia a usar nos planos deve ser consultado o documento “Princípios orientadores para a produção de

PDM - Covilhã
Revisão

PCGT n.º 532 (Ex-164)

cartografia topográfica vetorial com as Normas e Especificações Técnicas para da Direção-Geral do Território”, disponível na página de Internet da DGT.

N.º Req.	Requisitos	Suporte legal	Conforme (S / N / NA)
2.1	Os planos diretores e os planos de urbanização podem utilizar cartografia topográfica de imagem desde que a mesma seja completada por informação vetorial: <ul style="list-style-type: none"> • Oro-hidrográfica tridimensional; • Rede rodoviária e ferroviária; • Toponímia. 	DL 130/2019 Art.15º-A / 2	S
2.2	A informação vetorial mencionada no ponto anterior deve ser consistente com a imagem do ponto de vista espacial e temporal, sendo que os critérios subjacentes à avaliação desta consistência encontram-se descritos no documento “Princípios orientadores para a produção de cartografia topográfica vetorial com as Normas e Especificações Técnicas para da Direção-Geral do Território”.	DL 130/2019 Art.15º-A / 2	S
2.3	A cartografia topográfica (vetorial ou de imagem) a utilizar nos planos territoriais é obrigatoriamente oficial ou homologada.	DL 130/2019 Art.15º-A / 1	S
2.4	A cartografia oficial e homologada consta do Registo Nacional de Dados Geográficos (RNDG) integrado no Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG).	DL 130/2019 Art.3º / 5	S
2.5	Em Portugal continental, a cartografia topográfica para fins de utilização pública deve ser elaborada e atualizada com base no sistema de georreferência PT -TM06/ETRS89 (EPSG:3763).	DL 130/2019 Art.3º-A / 1	S
2.6	A cartografia topográfica a utilizar deve cumprir os seguintes requisitos de exatidão posicional planimétrica e altimétrica: <ul style="list-style-type: none"> • Melhor ou igual a 5 metros em planimetria e altimetria. 	DL 130/2019 Art.15º-A / 9	S

PDM - Covilhã
Revisão

PCGT n.º 532 (Ex-164)

N.º Req.	Requisitos	Suporte legal	Conforme (S / N / NA)
2.7	A cartografia topográfica a utilizar nos planos territoriais deve observar, à data da deliberação municipal ou intermunicipal que determina o início do procedimento de elaboração, alteração ou revisão do plano, o seguinte prazo : <ul style="list-style-type: none"> • cartografia oficial ou homologada, com data de edição ou de despacho de homologação, inferior a cinco anos. 	DL 130/2019 Art.15º-A / 5 Alterado p/ Decreto-Lei n.º 45/2022 de 8 de julho	S
2.8	As plantas que constituem os planos territoriais, contêm uma legenda que é formada por duas partes: <ul style="list-style-type: none"> • A legenda rótulo, com as indicações necessárias à identificação da planta; • A legenda da simbologia, com as indicações de descodificação dos símbolos utilizados na planta. 	DR nº 5/2019 (conceitos nos domínios do OTU)	S

Na **legenda rótulo** deve constar a seguinte informação:

2.9	a) Indicação do tipo de plano e respetiva designação, de acordo com a tipologia dos planos territoriais estabelecida na lei;	DR nº 5/2019 (conceitos nos domínios do OTU)	S
2.10	b) Designação da planta, tendo por referência o conteúdo documental estabelecido na lei para a figura de plano em causa;		S
2.11	c) Data de edição e número de ordem da planta no conjunto das peças que integram o plano;		S
2.12	d) Indicação da escala de representação para a reprodução em suporte analógico, ou em suporte digital no formato de imagem;		S
2.13	e) Identificação da entidade pública responsável pelo plano;		S
2.14	f) Identificação da versão da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) utilizada;		S
	g) Identificação da cartografia topográfica vetorial e/ou cartografia topográfica de imagem utilizada na elaboração da carta base, designadamente:		S
2.15	i. Se cartografia oficial: entidade produtora, série cartográfica e/ou ortofotocartográfica oficial, entidade proprietária e data de edição;		

PDM - Covilhã
Revisão

PCGT n.º 532 (Ex-164)

N.º Req.	Requisitos	Suporte legal	Conforme (S / N / NA)
2.16	ii. Se cartografia homologada: entidade proprietária, entidade produtora, data e número de processo de homologação e entidade responsável pela homologação;		S
2.17	iii. Data e número de processo de homologação de atualização de cartografia topográfica vetorial e entidade responsável pela homologação, se aplicável;		NA
2.18	iv. Sistema de georreferência aplicável de acordo com o estabelecido na lei;		S
2.19	v. Exatidão posicional planimétrica e altimétrica e a exatidão temática, se aplicável, de acordo com as especificações técnicas da cartografia utilizada.		N(1)

S – Sim; N – Não; NA - Não se aplica.

N(1) - Os valores de exatidão posicional planimétrica e altimétrica deverão ser os indicados como valores de referência nas especificações técnicas da cartografia utilizada (0.75m/1.00m respetivamente). Falta indicar a exatidão temática.

Recomendações

DR nº 5/2019 (conceitos nos domínios do OTU)

Na **legenda da simbologia** devem constar todos os símbolos utilizados na planta, organizados e designados de acordo com o catálogo de objetos utilizado na elaboração da planta.

Na reprodução da planta em suporte analógico ou em suporte digital com formato de imagem esta legenda é imprescindível para a leitura da planta.

As plantas que constituem os planos territoriais devem permitir a sua reprodução em suporte digital com formato de imagem em escalas que tenham em consideração a escala da carta base e permitam uma visão de conjunto do modelo de organização territorial e com o detalhe adequado ao objeto e conteúdo material do tipo de plano.

Usualmente a escala de representação adotada para o Plano diretor é a escala 1:25 000 ou superior.

PDM - Covilhã
Revisão

PCGT n.º 532 (Ex-164)

3. LIMITES ADMINISTRATIVOS

Os limites administrativos encontram-se representados na Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP). Esta carta regista o estado da delimitação e demarcação das circunscrições administrativas do País e é publicada anualmente.

A Direção-Geral do Território é responsável pela execução e manutenção da CAOP, de acordo com a alínea I) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 30/2012, de 13 de março.

As competências da DGT em matéria de delimitação administrativa estão circunscritas à representação de limites para fins cadastrais e cartográficos. A Assembleia da República é o organismo com competência para a criação, extinção e modificação de autarquias locais, cf. CRP art.164º alínea n, incluindo a fixação legal de novos limites administrativos.

Os dados da CAOP são geridos numa base de dados geográficos e são disponibilizados sem custos para os utilizadores através de serviços de visualização (WMS) e descarregamento (ATOM), disponíveis no site da DGT:

<https://www.dgterritorio.gov.pt/cartografia/cartografia-tematica/caop>

Esta informação consta do RNDG e pode também ser consultada através do SNIG:

<https://snig.dgterritorio.gov.pt/>

N.º Req.	Requisitos	Suporte legal	Conforme (S / N / NA)
3.1	Os limites administrativos devem estar representados nas plantas que constituem os planos territoriais.		S

PDM - Covilhã
Revisão

PCGT n.º 532 (Ex-164)

N.º Req.	Requisitos	Suporte legal	Conforme (S / N / NA)
3.2	Os limites administrativos representados no plano territorial devem ser os que constam a edição mais recente da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), disponível à data que determina a elaboração, revisão ou alteração do plano territorial. Sempre que no decurso dos trabalhos venham a ficar disponíveis edições mais atualizadas da CAOP e que tal se justifique, deverá ser utilizada a edição mais atualizada.		S
3.3	Na legenda das plantas que constituem os planos territoriais deve ser indicada a versão e data de edição da CAOP utilizada.	DR nº 5/2019 (conceitos nos domínios do OTU)	S
3.4	A simbologia utilizada para a representação dos limites administrativos deve constar da legenda da respetiva planta.		S

S – Sim; N – Não; NA - Não se aplica

4. SISTEMA DE SUBMISSÃO AUTOMÁTICA (SSAIGT)

Para desmaterialização dos programas e planos territoriais e melhoria progressiva da fiabilidade, rigor e eficiência da disponibilização da informação sobre IGT, encontra-se desenvolvido o Sistema de Submissão Automática (SSAIGT) destinado ao envio dos instrumentos de gestão territorial para publicação no Diário da República (DR) e para depósito na Direção Geral do Território (DGT).

Esta plataforma é de utilização obrigatória e constitui a infraestrutura através da qual são praticadas todas as formalidades relativas aos procedimentos já referidos e em conformidade com a Portaria nº 245/2011 de 22/6 e com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Deste modo e em antecipação aos referidos atos de publicação no Diário da República e depósito na DGT, considera-se oportuno que a autarquia promova a verificação da conformidade das peças e

PDM - Covilhã
Revisão

PCGT n.º 532 (Ex-164)

plantas do presente instrumento de gestão territorial a publicar e a depositar, com os requisitos e condições formais e operacionais de acesso do SSAIGT (ver Anexo I).

Com este objetivo, anexa-se uma lista para a verificação do conteúdo documental desmaterializado do PDM com a indicação dos ficheiros que devem ser submetidos no SSAIGT.

Para informações complementares disponibilizam-se os seguintes *links* para a página da DGT:

- Manual de utilização (SSAIGT):
https://ssaigt.dgterritorio.gov.pt/Manuais_SSAIGT/ManualUtilizador_IGT_planos-prog.pdf
- Área de Apoio do SSAIGT (versão de dezembro de 2022):
<http://ssaigt.dgterritorio.pt/AreaApoioIGT/AreaApoio.htm>

5. CONCLUSÃO

O parecer da DGT é favorável condicionado. Deverão ser corrigidos os requisitos 1.1 de **1. Infraestrutura Geodésica Nacional** e 2.19 de **2. Cartografia**.

Publicação do Plano Diretor Municipal		Obrigatoriedade de		Formato para publicação*	Formato para depósito** se original em formato editável: DOC, DOCX, RTF, ODF, ODT, XLS, XLSX, ODS, PDF; se original em suporte analógico: formato imagem (JPG, PNG, TIF, ...); 1 envio = 1 fich. ZIP
		publicação	depósito		
Peças fundamentais (escritas e gráficas) a submeter na plataforma do SSAIGT (as que constituem o Plano conforme referido no respetivo Regulamento em conformidade com o n.º 1 do art. 97.º do RJIGT)					
Peças escritas					
	Texto do ato a publicar	sim	sim	editável de entre os acima referidos	PDF, ou qualquer outro formato do documento oficial, conforme acima referido
	Deliberação sobre o procedimento (elaboração, revisão, alteração ou alteração por adaptação ou alteração simplificada, retificação, correção matricial, revogação, suspensão pelo município ou pelo governo, medidas preventivas e normas provisórias).	sim	sim	editável de entre os acima referidos	PDF, ou qualquer outro formato do documento oficial, conforme acima referido
	Regulamento (conforme alínea a), n.º 1, art.º 97º do RJIGT - DL n.º 80/2015)	sim	sim	editável de entre os acima referidos	PDF, ou qualquer outro formato do documento oficial, conforme acima referido
Peças gráficas					
	Planta de ordenamento (conforme alínea b), n.º 1, art.º 97º do RJIGT - DL n.º 80/2015)	sim	sim	vetorial (shape file) georeferenciado e raster (TIFF e TFW)	PDF ou qualquer outro (TIFF, JPEG, PNG, etc.), conforme acima referido
	Planta de condicionantes (conforme alínea c), n.º 1, art.º 97º do RJIGT - DL n.º 80/2015)	sim	sim	vetorial (shape file) georeferenciado e raster (TIFF e TFW)	PDF ou qualquer outro (TIFF, JPEG, PNG, etc.), conforme acima referido
Peças que acompanham/complementares a submeter na plataforma do SSAIGT (as referidas no respetivo Regulamento em conformidade com o n.º 2 e 3 do art. 97.º do RJIGT)					
Peças escritas					
	Todas as referidas no respetivo ponto do Regulamento	não	sim	n.a.	PDF ou qualquer outro formato, conforme acima referido
Peças gráficas					
	Todas as referidas no respetivo ponto do Regulamento	não	sim	n.a.	pdf ou qualquer outro (TIFF, JPEG, PNG, etc.), conforme acima referido

* Manual de apoio SSAIGT, ponto 6.2

** Manual de apoio SSAIGT, ponto 6.3

Observações:

- . A informação gráfica e alfanumérica integrada nas referidas plantas é estruturada em SIG, seguindo a norma técnica sobre o modelo de dados para o PDM. Sistema de coordenadas aplicável às peças gráficas: ETRS89TM06;
- . Se submissão de ficheiros de base de dados: mdb ou gdb;
- . Se submissão de ficheiros tabelas de dados: xls ouxlsx
- . Sempre que se trate de alteração, alteração por adaptação, correções materiais, retificação, medidas preventivas ou suspensão de planos em vigor com implicações nas peças gráficas, são enviados cumulativamente, para cada peça gráfica:
 - ficheiro vetorial (shape file)
 - ficheiro raster (TIFF uncompressed e respetivo TFW) da área/polígono(s) em causa
 - ficheiro raster (TIFF uncompressed e respetivo TFW) de toda a planta

[Informações adicionais - Área de Apoio do SSAIGT](#)

Despacho Conselho Diretivo

Despacho Diretor Departamento

Concordo. Aprovo a presente fase do PDM em assunto condicionado nos termos dos despachos do Chefe da DPAP e da Chefe da DPAA e demais pareceres de arquitetura e de arqueologia.

Carlos Bessa
Diretor de Departamento dos Bens Culturais
Por delegação de competências.

Despacho Chefe Divisão

Concordo. Proponho a emissão de parecer favorável condicionado à revisão da proposta nos termos dos pontos 3.1 e 3.2 do parecer de arquitetura. À consideração superior,

Jorge Rua Fernandes
Chefe da Divisão do Património Arquitetónico e Paisagístico (DPAP)
21.06.2024

Concordo. Proponho a emissão de parecer favorável condicionado à alteração da proposta nos termos dos pontos 11.1.1 e 11.1.2 do parecer de arqueologia. À consideração superior

Ana Sofia Gomes
Chefe da Divisão do Património Arqueológico e Arqueociências (DPAA)
25.06.2024

CS

Informação

Data

GP6100

Assunto

Mensagem

**PCGT - ID 532
(Ex-164) - PDM
- Covilhã- 1.ª
Reunião da CC
2001/1(362)**

PARECER TÉCNICO DE ARQUITETURA

A presente apreciação fundamenta-se nas disposições da legislação em vigor, nomeadamente:

- Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.
- Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, procede à conversão das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional em institutos públicos.
- Decreto-Lei n.º 78/2023, de 4 de setembro, procede à criação do Património Cultural, I. P., e aprova a respetiva orgânica.
- Portaria n.º 388/2023 de 23 de novembro, aprova os Estatutos do Património Cultural, I. P.

- Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho, que estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.
- Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.
- Decreto-Lei n.º 164/97, de 27 de junho, que harmoniza a legislação que rege a atividade arqueológica em meio subaquático com aplicável à atividade arqueológica em meio terrestre.
- Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro que publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.
- Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação, na sua redação atualizada.
- Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, estabelecidas pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial, na sua redação atualizada.

SERVIDÃO ADMINISTRATIVA

A numeração nesta lista é indicativa, servindo de referência na indicação dos imóveis no presente parecer.

Os imóveis estão agrupados por graduação, Interesse Nacional, Interesse Público e Interesse Municipal, podendo ter diferentes categorias, Monumentos, Conjuntos ou Sítios (Imóveis na nomenclatura anterior).

A. Bens imóveis classificados com o grau de Interesse Nacional

--

B. Bens imóveis classificados com o grau de Interesse Público

Imóvel de Interesse Público

- 1 - Capela de Santa Cruz - Decreto n.º 42 692, DG, I Série, n.º 276, de 30/11/1959
- 2 - Capela de Santo Cristo - Decreto n.º 43 073, DG, I Série, n.º 162, de 14/07/1960
- 3 - Capela de São Martinho - Decreto n.º 45 327, DG, I Série, n.º 251, de 25/10/1963
- 4 - Casa dos Ministros - Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B, n.º 42, de 19/02/2002
- 5 - Castro de Orjais e ruínas de uma construção junto à Capela de Nossa Senhora das Cabeças - Decreto n.º 26-A/92, DR, I Série-B, n.º 126, de 1/06/1992
- 6 - Conjunto de fornalhas e poços cilíndricos da antiga tinturaria da Real Fábrica de Panos da Covilhã - Decreto n.º 28/82, DR, I Série, n.º 47, de 26/02/1982
- 7 - Edifício de interesse histórico existente dentro das muralhas do Castelo da Covilhã - Decreto n.º 28/82, DR, I Série, n.º 47, de 26/02/1982
- 8 - Igreja da Misericórdia - Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997
- 9 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição - Decreto n.º 1/86, DR, I Série, n.º 2, de 3/01/1986
- 10 - Muralhas da Cidade da Covilhã - Decreto n.º 1/86, DR, I Série, n.º 2, de 3/01/1986

11 - Pelourinho da Covilhã - Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11/10/1933

12 - Troço de calçada romana junto à estação de caminho de ferro da Covilhã - Decreto n.º 26-A/92, DR, I Série-B, n.º 126, de 1/06/1992

Monumento de Interesse Público

13 - Capela de São Sebastião - Portaria n.º 740-V/2012, DR, 2.ª série, n.º 248, de 24/12/2012 - ZEP publicada na Portaria n.º 740-V/2012, DR, 2.ª série, n.º 248, de 24/12/2012

14 - Fábrica de António Estrella / Júlio Afonso - Portaria n.º 795/2022, DR, 2.ª série, n.º 221, de 16/11/2022 - ZEP publicada na Portaria n.º 795/2022, DR, 2.ª série, n.º 221, de 16/11/2022

15 - Igreja de Nossa Senhora da Assunção, matriz do Paul - Portaria n.º 550/2014, DR, 2.ª série, n.º 127, de 4/07/2014

16 - Palacete Jardim - Portaria n.º 577/2022, DR, 2.ª série, n.º 130, de 7/07/2022 - ZEP publicada na Portaria n.º 577/2022, DR, 2.ª série, n.º 130, de 7/07/2022

Conjunto de Interesse Público

17 - Conjunto arquitetónico composto pelo edifício do Teatro-Cine da Covilhã, pelo edifício da Câmara Municipal da Covilhã, pelo edifício dos CTT e pelo edifício da Caixa Geral de Depósitos - Portaria n.º 448/2014, DR, 2.ª série, n.º 113, de 16/06/2014

C. Bens imóveis classificados com o grau de Interesse Municipal

Interesse Municipal

18 - Casa das Morgadas - Decreto n.º 28/82, DR, I Série, n.º 47, de 26/02/1982

19 - Casa Morão - Boletim Municipal n.º 16, de 31/07/2008

20 - Colégio das Freiras - Boletim Municipal N.º 16, de 31/07/2008

21 - «Memória» da Expedição da Sociedade de Geografia à Serra da Estrela, presidida pelo Dr. Sousa Martins, em 1881 - Decreto n.º 95/78, DR, I Série, n.º 210, de 12/09/1978

22 - Sanatório dos Ferroviários - Edital de 28/07/2009 da CM da Covilhã

Monumento de Interesse Municipal

23 - Edifício do Club União da Covilhã - Edital n.º 464/2017, DR, 2.ª série, n.º 125, de 30/06/2017

24 - Estendedor de Lãs das Escadinhas do Castelo - Edital n.º 463/2017, DR, 2.ª série, n.º 125, de 30/06/2017

Sítio de Interesse Municipal

25 - Castro da Argemela - Edital n.º 701/2021, DR, 2.ª série, n.º 119, de 22/06/2021 (edital conjunto das CM da Covilhã e do Fundão) - ZEP publicada no Edital n.º 701/2021, DR, 2.ª série, n.º 119, de 22/06/2021

D. Bens imóveis em Vias de Classificação

26 - Casa dos Castelo Branco - Em Vias de Classificação (Homologado como Interesse Municipal)

27 - Conjunto Industrial da Ribeira da Carpinteira - Em Vias de Classificação - Anúncio n.º 241/2021, DR, 2.ª série, n.º 206, de 22/10/2021

28 - Tapada do Dr. António, incluindo o sistema hidráulico e duas casas - Em Vias de Classificação - Anúncio n.º 127/2019, DR, 2.ª série, n.º 125, de 3/07/2019

29 - Tinturaria Clemente Petrucci & Irmão - Em Vias de Classificação para Monumento de Interesse Municipal - Aviso n.º 2127/2024, DR, 2.ª série, n.º 19, de 26/01/2024

ANTECEDENTES

Não foram encontrados antecedentes.

ANÁLISE TÉCNICA

1. Caracterização da proposta

1.1. É apresentada a Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal da Covilhã, sendo que dos documentos disponibilizados, salienta-se os seguintes elementos decorrentes da análise no âmbito do património cultural e classificado:

- A. Regulamento (maio 2024)
- B. Planta de Condicionantes - Património (maio 2024)
- C. Planta de Ordenamento - Património Arquitetónico, Arqueológico e Natural (maio 2024)
- D. Relatório do Plano (maio 2024)
- E. Avaliação Ambiental Estratégica - Relatório Ambiental Provisório (maio 2024)

1.2. Dos elementos iniciais, foram ainda analisados os Estudos de Caracterização e Diagnóstico (fevereiro 2022), uma vez que não foi possível encontrar eventual parecer da respetiva Direção Regional de Cultura.

2. Apreciação

A. Regulamento (maio 2024)

2.1. No artigo 2º estão definidos os objetivos e estratégias do PDM onde se encontra a *“proteção e valorização do património construído”*, expressão que referindo *“património cultural”* seria mais abrangente.

2.2. No artigo 6º, identifica-se as servidões e restrições de utilidade pública, onde se inclui na alínea f) o *“Património edificado”*, expressão que deveria igualmente ser substituída por *“Património Cultural”*. Refere-se ainda que uma vez que no ponto i. já se indica *“Imóveis classificados e em vias de classificação e respetivas zonas gerais de proteção e zonas especiais de proteção”*, considera-se não ser necessário o ponto ii. *“Zona Geral de Proteção em Vias de Classificação”*.

2.3. No artigo 7º indica-se que nas áreas abrangidas pelas servidões administrativas regem-se pelas disposições do regulamento, condicionadas aos respetivos regimes jurídicos, aplicando-se o mais restritivo, salvaguardando assim os pareceres a emitir no âmbito do património classificado.

2.4. Conforme artigo 75º, são criados Espaços Culturais, que correspondem a áreas de valor patrimonial, seja ele histórico, arquitetónico, arqueológico, paisagístico, ou outro, para que sejam objeto de proteção e valorização, o que se considera positivo.

2.5. No regulamento é criada uma secção sobre o Património Cultural, artigos 168º ao 172º, relativa ao património classificado e em vias de classificação e ao património não classificado, subdividido entre património arquitetónico e património arqueológico.

No que se refere ao património classificado e em vias de classificação, assim como as respetivas zonas de proteção, os imóveis são identificados na Planta de Condicionantes - Património e no Anexo I, referindo que constituem servidões administrativas, aplicando-se as condicionantes previstas na legislação em vigor.

O património não classificado identificado é assinalado na Planta de Ordenamento - Património Arquitetónico, Arqueológico e Natural e no Anexo I, sendo que para o arquitetónico, para além dos

parâmetros urbanísticos aplicáveis se define que as características do existente não deverão ser desvirtuadas.

Considera-se nada haver a opor ao articulado proposto.

2.6. No Anexo I – Património Cultural, tabelas 1.1 e 1.2, com a listagem do património classificado e em vias de classificação, refere-se o seguinte, tendo como referência os números dos imóveis identificados na presente informação na Servidão Administrativa:

- a) As designações dos imóveis classificados deverá ser a que consta nos respetivos decretos de classificação, devendo assim ser ajustada/retificada a de alguns imóveis, nomeadamente as dos números 5, 6, 12 e 17.
- b) Havendo diplomas antigos de classificação que no seu número não incluem o ano, a data deverá ser complementada com o ano. Estão neste caso os imóveis identificados com os números 1, 2, 3 e 11.
- c) O número do Decreto de classificação do imóvel 2 deverá ser completado (apenas consta 43 em vez de 43073).
- d) Existem imóveis que dispõem de zona especial de proteção, situação que deveria ser referenciada. No caso dos imóveis que dispõem dessa ZEP, imóveis 13, 14, 16 e 25, a mesma foi publicada no mesmo diploma da classificação. Assim, sugere-se que a seguir ao diploma se indique “(inclui ZEP)”.
- e) Os últimos 4 imóveis da tabela 1.1, em vez de “Imóvel de Interesse Público”, dever-se-ia querer dizer “Monumento de Interesse Público”.
- f) Na listagem não se encontra incluído o imóvel nº 25 – Castro da Argemela, classificado como Sítio de Interesse Municipal, através do Edital n.º 701/2021 de 22/06 (edital conjunto das CM da Covilhã e do Fundão), que inclui ZEP publicada no mesmo diploma.
- g) Os imóveis 23 e 24 já se encontram classificados como Monumento de Interesse Municipal, conforme Editais n.º 464/2017 e 463/2017 de 30/06, respetivamente.
- h) O imóvel 27, Conjunto Industrial da Ribeira da Carpinteira, em vias de classificação, aparece indicado 3 vezes na tabela 1.2, duas no campo de classificação de âmbito nacional e outra no de interesse municipal. Trata-se de uma única proposta de classificação do conjunto, conforme Anúncio n.º 241/2021, de 22/10, para Conjunto de Interesse Público.
- i) Os imóveis deveriam ser numerados e com correspondência com a sua marcação na Planta de Condicionantes e de Ordenamento.

2.7. No Anexo I, tabela 1.3 com a listagem do património inventariado – património arquitetónico, regista-se a identificação de diversos imóveis, com diferentes tipologias, demonstrando o interesse de salvaguardar o património cultural, elemento fundamental na identidade própria do território, conforme disposto na Lei de Bases do Património Cultural (salientando-se os artigos 3º.3, 6º.a) e c)) e no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (salientando-se os artigos 4º.1b), 10º.g), 17º. 2, 75º.f), 173º.b)).

Estes imóveis deveriam ser numerados e ter correspondência com a sua marcação na Planta de Ordenamento (conforme efetuado na planta do Património Cultural constante nos Estudos de Caracterização).

B. Planta de Condicionantes – Património (maio 2024)

2.8. Relativamente à forma de representação, e para uma melhor leitura e perceção das servidões administrativas na área do património, considera-se que:

a) Tendo presente a possibilidade de visualização ampliada da planta, os imóveis deverão ser representados através da marcação dos seus reais limites, com trama ou cor, não se devendo sobrepor o quadrado com a indicação da classificação, que deverá ser removido, mantendo-se apenas a numeração.

b) A indicação da classificação deverá ser dada através da trama ou cor, que deverá ser diferenciada conforme o grau de classificação dos imóveis, nomeadamente entre os bens de interesse nacional, de interesse público, de interesse municipal e os em vias de classificação.

c) Não deveria haver repetição de números, devendo os mesmos ter correspondência com a listagem constante no Anexo do Regulamento.

2.9. Nesta Planta, na legenda, as designações dos imóveis estão completas (ao contrário das no Regulamento, ver 2.6.a)), mas encontra-se em falta o imóvel com o nº 29, em vias de classificação, com Aviso nº 2127/2024 de 26 de janeiro.

Se possível, em frente às designações deveria constar o diploma de classificação.

2.10. Analisados os elementos enviados de informação geográfica (shapefiles), verifica-se o seguinte:

a) Existem discrepâncias na delimitação dos imóveis nº 17 e 18 com o publicado no diploma legal e no Atlas do Património Classificado.

b) O imóvel com o nº 26 encontra descrito como estando classificado como "Valor Concelhio", designação que foi convertida para "Interesse Municipal", nos termos do n.º 2 do art.º 112.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro.

c) Encontra-se em falta o imóvel com o nº 29, em vias de classificação.

d) A Zona de Proteção é um buffer de 50m contados a partir dos limites exteriores do imóvel, devendo-se assim excluir a área dos imóveis das ZPs. Dever-se-á proceder da mesma forma na delimitação das ZEPs.

C. Planta de Ordenamento - Património Arquitetónico, Arqueológico e Natural (maio 2024)

2.11. Tratando-se de uma planta relativa ao Património, todos os imóveis classificados e em vias de classificação deverão estar igualmente representados.

2.12. Cada imóvel deveria ser numerado, podendo a sua listagem em legenda ser remetida para uma nova folha, e com correspondência ao Anexo I do Regulamento.

D. Relatório do Plano (maio 2024)

2.13. Nas tabelas com o património classificado e em vias de classificação constantes no ponto 2.2.2.2. (pág. 55) verifica-se:

a) Os números do Anúncio e dos Editais dos imóveis nºs 23, 24 e 27 deverão ser retificados.

b) Na listagem não se encontra incluído o imóvel nº 25.

2.14. Na tabela 41 com os imóveis classificados e em vias de classificação constante no ponto 6.2.1. (pág. 243), verifica-se:

a) No imóvel nº 13, dispendo de ZEP, a indicação de "50m" deverá ser removida.

b) O imóvel nº 25 dispõe de uma ZEP. A classificação é conjunta com o município do Fundão (não "Função").

c) O número do Anúncio do imóvel nº 27 deverá ser retificado.

d) Na listagem não se encontra incluído o imóvel nº 29.

2.15. Na tabela 63 com os imóveis classificados e em vias de classificação, constante no ponto 10.3. (pág. 351), aplica-se o referido no ponto anterior.

2.16. Na tabela 64 com o património arquitetónico inventariado no concelho (refere “Gouveia” mas julga-se ser um lapso e corresponder efetivamente à Covilhã), é apenas indicado o número de imóveis por tipologia. Estando os mesmos indicados nos Estudos de Caracterização considera-se não haver inconvenientes.

E. Avaliação Ambiental Estratégica - Relatório Ambiental Provisório (maio 2024)

2.17. O património cultural encontra-se incluído no Objetivo Estratégico 1 (OE1) - *“Revisão do modelo de desenvolvimento territorial, mais centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes e na proteção e valorização do património construído”* e avaliado através do FCD 1 - *“Biodiversidade, Valor Cultural e Paisagístico”*.

Da avaliação de riscos e oportunidades do OE1 com o FCD1, conforme quadro 35 (pág. 139), verifica-se que *“A valorização do património construído será essencial para evitar a perda de uma parte da identidade concelhia e de alguns dos seus traços mais marcantes. Este objetivo estratégico poderá traduzir-se num aumento do conhecimento nesta matéria, mas também da capacidade de resposta (em termos de recursos humanos e económicos) aos desafios que se colocam no âmbito da conservação/recuperação e reconversão de determinados imóveis.”*

2.18. No âmbito do FCD 1, salientam-se as seguintes recomendações (pág. 150):

- *“Garantir a elaboração de carta(s) temática(s) do património, com identificação do património urbanístico e arquitetónico (ex.: áreas de interesse urbanístico/arquitetónico, núcleos e lugares, conjuntos e imóveis de valor patrimonial), património natural (ex.: árvores e arvoredo de interesse público, património geológico e geomorfológico) e património arqueológico, incluindo a representação das respetivas áreas de salvaguarda/zonas de proteção/zonas non aedificandi.”*

- *“Propor ações de reabilitação, conservação e valorização do património construído (nomeadamente em imóveis municipais) e reavaliar a pertinência da (re)abertura de processos com vista à classificação de imóveis inventariados. Destaca-se, este âmbito, o vasto património associado à indústria de lanifícios, nomeadamente os imóveis de grande escala, existentes no centro urbano da Covilhã, que deverão merecer uma abordagem específica e particularmente cuidada, dada a complexidade associada a eventuais ações de reabilitação, não só do ponto de vista arquitetónico e urbanístico, mas também do ponto de vista das situações de risco associadas (ex.: contenção e estabilização de taludes e zonas escarpadas) e dos valores naturais eventualmente afetados (ex.: cursos de água que atravessam estas unidades industriais e cuja presença era parte intrínseca do funcionamento das mesmas).”*

2.19. No ponto 7.1.1.4, Património Cultural, clarifica-se que, à data, existem no Concelho da Covilhã 25 imóveis classificados e não 4, para além dos 4 em vias de classificação.

2.20. Neste ponto referem ainda um total de 11 imóveis inventariados, sem proteção legal, de acordo com os Estudos de caracterização e com a informação da DGPC. De facto, na pesquisa do património imóvel na página da DGPC/Património Cultural registam-se esses imóveis. Todavia, no Anexo I do Regulamento do PDM encontra-se uma vasta listagem de património inventariado, e que se considerou muito positivo, que deverá ser devidamente abordada neste ponto da AAE.

2.21. No quadro 15, com o Património Classificado ou em Vias de Classificação verifica-se:

a) O imóvel com o nº 14, classificado como MIP, encontra-se repetido na linha dos Em vias de classificação.

b) Nessa linha deverá constar o imóvel nº 29.

c) O imóvel nº 25 não se encontra incluído.

2.22. No quadro 36, a Direção-Geral do Património Cultural deverá ser substituída pelo Património Cultural, IP e CCDRC.

F. Estudos de Caracterização e Diagnóstico (fevereiro 2022).

2.23. Conforme referido na caracterização da proposta, não tendo sido possível encontrar eventual parecer da respetiva Direção Regional de Cultura, foram agora analisados os elementos iniciais, relativos aos Estudos de Caracterização e Diagnóstico (fevereiro 2022), a título indicativo.

2.24. No ponto 12.1., Património Urbanístico Arquitetónico (pág. 548), são elencados alguns imóveis relevantes para o concelho, de diferentes tipologias, com pequenas descrições, mas referindo que os existentes no concelho não se esgotam nos listados.

2.25. Seria importante que a caracterização do património cultural não ficasse limitada à elaboração de listas, mas conter fichas de caracterização dos bens culturais, incluindo do património classificado e em vias de classificação, o património não classificado (arqueológico e arquitetónico e outros bens imóveis) assim como os Centros Históricos e/ou Núcleos Antigos que se distingam pelo seu valor cultural.

Essas fichas, para cada imóvel, deveriam conter toda a informação existente à data da elaboração do PDM, bem como breve descrição do estado de conservação acompanhada de fotografias atuais ilustrativas e planta de localização.

2.26. No Ponto 12.4. Património Classificado e em vias de Classificação (pág. 601), na tabela 42, do Património classificado no concelho da Covilhã regista-se:

- a) A classificação dos imóveis deveria ter sido complementada com o diploma de classificação.
- b) Os imóveis não classificados não deveriam constar na mesma.
- c) Embora à data dos Estudos os imóveis nºs 14 e 16 estivessem em vias de classificação, e o nº 29 ainda não estivesse em vias de classificação, o imóvel nº 25 já se encontrava classificado e deveria constar da tabela.

3. Conclusão

Pelo exposto, considera-se emitir:

3.1. Parecer Favorável Condicionado à proposta de revisão do PDM, conforme pontos 2.1., 2.2., 2.6. a 2.15., 2.25. e 2.26..

3.2. Parecer Favorável à Avaliação Ambiental Estratégica conforme pontos 2.19. a 2.22..

À consideração superior

Maria João Parreira, Técnica Superior

2024/06/21

PARECER TÉCNICO DE ARQUEOLOGIA

1. ANTECEDENTES:

- **25.02.2022** Foram disponibilizados na PCGT os “Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã” (Fevereiro de 2022). Contudo, na PCGT e na pesquisa interna efetuada no sistema de informação ULISSES não foi possível encontrar eventual parecer que a então Direção Regional de Cultura do Centro possa ter emitido a esta documentação, deduzindo-se não ter sido emitido parecer à mesma.

No Volume I “Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã” (Fevereiro de 2022) refere-se que um dos objetivos do PDM é a preservação e qualificação do património industrial, e que a cultura tem um papel importante para criar territórios mais resilientes, atrativos e inspiradores, capazes de melhorar e ajudar a superar as fragilidade e constrangimentos do território.

Menciona-se a existência de elementos do património construído, alguns na malha urbana que devem ser salvaguardados e valorizados pelas suas características arquitetónicas e valor cultural, listando-se e descrevendo-se alguns dos imóveis que se encontram classificados e outros que não estando classificados, merecem ser preservados.

Relativamente ao património industrial alude-se a um levantamento efetuado em 2002 pela Universidade da Beira Interior (UBI) com o então IPPAR do qual resultou a identificação de 112 unidades industriais localizadas em 3 núcleos principais: ribeira da Carpinteira, centro histórico e ribeira da Goldra, as quais ocupam por vezes mais do que um edifício.

Sobre o património arqueológico refere-se que se pretende evitar que o desenvolvimento não seja efetuado à custa da destruição das memórias do passado, uma vez que o mesmo “...constitui uma mensagem viva, das comunidades desaparecidas no tempo, e como tal, a inserção dos valores arqueológicos, como herança cultural, é essencial no âmbito do ordenamento do território.” (p. 560). A Covilhã é rica em património arqueológico, sendo o mesmo materializado em ruínas e objetos, que se encontram no solo e uma vez daí retirados “...perdem grande parte do seu valor enquanto conhecimento para o estudo e para a compreensão da evolução das sociedades humanas, passando apenas a peças de museu” (p. 560), devendo, portanto, preservarem-se os locais onde se sabe que os mesmos existem, e consultar-se previamente as cartas arqueológicas antes da execução de obras mecânicas, projetos de reconversão agrícola, reflorestação intensiva, abertura e alargamento de estradas e caminhos rurais, assim como ter em atenção as envolventes de castelos, igrejas paroquiais e santuários que estão associados a manifestações mais remotas.

Da “Tabela 41 – Sítios Arqueológicos no Concelho da Covilhã, segundo a base de dados DGPC” constam 193 sítios arqueológicos que à data (2022) estavam no site da ex-DGPC, com indicação de n.º de inventário, designação, concelho/freguesia, tipo e período cronológico, referindo-se que o mesmo apresenta diversas cronologias (sendo os de época romana os mais representativos) e tipologias (onde se destacam as manifestações de arte rupestre), sendo as freguesias de Covilhã/Ferro, Covilhã/Unhais da Serra e Covilhã/Teixoso e Sarzedo aquelas onde existem maior número de elementos/valores arqueológicos inventariados.

Apresenta-se igualmente a listagem dos imóveis que se encontram classificados e em vias de classificação, na qual são também incluídos elementos do património edificado que não se encontram classificados. Indica-se ainda a legislação aplicável aos elementos patrimoniais que se constituem como servidões administrativas e as gradações de classificação aplicáveis aos mesmos.

Apresentam-se critérios para determinar que estabelecimentos comerciais podem ser declarados como de interesse histórico, cultural ou social para que sendo reconhecidos como valores identitários do concelho sejam valorizados, promovidos e protegidos tendo o município criado um regulamento municipal com essa finalidade.

Indicam-se e descrevem-se brevemente os equipamentos culturais municipais (museus, teatro, parques e jardins), os miradouros, observatórios e ainda a zona intramuralhas que compreende o núcleo primitivo da cidade da Covilhã com ruas estreitas e edificações antigas de valor histórico e patrimonial que representam a identidade da cidade, onde urge contrariar a descaracterização que os imóveis têm sofrido, combater o esvaziamento populacional e a degradação urbanística. Enumeram-se por freguesia os elementos do património construído existente em cada uma delas.

Sobre o referido no Volume 1 relativamente à perda de valor dos achados arqueológicos após a sua remoção do solo (p. 560), o mesmo carece de revisão, uma vez que os materiais arqueológicos exumados em contexto de escavação arqueológica científica não perdem o seu valor para o estudo, compreensão e evolução das sociedades humanas.

Dar nota ainda que na presente data estão inventariados no Portal do arqueólogo 197 sítios arqueológicos, devendo proceder-se à atualização da tabela com a inclusão dos sítios referidos na Tabela 1 do presente parecer.

Do Volume 2 consta a Planta de Património Cultural onde estão sinalizados 127 sítios arqueológicos, apresentando a legenda o respetivo número de inventário, designação, CNS e freguesia, constatando-se que o número de sítios representados em planta (127) difere do referido em texto (193 sítios arqueológicos) não se esclarecendo o porquê desta discrepância entre o número de sítios referidos nos dois documentos.

Mais se constata que o n.º de inventário atribuído aos sítios na “Tabela 41 – Sítios Arqueológicos no Concelho da Covilhã, segundo a base de dados DGPC” não é coincidente com os da Planta de Património Cultural, alteração esta que se presta a confusões e erros, pelo que o número de inventário de cada sítio deveria ser sempre o mesmo independentemente do documento ou peça gráfica em que for referido.

2. ANÁLISE TÉCNICA

2.1. Através de correio eletrónico da PCGT datado de 06.06.2024 foi convocado o PC, I.P. para a 1.ª reunião plenária da Comissão Consultiva (CC) da 1.ª Revisão do PDM da Covilhã a ter lugar no **dia 28.06.2024**, e solicitada a emissão de parecer à respetiva documentação. O presente parecer versa sobre a seguinte documentação:

- Relatório. Proposta Preliminar – 1.ª reunião da Comissão Consultiva (Maio 2024)
- Programa de Execução e Plano de Financiamento. Proposta Preliminar – 1.ª reunião da Comissão Consultiva (Maio 2024)
- Regulamento. Proposta Preliminar – 1.ª reunião da Comissão Consultiva (Maio 2024)
- Peças Gráficas
- Avaliação Ambiental Estratégica. Relatório Ambiental Provisório (Maio 2024)

2.2. Efetuou-se ainda uma breve apreciação do documento intitulado “Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã” disponibilizado em fevereiro de 2022 (ver Antecedentes), por se julgar que o mesmo não terá sido objeto de parecer por parte da então Direção Regional de Cultura do Centro e por conter elementos importantes no âmbito da caracterização do Património Cultural, e em relação ao qual se sugerem 4 contributos que se encontram a sublinhado nos Antecedentes a fim de melhorar a informação disponibilizada nos mesmos.

3. Cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis

3.1. A proposta preliminar do Plano refere na Proposta Preliminar do Relatório o património cultural, embora não identifique os elementos que constituem o património arqueológico, o qual apenas aparece listado em Anexo ao Regulamento, mas carece de atualização; o património arqueológico está sinalizado nas Plantas de Condicionantes ou de Ordenamento (consoante se constitui ou não como servidão administrativa, embora com erros de localização) e em sede de Regulamento são propostas medidas para a sua proteção e salvaguarda que carecem de revisão;

3.2. No Relatório Ambiental as questões relativas ao património arqueológico e arquitetónico foram avaliadas no âmbito do Fator Crítico para a Decisão (FCD) 1- Biodiversidade, Valor Cultural e Paisagístico;

3.3. Desta forma, **foi dado cumprimento ao disposto na legislação em vigor referida *infra*, verificando-se ainda que a informação relativa ao recurso territorial Património Cultural, carece de revisão, correção e atualização conforme assinalado no presente parecer:**

- N.º 1 do Artigo 79.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro.
- Alínea h) do Artigo 2.º, alínea c) do n.º 1 e alínea a) do n.º 2 do Artigo 3.º da Lei n.º 31/2014 de 30 de maio.
- Artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio.
- N.º 6 do Artigo 3.º e alínea e) do n.º 1 do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 04 de maio.

3.3.1. Não foi dado cumprimento à alínea b) do n.º 1 do Artigo 4.º e Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio visto não terem sido listados na Proposta de Plano os elementos do património arqueológico, situação que deve ser corrigida através da integração da respetiva listagem neste documento.

4. Compatibilidade da Proposta de Plano com programas territoriais existentes

4.1. Na área abrangida pelo PDM da Covilhã está em vigor o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI) aprovado pela Portaria n.º 55/2019 de 11 de fevereiro, Diário da República, 1.ª série, n.º 29 de 11 de fevereiro.

4.2. O PROF CI estabelece no Anexo I ao Regulamento nas normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de recreio e valorização a paisagem, a norma RECR 1 que tem como um dos objetivos da gestão e intervenções florestais a “Salvaguarda do património arqueológico, arquitetónico e paisagístico”;

4.3. Uma vez que no PDM da Covilhã existe a categoria “Espaço de recreio e lazer da Albufeira da Cova do Viriato”, a mesma deve passar a fazer menção ao objetivo referido em 4.2., para ficar em conformidade com o PROF CI.

5. Relatório. Proposta Preliminar – 1.ª reunião da Comissão Consultiva (Maio 2024)

5.1. Entre os objetivos estratégicos (OE) da revisão do PDM destaca-se, pela sua relação com o património cultural o “**OE1** – Revisão do modelo de desenvolvimento territorial, mais centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes e na proteção e valorização do património construído” e o “**OE5** – Revitalização do setor agrícola e florestal e valorização dos recursos endógenos, naturais, culturais e turísticos a nível local, potenciando-os a nível regional e nacional”;

5.1.1. No OE 1 deveria também ser incluído o património arqueológico, visto ser este um dos recursos territoriais que de acordo com o referido na alínea b) do n.º 1 do Artigo 4.º, alínea g) do Artigo 10.º e Artigo 17.º do DL n.º 80/201 de 14 de maio deve ser considerado nos IGT, até porque o mesmo tem expressividade no concelho da Covilhã, sugerindo-se a seguinte redação alternativa:

“**OE1** – Revisão do modelo de desenvolvimento territorial, mais centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes e na proteção e valorização do património construído” e do património arqueológico;

5.2. No ponto “2. Diagnóstico territorial” refere-se no ponto “2.2.2. Sistema patrimonial” que o “Património histórico, arqueológico e arquitetónico constitui uma herança do passado que merece ser preservada e transmitida às futuras gerações. A sua preservação deve fazer parte da estratégia e desenvolvimento do território que a “personalidade” ímpar do concelho da Covilhã não se perca” (p. 55), apresentando-se várias tabelas com as listagens dos elementos que se encontram classificados e em vias de classificação e a indicação dos respetivos diplomas legais de classificação dos mesmos,

designadamente: “Tabela 5. Património arquitetónico religioso classificado e em vias de classificação”; “Tabela 6. Património arquitetónico civil classificado e em vias de classificação”; “Tabela 7. Património arquitetónico militar classificado”; “Tabela 8. Património arqueológico classificado”;

5.3. Contudo, relativamente ao património arqueológico não classificado não é disponibilizada qualquer informação sobre o mesmo, situação que carece de correção, uma vez que o património arqueológico é um dos recursos que ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do Artigo 4º, Artigo 10.º e Artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio e do n.º 1 do Artigo 79.º da Lei n.º 197/2001 de 8 de setembro tem de ser caracterizado, identificado e objeto de medidas de proteção e salvaguarda em sede de Instrumentos de Gestão Territorial, e nomeadamente nos PDM;

5.3.1. De forma a suprir a lacuna referida em 5.3. tal como se efetuou para o património cultural classificado e em vias de classificação deve passar a constar deste ponto uma tabela com a listagem dos sítios arqueológicos não classificados do concelho da Covilhã de onde conste entre outros, o n.º de inventário, o respetivo Código Nacional de Sítio (CNS), a designação, a tipologia, a cronologia e a localização, devendo ser utilizada a tabela disponibilizada nos “Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã” atualizada com os dados que constam da Tabela 1 do presente parecer;

5.3.2. Deve ainda referir-se que o inventário de sítios arqueológicos disponibilizado não resulta de um trabalho sistemático de identificação de sítios arqueológicos e desta forma poderá não traduzir com rigor, aquela que é a riqueza arqueológica do concelho da Covilhã;

5.4. No ponto “2.3. Matriz SWOT” para o património cultural apresenta-se a seguinte análise:
“Forças”

“Património natural e construído de valor excecional (Rio Zêzere, Património Mundial UNESCO, Rede Natura 2000, PNSE e alguns núcleos com notoriedade histórica, cultural, arquitetónica e paisagística)”

“Património arquitetónico e arqueológico de referência regional”

“Ameaças”

“Pressão turística em áreas de valor patrimonial (natural e construído) e em zonas que ainda preservam características naturais”

“Constrangimentos financeiros para recuperar e salvaguardar” (p.115)

5.4.1. Para além das questões referidas em 5.4. julga-se que poderiam ainda ser incluídos os seguintes elementos:

Como fraquezas:

- Ausência de um levantamento sistemático do património arqueológico

Como Oportunidades:

- A possibilidade de serem integrados no Regulamento disposições normativas para a proteção, estudo, salvaguarda e valorização do património cultural em geral e do arqueológico em particular

Como Ameaças:

- Risco de destruição de património arqueológico em consequência de trabalhos com impacto ao nível do solo e subsolo por desconhecimento da sua existência;

5.5. No ponto “3. Modelo Territorial” refere-se que o território da Covilhã se organiza em função dos seguintes sistemas territoriais estruturantes: Sistema urbano, Sistema de acessibilidades e transportes, Sistema económico e Sistema ambiental e patrimonial;

5.6. No ponto “3.2.3. Sistema económico” refere-se que as freguesias de Verdelhos e Sarzedo são conhecidas historicamente pela produção de carvão (que contribuiu para a prosperidade industrial da Covilhã) e que a freguesia de Erada se distinguia pela atividade de carvoeiros e almocreves, existindo moinhos comunitários para moagem de cereais; sobre a freguesia Sobral de S. Jorge da Bezerra

indica-se que a mesma é conhecida como “o coração do xisto” por ser um dos maiores aglomerados de edifícios em xisto de Portugal, caracterizando-se por arruamentos paralelos à ribeira, ligados por quelhas ou ruelas inclinadas, que contornam as habitações, e, é daqui, que se exporta grande parte desta matéria-prima para todo o mundo” (p. 136);

5.6.1. Mais se refere que “De forma mais abrangente, tanto o património natural como o património arqueológico e cultural, com destaque para a arquitetura industrial muito presente no território, potenciam o desenvolvimento da Covilhã a nível turístico e consequente robustecimento do sistema económico, nesta vertente.” (p. 136);

5.7. No ponto “3.2.4. Sistema ambiental e patrimonial” indica-se que este sistema é constituído por áreas com interesse ambiental, ecológico e patrimonial, referindo-se que a nível patrimonial se destaca o património histórico, arqueológico e arquitetónico listado no capítulo 2, o qual constitui uma herança do passado que deve ser preservado e transmitido às gerações futuras, mencionando-se ainda a existência de outro património inventariado que não se encontra classificado, destacando-se o “património arquitetónico industrial” existente nos vales da Ribeira da Goldra e da Ribeira da Carpinteira, apresentando-se na “Figura 50. Estruturação do Sistema Ambiental e Patrimonial” a estruturação do Sistema Ambiental e Patrimonial apenas com a sinalização do património arqueológico e arquitetónico classificado;

5.7.1. Uma vez que se remetem os elementos do património arqueológico para o ponto 2. é fundamental proceder à inclusão da listagem dos elementos do património arqueológico naquele ponto, conforme referido em 5.3. e 5.3.1. de forma a que possam ser devidamente considerados no modelo territorial;

5.7.2. Deverá rever-se a menção a “património arquitetónico industrial” uma vez que a disciplina que estuda os vestígios de antigas atividades industriais (têxtil, vidreira, cerâmica, metalúrgica ou de fundição, química, papelaria, alimentar, extrativa - as minas, para além da obra pública, dos transportes, das infraestruturas comerciais e portuárias, das habitações operárias, etc.) designa-se por arqueologia industrial, devendo talvez adotar-se antes esta designação para os vários elementos do património industrial identificados no concelho da Covilhã;

5.7.3. Na Figura 50 para além dos elementos do património classificado e em vias de classificação tem de estar representados os elementos do património arqueológico não classificado conforme referido na alínea n) do n.º 1 do Artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 85/2015 de 14 de maio, uma vez que só desta forma pode ser devidamente salvaguardado e protegido;

5.7.4. Atendendo à relevância assumida dos elementos patrimoniais no desenvolvimento do concelho (cf. ponto 5.6.1. do presente parecer) e à existência de elementos do património arqueológico um pouco por todo o concelho, que estes recursos são frágeis, finitos e não renováveis, neste ponto deveria assumir-se que o sistema patrimonial será devidamente considerado, protegido e salvaguardado no âmbito do modelo de gestão territorial;

5.8. No ponto “6. Servidões administrativas e restrições de utilidade pública” indicam-se as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública existentes na Covilhã, sendo o ponto 6.2. relativo ao património cultural, onde se discorre sobre o regime de classificação de bens culturais, cita-se a legislação aplicável, as graduações de classificação existentes, a legislação aplicável e apresentam-se as listagens dos bens culturais que se encontram classificados ou em vias de classificação; considerando que o presente parecer dispõe de um parecer específico no âmbito da salvaguarda do património classificado, remete-se para o mesmo eventuais considerações sobre este ponto;

5.9. No ponto “8. Proposta Preliminar de Ordenamento” referem-se as categorias criadas para o solo urbano e para o solo rústico, relevando-se no solo urbano a categoria “Espaços centrais tipo I” que

corresponde à zona antiga consolidada da Covilhã; seria importante referir que sendo este o núcleo urbano antigo da Covilhã, de origem de medieval, é provável a identificação de vestígios arqueológicos desta cronologia ou de época moderna, pelo que há que tomar medidas para a sua salvaguarda no âmbito do licenciamento de projetos urbanísticos ou redes de infraestruturas;

5.9.1. No solo rústico existe a categoria Espaços culturais, contudo, o mesmo apenas parece englobar áreas com equipamentos culturais, praias fluviais e zonas de lazer, não sendo aplicado a áreas com património arqueológico;

5.10. O capítulo 10. é sobre as áreas de salvaguarda, abordando-se no ponto “10.3. Património arquitetónico, arqueológico e natural” as questões relativas ao património cultural, referindo-se a legislação aplicável ao património cultural, a existência de 28 imóveis classificados e em vias de classificação (apresentando-se a sua listagem e o respetivo diploma de classificação), de 401 imóveis de diversas tipologias que não estão classificados mas apresentam interesse arquitetónico (não se apresentando contudo a respetiva listagem) e 140 sítios arqueológicos com cronologias entre a pré-história e a época medieval;

5.10.1. Relativamente aos bens classificados e em vias de classificação devem ser seguidas as orientações do parecer de salvaguarda do património arquitetónico;

5.10.2. Sobre os imóveis não classificados, mas com interesse arquitetónico deverá ser apresentada a respetiva listagem indicando-se em que arruamentos se localizam, breve descrição dos mesmos e se possível a data/século de construção;

5.10.3. Sobre os sítios arqueológicos, dar nota que embora nos “Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã” (Fevereiro de 2022) se tenha referido a existência de 193 sítios arqueológicos, no “Relatório. Proposta Preliminar” apenas são referidos 140, devendo ser esclarecido o porquê desta discrepância? Conforme já referido em 5.3.1. deverá ser apresentada a respetiva listagem dos sítios arqueológicos da Covilhã, a qual carece de atualização uma vez que da consulta ao Portal do Arqueólogo estão na presente data inventariados 197 elementos do património arqueológico, estando em falta os sítios arqueológicos que constam da Tabela 1;

5.10.4. Mais se deve referir que esta listagem de sítios arqueológicos não resulta de um trabalho sistemático de prospeção arqueológica do território pelo que não é um retrato fiel nem expressa aquela que será a realidade das antigas ocupações humanas da Covilhã que estará subavaliada devido à falta de trabalhos arqueológicos com o intuito de efetuar o levantamento arqueológico do concelho;

5.10.5. Face à realidade referida em 5.10.4. o relatório do programa deve apontar a necessidade de ser efetuada a carta arqueológica do concelho, com base em trabalhos de prospeção do concelho da Covilhã e relocalização e avaliação do estado de conservação dos sítios inventariados, trabalho a ser desenvolvido por arqueólogo(s) devidamente autorizado pela Tutela para o efeito;

5.10.6. Com base na informação disponibilizada nos “Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã” (Fevereiro de 2022) deve apresentar-se um breve enquadramento histórico arqueológico da ocupação humana no concelho da Covilhã, evidenciando os mais elementos mais relevantes;

5.10.7. Não sendo apresentados indicadores de avaliação para a monitorização do plano, sugerem-se os seguintes para o património arqueológico:

- N.º de novos elementos do património arqueológico inventariados
- N.º de elementos do património arqueológico valorizados/musealizados;

5.10.8. A avaliação deve ter um carácter anual e deve ter como situação de referência o n.º de sítios arqueológicos inventariados e valorizados/musealizados até ao momento.

6. Programa de Execução e Plano de Financiamento. Proposta Preliminar – 1.ª reunião da Comissão Consultiva (Maio 2024)

6.1. Neste documento identificam-se as intervenções tidas como necessárias à concretização da estratégia de desenvolvimento estabelecida pelo PDM e de que forma serão executadas no âmbito territorial e financeiro; constata-se, contudo, que as intervenções referidas são todas no âmbito de operações urbanísticas – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e Operações de Reabilitação Urbana (ORU), pelo que se propõem adicionalmente as seguintes:

6.1.1. Em todas as UOPG, ARU e ORU em que se localizem sítios arqueológicos e elementos construídos no âmbito da arquitetura/arqueologia industrial devem ser realizados trabalhos arqueológicos prévios e os projetos devem privilegiar a proteção, valorização e conservação dos elementos do património cultural (arquitetónico e arqueológico), devendo ser previstas verbas para o financiamento dos necessários trabalhos arqueológicos a realizar;

6.1.2. De forma a dar cumprimento às recomendações do relatório ambiental, o programa de execução deve ainda prever as seguintes ações e as respetivas estimativas de investimento e calendarização:

- Garantir a elaboração de carta(s) temática(s) do património, com identificação do património urbanístico e arquitetónico (ex.: áreas de interesse urbanístico/arquitetónico, núcleos e lugares, conjuntos e imóveis de valor patrimonial), património natural (ex.: árvores e arvoredo de interesse público, património geológico e geomorfológico) e património arqueológico, incluindo a representação das respetivas áreas de salvaguarda/zonas de proteção/zonas *non aedificandi*;

- Investimento em projetos de investigação arqueológica (por exemplo no âmbito da arqueologia industrial, dos moinhos comunitários da freguesia da Erada, etc.), cujos resultados poderão ser potenciados para o turismo cultural o município;

- Realização de ações de divulgação e sensibilização para a salvaguarda do património arqueológico quer para os técnicos da autarquia com funções no âmbito do ordenamento do território e do licenciamento/autorização de operações urbanísticas, agrícolas, florestais e de infraestruturas, quer para as comunidades locais;

- Criação de roteiros pedestres com sinalética informativa sobre o património cultural e natural ao longo dos percursos, numa perspetiva de articulação e complementaridade destes valores;

- Organização de exposições temporárias relativas ao património cultural (arqueológico e arquitetónico) e com vista à sua divulgação junto da comunidade local e dos que visita, o concelho.

7. Regulamento. Proposta Preliminar – 1.ª reunião da Comissão Consultiva (Maio 2024)

Apesar do Regulamento apresentar normas para a salvaguarda e proteção do Património arqueológico, as mesmas carecem de revisão, correção ou completamento, conforme indicado *infra*. Para facilitar as alterações, correções e contributos, os mesmos encontram-se a sublinhado no texto.

Título I – Das Disposições Gerais

7.1. Artigo 2.º - Estratégia e objetivos – em conformidade com o proposto no ponto 5.1.1. do presente parecer propõe-se a seguinte redação para a alínea a) do n.º 1:

“Revisão do modelo de desenvolvimento territorial, mais centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes e na proteção e valorização do património construído” e do património arqueológico;

Título II – Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública

7.2. Artigo 6.º – Identificação – indicam-se os vários elementos que integram as servidões administrativas, referindo-se na alínea “f) Património edificado”; abrangendo o património classificado e em vias de classificação sítios arqueológicos, talvez a designação devesse ser antes património cultural; contudo, dispondo o presente parecer de um parecer específico no âmbito da salvaguarda do património classificado, remete-se para o mesmo eventuais considerações sobre esta matéria;

7.3. Artigo 7.º Regime geral – refere-se que as áreas abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidades pública se regem pelo disposto no presente regulamento e pelo respetivo regime legal, aplicando-se sempre o mais restritivo e estão representadas na planta de condicionantes; dispondo o presente parecer de um parecer específico no âmbito da salvaguarda do património classificado, remete-se para o mesmo eventuais considerações sobre esta matéria;

Título III – uso do solo

Capítulo I – Classificação e qualificação do solo

Secção I – Classificação e qualificação funcional

7.4. Artigo 10.º – Qualificação do solo rústico – é criada a categoria “f) Espaços culturais”;

7.5. Artigo 11.º Qualificação do solo urbano – é criada a categoria “a) Espaços centrais tipo I”;

Secção II – Sistema Urbano

7.6. Artigo 13.º Identificação – o centro urbano de Nível I corresponde à Covilhã;

Secção III – Disposições comuns ao solo rústico e ao solo urbano

Subsecção I – Disposições gerais

7.7. Artigo 14.º Compatibilidade de usos e atividades – é sobre os usos no solo urbano e no solo rústico, referindo-se no n.º 2 que: “Consideram-se usos complementares ou compatíveis com o uso dominante os que são admitidos pelo regime específico da respetiva categoria e:

(...)

d) Não prejudiquem a salvaguarda e valorização do património classificado ou de reconhecido valor cultural, arquitetónico, arqueológico, paisagístico ou ambiental;”

7.8. Artigo 18.º Vestígios arqueológicos – refere-se o seguinte:

“1- Em caso de ocorrência de vestígios arqueológicos, no subsolo ou à superfície, durante a realização de qualquer operação urbanística, é dado cumprimento ao estabelecido na lei.

2 – Na eventualidade da execução de trabalhos arqueológicos, é suspensa, nos termos legais, a contagem dos prazos legalmente fixados para a execução da operação urbanística em causa.

3 – A suspensão dos trabalhos decorrente da ocorrência de vestígios arqueológicos tem como consequência a prorrogação automática do prazo para execução da operação urbanística, por tempo equivalente ao da suspensão.

4 – As intervenções arqueológicas necessárias são integralmente financiadas pelo respetivo promotor da obra de urbanização ou edificação em causa, de acordo com a legislação em vigor.”

7.8.1. Propõe-se a seguinte redação alternativa para o n.º 1 deste artigo para uma maior proteção dos vestígios arqueológicos:

“1- Em caso de ocorrência de vestígios arqueológicos, no subsolo ou à superfície, durante a realização de qualquer operação urbanística” ou implementação de projeto de outra natureza (redes de infraestruturas, intervenções ao nível do solo e subsolo, incluindo os trabalhos de modelação de terrenos, bem como as intervenções de natureza agrícola e florestal), é obrigatória a imediata suspensão dos trabalhos no local e a sua comunicação à Câmara Municipal e à entidade da Tutela Competente;

Capítulo II – Solo rústico
Secção I – Disposições gerais

7.9. Artigo 30.º Princípios – refere-se no n.º 2 que “As ações de ocupação, uso e transformação no solo rústico, incluindo as práticas agrícolas e florestais, devem ter em conta a presença dos valores naturais, paisagísticos e arqueológicos que interessa preservar e qualificar, com vista à manutenção do equilíbrio ecológico e da preservação das referências históricas, devendo optar pela utilização de tecnologias ambientalmente sustentáveis e adequadas aos condicionalismos existentes.”;

7.10. Artigo 31.º Utilizações e intervenções interditas – indica-se serem proibidos os usos, ocupações e atividades que destruam as potencialidades agrícolas, silvícolas ou geológicas do solo, exceto quando previamente aprovadas pela Câmara Municipal ou a respetiva tutela, nomeadamente: “As mobilizações de solo, alterações do perfil dos terrenos e técnicas de instalação e modelos de exploração suscetíveis de aumentar o risco de degradação dos solos e de destruição de vestígios arqueológicos;”

7.11. Artigo 33.º Exploração de recursos energéticos renováveis – neste artigo no n.º 3 ao já proposto deve ser acrescentado o seguinte:

Assegurar que a exploração de recursos energéticos renováveis será compatibilizada com a proteção e salvaguarda do património arqueológico;

7.12. No Artigo 34.º Exploração de recursos geológicos – neste artigo ao proposto deve ser acrescentado o seguinte:

Assegurar que a exploração de recursos geológicos será compatibilizada com a proteção e salvaguarda do património arqueológico;

Secção III – Espaços agrícolas

7.13. Na secção relativa aos espaços agrícolas deverá ficar assegurado que os usos e atividades nesta categoria de espaços serão compatibilizados com a proteção e salvaguarda do património arqueológico;

Secção IV – Espaços florestais

7.14. Na secção relativa aos espaços florestais deverá ficar assegurado que os usos e atividades nesta categoria de espaços serão compatibilizados com a proteção e salvaguarda do património arqueológico e na categoria Espaço de recreio e lazer da Albufeira da Cova do Viriato, deve ser dado cumprimento ao previsto no PROF CI para esta categoria de espaços, devendo passar a referir-se que a gestão e intervenções florestais neste espaço têm entre outros objetivos a “Salvaguarda do património arqueológico, arquitetónico e paisagístico”.

Secção V – Espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos

7.15. Na secção relativa aos espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos deverá ficar assegurado que os usos e atividades nesta categoria de espaços serão compatibilizados com a proteção e salvaguarda do património arqueológico;

Secção VII – Espaços naturais e paisagísticos

7.16. Na secção relativa aos espaços naturais e paisagísticos deverá ficar assegurado que os usos e atividades nesta categoria de espaços serão compatibilizados com a proteção e salvaguarda do património arqueológico;

Secção VIII – Espaços culturais

7.17. Artigo 75.º Identificação e usos admitidos – esta categoria de espaços encontra-se identificada na Planta de Ordenamento – Áreas a salvaguardar – património e “... correspondem a áreas de valor patrimonial, do ponto de vista histórico, arquitetónico, arqueológico, paisagísticos, artístico, científico, social ou técnico, particularmente notáveis pela sua antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade e/ou exemplaridade, que devem ser objeto de proteção e valorização, integrando as áreas afetadas a equipamentos culturais, praias fluviais e outras zonas de lazer”, sendo admitidos equipamentos, infraestruturas e edifícios de apoio aos usos dominantes desde que não comprometam os valores culturais a proteger, conservar e valorizar;

Capítulo III – Solo Urbano

Secção I – Disposições Gerais

7.18. Nas disposições gerais do solo urbano deverá assegurar-se que as operações urbanísticas e a instalação de redes de infraestruturas serão compatibilizadas com a proteção e salvaguarda do património arqueológico;

Secção II – Espaços centrais

Subsecção I – Espaços centrais Tipo I

7.19. Artigo 99.º Identificação – atendendo a que a cidade da Covilhã tem origem medieval e dispõe de património edificado no âmbito da arqueologia industrial deve aqui referir-se a previsibilidade da identificação de vestígios arqueológicos no decurso de operações urbanísticas, propondo-se que este articulado passe a ter a seguinte redação:

“Os solos integrados na subcategoria de espaços centrais tipo I assumem correspondência com as áreas de génese urbana da cidade da Covilhã, e correspondem a áreas de povoamento e edificações singulares, com uma forte componente histórica” e arqueológica “tradutores do desenvolvimento inicial da sede de concelho, e que sublinham memórias culturais de grande significado na formação da sua identidade”;

7.20. Artigo 100.º Usos e atividades – aplicando-se esta categoria de espaços à cidade da Covilhã, de origem medieval e com uma zona intramuralhas que compreende o seu núcleo primitivo com ruas estreitas e edificações antigas de valor histórico e patrimonial onde é previsível que venham a ser identificados vestígios arqueológicos no decurso de operações urbanísticas o proposto no n.º 2 deve passar a ter a seguinte redação:

“2 – As obras e intervenções a realizar nos espaços centrais tipo I devem considerar a preservação das características do local, salvaguardando a traça urbana existente, nomeadamente no que respeita a

volumetria e o alinhamento dos edifícios com os seus confinantes, de modo a valorizar os elementos e os sistemas identitários”, assim como salvaguardar e proteger os vestígios arqueológicos;

Subsecção III – Espaços centrais tipo III

7.21. Artigo 105.º Identificação – atendendo à probabilidade de poderem vir a ser identificados vestígios arqueológicos nestes aglomerados antigos, o proposto para este artigo deve passar a ter a seguinte redação:

“Os solos integrados na subcategoria de espaços centrais tipo III assumem correspondência com as áreas que revelam uma forte componente histórica e patrimonial e cuja singularidade e antiguidade releva o caráter identitário de alguns aglomerados urbanos do concelho, nos quais se pretende preservar e valorizar os traços urbanísticos e arquitetónicos de especial relevância patrimonial” devendo ainda acautelar-se a salvaguarda e proteção dos vestígios arqueológicos;

Capítulo V – Áreas de salvaguarda

Secção II – Áreas sujeitas ao regime de proteção da Albufeira da Cova do Viriato

Subsecção III – Disposições especiais

7.22. Artigo 166.º Espaço de recreio e lazer da Albufeira da Cova do Viriato – para dar cumprimento ao referido no PROF CI no que se refere às normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de recreio e valorização da paisagem (norma RECR 1) se na mesma se localizarem vestígios arqueológicos deve promover-se a salvaguarda do património arqueológico, arquitetónico e paisagístico (conforme já referido em 7.14.);

Secção III – Património Cultural

7.23. Artigo 168.º Identificação – refere-se que o património cultural e construído é constituído por elementos construídos e não construídos com valor histórico, arqueológico, arquitetónico, artístico, científico, técnico ou social quer se encontrem ou não classificados e em vias de classificação, sendo divididos em património arquitetónico e arqueológico;

Subsecção I – Património classificado e em vias de classificação

7.24. Artigo 169. Identificação e regime – dispondo o presente parecer de um parecer específico no âmbito da salvaguarda do património classificado, remete-se para o mesmo eventuais considerações sobre este artigo;

Subsecção II – Património não classificado

7.25. Artigo 170.º Identificação – o património não classificado engloba imóveis de interesse cultural e patrimonial que não estando classificados, foram identificados pelo seu interesse histórico, etnográfico, cultural, artístico e arquitetónico e são considerados como testemunhos a preservar por serem essenciais à identidade cultural concelhia, e estão sinalizados na Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda – Património Arquitetónico, Arqueológico e Natural e listados no Anexo I do Regulamento;

7.26. Artigo 171.º Património arquitetónico – Identificação e regime – definem-se critérios para determinar os imóveis que integram o património arquitetónico e o regime aplicável nas intervenções a efetuar;

7.27. Artigo 172.º Património arqueológico – identificação e regime – indicam-se quais os elementos que integram o património arqueológico; que ao património arqueológico se aplica a legislação em

vigor, devendo ser privilegiada a proteção, conservação e valorização do mesmo; que nos sítios arqueológicos os trabalhos que envolvam revolvimento ou remoção de solo e subsolo implicam a realização de trabalhos arqueológicos a definir pelas entidades competentes; que a demarcação dos perímetros de salvaguarda pode ser alterada com base em informação científica disponível; se no decurso de obras se encontrarem vestígios arqueológicos deve o mesmo ser obrigatoriamente comunicado à CM da Covilhã e às entidades da tutela competentes; as obras serão automaticamente suspensas em caso de identificação de vestígios arqueológicos; o tempo de suspensão a obra implica suspensão automática para todos os efeitos; as intervenções com picagem de reboco ou revolvimento de solo no interior e envolvente de capelas e igrejas construídas até final do século XI ficam condicionadas à realização de trabalhos arqueológicos de acordo com parecer prévio das entidades competentes;

7.27.1. Para uma melhor salvaguarda e proteção do património arqueológico, propõe-se a seguinte redação alternativa para este artigo:

O património arqueológico integra todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução humana, designadamente depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respetivo contexto, quer estejam localizados em solo rústico ou urbano, no subsolo ou em meio submerso;

Os sítios arqueológicos dispõem de uma área de salvaguarda de 50m medidos a partir do seu ponto central, quando outra não for estabelecida, com base em trabalhos arqueológicos ou informação científica disponível;

No Anexo I – Património Cultural estão listados na Tabela 1.4. Património inventariado – Património Arqueológico os elementos do património arqueológico conhecidos no concelho da Covilhã, encontrando-se os sítios arqueológicos e as respetivas áreas de salvaguarda representados na Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda – Património arquitetónico, arqueológico e natural;

Sempre que a realização de intervenções arqueológicas e novos achados determinem a reformulação ou o estabelecimento de novos sítios arqueológicos ou áreas de salvaguarda, procede-se à atualização da Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda – Património arquitetónico, arqueológico e natural e à sua publicação em acordo com os procedimentos inerentes à alteração do PDM da Covilhã;

“Nos sítios arqueológicos” e nas respetivas áreas “de salvaguarda, todos os trabalhos ou atividades que envolvam transformação, revolvimentos ou remoção de terreno do solo e subsolo, bem como demolições de construções, ou outros que envolvam a transformação da topografia ou da paisagem implicam obrigatoriamente a realização de trabalhos arqueológicos, cuja tipologia depende do parecer prévio das entidades competentes.”

“Se no decurso de uma obra ou outra atividade, não sujeita, previamente, ao cumprimento do disposto nos números (X) e (X) do presente artigo, forem encontrados quaisquer vestígios arqueológicos é obrigatória a sua comunicação imediata à Câmara Municipal da Covilhã e às entidades de tutela competentes.

“Nos casos previstos no número anterior, a obra ou atividade em causa deverá ser imediatamente suspensa, de acordo com o disposto na legislação em vigor.

“O tempo de duração efetiva de suspensão implica uma suspensão automática para todos os efeitos, independentemente das demais providências previstas na lei”.

“Todas as intervenções que impliquem picagem de reboco com exposição do aparelho construtivo ou revolvimento de solos no interior ou na envolvente de capelas e igrejas construídas até ao final do

século XIX ficam condicionadas à realização de trabalhos arqueológicos de acordo com o parecer prévio das entidades competentes.”

Título IV – Programação e execução do plano

7.28. Na programação e execução do plano deve ficar assegurada a elaboração de carta(s) temática(s) do património, com identificação do património urbanístico e arquitetónico (ex.: áreas de interesse urbanístico/arquitetónico, núcleos e lugares, conjuntos e imóveis de valor patrimonial), património natural (ex.: árvores e arvoredo de interesse público, património geológico e geomorfológico) e património arqueológico, incluindo a representação das respetivas áreas de salvaguarda/zonas de proteção/zonas *non aedificandi*, atendendo a que é uma das recomendações do Relatório Ambiental (cf. ponto 10.10.2. do presente parecer) e que o inventário de sítios arqueológicos referidos no Anexo I do Regulamento não tem por base trabalhos sistemáticos de levantamento do património arqueológico do concelho;

7.29. Relativamente ao “Anexo I – Património Cultural” a “Tabela 1.4 Património Não classificado – Património arqueológico” contém a listagem dos sítios arqueológicos do concelho da Covilhã, indicando a designação, o tipo e a respetiva freguesia; contudo, os seguintes aspetos carecem de revisão, retificação ou complementação:

7.29.1. A listagem apresentada difere daquela que constava nos “Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã” que se encontrava mais completa, devendo, portanto, ser adotada esta última, que carece de atualização com os sítios referidos na Tabela 1 do presente parecer, conforme já referido nos pontos 5.3.1. e 5.10.3. do presente parecer;

7.29.2. Mesmo que algum dos sítios referidos nos “Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã” tenha já sido destruído ou apenas seja referido em bibliografia antiga sem informação que permita a sua localização, julga-se que os mesmos devem ser referidos na listagem do Anexo I com a indicação de que não serão representados na Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda – Património arquitetónico, arqueológico e natural por não se saber a sua localização exata;

7.29.3. Para que esta listagem possa ter mais utilidade, a cada um dos sítios referidos deverá ser atribuído um número de inventário que permita a sua identificação na “Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda – Património arquitetónico, arqueológico e natural”, assim como a indicação do respetivo Código Nacional de Sítio (CNS) atribuído;

8. Planta de condicionantes

8.1. A Planta de Condicionantes Património tem representados os imóveis classificados e em vias de classificação e as respetivas áreas de proteção; dispondo o presente parecer de um parecer específico no âmbito da salvaguarda do património classificado, remete-se para o mesmo o parecer sobre esta matéria.

9. Planta de Ordenamento

9.1. A designada “Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda – Património arquitetónico, arqueológico e natural” embora tenha sinalizado com círculos os sítios arqueológicos do concelho da Covilhã, os mesmos não estão devidamente numerados, pelo que é impossível saber a que correspondem, situação que deve ser corrigida com a atribuição de um número de inventário, o qual deve constar da respetiva legenda com indicação da respetiva designação e CNS atribuído, conforme já referido no ponto 7.29.3. do presente parecer ;

9.2. Se os sítios sinalizados na “Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda – Património arquitetónico, arqueológico e natural” corresponderem aos que constam da “Tabela 1.4 Património Não classificado – Património arqueológico” que se encontra em anexo ao Regulamento, a mesma encontra-se incompleta, conforme referido nos pontos 7.29.1., 7.29.2. e 7.29.3. do presente parecer, devendo ser complementada em conformidade;

9.3. A cada um dos sítios arqueológicos sinalizados na “Planta de Ordenamento – Património arquitetónico, arqueológico e natural” deve ser atribuída uma área de salvaguarda de forma a dar cumprimento ao referido na alínea n) do n.º 1 do Artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, a qual se não foi determinada uma área superior, equivalerá a um *buffer* de 50m em torno do ponto central de cada sítio, a qual deverá ser delimitada na referida planta de ordenamento.

10. Avaliação Ambiental Estratégica. Relatório Ambiental Provisório (Maio 2024)

10.1. No capítulo “4.3 Objetivos estratégicos e modelo estratégico territorial da 1.ª Revisão do PDMC” referem-se os objetivos estratégicos da revisão do PDM de Covilhã (cf. ponto 5.1. da presente informação), o modelo territorial e os sistemas territoriais que estruturam o território municipal (cf. ponto 5.5. do presente parecer);

10.2. No capítulo 6. enunciam-se as Questões Estratégicas (QE) a considerar na avaliação ambiental, relevando-se pela sua relação com o Património Cultural a QE “1. Preservação e valorização dos Recursos, do Património e da Identidade” e entre as Questões Ambientais de Sustentabilidade (QAS) o “Património cultural e paisagem – identificar e analisar os efeitos das propostas do plano ao nível da valorização e preservação da paisagem e património natural, do património cultural (material e imaterial) e da identidade local”;

10.3. Perante as QE e as QAS definidos para o concelho da Covilhã foram definidos os seguintes Fatores Críticos de Decisão (FCD) no âmbito da Revisão do PDM da Covilhã:

“FCD 1 – Biodiversidade, Valor Cultural e Paisagístico

FCD 2 – Qualidade Ambiental e Riscos

FCD 3 – Ordenamento e Coesão Territorial

FCD 4 – Desenvolvimento Socioeconómico” (p. 48)

10.4. O FCD 1 “Pretende avaliar de que forma o PDMC contribui para a valorização do património natural e cultural, através da valorização e reabilitação do património construído, promoção dos valores culturais (construídos, história e tradições), proteção e gestão sustentável dos valores naturais existentes (recursos geológicos e geossítios, áreas classificadas, recursos hidrológicos, solo, fauna, flora e habitats naturais e seminaturais) e a valorização da paisagem, como forma de enfatizar a identidade territorial e aumentar a atratividade do Concelho” (p.48);

10.4.1. Não sendo feita qualquer referência ao património arqueológico que também integra o património cultural e atendendo a que o mesmo deve ser devidamente considerado nas políticas municipais de gestão territorial de forma a evitar a sua destruição, deve a respetiva redação dos objetivos deste FCD1, passar a fazer referência também ao património arqueológico passando a ter a seguinte redação:

“(…)através da valorização e reabilitação do património construído,” proteção e defesa do património arqueológico, “promoção dos valores culturais” (arqueológicos”, “construídos, história e tradições), proteção e gestão sustentável dos valores naturais existentes (...)” (p.48);

10.5. No ponto “6.3. Critérios e indicadores de avaliação” indica-se no “Quadro 5. Critérios de sustentabilidade por FCD”, o Critério de avaliação “Património Cultural” no âmbito do qual se pretende

efetuar a “Avaliação das propostas do plano com influência sobre a proteção, requalificação e valorização do património arquitetónico e arqueológico, bem como das ações de índole cultural” (p. 51);

10.5.1 Na definição dos FCD no Quadro 5, tal como referido em 10.4.1., deve passar a constar a menção ao património arqueológico;

10.6. Como Indicadores do critério de avaliação “Património cultural apresentam-se os seguintes: “Património cultural classificado ou em vias de classificação (n.º)
Sítios arqueológicos inventariados e classificados (n.º)
Quantidade de equipamentos culturais (n.º)” (p. 54)

10.7. Nos objetivos estabelecidos para a avaliação do FCD1 no ponto 7.1.1. do relatório deve proceder-se à inserção da menção ao património arqueológico conforme referido em 10.4.1. do presente parecer;

10.8. A avaliação do critério Património cultural incide nos seguintes aspetos:

10.8.1. Apresenta-se a listagem dos imóveis que se encontram classificados e em vias de classificação; considerando que o presente parecer dispõe de um parecer específico no âmbito da salvaguarda do património classificado, remete-se para o mesmo eventuais considerações sobre este ponto;

10.8.2. Sobre o património arqueológico refere-se que de acordo com o Portal do Arqueólogo (consultado em 2024) estão inventariados 145 sítios arqueológicos no concelho da Covilhã; ora, não só este número não está bem uma vez que na presente data o Portal do Arqueólogo refere a existência de 197 elementos do património arqueológico, como também difere do número de sítios que constava nos “Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã” (datados de 2022) onde se referia a existência de 193 sítios arqueológicos; desta forma deve proceder-se à correção do número de sítios existente no concelho da Covilhã, tendo por base a tabela que consta dos Estudos de Caracterização, a qual deve ser atualizada com os sítios referidos na Tabela 1 do presente parecer;

10.8.3. Procede-se à análise dos equipamentos culturais do concelho da Covilhã;

10.9. No ponto “7.2. Avaliação das Opções Estratégicas do Plano” identificam-se os riscos e oportunidades relacionados com os vários FCD decorrente dos Objetivos Estratégicos estabelecidos para a 1.ª Revisão do PDM da Covilhã, destacando-se o seguinte para o FCD 1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos:

10.9.1. No âmbito do OE 1 refere-se que a revisão do PDM é uma oportunidade para:

- melhorar a eficiência da utilização do recurso solo e maior adequação com a conservação do património arquitetónico e arqueológico, e da paisagem;
- valorizar o património construído e evitar a perda de identidade dos seus traços mais marcantes;

10.9.1.1. Para além do referido deve ainda acrescentar-se o seguinte como oportunidades:

- Proceder ao levantamento arqueológico do concelho e à relocalização de sítios arqueológicos para elaborar a Carta de Património Arqueológica;

10.9.2. No âmbito do OE 5 para além do referido deverá ainda acrescentar-se o seguinte:

- É importante acautelar o risco de afetação/destruição de valores arqueológicos decorrentes de atividades agrícolas e florestais, se não forem implementadas as necessárias medidas de salvaguarda dos mesmos;

10.10. Nas recomendações, onde se apresentam soluções para a adoção de medidas que reduzam os efeitos negativos do plano, indicam-se as seguintes com relação com o património cultural:

10.10.1. As áreas de servidão administrativa devem ser objeto de medidas de proteção especial em conformidade com o regime jurídico próprio, devendo favorecer-se a sua conservação e valorização;

10.10.2. “Garantir a elaboração de carta(s) temática(s) do património, com identificação do património urbanístico e arquitetónico (ex.: áreas de interesse urbanístico/arquitetónico, núcleos e lugares, conjuntos e imóveis de valor patrimonial), património natural (ex.: árvores e arvoredos de interesse público, património geológico e geomorfológico) e património arqueológico, incluindo a representação das respetivas áreas de salvaguarda/zonas de proteção/zonas *non aedificandi*.” (p.150);

10.10.3. Propor ações de reabilitação, conservação e valorização do património construído e avaliar a pertinência de abertura de processo de classificação de imóveis inventariados, nomeadamente no âmbito do património industrial relacionado com os lanifícios, avaliando ações de reabilitação e de riscos associados;

10.10.4. Garantir normas regulamentares específicas que tenham em consideração eventuais achados arqueológicos em empreendimentos de grande magnitude e as operações urbanísticas que impliquem grandes movimentações de terras e as operações de reabilitação urbana;

10.10.5. Garantir que as melhorias na rede de acessibilidade rodoviária minimizem os impactos ao nível da paisagem e de afetação de valores naturais e culturais;

10.11. Para além das recomendações referidas no ponto 10.10. deverá ainda ser acrescentada a seguinte:

10.11.1. Garantir que os projetos agrícolas (incluindo as redes de rega) e florestais sejam objeto de normas regulamentares específicas, de forma a salvaguardar e proteger os mesmos;

10.12. No Quadro 36. Quadro de Governança são atribuídas as seguintes responsabilidades à DGPC:

“Participação no estudo, investigação e divulgação do Património Cultural Imóvel e Imaterial português, pela gestão do património edificado arquitetónico e arqueológico, pela realização de obras de conservação e restauro nos monumentos e sítios arqueológicos classificados, em vias de classificação ou de elevado interesse histórico, artístico e científico e pela gestão de uma vasta rede de monumentos e sítios arqueológicos distribuídos pelo território nacional continental, incluindo a documentação e inventário do Património Cultural Imaterial.” (p. 161), devendo ser tido em consideração o seguinte:

10.12.1. A DGPC foi extinta a 31.12.2023, devendo, portanto, a referência à mesma ser suprimida, e parte das suas competências foram transferidas para o Património Cultural, I.P (Decreto-Lei n.º 78/2023 de 4 de setembro) e outra parte para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, pelo que terá de ser revisto o que transitou para o PC, IP e o que transitou para as CCDR para constar do quadro de governança;

10.12.2. Nem o PC, I.P. nem as CCDR tem responsabilidade de realizar obras de conservação e restauro de monumentos e sítios classificados, exceto dos que lhe estão afetados, pelo que o referido deverá ser revisto em conformidade;

10.12.3. Entre outras competências, compete ao PC, I.P. "(...) desenvolver e atualizar os arquivos documentais e as bibliotecas afetas, bem como os sistemas de informação para o inventário do património arquitetónico, arqueológico e imaterial, e assegurar o acesso do público a essa informação" (alínea q) do Artigo 4.º do DL n.º 78/2023 de 4 de setembro.

11. PARECER

11.1. Em face do exposto, e no que diz respeito ao Património Arqueológico no âmbito da 1.ª Revisão do PDM da Covilhã, propõe-se a emissão dos seguintes pareceres:

11.1.1. Relatório Ambiental – a emissão de parecer **favorável condicionado** à integração das sugestões, correções e alterações referidas nos pontos 10.4.1., 10.5.1., 10.7., 10.8.1., 10.8.2., 10.9.1.1., 10.9.2., 10.11.1., 10.12.1., 10.12.2. e 10.12.3. do presente parecer;

11.1.2. Proposta de Plano – a emissão de parecer **favorável condicionado** à integração das sugestões, correções e alterações referidas nos pontos 4.3., 5.1.1., 5.3., 5.3.1., 5.3.2., 5.4.1., 5.7.1., 5.7.2., 5.7.3., 5.7.4., 5.7.8., 5.9., 5.9.1., 5.10.1. a 5.10.8., 6.1.1., 6.1.2., 7.1., 7.2., 7.3., 7.8.1., 7.11., 7.12., 7.13., 7.14., 7.15., 7.16., 7.18., 7.19., 7.20., 7.21., 7.22., 7.24., 7.27.1., 7.28., 7.29., 7.29.1., 7.29.2., 7.29.3., 8.1., 9.1., 9.2. e 9.3. do presente parecer;

Em caso de concordância superior, **propõe-se que o teor do presente parecer seja carregado na PCGT em data anterior 28.06.2024.**

À Consideração Superior

Gertrudes Zambujo
Técnica Superior
21.06.2024

Tabela 1 – Sítios inventariados no Portal do Arqueólogo que não são referidos nos Estudos de Caracterização e Diagnóstico do Concelho da Covilhã

Sítio	CNS	Tipo Principal
Covilhã - Rua Alexandre Herculano	42052	Poço
Covilhã - Rua das Portas do Sol	42053	Aterro
Covilhã - Rua do Castelo	42054	Estrutura
Covilhã - Rua Rui Faleiro nº 1 - Teatro Municipal da Covilhã	40196	Muralha

Enviado exclusivamente em
formato eletrónico para:
Plataforma PCGT

À
Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro

S/ Referência	S/ Comunicação	Antecedente	N/Referência	Data
email: pcgt.apoio@dgterritorio.pt PCGT - ID 532 (Ex-164) - PDM - COVILHÃ - Revisão - Convocatória para 1.ª Reunião Plenária da CC - Convocatória	06/06/2024	_S/22/15716	_S/24/50723 Proc. 150.10.400/2022/45	26-06-2024

Assunto: 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Covilhã – PCGT- ID 532 (Ex-164)

Manifestação de posição sobre a proposta de plano

Convocatória para a 1.ª reunião plenária da Comissão Consultiva [n.º 1- alínea a) do art.º 13.º da Portaria n.º 277/2015, de 10/09], a realizar no dia 28/06/2024, pelas 10h:30

1. A presente comunicação refere-se à manifestação de posição sobre a Proposta do Plano por parte do IMT, I.P., no seguimento da Vossa comunicação acima referenciada sobre o assunto e registada nesta entidade sob o n.º _E/24/128060.
2. Considerando o disposto no n.º 2º do artigo 84.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), com as alterações introduzidas, recentemente, pelo DL n.º 10/2024, de 8 de janeiro (Simplex Urbanístico), com vista á melhor operacionalização do procedimento agora previsto e de modo a facilitar o decurso da reunião a realizar no próximo dia 28/06/2024, designadamente a elaboração da redação da respetiva Ata, cumpre a esta entidade informar o seguinte:
 - 2.1. Dando cumprimento às disposições legais e regulamentares aplicáveis, e reiterando o conteúdo da análise/parecer realizada no âmbito dos elementos iniciais, disponibilizada na PCGT, através do ofício _S/22/15716, em 31/03/2022, após análise dos elementos disponibilizados pela entidade responsável pela elaboração do plano, designadamente a Câmara Municipal de Covilhã, refere-se que:
 - 2.2.1. No que respeita às **infraestruturas rodoviárias** e a garantia da sua articulação com os respetivos Programas Nacionais e a observância do disposto no Plano Rodoviário Nacional (PRN2000)², verifica-se que:
 - a) Os elementos que constituem o Plano, bem como os demais elementos que o complementam e acompanham devem apresentar-se em conformidade com o disposto no Plano Rodoviário Nacional (PRN), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, retificado e alterado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro e pelas Lei n.º 98/99, de 26 de julho (1.ª alteração) e Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto (2.ª alteração).
 - b) A rede rodoviária a considerar no território do concelho da Covilhã, é a seguinte:

¹ “A posição manifestada pelos representantes dos serviços e entidades da administração direta ou indireta do Estado e das regiões autónomas na comissão consultiva substitui os pareceres que aqueles serviços e entidades devem emitir, a qualquer título, sobre o plano, nos termos legais e regulamentares, ficando expressamente proibida a emissão de parecer escrito ou outra forma de pronúncia.”

² Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, retificado e alterado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro e pelas Lei n.º 98/99, de 26 de julho (1.ª alteração) e Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto (2.ª alteração)

- **Rede Nacional de Autoestradas (Rede Nacional Fundamental - Itinerários Principais):**
 - **A23/IP2**, integrado na Concessão Beira Interior
 - **Rede Nacional Complementar (Itinerários Complementares – Estradas Nacionais):**
 - **EN18**, entre o LC de Belmonte e a rotunda com a EN232 e com a EM18-desclassificada, sob jurisdição da IP, S.A.
 - **EN232**, entre o LC da Guarda até à rotunda com a EN18 e a EM18 Estradas Regionais
 - **Estradas Regionais:**
 - **ER338**, 3 troços, decorrendo entre os LC com o LC de Manteigas e o entroncamento com a ER339, dentro do concelho da Covilhã;
 - **ER339**, entre o entroncamento com a ER338 e o início poente do núcleo urbano da Covilhã;
 - **Estradas Nacionais desclassificadas, ainda sob jurisdição da IP, SA**
 - **EN18**, entre o entroncamento com a EN18 e EN232 e o LC com o município do Fundão, a Sul, desclassificada, sob jurisdição da IP, S.A.
 - **EN230** entre LC com o município de Seia e o núcleo urbano de Tortosendo, assegurando corredor do previsto IC6; desclassificada, sob jurisdição da IP, S.A (sob jurisdição da IP, SA).
- c) Nos elementos que constituem, acompanham e complementam a proposta do plano, devem apresentar-se em conformidade com o disposto no Plano Rodoviário Nacional (**PRN**). Pelo que, nos elementos desenhados e escritos, em particular no Regulamento, na Planta de Condicionantes, e na planta de ordenamento – classificação e qualificação do solo, deve ser corretamente identificada a hierarquia da rede viária estabelecida no PRN designadamente as infraestruturas da Rede Rodoviária Nacional (**RRN**), a **Rede Nacional de Autoestradas, Rede Nacional Complementar, as Estradas Regionais e as Estradas Nacionais Desclassificadas** (não incluídas na RRN), de acordo com o referido na alínea a) anterior, o que não se verifica na sua totalidade.
- d) A proposta do plano deverá ainda adequar-se com as disposições constantes no Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (**EERRN**), aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, o qual, nos termos do disposto no artigo 2.º, se aplica, para além das estradas que integram a **RRN**, às **Estradas Regionais (ER)** e às **Estradas Nacionais desclassificadas, ainda não entregues aos municípios**, as quais, de acordo com o estipulado no artigo 13.º do PRN, manter-se-ão sob jurisdição da IP, SA até à respetiva integração na rede municipal, mediante celebração de acordos de mutação dominial entre a IP, S.A. e a Câmara Municipal.

Assim, importa salientar que às referidas Estradas Regionais, aplicam-se os limites das zonas de servidão *non aedificandi* estabelecidos na alínea d) do n.º 8 do artigo 32.º do EERRN, situação que deverá constar em todos os documentos do Plano que fizerem referência à Rede Rodoviária Nacional, Estradas Regionais e Estradas Nacionais desclassificadas, sob jurisdição da IP, SA, em especial no **Regulamento do Plano, Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo e na Planta de Condicionantes**, o que não se verifica.

- e) Reiterando o referido no anterior parecer emitido pelo IMT, I.P., no âmbito da apreciação dos elementos iniciais, deverão os elementos que constituem a

proposta de plano observar as seguintes condições sobre a identificação e a representação da rede viária, designadamente nos seguintes elementos:

- i. Tendo em conta que a escala da representação cartográfica das zonas de servidão *non aedificandi* na **Planta de Condicionantes**, não permite uma leitura adequada, deve ser associada na legenda, relativamente a cada estrada da RRN, nó ou ramo de ligação à RRN, Estradas Regionais ou estradas nacionais desclassificadas, ainda sob jurisdição da IP, SA a remissão para as regras estabelecidas nas normas suprarreferidas em articulação com o Regulamento do plano.

Acresce referir que a representação da ZNA na Planta de Condicionantes, deverá ser apenas indicativa, prevalecendo sempre a legislação em vigor e os seus condicionalismos específicos. Pelo que, nas estradas que integram a RRN, nas Estradas Regionais (ER) e nas Estradas Nacionais Desclassificadas [EN(d)], ainda sob jurisdição da Infraestruturas de Portugal (I.P.,SA) as zonas de servidão *non aedificandi* aplicáveis são as definidas na Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, artigo 32.º, devendo a respetiva legenda estar adequada ao articulado e conteúdo do Regulamento, contemplando a seguinte referência: “*A presente representação gráfica das zonas de servidão non aedificandi aplicável à rede rodoviária nacional existente tem carácter indicativo, não dispensando o cumprimento da legislação vigente*”, o que não se verifica.

- ii. No que respeita ao **Regulamento do Plano**, e tendo em consideração às propostas do seu articulado legal, verifica-se que:

- O artigo 6.º, alínea h) Infraestruturas, sob alínea iii), sub alínea iv), a identificação da “*Rede Rodoviária Nacional*”, deve ser revista tendo em conta a identificação da rede referida anteriormente.
- No artigo 138.º “Hierarquia da rede rodoviária”, deve a identificação da rede rodoviária ser corrigida de acordo com a identificada anteriormente e corrigida a designação de “*estrada nacional desclassificada*” para “*estrada nacional desclassificada sob jurisdição S.A.*”.
- No artigo 139.º “Regime de proteção das infraestruturas rodoviárias”, e tendo em conta que o conceito técnico de espaço-canal³ estabelecido no Decreto Regulamentar n.º 5/2019 de 27 de dezembro, no caso das infraestruturas rodoviárias (*classificadas no Plano Rodoviário Nacional (PRN), incluindo as Estradas Regionais e as estradas nacionais desclassificadas, ainda sob jurisdição da IP, SA*) é defendido por servidão de utilidade pública desde a aprovação do seu estudo prévio, a referência às zonas de servidão *non aedificandi*, é aplicáveis nos termos das disposições legais constantes no artigo 32.º do EERRN.

Nesta medida, o articulado n.º 2 do artigo 139º tem de ser revisto no sentido de ser aplicado exclusivamente às vias da rede municipal.

No mesmo artigo no n.º. 8 onde se lê “*Qualquer proposta de intervenção, direta ou indireta, na rede rodoviária sob jurisdição da IP, tem de ser objeto de estudo específico e de pormenorizada justificação, salvaguardando os respetivos projetos o cumprimento das disposições legais e normativas aplicáveis em vigor, e ser previamente submetidos a parecer e aprovação das entidades competentes para o efeito, designadamente da Infraestruturas de Portugal, IP, SA, na qualidade de gestora das infraestruturas sob sua administração*” deve ler-se ...”

³ “O espaço-canal é a área de solo afeta a uma infraestrutura territorial ou urbana de desenvolvimento linear, incluindo as áreas técnicas complementares que lhe são adjacentes e as áreas em torno da infraestrutura destinadas a assegurar a sua proteção e correto funcionamento ou, caso ainda não exista a infraestrutura, as áreas necessárias à sua execução.”

“Qualquer proposta de intervenção, direta ou indireta, nas estradas integradas na RRN, estradas regionais e estradas nacionais desclassificadas, ainda sob jurisdição da IP, e respetivas zonas adjacentes (incluindo desenho de nós de ligação) identificadas, deve ser objeto de estudo específico e de pormenorizada justificação, devendo os respetivos projetos cumprir as disposições legais e normativas aplicáveis em vigor, e ser previamente submetidos a parecer e aprovação das entidades competentes para o efeito, no cumprimento do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.”

- Ainda nesse mesmo artigo no n.º 9 tem de ser acrescentando as estradas as Estradas Regionais, uma vez a estas se aplicam os limites das zonas de servidão *non aedificandi* estabelecidos na alínea d) do n.º 8 do artigo 32.º do EERRN.
 - O n.º 1 do artigo 140º “Rede Rodoviária municipal-parâmetros de dimensionamento”, não aplicável a infraestruturas rodoviárias classificadas no Plano Rodoviário Nacional, pelo que deve retirar.
 - Recomenda-se para efeito da definição das características, (artigo 140.º) e parâmetros mínimos de dimensionamento das vias municipais/urbanas, a consulta do “*Documento Normativo para Redes Viárias Municipais em Ambiente Urbano*”, disponível no site institucional do IMT, I.P., destinado a orientar projetistas e gestores municipais no sentido da adoção de regras e parâmetros comuns de planeamento, projeto de vias municipais, incluindo a hierarquização da rede viária, com o objetivo da uniformização dos critérios aplicados, bem como de minimizar a sinistralidade rodoviária.
- iii. No que diz respeito à rede rodoviária programada/prevista, releva-se que qualquer proposta de intervenção, direta ou indireta, nas vias da Rede Rodoviária Nacional (RRN), Estradas Regionais e estradas desclassificadas sob a jurisdição da IP, S.A. e respetivas zonas adjacentes, deve ser equacionada em processo próprio (e não no âmbito de revisão/alteração do PDM), sendo objeto de estudo específico e de pormenorizada justificação, encontrando-se o projeto respetivo sujeito à observância das normas legais e regulamentares em vigor e a parecer das entidades competentes no cumprimento do EERRN.

Ainda assim, a legenda da **Planta de Ordenamento**, onde é referido rede prevista deve ser substituído o termo “via coletora” por “rede nacional complementar” e complementado com a seguinte descrição: “*IC6 aprovado por Declaração (extracto) n.º 188/2010, de 23 de setembro (2.ª Série), sem prejuízo de eventuais reduções que tenham ou venham a ser concedidas*”.

2.2.2. No âmbito das **infraestruturas ferroviárias**:

Relativamente à Rede Ferroviária, verifica-se que o concelho é servido pela Linha Beira Baixa, pelas estações de Tortosendo e da Covilhã.

Reforça-se que em todos os documentos que constituem e acompanham o plano deve ter-se em consideração o regime de proteção da rede ferroviária em vigor, definido pelo D.L. n.º 276/2003, de 4 de novembro, relativo ao domínio público ferroviário e em particular o estipulado nos artigos 15.º e 16.º relativos a zonas *non aedificandi* associadas às linhas existente, que integram o domínio público ferroviário (DPF) e pelo D.L. n.º 568/99, de 23 de dezembro que aprovou o Regulamento de passagens de nível.

2.2.3. Sobre o Relatório Ambiental Preliminar (Provisório) da **Avaliação Ambiental Estratégica**, o IMT⁴, enquanto entidade que integra a Comissão Consultiva e que teve acesso ao respetivo Relatório (versão, maio de 2024), verificou que foram tidos em consideração planos e os programas estratégicos, referentes a instrumentos de Política Sectorial e estratégicos com incidência nas matérias sobre mobilidade e transportes rodoviários.

Com os melhores cumprimentos,

Pedro Silva Costa
Diretor de Serviços
Gestão de Contratos e Concessões

(no uso das competências subdelegadas pela Vogal do Conselho Diretivo do IMT, I.P., nos termos dos n.º 1 e n.º 10 do Despacho nº 12875/2022, de 26 de outubro, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 8-11-2022)

DSGCC/AM/ACS

⁴ O IMT não integra o conjunto das entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE) consultadas no âmbito do procedimento da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), prevista no regime jurídico da avaliação ambiental de planos e programas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

PCGT – ID532 (Ex-164)

geral@ccdrc.pt;

Para:

CCDRCentro

Plataforma PCGT

ID 532 Covilhã

Sua Referência Sua Data
PCGT – ID532

Nossa Referência
Of_DSTAR_DOER_15521_2024

Data
25/06/2024

Proc.º.

PROC. 4952_2024

ASSUNTO: Plataforma Colaborativa de Gestão do Território (PCGT) – **PCGT - ID 532 (Ex-164) - PDM - COVILHÃ - Revisão** - Solicitação de parecer sobre os documentos presentes 1.^a Reunião Plenária de 28-06-2024

No âmbito da revisão do PDM da Covilhã e sobre os elementos disponibilizados para análise na primeira reunião plenária, no âmbito das competências da DGADR, apresenta-se o nosso parecer.

No que concerne aos documentos presentes à primeira reunião plenária, esta Direção-Geral refere o seguinte:

1. Relativamente ao documento REGULAMENTO, considera-se importante que sejam alterados os artigos infra, pelo que propomos as seguintes correções:

1.1. Secção III – Espaços agrícolas – Subsecção I – Espaços agrícolas de Produção - **Artigo 44.º Usos e Atividades**

a) Deve ser acrescentado um número novo, entre o n.º 2 e 3, com o seguinte texto: **(a negrito e sublinhado)**

“2A - O Aproveitamento Hidroagrícola de Cova da Beira (AHCB) é uma obra do Grupo II - Obras de interesse regional com elevado interesse para o desenvolvimento agrícola da região - da competência da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Encontra-se sujeito ao estabelecido no regime jurídico que tutela as obras dos Aproveitamentos Hidroagrícolas, o Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de julho (RJOAH), na

redação dada pelo Decreto-Lei n.º 86/2002, de 6 de abril (RJOAH) e respetiva legislação complementar. A área beneficiada do AHCB e as suas infraestruturas constituem condicionantes ao uso do solo.

- b) Em conformidade com o **regime jurídico da RAN e do RJOAH**, deve ser retirado o número 4, pois apresenta usos e atividades **incompatíveis** com as atividades complementares permitidas por estes regimes.

1.2. Secção III – Espaços agrícolas – Subsecção I – Espaços agrícolas de Produção - **Artigo 45.º**
Regime de edificabilidade

Deve ser retirado o artigo 45.º, pois a edificabilidade em áreas de RAN e nas áreas beneficiadas pelo AHCB é regida pelo regime jurídico da RAN e pelo RJOAH, não sendo permitido outro tipo de edificabilidade.

2. Sobre as PEÇAS DESENHADAS, refere-se o seguinte:

2.1.Quanto ao ORDENAMENTO: (ver ficheiro kmz em anexo)

• **Carta: 02.1_rpdmc_ef_po_cqs - Classificação e Qualificação do Solo**

- A totalidade do regadio deve ficar classificada como “Solo Rústico – Espaços Agrícolas de produção”;
- Áreas de Edificação Dispersa: Amieiro, Lameiro e Rasas; uma pequena parte do regadio encontra-se em Solo Rústico.
- Solo Urbano: Castanheira de Cima e Ferro; 2 pequenas áreas de regadio encontram-se inseridas em Solo Urbano;
- Não há Planos de Pormenor previstos no AH;
- Destacam-se as seguintes situações em conflito com o RJOAH:

a) PUFerro - CATEGORIA Espaços Urbanos de Baixa Densidade – CLASSIFICAÇÃO Solo Urbano



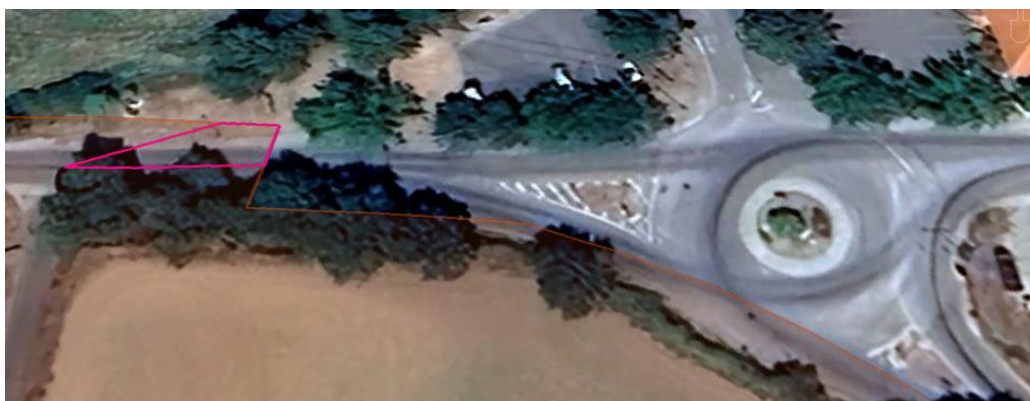
Posição DGADR: desfavorável, deve ser classificado como “espaço agrícola de produção”.

**b) PUCastanheira de Cima – CATEGORIA: Espaços Habitacionais – CLASSIFICAÇÃO
Solo Urbano**



Posição DGADR: desfavorável, deve ser classificado como “espaço agrícola de produção”.

**c) PU Quinta da Raposa - CATEGORIA: Espaços de Uso Especial - CLASSIFICAÇÃO:
Solo Urbano**



Posição DGADR: desfavorável, deve ser classificado como “espaço agrícola de produção”.

d) PUFerro - CATEGORIA: Espaços Habitacionais - CLASSIFICAÇÃO: Solo Urbano



Posição DGADR: desfavorável, deve ser classificado como “espaço agrícola de produção”.

e) Solo Rústico - Áreas de Edificação Dispersa

e)1) Rasas

CLASS	Solo Rústico
AGLOMERADO	Rasas
AREA	6,349068
CATEGORIA	Área de Edificação Dispersa

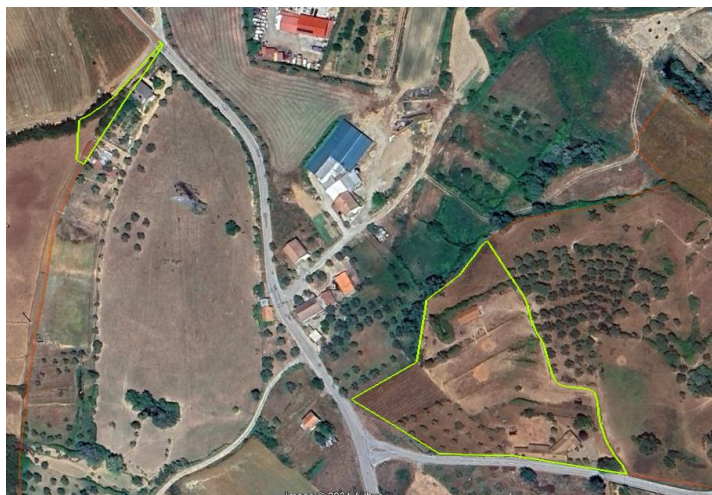


4

Posição DGADR: desfavorável, deve ser classificado como “espaço agrícola de produção”.

e) 2) Lameiros

CLASS	Solo Rústico
AGLOMERADO	Lameiros
AREA	15,294878
CATEGORIA	Área de Edificação Dispersa



Posição DGADR: desfavorável, deve ser classificado como “espaço agrícola de produção”.

e) 3) Aranhas

CLASS	Solo Rústico
AGLOMERADO	Aranhas
AREA	12,025968
CATEGORIA	Área de Edificação Dispersa



Posição DGADR: Desfavorável, deve ser classificado como “espaço agrícola de produção”.

Acertar pelo limite do AH.

e) 4) Amieiro

CLASS	Solo Rústico
AGLOMERADO	Amieiro
AREA	3,690994
CATEGORIA	Área de Edificação Dispersa



Posição DGADR: Desfavorável, deve ser classificado como “espaço agrícola de produção”.

•**Carta: 02.2_rpdmc_ef_po_eem**

- Parte do regadio é atravessada pela Estrutura Ecológica Fundamental;
- O regadio está praticamente todo inserido na Estrutura Ecológica Complementar;

•**Cartas: 02.3_rpdmc_ef_po_ecmt; 02.4_rpdmc_ef_po_as-r; 02.5_rpdmc_ef_po_as-zpnse; 02.6_rpdmc_ef_po_as-pat e 02.7_rpdmc_ef_po_zs**

- Nada a considerar;




2.2. Quanto às CONDICIONANTES




- a) O limite do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira encontra-se conforme.
- b) O Gasoduto cruza o limite a sul do regadio.
- c) Faixas de Gestão de Combustível na freguesia de Ferro (parte em regadio);

2.3. Quanto à RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

- O AHCB encontra-se totalmente integrado na RAN Bruta Proposta.
- O AHCB encontra-se totalmente integrado na RAN Bruta Proposta CCDRC (ex-DRAP Centro).
- Relativamente às **propostas de exclusão da RAN na área beneficiada pelo AHIN**, verificam-se 15 situações que se referem (**ver ficheiro kmz em anexo**):

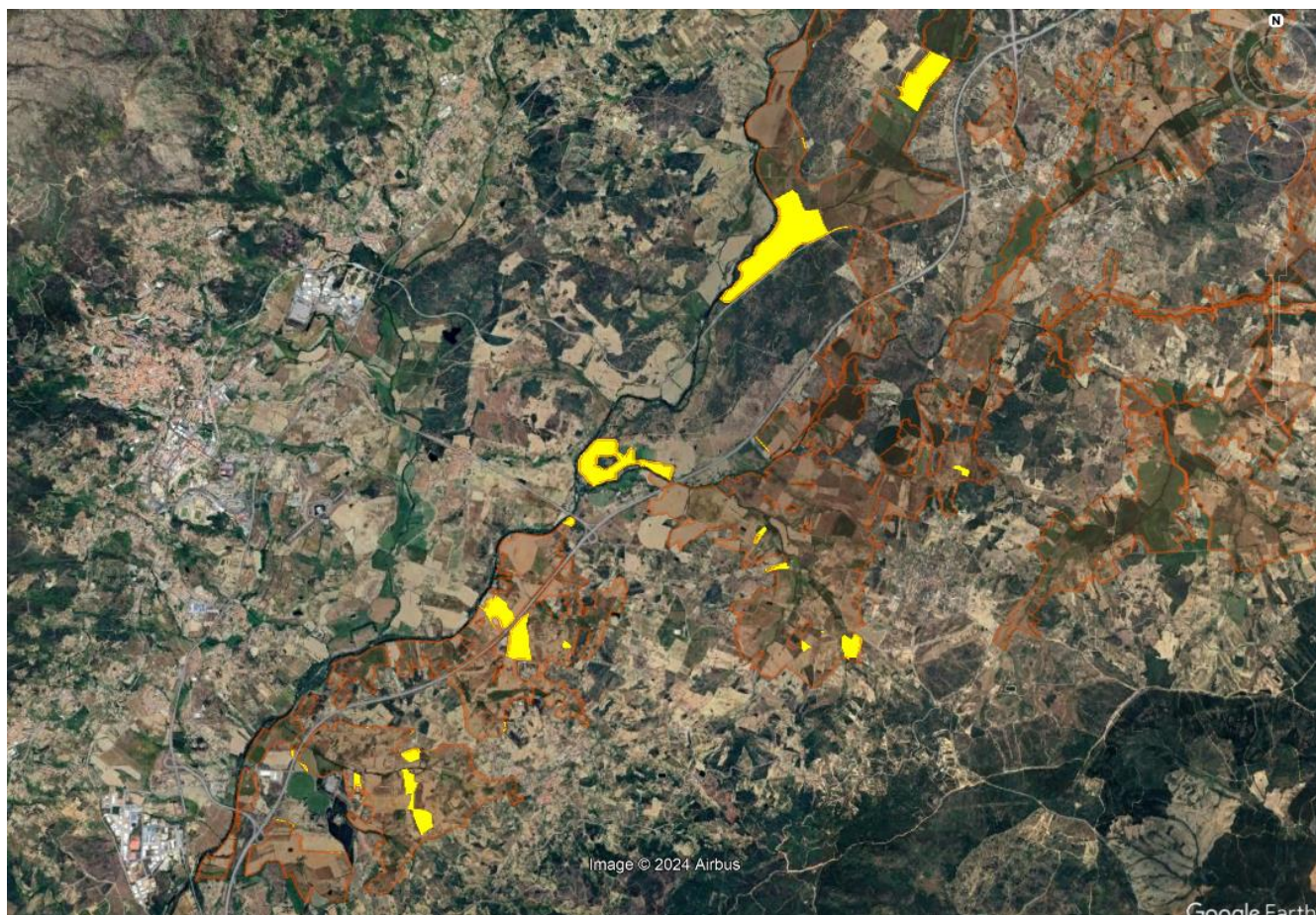
ID DGADR	Extrato	análise	Posição DGADR
1,2,3,4,6,7,8,10,14 e 15	-	Rede viária	Situações diversas a ser retificadas com a CCDR C.

5			Solo agrícola	Permanecer AH e RAN Desfavorável
9			Área de apoio à habitação, relvado e piscina	Favorável, sujeito a pedido de exclusão do AH e pagamento de montante compensatório.
11				Favorável Ajustar pelo limite do AH

12				
13				Situação a retificar com a CCDR C
16				Favorável Ajustar pelo limite AH

2.4.COMPROMISSOS URBANÍSTICOS

Verificam-se diversas situações de compromissos urbanísticos no AHCB, conforme apresentados na imagem abaixo e destacados a cor “amarela”. (ver ficheiro kmz em anexo)



A posição da DGADR face a estas situações é desfavorável, carecendo de melhor explicação.

3. No seguimento do exposto, no âmbito das competências da DGADR e, em conformidade com o regime jurídico que tutela as áreas beneficiadas pelos Aproveitamentos hidroagrícolas (AH) e suas infraestruturas, esta Direção-Geral **emite parecer desfavorável**.

4. O presente parecer não substitui qualquer outro parecer ou ato administrativo que deva ser emitido ou praticado por entidades com competência decisória relativa a outras condicionantes que onerem o prédio objeto de intervenção em análise.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor-Geral,

(Rogério Lima Ferreira)

Anexos: 4 Ficheiros kmz

ICB/

C/c C.M. Covilhã

Exmos. Senhores
Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro
Rua Bernardim Ribeiro, 80
3000-069 COIMBRA

V/ Refª.: PCGT – ID 532
V/Comunicação: 02.02.2024

N/ Refª.: SAI/2024/7179/DRO/DEOT/SS
Procº.: 14.01.9/279
Data: 27.09.2024

ASSUNTO: Revisão do Plano Diretor Municipal da Covilhã - Proposta de Plano – 1ª
Reunião Plenária

Reportando-nos ao assunto mencionado em epígrafe, junto se envia cópia da
Informação de Serviço deste Instituto, com o n.º PROP/2024/2797[DRO/DEOT/LG],
bem como dos despachos que sobre a mesma recaíram.

Com os melhores cumprimentos,



Fernanda Praça
Diretora do Departamento de
Ordenamento Turístico

Em anexo: O mencionado

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacto ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

Turismo de Portugal, IP

Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa - Portugal T. +351 211 140 200 F. +351 211 140 830 NIF: 508 666 236 info@turismodeportugal.pt www.turismodeportugal.pt
www.visitportugal.com

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacto ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

Turismo de Portugal, IP

Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa - Portugal T. +351 211 140 200 F. +351 211 140 830 NIF: 508 666 236 info@turismodeportugal.pt www.turismodeportugal.pt
www.visitportugal.com

Informação de Serviço nº PROP/2024/2797 [DRO/DEOT/LG]

Assunto: Revisão do Plano Diretor Municipal da Covilhã - Proposta de Plano – 1ª Reunião Plenária

Processo: 14.01.9/279 [PCGT – ID 532 (Ex-164)]

Pelo exposto, emite-se parecer favorável condicionado à devida ponderação / retificação dos aspetos de cariz técnico identificados na parte III do parecer técnico que antecede.

Comunique-se à CCDR Centro, e dê-se conhecimento à Câmara Municipal da Covilhã.

26.06.2024

Leonor Picão
Diretora Coordenadora
(por subdelegação de competências)



Informação de Serviço nº PROP/2024/2797 [DRO/DEOT/LG]

Assunto: Revisão do Plano Diretor Municipal da Covilhã - Proposta Preliminar de Plano – 1ª Reunião Plenária

Processo: 14.01.9/279 [PCGT – ID 532 (Ex-164)]

Concordando com a análise e apreciação efetuadas na Informação de serviço que antecede, e que incide sobre os elementos disponibilizados para a primeira reunião da Comissão Consultiva (Proposta Preliminar de Plano), que terá lugar em 28 de junho, releva-se positivamente, em particular, a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental na instalação empreendimentos turísticos e de campos de golfe, a definição de critérios para a instalação de áreas de serviço para autocaravanas, a definição de uma rede de mobilidade suave e de um modelo de desenvolvimento turístico compatível com a proposta do PROT Centro, bem como a criação de condições para o exercício de atividades de fruição do solo rústico (animação turística, recreio e lazer). A proposta carece, contudo, de alguns ajustamentos, com particular destaque para a compatibilização das áreas de construção com o modelo de edificabilidade turística preconizada para a instalação de empreendimentos turísticos em solo rústico.

Proponho, assim, a emissão de parecer favorável à proposta preliminar de plano, condicionado à devida ponderação / retificação dos aspetos de cariz técnico identificados na parte III da Informação de serviço.

À consideração superior, com proposta de comunicação à CCDR Centro, e conhecimento à Câmara Municipal da Covilhã.

A Diretora do Departamento de
Ordenamento Turístico



Fernanda Praça
(26.06.2024)

Informação de Serviço nº PROP/2024/2797 [DRO/DEOT/LG]

26/06/2024

Assunto: Revisão do Plano Diretor Municipal da Covilhã - Proposta de Plano – 1ª Reunião Plenária

Processo: 14.01.9/279 [PCGT – ID 532 (Ex-164)]

O presente parecer técnico analisa a proposta de plano da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal da Covilhã (PDMC) no âmbito das competências do Turismo de Portugal, I.P. (TdP), previstas na alínea a) do nº 2 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 39/2008, de 7 de março, na sua redação atual, conforme solicitado na convocatória para a Conferência Procedimental, a realizar no dia 28/06/2024 (10:30 h), remetida através da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) (N/ Ref.ª ENT/2024/12363 de 06/06/2024), destinada à análise parecer sobre os documentos da proposta de revisão do PDMC.

I – ENQUADRAMENTO E ANTECEDENTES

No âmbito do processo de revisão do PDMC, este Instituto emitiu informação sobre os elementos específicos do turismo relevantes para a elaboração da proposta de plano, remetida através do ofício Ref.ª SAI/2020/23389/DVO/DEOT/FP, datado de 20.10.2020.

Através do ofício Ref.ª SAI/2022/5962/DVO/DEOT/CD, de 28.03.2022, foi enviada a informação de serviço n.º INT/2022/3380 [DVO/DEOT/JC], datada de 25.03.2024, sobre os elementos iniciais constituídos pelos Estudos de Caracterização e Diagnóstico e Relatório de Definição de Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), da proposta de plano, disponibilizados pela CCDR do Centro.

O plano objeto de revisão, foi aprovado em 1999, na vigência do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março, e publicado pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 124/99, de 23 de outubro, em Diário da República, I Série-B — N.º 248, tendo sido efetuadas 4 alterações, nos termos do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial — RJIGT).

O concelho da Covilhã encontra-se parcialmente abrangido pelos seguintes instrumentos de gestão territorial:

- Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE), aprovado pela RCM n.º 83/2009, publicada em Diário da República, 1.ª Série — N.º 175, de 9 de setembro;
- Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato (POACV), aprovado pela RCM n.º 42/2004, publicada em Diário da República, I SÉRIE-B, n.º 77, de 31 de março.

II – DESCRIÇÃO

Para o desenvolvimento Município da Covilhã encontram-se estabelecidas orientações estratégicas, que decorrem do Relatório sobre o Estado do Ordenamento (REOT)¹, como a revisão do modelo de desenvolvimento territorial, centrado na reabilitação e regeneração do território e na proteção e valorização do património construído; a promoção da sustentabilidade ambiental com vista à adequada proteção e valorização dos recursos e valores naturais e da paisagem, compatibilizando-os com as necessidades de solo para as atividades económicas, residenciais e de recreio e lazer e a valorização dos recursos endógenos, naturais, culturais e turísticos a nível local, potenciando-os a nível regional e nacional².

1 De acordo com o artigo 77º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão territorial (RJIGT)

2 De acordo com o artigo 2.º - Objetivos estratégicos, da proposta de Regulamento do PDMC

Destaca-se o facto de o concelho da Covilhã se encontrar parcialmente abrangido (cerca de 14.238 ha) pelo Parque Natural da Serra da Estrela, constituído pelo Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de julho, por se tratar de uma região onde existem refúgios de vida animal e formações vegetais endémicas de importância nacional e que possui um evidente valor paisagístico e cultural.

O território concelhio encontra-se ainda abrangido pelo *Estrela Geopark³ Mundial da UNESCO*, consistindo o mesmo numa área, na qual os sítios e paisagens de importância geológica internacional apresentam uma gestão integrada, tendo em conta princípios de proteção, educação e desenvolvimento sustentável.

As orientações e objetivos estratégicos definidos na proposta de plano concorrem para a Estratégia para o Turismo 2027 (ET 27), prevista na RCM n.º 134/2017, publicada em Diário da República, 1.ª série, n.º 187, de 27.09.2017, realçando-se, em especial, a integração, no Regulamento (artigo 23º), de requisitos de eficiência ambiental na instalação de empreendimentos turísticos (ET), campos de golfe (artigo 24º), a definição de requisitos que assegurem a autenticidade dos aglomerados e a criação de condições para a visitação e fruição turística do solo rústico.

Releva-se positivamente as opções relativas à rede de mobilidade suave (artigo 145º), enquanto estratégia que visa a promoção de modos de deslocação mais sustentáveis, acessíveis e amigos do ambiente, apresentando como um dos objetivos a redução da emissão de gases com efeitos de estufa (GEE) e o impacto ambiental. A este nível o plano, aposta no desenvolvimento de uma rede ciclável e pedonal, veículos leves, bem como no transporte público.

Evidenciam-se os objetivos preconizados, conforme disposto nos artigos 26º e 27º do regulamento, relativos à melhoria do ambiente urbano, a observar no âmbito das operações urbanísticas, promovidas pelo setor público e setor privado, destacando-se a integração de tecnologias sustentáveis orientadas para a redução de consumos, para a eficiência energética e para a produção de energia a partir de fontes renováveis. Assumem igual relevância as disposições aludidas no artigo 28º, respeitantes à adaptação e resiliência a fenómenos meteorológicos extremos, a considerar no quadro das operações urbanísticas, públicas e privadas, mediante um conjunto de ações.

O modelo de desenvolvimento turístico preconizado na revisão do PDMC integra disposições que visam contribuir para o desenvolvimento turístico, genericamente, em todas as categorias do solo rústico e do solo urbano, excecionando-se na categoria, de Espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos. A instalação de empreendimentos turísticos é considerada como atividade compatível com o uso dominante do solo rústico, podendo instalar-se de forma autónoma ou inserindo-se em empreendimentos estruturantes, com forte expressão territorial, identificados como empreendimentos turísticos isolados (ETI) e núcleos de desenvolvimento turístico (NDT) nas várias categorias de solo rústico, com exceção dos aglomerados rurais.

Destaca-se igualmente a articulação do modelo de desenvolvimento preconizado para a área da Torre, através da constituição de uma Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) 12, para a qual se preconiza a realização de um plano de pormenor, na modalidade de plano de pormenor de intervenção em espaço rural, (PIER), cujos objetivos se fixam na recuperação e requalificação da área abrangida designadamente das edificações existentes; na reabilitação ambiental e paisagística da área; na requalificação das áreas edificadas através da adoção de medidas destinadas à valorização do espaço público e do parque edificado, nomeadamente através da substituição ou da demolição das construções existentes e da construção de equipamentos, com a necessária articulação ao Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE).

³ Os Geoparks portugueses surgem em 2006, com a classificação do Geopark Naturtejo, processo que culminou, em 2020, com a aprovação da Estrela pelo Conselho Executivo da UNESCO

III – APRECIÇÃO

Analizados os documentos constituintes e de acompanhamento do plano, como tal definidos nos artigos 96º e 97º, do RJIGT e relativamente às considerações/observações efetuadas no anterior parecer emitido por estes serviços, verifica-se que, de um modo geral, foram retificados os aspetos mencionados relativos ao cumprimento das questões de ordem técnica identificadas na INT/2022/3380 [DVO/DEOT/JC], e que visavam contribuir para uma abordagem mais adequada ao setor do turismo. Identificam-se, ainda assim, alguns aspetos a retificar, ou que carecem da devida ponderação.

1. Relatório:

No âmbito do Relatório do plano são indicadas as sínteses de caracterização do diagnóstico territorial, com descrição dos sistemas biofísico, patrimonial, socioeconómico, mobilidade e transportes, bem como o modelo territorial, encontrando-se desenvolvidas por sistemas, a saber: sistema urbano; sistema de acessibilidades e transportes; sistema económico e sistema ambiental.

De referir as principais potencialidades que o território municipal apresenta associadas a diversas temáticas, conforme identificadas na Tabela 28 (análise SWOT), que focando aspetos transversárias a vários concelhos, se nos afiguram de interesse para a área do turismo: património natural [Serra da Estrela, Rio Zêzere (património Mundial UNESCO)]; património arquitetónico e arqueológico; elevada percentagem do território ocupada por áreas agrícolas, agroflorestais e florestais, com potencial de crescimento, a presença de outro património natural (como as Termas de Unhais da Serra e as praias fluviais) constituem a dinamização da oferta turística, em particular que decorre da valorização do património edificado, cultural, arqueológico e natural, contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico do território municipal e regional.

Para efeitos de ponderação ao Relatório, tecem-se os seguintes comentários:

- a) A menção a “NUT Beira Interior” (pp. 119) deve ser retificada para “NUTS III Beiras e Serra da Estrela”, nos termos da legislação aplicável;
- b) Relativamente à Tabela 32 - Planos, Programas e Instrumentos de âmbito Nacional (pp.168), deve ser complementada a referência efetuada ao Parque Natural da Serra da Estrela, na medida em que o mesmo integra o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE);
- c) A ET27 apresenta um referencial que se consubstancia em cinco eixos estratégicos, contendo cada um deles, um conjunto de linhas de atuação, devendo a referência (pp. 170) “de acordo com três eixos” ser corrigida para “de acordo com cinco eixos”;
- d) Considera-se ainda relevante a inclusão no Relatório de capítulo destinado à *definição de indicadores de avaliação e monitorização da atividade turística*, incluindo as vertentes da oferta e da procura turística. No Anexo 3 do Guia Orientador – Abordagem ao Turismo na revisão de PDM⁴ é apresentada uma lista de indicadores básicos da oferta e da procura, devendo ser ajustados e/ou complementados em função das especificidades do modelo de desenvolvimento turístico preconizado para o município da Covilhã, em linha com o mencionado na Informação de serviço n.º INT/2022/3380 [DVO/DEOT/JC];

⁴ Disponível em <https://business.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/ordenamento-turistico/guia-orientador-abordagem-ao-turismo-na-revisao-de-pdm-out-2021.pdf>

2. Relatório Ambiental:

O Relatório Ambiental Provisório da Avaliação (RA) Ambiental Estratégica (AAE) da Revisão do PDMC, dando cumprimento ao estabelecido no regime jurídico da avaliação ambiental de planos e programas articulado com o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, visando garantir um nível de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos, com vista a promover um desenvolvimento sustentável, tendo em conta, designadamente, a integração de objetivos estratégicos como a revisão do modelo de desenvolvimento territorial, mais centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes e na proteção e valorização do património construído e na sustentabilidade ambiental que promova a adequada proteção e valorização dos recursos e valores naturais e da paisagem, compatibilizando-as com as necessidades de solo para as atividades económicas, residenciais e de recreio e lazer.

Considera-se, ainda no RA, que do ponto de vista socioeconómico, a par do reconhecimento do setor industrial, a dinamização da oferta turística, em particular a que decorre da valorização do património edificado, cultural, arqueológico e natural, contribuirá de forma determinante para o desenvolvimento socioeconómico, não apenas do território municipal, mas também à escala regional.

Sobre o FCD 4 – Desenvolvimento Económico, e em concreto sobre o Critério de Avaliação “Turismo”, tecem-se os seguintes comentários:

- a) O indicador “Estabelecimentos de alojamento turístico no concelho (n.º)” agrega duas realidades muito distintas (empreendimentos turísticos e os estabelecimentos de alojamento local), sugerindo-se subdividir este indicador em dois “N.º de empreendimentos turísticos” e “N.º de Estabelecimentos de Alojamento Local”;
- b) Quanto ao indicador “Capacidade de alojamento turístico por categoria de estabelecimento (n.º de camas)”, considera-se mais adequado definir os seguintes Indicadores: “Capacidade de alojamento em empreendimentos turísticos (camas/utentes)” e “Capacidade de alojamento em estabelecimentos de alojamento local (utentes)”;
- c) Relativamente ao indicador “Dormidas em alojamento turístico por 100 habitantes” propõe-se retificar a redação para “Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes (n.º)”. Lembramos que este indicador engloba as dormidas em empreendimentos turísticos e em estabelecimentos de alojamento local, de forma a englobar a globalidade de procura de alojamento;
- d) Sobre o indicador “Taxa de ocupação por categoria dos estabelecimentos (%)”, deverá a redação ser retificada para “Taxa líquida de ocupação/cama nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico (%)”;
- e) Considerando os critérios de sustentabilidade do FCD 4 (Desenvolvimento Económico), em que se alude ao aumento de atratividade para o turismo e duração de estadias (pág. 52), propõe-se acrescentar o seguinte indicador: “Estada média nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico (N.º de noites)”.

3. Regulamento:

O regulamento da proposta de plano, encontra-se bem estruturado, elencando a estratégia e os principais objetivos de desenvolvimento para o concelho da Covilhã, que se fixam, designadamente, na sustentabilidade ambiental que promova a adequada proteção e valorização dos recursos e valores naturais e da paisagem compatibilizando-os com as necessidades de solo para as atividades económicas, residenciais e de recreio e

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacto ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

Turismo de Portugal, IP
Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa - Portugal T. +351 211 140 200 F. +351 211 140 830 NIF: 508 666 236 info@turismodeportugal.pt www.turismodeportugal.pt
www.visitportugal.com

lazer e na revitalização do setor agrícola e florestal e valorização dos recursos endógenos, naturais, culturais e turísticos a nível local, potenciando-os a nível regional e nacional (artigo 2º), sublinhando-se igualmente a aposta na mobilidade suave (artigo 145º).

Destaca-se também a incorporação dos requisitos de eficiência ambiental para a instalação de empreendimentos turísticos (artigo 23º), para campos de golfe (artigo 24), bem como critérios para a instalação de áreas de serviço para autocaravanas (ASA) (artigo 25º), em linha com os Objetivos Estratégicos preconizados na ET27, designadamente, no Eixo I – Valorizar o território e as comunidades e Eixo 5 – Linha de atuação: II.4.5. Ativos estratégicos e a consideração do património natural, designadamente da área a que corresponde o Parque Natural da Serra da Estrela, enquanto ativo diferenciador, bem como os objetivos a observar, no âmbito das intervenções no espaço público e nas operações urbanísticas, de natureza pública ou privada, relacionados com a adaptação e mitigação das alterações climáticas (artigo 26º) e adaptação e resiliência a fenómenos meteorológicos extremos (artigos 27º a 29º).

- a) Artigo 4º, alínea e): Deve ser efetuada a atualização, considerando a Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2024, publicada em Diário da República n.º 79/2024, Série I, de 22 de abril;
- b) Artigo 19º, n.º 4 e n.º 5: Deverá ser ajustado o regulamento no sentido de serem aplicáveis aos empreendimentos turísticos as disposições do n.º 4 (e não as do n.º 5), proporcionando a possibilidade de ampliação de eventuais empreendimentos turísticos existentes por razões que não decorram, necessariamente, do respetivo regime legal;
- c) Artigo 21º, n.º 4, alínea b): A dispensa do cumprimento de outras condições ou regras estabelecidas para as categorias ou subcategorias de espaço afetadas, não deve ser aplicável à altura máxima da fachada, de forma a assegurar a devida integração paisagística do edificado;
- d) Artigo 30º, n.º 3 - Princípios: Considerando a admissão de instalação de empreendimentos turísticos no solo rústico, conforme disposto no artigo n.º 1 do artigo 39º, sugere-se a inclusão do turismo no corpo do n.º 3 do artigo 30º, para harmonização com o mencionado artigo 39º, enquanto norma relativa aos princípios gerais a observar no solo rústico, no que se refere à admissibilidade de novas instalações e ainda a definição de medidas de discriminação positiva, no sentido de promover a recuperação, reabilitação e valorização do edificado existente;
- e) Artigo 39º, n.º 4: Para além da menção ao turismo no espaço rural (TER), propõe-se acrescentar o turismo de habitação (TH), cuja instalação apenas pode ocorrer a partir de edificado existente;
- f) Artigo 40º, n.º 2, alínea a): Propõe-se que as temáticas referidas sejam apontadas como exemplos e não em lista fechada de forma a acomodar outras temáticas, como por exemplo a agrícola, bem-estar, entre outras;
- g) Artigo 40º, n.º 3: O conceito de ETI, não se ajusta aos perímetros urbanos ou rurais, pelo que deverá ser eliminada a referência a “aldeias históricas”;
- h) Artigo 40º, n.º 4: Sugere-se a eliminação da exceção feita aos hotéis e pousadas que resultem da reabilitação ou ampliação de edifícios preexistentes, ainda que a mesma conste da proposta do PROT Centro. Com efeito, considera-se que também nas situações de reabilitação ou ampliação de edifícios preexistentes são válidos os critérios das alíneas a) e b), devendo ser aplicável a todos;
- i) Artigo 40º, n.º 5: As pousadas não ficam vinculadas a estas disposições, tal como consta do PROT, com o objetivo de serem discriminadas positivamente, uma vez que reabilitam património;
- j) Artigo 41º, n.º 2: De acordo com a proposta do PROT Centro, deverá ser incluída a tipologia de “conjuntos turísticos” que englobem as tipologias referidas nas alíneas a) a e);

O Turismo de Portugal dá preferência a produtos e serviços com menor impacto ambiental. Agradecemos contacto através dos canais digitais.
Turismo de Portugal prefers products and services with low environmental footprint. Please use digital channels.

Turismo de Portugal, IP
Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa - Portugal T. +351 211 140 200 F. +351 211 140 830 NIF: 508 666 236 info@turismodeportugal.pt www.turismodeportugal.pt
www.visitportugal.com

- k) Artigo 45º, n.º 2, alínea d), ponto ii): A definição de 600 m² de área máxima de construção não permite a instalação de um hotel ou hotel rural, e inviabiliza totalmente a instalação de NDT, pelo que, a proposta deverá ser coerente em termos de área de construção. Lembramos, a título de exemplo, que os valores médios de referência para o caso de hotéis ou hotéis rurais de 4* são de 65 a 70 m² / quarto duplo;

Lembramos, ainda, que o próprio regime da RAN limita a eventual edificabilidade para empreendimentos TER a 600 m² de área de implantação o que, atendendo à possibilidade de instalar 2 pisos, permite uma área de construção de 1.200 m²;

- l) Artigo 48º, alínea b), ponto ii): Reitera-se que a área de construção é escassa para a instalação de um ETI nas tipologias Hotéis ou Hotéis Rurais;
- m) Artigo 51º, n.º 1, alínea c) ponto i): Reitera-se o indicado no ponto anterior;
- n) Artigo 54º, n.º 4, alínea a): Esta disposição contradiz o mencionado no n.º 2, alínea f) do presente artigo, bem como na alínea e) do Artigo seguinte;
- o) Artigo 55º, alínea e), ponto ii): Reitera-se o já referido quanto à insuficiência da área de construção;
- p) Artigo 57º, n.º 4, b): Uma vez que o disposto no n.º 2 não contempla a admissão de instalação de núcleos de desenvolvimento turístico, prevendo apenas a instalação de empreendimentos turísticos isolados, sugere-se que seja eliminada a referência à interdição de núcleos de desenvolvimento turístico;
- q) Artigo 58º, alínea c), ponto ii): Deverá ser fundamentada a opção de "500 m² por edificação" no caso dos ETI;
- r) Artigo 73º, n.º 2, alínea g): Por lapso esta alínea não apresenta qualquer descrição;
- s) Artigo 74º, n.º 1, alínea c), ponto i): Reitera-se o mencionado acima quanto à área de construção. O índice de 5% não deverá ser aplicável à instalação de ET em edificado existente, de forma a promover a reabilitação do edificado, concorrendo desta forma para o objetivo estratégico definido na alínea a) do n.º 1 do Artigo 2.º do presente regulamento;
- t) Artigo 78º, n.º 1, alínea a): Reitera-se o referido acima quanto à maior abertura das temáticas associadas;
- u) Artigo 87º, n.º 1, alínea c): Eliminar a menção a "isolados", não compaginável com a edificabilidade em aglomerado rural, conforme referido acima;
- v) Artigo 88º, n.º 4, alínea b), ponto i): Retirar a menção a "isolados", pelas razões já referidas;
- w) Artigo 88º, n.º 4, alínea c), ponto ii): Por lapso esta alínea não tem qualquer descrição;
- x) Artigo 88º, n.º 5: Concorde-se com o proposto, devendo a redação acautelar, contudo, a altura da fachada estabelecida na alínea b), ou a existente, se superior, no caso de reconstrução ou ampliação de edificado existente;
- y) Artigo 90º, n.º 2: Deverá ser usada a terminologia que referem ao longo do regulamento: "Atividades de recreio e lazer, culturais e de animação turística, e os respetivos equipamentos";
- z) Artigo 100.º, n.º 1: De forma a harmonizar com a terminologia utilizada para os "Espaços Habitacionais", bem como para os "Espaços Urbanos de Baixa Densidade", propõe-se retificar a menção a "turismo" para "empreendimentos Turísticos";

- aa) Artigo 103.º, n.º 1: De forma a harmonizar com a terminologia utilizada para os "Espaços Habitacionais", bem como para os "Espaços Urbanos de Baixa Densidade", propõe-se retificar a menção a "turismo" por "empreendimentos Turísticos";
- bb) Artigo 124º, n.º 3: Por lapso é efetuada remissão para o n.º 6 do artigo 123º, verificando-se que este artigo dispõe apenas de 4 números, situação que devera ser retificada;
- cc) Artigo 176º, n.º 6: Destacando-se como adequada a medida de segurança de pessoas e bens que visa a interdição de construção de edifícios considerados "sensíveis", nos termos do Regime Jurídico da Avaliação Gestão dos Riscos de Inundação, e pese embora, os empreendimentos turísticos não se enquadrarem no mesmo, propõe-se aditar a essa interdição os empreendimentos turísticos, os quais não deverão ser autorizadas, quando construídos de raiz, nas zonas inundáveis como tal identificadas na planta de ordenamento do PDMC.

4. Planta de ordenamento:

Considerando que o concelho da Covilhã apresenta um conjunto de 19 percursos pedestres (Pequenas Rotas (PR) e outros percursos/trilhos), totalizando cerca 209 km que percorrem o território municipal, principalmente na área do PNSR, e ainda que o mesmo se encontra incluído em rotas supramunicipais, integrando a Grande Rota do Zêzere (GR33), Grande Rota das Aldeias Históricas de Portugal (GR22), Caminho de Santiago e a Rota dos Miradouros, devem os percursos/trilhos pedonais e cicláveis de fruição turística ser representados na Planta de Ordenamento, com traçado sinalizado e indicação da entidade gestora, com grafismo específico, visando contribuir para a promoção de um turismo sustentável, com a valorização dos recursos naturais.

VI – CONCLUSÃO

Face ao exposto, e do ponto de vista do turismo, propõe-se a emissão de **parecer favorável** à presente proposta, **condicionado** à ponderação das observações de cariz técnico identificadas no **ponto III**.

À Consideração Superior,



Luís F. Gomes, urbanista

Ref.^a: S06652-202406

PDM da Covilhã– 1ª Reunião Plenária

Analizados os elementos disponibilizados na PCGT para apreciação na 1ª reunião plenária do processo de revisão do PDM da Covilhã, importa referir que, em termos de infraestruturas aeronáuticas, no território abrangido pelo PDM, encontram-se o Heliporto do Centro Hospitalar Cova da Beira e ainda o Heliporto de Cortes do Meio, infraestruturas que não dispõem de servidão legalmente constituída.

Ambas as infraestruturas prosseguem funções de interesse público, operando com voos de emergência médica e voos de combate a incêndios e proteção civil.

A forma legal de proteção do espaço aéreo, por forma a garantir o funcionamento das infraestruturas aeronáuticas em segurança, deve ser a constituição de servidões aeronáuticas. Constatando-se, no entanto, que essas infraestruturas não têm servidão legalmente constituída, a única forma de garantir a defesa do espaço aéreo na envolvente, impedindo o crescimento de obstáculos que poderão de uma forma prematura impedir o seu normal funcionamento em segurança, será, em sede de PDM, a constituição de zonas de proteção.

As zonas de proteção deverão ser definidas em termos de delimitação de áreas na Planta de Ordenamento e, no Regulamento do PDM, deverão estar contidas as restrições de âmbito urbanístico, ou outras, a aplicar nas referidas áreas abrangidas, de forma a salvaguardar a não perfuração das superfícies limitativas de obstáculos. As respetivas superfícies limitativas de obstáculos, devem ser definidas de acordo com o estabelecido no ANEXO 14, Volume II, 5ª Edição.

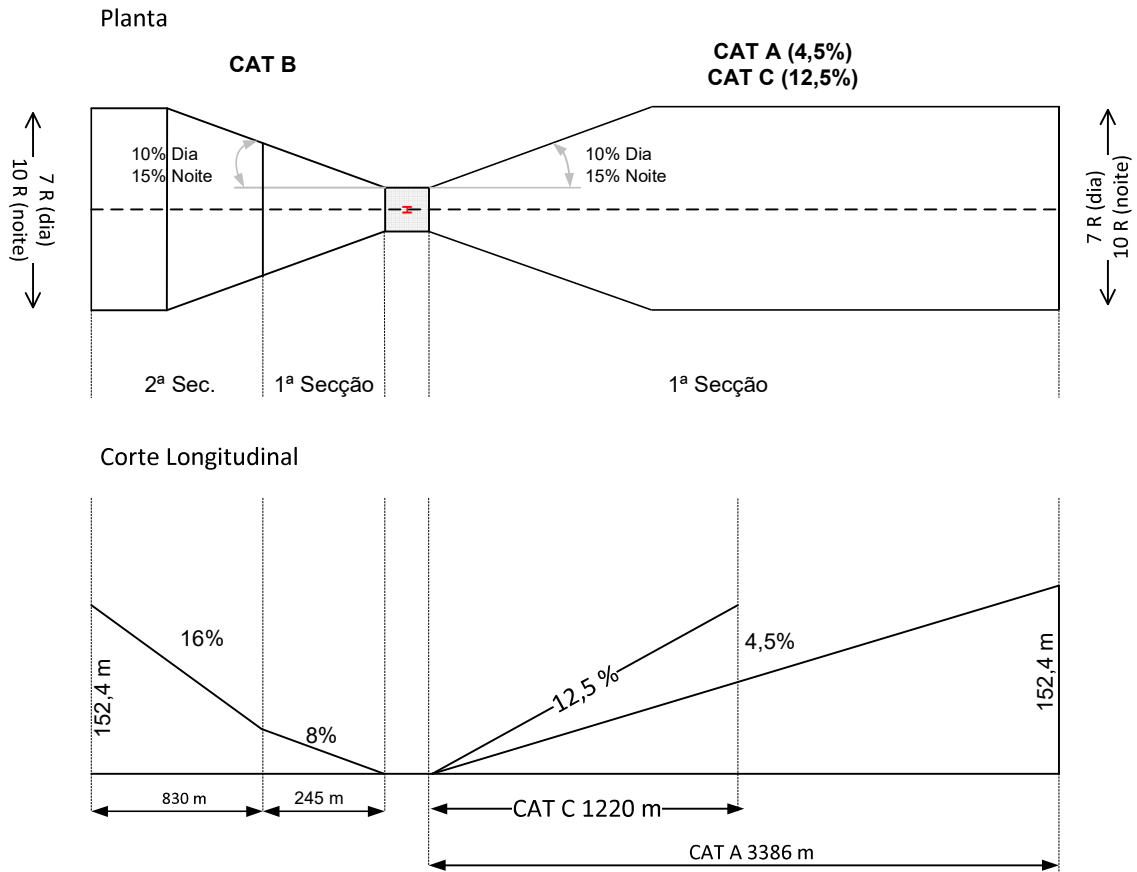
Alerta-se ainda para o facto de que, relativamente às infraestruturas que não dispõem de servidão legalmente constituída, não obstante os pareceres que possam ser solicitados e emitidos pela ANAC relativamente a operações urbanísticas localizadas na sua envolvente e/ou nas respetivas zonas de proteção, o parecer final e vinculativo será da Câmara Municipal de Covilhã como entidade licenciadora. Assim, considera-se que será de todo o interesse, em geral e nomeadamente para esse Município, que as regras e restrições a aplicar na/s referida/s zona/s de proteção estejam claramente definidas em sede de PDM.

A representante da ANAC no processo de revisão do PDM da Covilhã

Paula Reixa

Superfícies de Aproximação/Descolagem

Nota: Estão representadas as três categorias de inclinação no esquema. Para cada categoria (A, B ou C) o desenho deve ser simétrico.



**Table 4-1. Dimensions and slopes
of obstacle limitation surfaces for all visual FATOs**

Surface and dimensions	Slope design categories		
	A	B	C
Approach and take-off climb surface:			
Length of inner edge	Width of safety area	Width of safety area	Width of safety area
Location of inner edge	Safety area boundary (Clearway boundary if provided)	Safety area boundary	Safety area boundary
Divergence: (1st and 2nd section)			
Day use only	10%	10%	10%
Night use	15%	15%	15%
First section:			
Length	3 386 m	245 m	1 220 m
Slope	4.5% (1:22.2)	8% (1:12.5)	12.5% (1:8)
Outer width	(b)	N/A	(b)
Second section:			
Length	N/A	830 m	N/A
Slope	N/A	16% (1:6.25)	N/A
Outer width	N/A	(b)	N/A
Total length from inner edge (a)	3 386 m	1 075 m	1 220 m
Transitional surface: (FATOs with a PinS approach procedure with a VSS)			
Slope	50% (1:2)	50% (1:2)	50% (1:2)
Height	45 m	45 m	45 m
<p><i>a. The approach and take-off climb surface lengths of 3 386 m, 1 075 m and 1 220 m associated with the respective slopes brings the helicopter to 152 m (500 ft) above FATO elevation.</i></p> <p><i>b. Seven rotor diameters overall width for day operations or 10 rotor diameters overall width for night operations.</i></p>			

Note.— The slope design categories in Table 4-1 may not be restricted to a specific performance class of operation and may be applicable to more than one performance class of operation. The slope design categories depicted in Table 4-1 represent minimum design slope angles and not operational slopes. Slope category “A” generally corresponds with helicopters operated in performance class 1; slope category “B” generally corresponds with helicopters operated in performance class 3; and slope category “C” generally corresponds with helicopters operated in performance class 2. Consultation with helicopter operators will help to determine the appropriate slope category to apply according to the heliport environment and the most critical helicopter type for which the heliport is intended.

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro

Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80
3000-069 Coimbra

Sua referência:
PCGT - ID 532 (Ex-164) - PDM - COVILHÃ –
Revisão.
Email PCGT de 6 de junho 2024

Processo:
DSEFRG/DGM/LS
Entr. Int.: SIGO/NOT-449/2024

Nossa referência:
DG/414/SIGO/24

Assunto: PCGT - ID 532 (Ex-164) - PDM - COVILHÃ - Revisão - Convocatória para 1.ª Reunião Plenária.

Em 6 de junho de 2024 esta Direção-Geral rececionou um pedido de parecer por parte da CCDDR Centro destinado à apreciação dos elementos técnicos relativos à proposta do Plano Diretor Municipal do município da Covilhã, que se encontra em revisão, no âmbito da convocatória para a 1ª reunião plenária da Comissão Consultiva, agendada para dia 28 de junho de 2024.

Os elementos da proposta foram disponibilizados através da plataforma PCGT.

Considera-se importante efetuar o seguinte enquadramento relativamente às áreas setoriais a salvaguardar e da competência desta Direção-Geral:

Na área dos recursos energéticos, as bases da organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional (SEN) estão definidas pelo Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, que transpõe a Diretiva (UE) 2019/944 e a Diretiva (UE) 2018/2001, na sua atual redação. Existem ainda um conjunto alargado de diplomas legislativos que regulamentam a atividade energética nacional.

Na área dos recursos geológicos, a Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, estabelece as bases do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes em território nacional, encontrando-se a atividade extrativa regulamentada por legislação específica no âmbito da gestão do território e da preservação e valorização dos diversos usos do solo. No Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, encontra-se prevista a possibilidade do seu exercício em diversas classes de espaço, nomeadamente rústico, sendo objetivo do diploma, entre outros, a *“preservação e defesa de solos com potencialidade para aproveitamento de exploração de recursos geológicos”* (alínea d do artigo 37º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua atual redação), pelo que esta Direção-geral procurará salvaguardar essa compatibilidade.

Também o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN) – Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 11/2003, de 10 de fevereiro – e o Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RAN) – Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio – estabelecem a compatibilidade da atividade extrativa com estas classes de espaço.

Face ao exposto, sobre as áreas da tutela desta Direção-Geral (energia e recursos geológicos), importa informar do seguinte:

1. Recursos Energéticos

1.1. Combustíveis

A documentação enviada pela CCDR Centro respeitante à 1.ª Revisão do PDM da Covilhã, consiste essencialmente no Regulamento, na Proposta Preliminar de Relatório, no Relatório Ambiental Provisório de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), bem como nas Plantas de Condicionantes e de Ordenamento.

Da análise à documentação referida, verifica-se, na presente data, a ausência de elementos suscetíveis de condicionar a instalação de infraestruturas na área dos combustíveis, nomeadamente no que respeita à mencionada proposta de Regulamento bem como a definição de objetivos de sustentabilidade e de indicadores presentes no relatório ambiental.

De referir, no entanto, a existência de uma situação que carece de correção, nomeadamente no documento **Proposta Preliminar de Relatório**, no **capítulo 6.4.4 GASODUTOS E OLEODUTOS**, onde consta “RNTGN” deverá constar “RNTG”, que corresponde à sigla de Rede Nacional de Transporte de Gás, de acordo com o Decreto-Lei n.º 62/2020, de 28 de agosto.

Sugere-se que, a título de melhoria, sejam ponderadas as seguintes considerações:

- No documento **Regulamento**, no **Artigo 147.º - Âmbito** onde consta “Rede de abastecimento de gás” ponderar substituir por “Rede de transporte (gasoduto de alta pressão ou de 1.º escalão)” e/ou “Rede de distribuição de gás (gasoduto de média pressão ou de 2.º escalão)”. Também neste documento, no **Artigo 6.º - Identificação, alinha h) Infraestruturas**, onde consta “Gasodutos” ponderar substituir por “Gasodutos de alta pressão ou de 1.º escalão” e/ou “Gasodutos de média pressão ou de 2.º escalão”, onde aplicável.
- No documento **Relatório Ambiental Provisório de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)**, no **capítulo 8.2 FCD2 – QUALIDADE AMBIENTAL E RISCOS** onde consta “... Deve, também, ser tido em conta o regime aplicável às servidões necessárias à implantação das infra-estruturas das concessões de gás natural. ...” ponderar substituir por “....Deve, também, ser tido em conta o regime aplicável às servidões necessárias à implantação de infraestruturas de rede de transporte e de distribuição (gasodutos de média pressão) de gás natural.,”.

- Na legenda do Desenho de **Planta de Condicionantes**, onde consta “Gasodutos” ponderar substituir por “Gasodutos de alta pressão ou de 1.ª escala”.

1.2 Energia Elétrica

Após análise da documentação disponibilizada para a 1.ª Reunião Plenária da revisão do PDM da Covilhã, salientam-se os seguintes aspetos:

- 1) O compromisso também assumido por Portugal para a Transição Energética, com destaque para o Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), “*Objetivo 3. Reforçar a aposta nas energias renováveis e reduzir a dependência energética de Portugal*”, objetivo este crítico para o desenvolvimento nacional e local, exige de todos investimento em medidas que permitam simplificação adequada às necessidades, existindo para o efeito legislação sectorial que permite a qualquer projeto garantir a sua adequabilidade e licenciamento com mitigação de riscos para o ambiente, populações e outros. Para o efeito tem para o sector da produção de energia elétrica vindo a ser publicada legislação específica, cujo objetivo não deve ser condicionado por demais regulamentação ou PDM, promovendo-se o envolvimento dos Municípios para a adaptação dos PDM no sentido de se simplificar o licenciamento de projetos de produção de energia elétrica por energias 100% renováveis, através da inclusão deste objetivo na estratégia e ação governativa local.

Notas:

a) Legislação de referência do setor, devendo ter-se em consideração a sua atual redação:

- i. O Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional;
- ii. o Decreto-Lei n.º 30-A/2022, de 18 de abril, que aprova medidas excecionais que visam assegurar a simplificação dos procedimentos de produção de energia a partir de fontes renováveis;
- iii. o Decreto-Lei n.º 72/2022, de 19 de outubro, que altera as medidas excecionais para a implementação de projetos e iniciativas de produção e armazenamento de energia de fontes renováveis; e ainda
- iv. o Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro, que procede à reforma e simplificação dos licenciamentos ambientais;
- v. devendo ainda ser tidas em conta as orientações da EU com destaque para o “Regulamento (UE) 2022/2577, de 22 de dezembro de 2022, que estabelece um regime para acelerar a implantação das energias renováveis.

b) Compensação aos Municípios

A instalação de centros electroprodutores de eletricidade de fonte renovável prevê, cumulativamente:

- i. *uma compensação pecuniária pelo Fundo Ambiental aos Municípios, nos termos do Artigo 4.º-B do Decreto-Lei 72/2022 de 19 de outubro, regulamentado pelo **Despacho n.º 6195/2023, de 5 de junho**;*
- ii. *cedências pelos titulares de centrais renováveis aos Município previstas no artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro;*
- iii. *um novo mecanismo de compensação pelo **Decreto-Lei 18/2024, de 02 de fevereiro**, que estabelece contrapartidas aos municípios fortemente impactados por externalidades locais negativas decorrentes do desenvolvimento da rede elétrica necessária em projetos elétricos estratégicos de grande impacto.*

2) Sugere-se que se promova a compatibilização do PDM com a rede elétrica de serviço público (RESP), incluindo a evolução prevista no:

- Plano de Desenvolvimento Investimento da Rede de Distribuição (PDIRD-e) e
- Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (PDIRT-e).

Neste sentido, entendemos como positivo que no âmbito desta revisão do PDM o Município providencie contactos com:

- A concessionária da rede pública de distribuição (E-Redes - Distribuição de Eletricidade, S.A)
- A concessionária da rede pública de transporte (REN – Rede Elétrica Nacional, S.A.).

3) Em concretização do Artigo 38.º, n.º 2 da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo), o artigo 27.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, (RJIGT) determina a supremacia dos programas setoriais que concretizam políticas públicas com incidência territorial, como é o caso do PDIRT atento o agora claramente expresso no artigo 124.º do RJSEN (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro), cabendo aos planos municipais a articulação das políticas setoriais com incidência local através da definição de regimes de uso do solo compatíveis com as estratégias setoriais com incidência territorial, nomeadamente na área da energia.

Tendo presente este enquadramento, caberá ao Plano Diretor Municipal proceder à referida compatibilização, pelo que se propõe a introdução de norma regulamentar que expressamente reconheça que as infraestruturas enquadradas no PDIRT e no PDIRD são compatíveis com todas as categorias de solo rústico e urbano, estando isentas de controlo prévio ou de qualquer outro reconhecimento, de forma a garantir a compatibilidade do PDM com o PDIRT e o PDIRD, salvaguardando a validade do plano. A este propósito recorda-se que a lei culmina com a nulidade das normas dos planos que violem qualquer programa com o qual devessem ser compatíveis – cfr. Artigo 129.º, n.º 1 do RJIGT.

Finalmente e sobre o interesse nacional destas instalações, faz-se notar que este tipo de infraestruturas (as linhas elétricas de serviço público), quer no transporte quer na distribuição,

são de indubitável utilidade pública e de reconhecido interesse público (nacional e, em alguns casos, comunitário), tal como expressamente a lei e a regulamentação reconhecem.

4) Comentários específicos ao PDM da Covilhã

. Regulamento do PDM

No Artigo 15.º - Condições gerais de edificação

Sugere-se exclusão do ponto nº 2, não fazendo depender a localização, construção ou instalação de centrais de biomassa, unidades de valorização orgânica (bioresíduos), parques solares, parques eólicos, barragens ou outras instalações de aproveitamento de recursos energéticos do reconhecimento do relevante interesse público, emitida pela Assembleia Municipal.

No Artigo 31.º - Utilizações e intervenções interditas

Onde se lê:

2 – Sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, a implantação, ampliação ou instalação de infraestruturas, nomeadamente viárias, de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas, de gás, de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, de telecomunicações ou de produção, transporte e transformação de energia, incluindo sistemas de energia renováveis, podem ser viabilizadas em qualquer área ou local do território municipal, desde que a Câmara Municipal reconheça que tal não acarreta prejuízos inaceitáveis para o ordenamento e desenvolvimento local, após ponderação dos seus eventuais efeitos negativos nos usos dominantes e na qualidade ambiental, paisagística e funcional das áreas afetadas, desde que compatíveis com o uso dominante nos termos do artigo 14.º

Propõe-se que conste:

2 – Sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, a implantação, ampliação ou instalação de infraestruturas, nomeadamente viárias, de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas, de gás, de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, de telecomunicações ou de produção, armazenamento, transporte e transformação de energia, incluindo sistemas de energia renováveis, podem ser viabilizadas em qualquer área ou local do território municipal, exceto nos casos em que a Câmara Municipal reconheça que tal acarreta prejuízos inaceitáveis para o ordenamento e desenvolvimento local, após ponderação dos seus eventuais efeitos negativos nos usos dominantes e na qualidade ambiental, paisagística e funcional das áreas afetadas, desde que compatíveis com o uso dominante nos termos do artigo 14.º

No Artigo 33.º - Exploração de recursos energéticos renováveis

Onde se lê:

“2 – Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 15.º, a localização e construção de centrais de biomassa, unidades de valorização orgânica, parques eólicos, fotovoltaicos, mini-hídricas ou outras instalações de produção de energia a partir de fontes renováveis, bem como os perímetros que lhes ficarem afetados, podem ser viabilizadas em qualquer área ou local do

território municipal, desde que salvaguardado o respeito pelas condicionantes legais estabelecidas nos regimes das servidões e restrições de utilidade pública aplicáveis e que a Câmara Municipal reconheça que tal não acarreta prejuízos inaceitáveis para o ordenamento e desenvolvimento local, após ponderação dos seus eventuais efeitos negativos nos usos dominantes e na qualidade ambiental, paisagística e funcional das áreas afetadas, desde que compatíveis com o uso dominante nos termos do artigo 14.º."

Propõe-se que conste:

2 – [Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 15.º,] a localização e construção de centrais de biomassa, unidades de valorização orgânica, parques eólicos, fotovoltaicos, mini-hídricas ou outras instalações de produção e de armazenamento de energia a partir de fontes renováveis, bem como os perímetros que lhes ficarem afetos, podem ser viabilizadas em qualquer área ou local do território municipal, desde que salvaguardado o respeito pelas condicionantes legais estabelecidas nos regimes das servidões e restrições de utilidade pública aplicáveis, exceto nos casos em que a Câmara Municipal reconheça que tal acarreta prejuízos inaceitáveis para o ordenamento e desenvolvimento local, após ponderação dos seus eventuais efeitos negativos nos usos dominantes e na qualidade ambiental, paisagística e funcional das áreas afetadas, desde que compatíveis com o uso dominante nos termos do artigo 14.º. A produção, armazenamento, transporte e transformação de energia elétrica pode ser viabilizada em qualquer área ou local do território concelhio, com as adaptações que venham a ser descritas como necessárias pela CM Covilhã, caso se verifiquem indícios de que o projeto é suscetível de provocar prejuízos inaceitáveis para o ordenamento e desenvolvimento locais.

. Peças desenhadas

Na documentação disponibilizada, nomeadamente nas peças desenhadas, não parece haver referência a centros electroprodutores a partir de fontes de energia renovável com Licença de Produção já atribuída pela Direção Geral de Energia e Geologia mas ainda sem Licença de Exploração, nomeadamente:

Central Fotovoltaica de Boidobra, Processo DGEG nº El 2.0/1992.

Para completa caracterização da situação existente, ou em projeto, relativamente às centrais electroprodutoras a partir de fontes de energia renovável, sugere-se consulta dos Serviços Web da DGEG podendo esta ser realizada através do seguinte link: [Informação Geográfica \(dgeg.gov.pt\)](http://Informação Geográfica (dgeg.gov.pt))

2. Recursos Geológicos

2.1 Concessões Mineiras (Depósitos Minerais)

2.1.1. Enquadramento setorial – depósitos minerais no concelho da Covilhã (atualização)

Desde a emissão do parecer anterior, não se registaram alterações no que se refere aos direitos requeridos e atribuídos sobre depósitos minerais no concelho da Covilhã. Assim, no concelho da Covilhã localizam-se:

. Direitos atribuídos:

- Concessão “Cabeço da Argemela”, com o nº de cadastro MNC000098, com exploração de quartzo e feldspato, com uma área de 5 ha, cuja empresa concessionária é a FELMICA - MINERAIS INDUSTRIAIS, SA;
- Concessão “Panasqueira”, com o nº de cadastro MNC000018, com exploração de Ag, As, Cu, Sn, W e Zn, com uma área de 1913 ha, cuja empresa concessionária é a BERALT TIN & WOLFRAM (PORTUGAL), SA;
- Concessão “Argemela”, com o nº de cadastro MNC000116, com exploração de Li, Sn e min. associados, com uma área de 403 ha, cuja empresa concessionária é a PANNN - CONSULTORES DE GEOCIÊNCIAS, LDA;
- Concessão “Tapada dos Mortuórios”, com o nº de cadastro MNC000155, com exploração de Feld, Qz, Sn, com uma área de 175,19 ha, cuja empresa concessionária é SOPRED - SOCIEDADE DE PROTEÇÃO, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO MINEIRO DO VALE DA GAIA, SA.

. Diretos requeridos:

- Pedido de prospeção e pesquisa denominado “Raposa” Bloco A e Bloco B, com o nº de cadastro MNPPP0497, com vista à exploração de Au, Ag, Pb, Zn, Cu, Li, W, Sn e min. associados, cuja empresa requerente é a FMG EXPLORATION PTY LTD, publicitada através do Aviso 7996/2019, DR 89, Série II, 09-05;
- Pedido de prospeção e pesquisa denominado “Volta”, com o nº de cadastro MNPPP0495, com vista à exploração de Au, Ag, Pb, Zn, Cu, Li, W, Sn e min. associados, cuja empresa requerente é a PORTUGAL FORTESCUE, UNIPESSOAL LDA;
- Pedido de prospeção e pesquisa denominado “Caneca”, com o nº de cadastro MNPPP0492, com vista à exploração de Au, Ag, Pb, Zn, Cu, Li, W, Sn e min. associados, cuja empresa requerente é a PORTUGAL FORTESCUE, UNIPESSOAL LDA, publicitada através do Aviso 6585/2019, DR 71, Série II, 10-04;
- Pedido de prospeção e pesquisa denominado “Covilhã”, com o nº de cadastro MNPPP0421, com vista à exploração de Qz, Feld, cuja empresa requerente é a LITOMIN - EXPLORAÇÃO DE MINAS, LDA;
- Pedido de prospeção e pesquisa denominado “Belmonte”, com nº de cadastro MNPPP0533, com vista à exploração de Qz, Feld, cuja empresa requerente é a LITOMIN - EXPLORAÇÃO DE MINAS, LDA.

Em termos de informação complementar refere-se que no concelho da Covilhã identificam-se áreas potenciais que constituem competência do LNEG, aconselhando-se a consulta daquele organismo.

Salienta-se ainda a área potencial de lítio “Guarda-Mangualde C”, resultante da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) realizada ao Programa de Prospeção e Pesquisa para lítio, partindo de um conjunto de áreas identificadas geologicamente como potenciais em lítio. Este estudo foi realizado na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2018 (que aprova as linhas de orientação estratégica quanto à valorização do potencial de minerais de lítio em Portugal), e, em janeiro de 2022, dessa avaliação resultaram diversas áreas que poderão integrar o futuro concurso público para a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa, estando nesta fase ainda em apreciação pela tutela.

No concelho da Covilhã existem ainda áreas afetadas a antigas explorações mineiras, em fase de recuperação ambiental. O Decreto-Lei nº 198-A/2001, de 6 de julho, estabelece o regime jurídico da concessão do exercício da actividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas, da competência da Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. (EDM), pelo que se aconselha o contacto com esta entidade para a obtenção de mais informação sobre o assunto.

Salienta-se ainda que o setor dos recursos geológicos é um setor dinâmico, revelando-se como particularmente importante a atualização da informação existente relativamente a atividades de revelação e de aproveitamento destes recursos naturais, que pode ser realizada através de consulta ao SIG desta Direção Geral, onde pode ser visualizada e/ou descarregada a informação usando o mesmo software utilizado para visualização/manipulação de Shapefiles (*.shp).”

2.1.2. Análise da documentação disponibilizada

. AAE – Relatório Ambiental Provisório, maio 2024:

Ponto 7. Avaliação estratégica por FCD / 7.1 Análise de tendências e situação atual / 7.1.1.3 Valores naturais e paisagísticos

São referidas 5 áreas de prospeção e pesquisa, sendo no entanto enumeradas quatro, faltando a referência à área afeta ao pedido de prospeção e pesquisa denominado “Belmonte”, com uma área total 74,20 km², pelo que a mesma deverá ser acrescentada no texto.

. Relatório do PDM, maio 2024:

Ponto 6. Servidões administrativas e restrições de utilidade pública

Na tabela 36 (Servidões e restrições de utilidade pública com incidência no concelho da Covilhã) verifica-se que as concessões mineiras existentes no concelho não se encontram elencadas como servidões administrativas ou restrições de utilidade pública, pelo que a tabela deve ser corrigida para contemplar as concessões mineiras.

Ponto 6.1.2 Recursos geológicos

Para além das concessões mineiras “Panasqueira” e “Argemela” referidas, deverão ser elencadas também as outras duas concessões mineiras existentes no concelho da Covilhã: “Tapada dos Mortuórios” e “Cabeço da Argemela”.

. Regulamento do PDM, maio 2024:

TÍTULO III – Uso do solo /CAPÍTULO II – Solo rústico / SECÇÃO I – Disposições gerais

Artigo 1.º - Exploração de recursos geológicos

1 – Sem prejuízo do disposto nos regimes das servidões e restrições de utilidade pública e outras condicionantes previstas na lei, é permitido, enquanto uso compatível, a prospeção e exploração de massas e depósitos minerais em todas as categorias e subcategorias de solo rústico, com exceção dos espaços florestais de conservação, aglomerados rurais, áreas de edificação dispersa e espaços naturais e paisagísticos.

Comentário: É prevista a compatibilização da prospeção e exploração de depósitos minerais em todas as categorias e subcategorias de solo rústico, com exceção dos espaços florestais de conservação, aglomerados rurais, áreas de edificação dispersa e espaços naturais e paisagísticos. Sugere-se acrescentar na frase a palavra pesquisa: “...prospeção, pesquisa e exploração de ...”

SECÇÃO III – Espaços agrícolas / SUBSECÇÃO I – Espaços agrícolas de produção

Artigo 50º - usos e atividades

Comentário:

Apesar de estar previsto no artigo 34º a compatibilidade com atividade de prospeção, pesquisa e exploração de depósitos minerais em espaços agrícolas de produção, neste artigo específico tal não está listado, pelo que se considera necessária a introdução dessa referência.

. Planta de condicionantes, maio 2024:

Verifica-se que as concessões mineiras encontram-se implantadas na planta de condicionantes, sendo de referir que a escolha da trama/representação gráfica não permite uma fácil leitura/identificação, pelo que se sugere a sua alteração.

Face ao exposto, e no que se refere aos depósitos minerais emite-se parecer favorável condicionado à inclusão das alterações anteriormente referidas na documentação afeta à revisão do PDM da Covilhã.

2.2 Pedreiras (Massas Minerais)

Atenta ao parecer solicitado e feita a apreciação técnica da situação para parecer sobre os elementos disponibilizados para a 1ª Revisão do PDM de Covilhã no que se refere aos recursos geológicos informa-se que:

“ De acordo com o regulamento

1 - artigo 34º, da secção I- “Exploração de recursos geológicos”- Capítulo II
é permitido a exploração de recursos geológicos e é compatível com todos os usos de solo rústico com exceção dos espaços florestais de conservação, aglomerados rurais, áreas de edificação dispersa e espaços naturais e paisagísticos pelo que nada há a opor.

No quadro abaixo, referem-se as pedreiras que estão licenciadas por esta Direção Geral.

Pedreiras do Concelho da Covilhã				
Nº de ordem	Denominação	Freguesia	Classe	Situação
6235	Tarrastal	Sobral de São Miguel	2	Ativa
6311	Praço Oeste	Boidobra	2	Lic. Em abandono

Estas pedreiras encontram-se de acordo com a planta de condicionantes e plantas de ocupação de solos do PDM, não estão no entanto representadas futuras áreas de expansão que considerarmos ser de salvarguardar para a pedreira 6235.

Ainda no que se refere ao Capítulo II

Secção V-Espaços de Exploração de Recursos Energéticos e Geológicos,

- Artigo 67º- Regime de edificabilidade propõe-se a seguinte redação:

“1-Numa zona de defesa definida por um raio de 250 metros em redor da exploração não é permitida a construção de quaisquer edifícios.

(dado que no regime das massas minerais o conceito de zona de defesa esta definido e tabelado sugere-se a redação proposta)

2- Excetuam-se ao disposto no número anterior as construções, que se destinem a:

- a) Construção de edifícios de apoio à exploração com uma área máxima de construção de 1000 m² e altura máxima de fachada de 9 metros de altura máxima da fachada;
- b) Anexos com a área máxima de construção de 200 m²;
- c) Instalações de apoio ao pessoal de segurança e vigilância, com a área máxima de construção de 150 m². “
- d) **(sugere-se) Sem prejuízo do estabelecido poderão ser aprovadas áreas superiores devidamente justificadas e desde que aprovadas em assembleia municipal.**

3- Art.º 68 - Medidas de salvaguarda ambiental

No ponto 10 na alínea b) neste artigo é definida uma ocupação máxima de 25% para “As instalações e edificações inerentes à exploração e transformação dos recursos” assim, poderá no artigo 67º, conjugando com este definir-se como a área máxima de 2.a) “Construção de edifícios de apoio à exploração com uma área máxima de construção” de 1000 m² salvo casos devidamente justificados com base na área total da exploração e desde que aprovado em assembleia municipal.

- 4- Não obstante é de referir que a atividade extrativa se encontra regulamentada por legislação específica no âmbito da gestão do território e da preservação e valorização dos diversos usos do solo, encontrando-se previsto no Decreto Regulamentar n.º15/2015 a possibilidade do seu exercício em diversas classes de espaço, nomeadamente agrícolas e florestais, sendo objetivo do diploma, entre outros a “preservação e defesa de solos com potencialidade para aproveitamento de exploração de recursos geológicos” alínea d) do artigo 37.º da Lei nº 31/2014 de 30 de maio.
- 5- Também o regime da Reserva Ecológica Nacional (REN) Decreto-Lei n.º166/2008, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º239/2012 de 2 de novembro e o Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional Decreto Lei nº73/2009 de 31 de março, com as alterações introduzidas pelo decreto Lei n.º199/2015 de 16 de setembro e Decreto-Lei nº 124/2019, de 28-08-2019 e Decreto-Lei nº 11/2023, de 10-02-2023, que estabelecem a compatibilidade da atividade extrativa com as classes de espaço.”

2.3 Recursos Hidrogeológicos e Geotérmicos

No território do Município da Covilhã encontra-se a concessão de exploração de água mineral natural denominada Unhais da Serra (n.º de cadastro HM-18). Associado a esta concessão encontra-se fixado o perímetro de proteção pela Portaria 43/2017, de 30 de janeiro.

Relativamente aos documentos em apreciação, tem a referir o seguinte:

. Regulamento do PDM

a) Artigo 14º

Da redação deste artigo afigura-se que eventuais atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos hidrogeológicos (águas minerais naturais e águas de nascente) ou de recursos geotérmicos podem ser compatibilizadas com os usos dominantes das várias categorias de solos, incluindo urbanos, mediante o cumprimento das condicionantes aí fixadas.

b) N.º 2 do artigo 34º

Neste número é referido que “... é permitido, enquanto uso compatível, a prospeção e exploração de recursos hidrogeológicos e geotérmicos em todas as categorias de solo rústico”.

Embora nos artigos referentes ao solo urbano estas atividades não estejam interditas, consideramos que esta compatibilidade deveria ser alargada também ao solo urbano, pelo que se propõe a seguinte alteração à redação:

“... é permitido, enquanto uso compatível, a prospeção e exploração de recursos hidrogeológicos e geotérmicos em todas as categorias de solo rústico e urbano”.

c) Alínea b) do n.º 3 do artigo 173º

Da redação desta alínea resulta a interdição da prospeção e exploração de recursos geológicos nos geossítios integrantes do Estrela Geopark.

Consideramos que esta interdição deveria ser excecionada aos recursos hidrogeológicos e geotérmicos, desde que não degradem os elementos geológicos dos geossítios.

. Planta de Condicionantes

Da análise efetuada às plantas de condicionantes afigura-se que o perímetro de proteção da água mineral natural denominada Unhais da Serra encontra-se devidamente implantado. No entanto, verifica-se que apenas uma das duas captações da água mineral natural denominada Unhais da Serra está representada. Assim, informa-se que as coordenadas das captações desta exploração de água mineral natural são, em coordenadas ETRS89 PT-TM06:

ACP1 – X(m) 43 264; Y(m) 66 391

US1 – X(m) 43251; Y(m) 66 322

. Relatório

a) Ponto 6.1.2 RECURSOS GEOLÓGICOS - Águas Minerais Naturais – Página 209

No final da página 209 é referido:

“A constituição de servidões relativas a águas minerais naturais encontra-se vertida no Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de março, alterado pela Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, e no Decreto-Lei n.º 86/90, de 16 de março, retificado pela Declaração n.º 149/1990, de 30 de junho.”

Note-se que o Decreto-Lei n.º 90/90 foi revogado pela Lei n.º 54/2015 e que a Declaração n.º 149/1990 não diz respeito ao Decreto-Lei n.º 86/90. Assim, propõe-se que a redação deste parágrafo seja alterada para:

“A constituição de servidões relativas a águas minerais naturais encontra-se vertida na Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, e no Decreto-Lei n.º 86/90, de 16 de março.”

Note-se igualmente que as referências ao Decreto-Lei n.º 90/90 devem ser alteradas para as correspondentes referências à Lei 54/2015.

b) Ponto 6.1.2 RECURSOS GEOLÓGICOS - Águas Minerais Naturais – Página 211

No primeiro parágrafo desta página é referido:

“No concelho da Covilhã existe uma área de exploração de Águas Minerais Naturais localizada em Unhais da Serra, associada a um perímetro de proteção fixado pela Portaria n.º 531/2003, de 5 de julho. A captação de Águas Minerais Naturais com o código de cadastro “HM0000018” e o respetivo perímetro de proteção encontram-se suspensos, tendo a Portaria que o fixa sido revogada pela Portaria n.º 43/2017 - Diário da República n.º 21/2017, Série I de 30 de janeiro.

Estas áreas são representadas na Planta de Condicionantes – Recursos Hídricos e Geológicos (3.1)”

Tendo em consideração que este parágrafo apresenta várias incorreções, propõe-se que a sua redação seja alterada para:

“No concelho da Covilhã existe uma área de exploração de Águas Minerais Naturais localizada em Unhais da Serra, suportada por duas captações, associada a um perímetro de proteção fixado pela Portaria n.º 43/2017 - Diário da República n.º 21/2017, Série I de 30 de janeiro. Estas áreas são representadas na Planta de Condicionantes – Recursos Hídricos e Geológicos (3.1)”

3. Conclusão

Face ao exposto nos pontos 1. e 2. (seus subpontos, alíneas e subalíneas) do presente parecer, emite-se, nesta fase, parecer favorável à presente proposta de Plano, condicionado à inclusão das diferentes alterações elencadas no presente ofício.

Com os melhores cumprimentos,



Leonor Sota,
Representante da DGEG na Comissão Consultiva da revisão do PDM

1.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva (CC) da 1.ª Revisão do PDM da Covilhã (ID 532)

Posição do IPDJ

(ao abrigo do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14/05, alterado pelo Decreto-Lei n.º 10/2024 de 08/01)

Sobre os documentos em apreciação para a presente reunião da CC nada há a referir, uma vez que não incluem novos desenvolvimentos no âmbito das matérias sobre as quais o IPDJ se pronuncia.

Reitera-se, contudo, o teor do parecer OE_SC_DIE_0048/2022 de 29 de março sobre os ‘Elementos Iniciais’, que, sendo de sentido Favorável, aponta para a necessidade de a terminologia e classificação das instalações desportivas de base, corresponder ao descrito no Regime Jurídico das Instalações Desportivas de uso público (RJID), publicado no Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho.

A versão final do PDM deverá incluir este aspeto devidamente retificado em todos os documentos que a constituem, pressuposto em que se mantém a posição Favorável por parte do IPDJ, relativamente à presente fase do estudo.

Catarina Larcher Ferreira

Arquiteta

Departamento de Infraestruturas
Divisão de Infraestruturas Desportivas



Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 55 | 1250-190 Lisboa
Tel. + 351 210 470 000
www.ipdj.gov.pt

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional do Centro, I.P.
Rua Bernardim Ribeiro, nº 80
3000-069 - COIMBRA

S/ referência

Data

N/ referência

Data

PCGT - ID 532 (Ex-164)

S039143-202406-ARHTO.DPI

ARHTO.DPI.00048.2022 e

ARHTO.DPI.00103.2022

Assunto: Revisão do PDM e delimitação da REN da Covilhã - Convocatória para 1.^a
Reunião Plenária - análise das propostas apresentadas

A CCDRC convocou a APA-ARHTO para a 1.^a Reunião Plenária da revisão do PDM da Covilhã, a realizar no dia 28-06-2024, sobre a proposta de revisão do PDM e a proposta de delimitação da REN, apresentadas pela CM da Covilhã através da PCGT.

O período para análise não foi suficiente face às restantes solicitações existentes e aos recursos disponíveis, não tendo permitido uma análise em detalhe como se pretendia, incidido apenas nas questões consideradas mais relevantes do ponto de vista da salvaguarda e proteção dos recursos hídricos do PDM. Neste contexto remetem-se os contributos resultantes dessa análise, propondo-se, desde já, a realização de uma reunião setorial com a CM da Covilhã sobre a proposta apresentada, para a qual a APA-ARHTO elaborará previamente um documento complementar preparatório da mesma.

Para a análise foram considerados os regimes jurídicos dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) e o da Reserva Ecológica Nacional (RJREN).

A informação relativa às propostas de revisão do PDM e de delimitação da REN foi descarregada da plataforma PCGT em 17-06-2024.

Dessa informação, e no contexto acima referido, a análise, no âmbito da salvaguarda e proteção dos recursos hídricos, incidiu prioritariamente sobre os seguintes elementos:

- PDM - Elementos fundamentais
 - Regulamento
 - Planta de Ordenamento
 - Planta de Condicionantes
- Avaliação Ambiental Estratégica
- Cartografia de base – tema Rede hidrográfica
- REN – respostas apresentadas relativamente ao parecer anterior

(Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste documento)

Realce-se que a análise geográfica foi efetuada exclusivamente através da informação geográfica apresentada, não abrangendo as plantas em formato pdf apresentadas. Em anexo encontram-se listadas as *shapefiles* obtidas a partir da PCGT.

Neste contexto, o presente parecer encontra-se estruturado da seguinte forma:

- Anexo 1 - Cartografia de base – tema hidrografia
- Anexo 2 - Análise da proposta de PDM
- Anexo 3 - Análise da proposta de Avaliação Ambiental Estratégica
- Anexo 4 - Análise da proposta de Reserva Ecológica Nacional
- Anexo 5 – Figuras
- Anexo 6 - Listagem das *shapefiles* disponibilizadas (PCGT)

Da análise efetuada considera-se que a proposta de revisão do PDM e da delimitação da REN de Covilhã apresentadas não se encontram em condições de ser aceites, devendo ser reformuladas / completadas.

Reforça-se que as observações apresentadas neste documento, no âmbito da salvaguarda e proteção dos recursos hídricos, não são exaustivas, referindo apenas alguns dos aspetos das propostas.

No contexto acima referido, propõe-se, conforme já mencionado, a realização de uma reunião setorial para análise das propostas de revisão do PDM e da delimitação da REN em maior detalhe.

Com os melhores cumprimentos,

P' A Administradora Regional da ARH Tejo e Oeste



Carlos Castro
Chefe de Divisão

Susana Fernandes

Anexos: Anexos 1 a 5

Anexo 1 - Cartografia de base – tema hidrografia

Neste âmbito importa recordar o parecer emitido por estes serviços em 20-10-2023, com referência S061266-202310-ARHTO.DPI:

"De referir que na análise da proposta de delimitação da REN a apresentar em conjunto com o tema hidrografia da cartografia de base, será efetuada uma análise parcial e aleatória sobre a representação do traçado das linhas de água tendo em conta diversas fontes de informação cartográficas ou de imagens aéreas, com particular relevo para os ortofotomapas (DGT), no sentido de detetar situações não conformes com a realidade no terreno. Na sequência dessa análise, em situações consideradas significativas no âmbito das competências e atribuições da APA-ARHTO poderá ser adotada uma planta temática sobre a rede hidrográfica."

Deste modo, foi efetuada a análise das *shapefiles* incluídas em 03_Rede_Hidrografica, integradas na pasta 0503_CART_BASE, de acordo com os pressupostos acima transcritos. Dessa análise considera-se de destacar o seguinte:

Verifica-se que a representação cartográfica da rede hidrografia do concelho se encontra muito incompleta, tendo em conta as fontes de informação já identificadas e a Carta Militar 1/25.000 (informação de referência).

São apresentados, em anexo, extratos da Carta Militar e dos Ortofotomapas 2018 com a sobreposição das *shapefiles* 03_Rede_Hidrografica, para exemplificação das situações detetadas que carecem de revisão, designadamente no que respeita a:

- a) Omissão de linhas de água existentes no território e representadas na cartografia de referência;
- b) Linhas de água representadas apenas parcialmente;
- c) Falta de conectividade hidráulica.

Note-se que as imagens apresentadas constituem meros exemplos, não podendo de nenhum modo ser consideradas exaustivas para a identificação das situações que carecem de revisão.

Na medida em que esta informação é fundamental para a definição do modelo de ordenamento do concelho, e crucial para a identificação das condicionantes do solo, bem como para a delimitação da REN, deve a mesma ser revista de modo a permitir a obtenção de uma planta da rede hidrográfica do concelho.

No decorrer da análise detetou-se, ainda, que a ilha existente na albufeira de Cova do Viriato se encontra classificada na cartografia de base como 12040301_Lagoa (03_CB_Rede_Hidrografica_poligono), devendo este aspeto ser corrigido.

Neste contexto, considera-se não estarem reunidas as condições para a elaboração da proposta, em particular da Planta de Condicionantes e da delimitação da REN.

Anexo 2 - Análise da proposta de PDM

1. Condicionantes

Foi efetuada uma análise da informação geográfica relativa à Planta de Condicionantes, considerando-se de referir, entre outros, o seguinte:

- a) As servidões administrativas e restrições de utilidade pública do domínio hídrico abrangem a totalidade da rede hidrográfica existente no concelho. Deste modo deve ser tido em conta o acima exposto relativamente ao tema 03_Rede_Hidrografica da cartografia de base apresentada;
- b) Devem ser apresentadas, de forma autónoma, a delimitação do leito e das margens dos cursos de água;
- c) Não é apresentada a delimitação da margem das albufeiras de águas públicas existentes (Cova do Viriato e Covão do Ferro);
- d) A planta inclui a representação de "Leito_de_cheia_2024.05". Contudo, dado que não é apresentada a proposta de delimitação da tipologia Zonas Ameaçada pelas Cheias (ZAC) na proposta da REN, e que deverá ser essa a delimitação a considerar nas diversas peças da proposta de PDM, não foi efetuada qualquer análise da *shapefile* "Leito_de_cheia_2024.05";
- e) Deve estar representada nesta planta a Zona Adjacente (ZA) ao rio Zêzere.

No que respeita à proposta de Regulamento, as Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública (Título II) constam dos artigos 6º, 7º e 8º.

Artigo 6.º - Identifica as seguintes SARUP, relevantes no contexto da presente análise, "*vertidas na planta de condicionantes*":

a) *Recursos Hídricos:*

- i. *Domínio Público Hídrico;*
- ii. *Leitos e margens dos cursos de água, Zona Adjacente ao Rio Zêzere – Área de ocupação edificada condicionada;*
- iii. *Albufeiras de águas públicas – Cova do Viriato (classificada pelo Decreto Regulamentar n.º 2/88, de 20 de janeiro) e Covão Ferro, sujeitas ao regime de proteção estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio;*
 - iii.i) *Zona Reservada da Zona Terrestre de Proteção da Albufeira*
 - iii.ii) *Zona Terrestre de Proteção da Albufeira*

1. *Recursos ecológicos:*

- i. *Reserva Ecológica Nacional (REN);*

Relativamente à alínea ii, deve ser alterada a redação, separando os "*Leitos e margens dos cursos de água*" e a "*Zona Adjacente ao Rio Zêzere – Área de ocupação edificada condicionada*" em alíneas independentes, na medida em que se trata de assuntos distintos.

No que respeita às Albufeiras de águas públicas devem ser referidas todas as zonas estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, ou pelos planos de ordenamento de albufeiras em vigor, constatando-se que a redação proposta se encontra incompleta.

Constata-se que a alínea “h) *Infraestruturas*” não inclui qualquer referência às redes de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais (as quais são referidas no artigo 147º entre outros), devendo esta questão ser revista ou esclarecida.

O nº 2 deste artigo estabelece que “2 – *A eficácia das disposições constantes dos diplomas legais e regulamentares relativos às servidões e restrições de utilidade pública referidas no número anterior não é prejudicada pela eventual ocorrência de omissões na Planta de Condicionantes, prevalecendo, nessas situações, sobre os elementos gráficos e escritos do Plano*”. Sugere-se a revisão da redação no sentido de tornar mais simples e claro o entendimento.

Artigo 7.º - Regime geral. *Refere, entre outros que se aplica sempre o regime mais restritivo e que “2 - As servidões administrativas e restrições de utilidade pública representadas na planta de condicionantes não dispensam a consulta da legislação específica, nomeadamente no que respeita as faixas de proteção, traçados mais rigorosos ou possível existência de cartografia mais atual ou de maior detalhe”.*

Artigo 8.º - Recursos Hídricos

- 1 – *A delimitação do domínio hídrico, no que diz respeito aos leitos e margens de águas públicas, por motivos de escala da representação e das limitações da cartografia de base do Plano, é indicativa, pelo que no controlo prévio das operações urbanísticas que aí ocorram deverá ser avaliada a área de intervenção em função do existente no sítio e lugar.*
- 2 – *Sem prejuízo da representação gráfica dos leitos e margens de águas públicas que constem da Planta de Condicionantes e de outras condicionantes aplicáveis, o regime jurídico do domínio hídrico constitui-se sobre os recursos identificáveis no sítio e lugar abrangidos pela Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos.*
- 3 - *A envolvente da Albufeira da Cova do Viriato está sujeita ao regime de proteção do Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, de onde decorrem condicionantes, para o leito, margem, zona reservada e zona terrestre de proteção relativas à ocupação, uso e transformação do solo.*

Relativamente às propostas dos números 1 e 2, sugere-se que seja adotada a seguinte redação:

“As servidões administrativas e as restrições de utilidade pública, ainda que não disponham de representação gráfica na Planta de Condicionantes, por motivos de escala da representação ou outros, devem ser consideradas prevalecendo sobre as condições de uso e ocupação estabelecidas pelo presente Plano, sendo-lhes aplicável a respetiva legislação específica”.

Importa salientar que existem no concelho da Covilhã duas Albufeiras de Águas Públicas (AAP): Cova do Viriato e Covão do Ferro, ambas classificadas como protegidas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, pelo que a redação apresentada deve ser revista. Saliente-se, contudo, que no caso da Albufeira da Cova do Viriato se encontra em vigor o POACV já referido, aplicando-se, portanto, as condicionantes estabelecidas

por esse plano especial. No caso da albufeira do Covão do Ferro, na inexistência de POA, aplica-se diretamente o Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio.

Os aspetos acima referidos resultam da análise parcial efetuada, não excluindo a possibilidade de virem a ser detetadas outras questões a rever.

2. Ordenamento

Neste âmbito foi dada prioridade à análise da integração / transposição do Plano de Ordenamento da Albufeira de Cova do Viriato na proposta de revisão do PDM.

Importa referir que a APA-ARHTO emitiu em 2020 um parecer sobre a 3ª alteração do PDM da Covilhã - alteração por adaptação - transposição dos planos especiais de ordenamento do território.

2.1. Conformidade com o Plano de Ordenamento da Albufeira de Cova do Viriato (POACV)

O POACV foi publicado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 42/2004, 31 de março, e incide sobre o plano de água e a respetiva zona de proteção com uma largura de 500 m a partir do limite ao Nível de Pleno Armazenamento (NPA) à cota 1557 m. A albufeira está totalmente localizada dentro do município da Covilhã, bem como do Parque Natural de Serra da Estrela (PNSE). Este plano especial encontra-se devidamente identificado no *Artigo 4.º Instrumentos de gestão territorial a observar* da proposta de Regulamento apresentada.

Esta albufeira encontra-se classificada como Albufeira de Águas Públicas Protegida pela Portaria n.º 522/2009, de 15 maio, e localiza-se na Ribeira do Paul ou Cortes, na bacia hidrográfica do Tejo, abrangendo uma área de cerca de 24ha, tendo a barragem sido construída em 1962 para abastecimento de água ao município da Covilhã.

A proposta de Regulamento inclui um Capítulo V – Áreas de Salvaguarda, cuja Secção II é específica sobre as Áreas Sujeitas ao Regime de Proteção da Albufeira da Cova do Viriato.

Relativamente ao normativo proposto verifica-se que:

- a) Considera-se que deve ser revista a designação desta secção, na medida em que não se trata de “Áreas Sujeitas ao Regime de Proteção” de uma Albufeira de Águas Públicas, mas sim da área de intervenção do POACV, ou seja, do regime estabelecido por um POA que incide sobre a Zona Terrestre de Proteção de uma albufeira específica. Deste modo sugere-se que a designação seja alterada para “Zona Terrestre de Proteção da Albufeira da Cova do Viriato”;
- b) No seguimento da alínea anterior considera-se que a “Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda – Zonamento da Albufeira da Cova do Viriato e do Parque Natural da Serra da Estrela” deve ser alterada para “Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda – Zonamento da Zona Terrestre de Proteção da Albufeira da Cova do Viriato e do Parque Natural da Serra da Estrela”. Importa, ainda, garantir que esta planta tem uma única designação na totalidade da proposta, assegurando a necessária coerência da revisão do PDM (ver, por exemplo, as redações apresentadas nos artigos 3º, 149º, 161º, 163º, designadamente nos nº 5, alínea c, e nº 6, 164º, entre outros). A proposta deve ser revista neste aspeto;

- c) Na sequência do já referido no âmbito da análise das condicionantes, a largura da zona reservada da albufeira da Cova do Viriato decorre do estabelecido no POA, ou seja, 50 metros. Assim, e tendo em conta a redação atual do Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, que estabelece uma largura diferente (aplicável à zona reservada da albufeira de Covão do Ferro pelo facto de não se encontrar abrangida por POA), sugere-se que seja introduzida uma referência explícita à largura da Zona reservada da albufeira de Cova do Viriato no Regulamento. Esta nota poderá ser introduzida no Artigo 163.º - Atos e atividades interditas, nº 3 (ou, em alternativa, considerada na alteração da redação do artigo 8º - Recursos Hídricos a efetuar);
- d) No Artigo 161.º - Identificação, no nº 1 deve ser corrigida a gralha detetada na redação (está "nível do plano armazenamento", devendo ser "pleno armazenamento");
- e) Deve ser justificada a não inclusão no *Artigo 5.º - Definições e Siglas* das definições estabelecidas no POACV e identificadas pela CCDR Centro no documento que identificou as normas a transpor para o PDM, designadamente: ilha, margem, Nível de pleno armazenamento (NPA) e plano de água;
- f) Confirma-se que as normas identificadas pela CCDR-C para efeitos de transposição para o PDM da Covilhã se encontram incluídas na proposta, sendo que a proposta opta por manter várias especificações do POACV tal como foi feito no procedimento da "3.ª Alteração do PDM da Covilhã — alteração por adaptação", publicada através da Declaração n.º 94/2020, de 29 de outubro, sobre a qual foi previamente emitido o parecer destes serviços com referência (S004699-202001-ARHTO.DPI);
- g) Relativamente ao Espaço de recreio e lazer da Albufeira da Cova do Viriato, a redação proposta do artigo 166.º é semelhante à adotada na 3ª Alteração do PDM, sendo referidos os equipamentos previstos no POACV neste âmbito, acautelando a possibilidade da instalação neste espaço.

Verifica-se, todavia, que neste artigo não foi considerado o parecer acima identificado relativo à transposição do artigo 16º, nº 5 (*"No decurso dos trabalhos de construção, devem ser tomadas as medidas cautelares necessárias para minimizar as perturbações ambientais e reduzir os impactes negativos correspondentes"*) o qual referia que "Não se encontrando estas referências de modo genérico no Regulamento do PDM, devem ser incluídas neste artigo".

- h) No artigo 163º, nº 4, em "aplica-se à zona reservada o disposto no número anterior", deve retificada redação para "o disposto nos números anteriores" tendo em conta que se aplicam os diversos pontos antecedentes deste;
- i) Nos artigos 164º nº 2, 165º nº 2, 166º nº 2 e 167º nº 2 deve ser retificada a remissão apresentada para o artigo 162º, na medida em não se encontra correta (a remissão deve ser para o artigo 163º);
- j) A redação do artigo 167º deve ser revista no sentido de respeitar a redação do POACV, quer no nº1 ("as áreas que do ponto de vista da conservação da natureza se consideram de grande importância" e não "relevância"), quer no nº 2 cuja adaptação deverá manter as especificidades previstas no POACV (sugere-se: "e(...) nestes espaços são permitidas atividades de educação ambiental e percursos pedestres em trilhos existentes e assinalados na planta" (...)).

Relativamente às Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes, no que respeita à transposição do POACV, considera-se de transmitir o seguinte na sequência da análise realizada:

- Encontram-se representadas de acordo com o POACV:
 - O limite da área de intervenção do plano ou da Zona terrestre de proteção da albufeira;
 - A área de recreio e lazer.
- Não estão conforme o POA os restantes limites, designadamente aqueles que já foram identificados acima na análise das plantas de ordenamento e condicionantes, a destacar:
 - Zona de respeito da barragem e dos órgãos de segurança e utilização da albufeira;
 - Zona de proteção da barragem e dos órgãos de segurança e utilização da albufeira;
 - Limite do plano de água / leito da albufeira (verifica-se que o limite apresentado corresponde ao que se encontra disponível no SNIAmb, o qual foi adotado para a proposta de limitação da REN, não podendo ser adotado na transposição do POA por implicar alterações no mesmo e ratificação da proposta de revisão do PDM);
 - Zona reservada da zona terrestre de proteção albufeira da Cova do Viriato (50 m para além do NPA no caso desde POA);
 - Zona reservada da albufeira da Cova do Viriato;
 - Limite da ilha existente na albufeira da Cova do Viriato.

Conclui-se, portanto, que foram detetadas diversas desconformidades com o POA em vigor, no que respeita à Planta de Ordenamento e à Planta de Condicionantes.

Importa salientar que a Planta de Ordenamento, para a qual é transposto o modelo territorial / zonamento do POACV, deve respeitar a delimitação publicada e disponível no SNIG, devendo, assim, ser revistos os limites e a configuração dos elementos acima identificados.

Finalmente, no âmbito da salvaguarda e proteção dos recursos hídricos, considera-se oportuno referir a pertinência da inclusão dos seguintes artigos, nomeadamente dos Artigo 27.º - Adaptação e resiliência a fenómenos meteorológicos extremos; Artigo 28.º - Eficiência ambiental dos recursos e Artigo 29.º - Minimização da emissão de gases com efeito de estufa e degradação da qualidade da água.

Neste contexto, entende-se que a proposta apresentada carece de revisão nomeadamente nos aspetos acima identificados, não obstante poderem vir a ser identificados outras questões a comunicar previamente à realização da reunião setorial para respetiva análise.

Anexo 3 - Análise da proposta de Avaliação Ambiental Estratégica

1. Análise do Relatório Ambiental Provisório

Importa referir que a APA se pronunciou na fase anterior desta AAE, que corresponde à definição do âmbito e do alcance da informação a incluir no relatório ambiental, através do ofício com a referência S055581-202209-ARHTO.DPI.

Assim, emite-se o presente parecer relativo ao Relatório Ambiental Provisório (RAP) disponibilizado, datado de maio de 2024, sobre o qual se julgam oportunos os seguintes comentários.

Verifica-se positivamente que foi incluída, em anexo, uma tabela de ponderação, que reflete que a maioria das recomendações e comentários da APA relativas ao relatório de definição do âmbito desta AAE foram acolhidos no RAP agora disponibilizado.

O RAP encontra-se bem estruturado, apresentando genericamente uma metodologia alinhada com as exigências legais e com as boas práticas existentes em matéria de avaliação ambiental, para esta fase do procedimento de AAE. Contudo, embora se considere que estão reunidas as condições para o desenvolvimento do RA a sujeitar a consulta institucional e pública, identificaram-se alguns aspetos que devem ser corrigidos, completados ou melhorados, conforme abaixo indicado.

Relativamente à figura 1, diagrama global dos procedimentos de AAE da 1.ª Revisão do PDM da Covilhã, a mesma deve ser retificada, uma vez que a Fase E, que está denominada “Execução e Monitorização do Plano” deve ser alterada para monitorização da AAE do plano.

No subcapítulo 3.2.4 deve ser acrescentado que a Declaração Ambiental não é só enviada à APA, mas também às restantes entidades consultadas, de acordo com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 ao Decreto-Lei n.º 232/2007.

Regista-se ainda que o Quadro de Referência Estratégico (QRE) se encontra atualizado nas matérias da competência da APA. Sugere-se que no Quadro 1 os instrumentos do QRE sejam apresentados numa tabela onde conste igualmente a referência aos diplomas legais que publicam ou aprovam os instrumentos listados, de forma a garantir que se está a utilizar a versão mais atualizada de cada um.

O Quadro 5, onde são apresentados os critérios de sustentabilidade por FCD não se encontra em consonância com o “Guia das Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental”, que refere que os critérios de avaliação devem ser limitados a dois por FCD. O mesmo se aplica aos indicadores apresentados por critério, que deviam ser limitados a dois ou três por critério, de modo que seja possível manter o foco estratégico da avaliação ambiental. O exercício de AAE deve ser um exercício estratégico e não exaustivo, focando-se nos pontos principais de decisão, pelo que se sugere um esforço de síntese nos critérios e indicadores selecionados na próxima versão do RA a apresentar.

Relativamente às recomendações, apresentadas no capítulo 8, julga-se que deve ser explícito, na próxima versão do RA, a forma como estas recomendações foram integradas na proposta de plano. Por outro lado, uma vez que é apresentado um conjunto extenso de recomendações,

sugere-se que as mesmas sejam de alguma forma priorizadas / calendarizadas (pelo menos em curto, médio e longo prazo), de forma a garantir o adequado e efetivo seguimento / monitorização da AAE.

Verifica-se que o RA não apresenta um plano de monitorização com indicadores de seguimento, aspeto fundamental para acompanhar a AAE e que deve ainda ser apresentado na próxima versão do RA. O programa de seguimento deve ser pragmático e verificável, não ultrapassando os 20 indicadores. A experiência mostra que Planos/Programas que definiram muitos indicadores de monitorização não conseguiram concretizar a avaliação e controlo da AAE. Lembra-se que os indicadores usados na avaliação e análise tendencial não têm de ser obrigatoriamente os mesmos do plano de monitorização e que a monitorização do Plano e da AAE do mesmo são dois processos distintos com objetivos diferentes.

Importa garantir que os indicadores selecionados são os que melhor permitem controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do Plano, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos (cf. artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho).

Na tabela onde são apresentados os indicadores de seguimento, deve ser incluída a periodicidade dos mesmos (preferencialmente anual) e os valores de referência, correspondentes à situação atual do município, ou seja, à informação ou dados mais recentes disponíveis, bem como às metas a atingir, que devem ser quantitativas, sempre que possível. Estas metas, cruciais para a avaliação dos impactos decorrentes da implementação desta revisão do PDM, devem estar alinhadas com as estabelecidas nos documentos hierarquicamente superiores e referenciadas no QRE.

No que diz respeito aos aspetos relacionados com a proteção, conservação e valorização dos recursos hídricos, considera-se que se encontram identificadas na generalidade as diferentes componentes relacionadas com os recursos hídricos – a componente ambiental no que respeita à conservação da natureza e da biodiversidade e riscos/vulnerabilidades e a componente de infraestruturação do território – que se constituem no contexto do presente parecer, e juntamente com a temática relacionada com as alterações climáticas, como questões fundamentais no âmbito da presente AAE.

Existe, no entanto, um conjunto de retificações e recomendações que se consideram necessárias, conforme a seguir explicitado.

No que respeita ao Quadro de Referência Estratégico (Capítulo 5) considera-se que foram integrados documentos relevantes para a temática dos recursos hídricos, com os quais se concorda, recomendando-se, no entanto, que sejam ainda abrangidos os seguintes documentos:

- O “Plano de Gestão dos Riscos de Inundações” (PGRI), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2024, de 22 de abril, que tem como principal objetivo a redução das consequências prejudiciais associadas a esse fenómeno. Pode ser consultada informação sobre o mesmo em [2.º Ciclo de Planeamento \(2022-2027\) | Agência Portuguesa do Ambiente \(apambiente.pt\)](#).

- O “Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água” (PNUEA) aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de junho e que tem como principal objetivo a promoção do uso eficiente da água em Portugal.
- O “Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato” (POACV), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2004 de 31 de março.

No Capítulo 6.1 “Questões Estratégicas e Questões Ambientais e de Sustentabilidade” considera-se de rever o Quadro 2 nomeadamente quanto à correspondência da QE1 – “Preservação e valorização dos Recursos, do Património e da Identidade” com os documentos que fazem parte do QRE. Considerando a componente dos recursos hídricos, salienta-se a forte relação que se estabelece com a ENAAC, ENCNB, PSRN2000, PNA, PGRH, entre outros, e que deverá ser identificada.

No Capítulo 6.2, e no que se refere aos fatores críticos para a decisão identificados, destacam-se, pela sua relevância para a temática dos recursos hídricos, os seguintes fatores:

- FCD 1 – Biodiversidade, Valor Cultural e Paisagístico
- FCD 2 – Qualidade Ambiental e Riscos

Para o FCD1, e na descrição dos objetivos associados, a referência aos “recursos hidrológicos”, deverá ser substituída por “recursos hídricos”. Nesse sentido recomenda-se a retificação dessa referência em outros capítulos e quadros do relatório.

Para o FCD2, recomenda-se que a referência a “(...) drenagem e tratamento de águas residuais (...)” seja substituída por “(...) infraestruturas de saneamento básico” de forma a incluir não só o saneamento das águas residuais, mas também das águas pluviais e ainda o abastecimento de água (conforme identificado no Capítulo 6.3).

Quanto ao Capítulo 6.3 “Critérios e indicadores de avaliação” e Quadro 5. “Critérios de sustentabilidade por FCD”, recomenda-se as seguintes retificações:

- FCD2 - Critério “Infraestruturas de abastecimento e saneamento básico” - recomenda-se a substituição dessa designação por “Infraestruturas de saneamento básico”, conforme já mencionado. Deverá ser ainda referida a rede pluvial.
- FCD2 - Critério “Riscos Naturais” – porque nem todos os riscos naturais correspondem a eventos extremos considera-se de retirar essa referência, sugerindo-se a seguinte alteração na descrição desse critério: “Avaliação do contributo do plano para a diminuição da vulnerabilidade do território e para a redução da exposição antrópica aos riscos”. Propõe-se ainda a alteração da designação para “Riscos Naturais e Mistos”, dada a tipologia de riscos identificada.
- FCD2 - Critério “Acidentes Industriais” – Atendendo à terminologia adotada nos objetivos deste FCD e dada a natureza dos riscos identificados (no Quadro 6), considera-se de alterar essa designação para “Riscos Tecnológicos”.

Para o Quadro 6. “Quadro de Avaliação – FCD, critérios e indicadores de avaliação”, apresentam-se as seguintes recomendações:

- FCD1 e FCD2 deverão ser revistos os objetivos enunciados, de forma a integrar as recomendações acima mencionadas.

- FCD1 - Critério "Solo" – deverá ser ponderada a necessidade de se incluírem indicadores que refletem a artificialização/impermeabilização do solo.
- FCD1 - Critério "Recursos hídricos" – Deverão ser retirados os indicadores apresentados quanto à qualidade da água ("Estado químico e biológico das massas de água superficiais" e "Estado químico e biológico das massas de água subterrâneas") dado que:
 - A avaliação do estado global das massas de água superficiais naturais envolve a avaliação do Estado ecológico e do Estado químico.
 - A avaliação do estado global das massas de água superficiais artificiais ou fortemente modificadas envolve a avaliação do Potencial Ecológico e do Estado Químico.
 - A avaliação do estado global das massas de água subterrânea envolve a avaliação do Estado químico e o Estado quantitativo.

Neste contexto, recomenda-se o indicador: "Estado/potencial das massas de água superficiais e subterrâneas" de forma a abranger a avaliação do estado global de todas as massas de água superficiais (naturais, artificiais ou fortemente modificadas) e das massas de água subterrâneas. A unidade de medida refere-se à "% das massas de água em Bom Estado/potencial".

- FCD1 - Critério "Recursos hídricos" – Solicita-se esclarecimentos quanto ao indicador "Pressões qualitativas pontuais sobre as massas de água". Se o mesmo se refere às cargas rejeitadas para os sectores de atividade, é quantitativo (não qualitativo) devendo ser identificada a unidade de medida correspondente.
Recomenda-se ainda que se adicione um indicador relativo às pressões quantitativas nomeadamente quanto ao volume de água captado para os diversos sectores de atividade.
- FCD1 - Critério "Valores naturais e paisagísticos" – considera-se de retirar o indicador "Proporção de unidades industriais não localizadas em zonas industriais ou áreas de acolhimento industrial" que deverá ser integrado noutro critério. Atendendo ao objetivo de recuperação e valorização das linhas de água e ecossistemas ripícolas mencionado no Plano considera-se de incluir o indicador "Extensão das linhas de água e galerias ripícolas recuperadas e valorizadas (%; km por tipologia de intervenção)".
- FCD2 - Critério "Infraestruturas de abastecimento e saneamento básico" – além da alteração da designação conforme já mencionado, considera-se de incluir os seguintes indicadores de forma a avaliar de que forma o PDMC poderá contribuir para a promoção da eficiência hídrica: "Volume de água reciclada, utilizado" (m³) e "Rede separativa" (% face ao total de redes existentes).
- FCD2 - Critério "Riscos Naturais" – além da alteração da designação conforme já mencionado, propõe-se que seja adicionado o indicador "Habitantes, edifícios, equipamentos e atividades económicas em áreas de risco natural e misto" (n.º por tipologia ou por classe de risco).

Recomenda-se ainda que seja adicionado o indicador "Territórios artificializados em Áreas com elevado risco de erosão hídrica do solo" (hectares) de forma a avaliar de que forma o PDMC poderá contribuir para a minimização, prevenção e adaptação do território face à probabilidade de ocorrência também deste risco.

- FCD2 deverá identificar-se o Critério “Riscos Tecnológicos”, integrando indicadores que avaliem a esse risco. Sugere-se que se adicione o indicador “Risco de ocorrência de acidentes com transporte de matérias perigosas em ferrovia e em rodovia” (indicado no critério “Riscos Naturais”).

Atendendo às diferentes tipologias de risco/fontes de poluição identificadas no Plano, considera-se ainda de adicionar o indicador “Projetos, medidas e ações para identificação, controlo e redução/eliminação das fontes de poluição” (nº e tipo de intervenção).

No Capítulo 7.1.2.5 “Riscos Naturais e Industriais” – Pelos motivos já apontados, recomenda-se substituir essa designação por “Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos”. No âmbito dos riscos tecnológicos deverão ser consideradas as diferentes tipologias de risco identificadas no Plano para o território concelhio e não apenas o resultante do transporte de matérias perigosas.

Outras recomendações:

Deverá adotar-se apenas uma designação para o FCD1: “Biodiversidade, Valor Cultural e Paisagístico” ou “Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos”.

A lista das “Siglas e Acrónimos” deverá ser revista, de forma a garantir uma total correspondência com o Relatório Ambiental.

2. Fases seguintes do procedimento de AAE

No que diz respeito às fases seguintes deste procedimento de AAE, importa considerar os seguintes aspetos:

- Está previsto legalmente que o RA seja acompanhado de um Resumo Não Técnico (RNT). O RNT deve ser um documento autónomo, sintético, não excedendo as 20 páginas, excluindo cartografia, se necessário. A linguagem utilizada deve ser simples, clara e concisa, sem termos técnicos.
- Os comentários acima efetuados deverão ser tidos em consideração no desenvolvimento da próxima versão do RA e também na elaboração do RNT.
- A ponderação dos contributos das entidades consultadas deve constar, em tabela própria, com justificação dos contributos eventualmente não considerados.
- Em simultâneo com a versão final do Plano deverá ser elaborado o Relatório Ambiental final, que incorpore o resultado das consultas institucional e pública. Estes resultados deverão igualmente ser vertidos no Plano, sempre e quando pertinente.
- Posteriormente, deverá ser elaborada e enviada a esta Agência e às restantes ERAE consultadas a Declaração Ambiental, de acordo com o Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. De lembrar que a DA, a disponibilizar no site da CM, deverá ser assinada, datada e referir o cargo do responsável pela sua emissão, de acordo com a nota técnica da APA, disponível no site desta Agência.
- Sugere-se ainda que, aquando da publicação da aprovação desta Revisão do Plano em Diário da República, seja feita alusão ao facto de a mesma ter sido sujeita a um procedimento de AAE.
- Alerta-se para a obrigação legal de avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do Plano, verificando a adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos (n.º 1 do art. 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007). Os

resultados do controlo devem ser divulgados pela entidade responsável pelo Plano, através de meios eletrónicos, e atualizados com uma periodicidade mínima anual, devendo ainda ser remetidos à APA.

3. Conclusão sobre a AAE

Concluindo, considera-se que a serem atendidas as sugestões e recomendações mencionadas no presente parecer relativo à apreciação do RAP da Revisão do PDM da Covilhã, encontram-se reunidas as condições para o desenvolvimento de uma nova versão do RA, mais atualizada e completa.

Deverá ser elaborado um Resumo Não Técnico, como previsto no Regime Jurídico de AAE.

Nas fases seguintes da AAE, que se deseja que se desenvolvam de forma interativa com a proposta de Plano, devem ser tidos em consideração os aspetos focados no presente parecer, reforçando-se que:

- A AAE deve permitir garantir que os efeitos ambientais são tomados em consideração durante a elaboração da proposta de revisão do PDM, contribuindo, assim, para a adoção de soluções eficazes e sustentáveis e de medidas de controlo que evitem ou reduzam os efeitos negativos significativos no ambiente e potenciem os efeitos positivos, decorrentes da sua implementação.
- Deve ser clara a articulação da proposta de revisão do PDM com a AAE realizada. De acordo com o definido no RJAAE, na AAE (especificamente no RA) devem constar as medidas de controlo previstas, as quais devem estar refletidas no desenvolvimento da proposta de revisão do PDM e respetivas peças. Ou seja, o Relatório do PDM deve demonstrar essa circunstância e clarificar quais as medidas, recomendações e contributos que o referido procedimento de AAE deu para a proposta de revisão do Plano.
- Reforça-se a importância de, na proposta de Plano e na AAE, dever ser apresentada a ponderação da globalidade dos pareceres emitidos nesta fase e a indicação clara dos contributos integrados nas várias peças do Plano e a justificação dos contributos eventualmente não considerados.

Mais se informa que toda a informação relevante sobre a AAE se encontra sistematizada no site da APA na seguinte hiperligação:

<https://apambiente.pt/avaliacao-e-gestao-ambiental/avaliacao-ambiental-estrategica>

Anexo 4 - Análise da proposta de Reserva Ecológica Nacional

A informação descarregada da PCGT inclui um documento com a ponderação do parecer emitido pela APA-ARHTO em 2023, com referência S61266-202310-ARHTO.DPI, tendo a análise efetuada seguido esse mesmo documento.

De referir que a proposta não apresenta a delimitação da tipologia Zonas Ameaçadas pelas Cheias, pelo que se encontra incompleta, o que implica que na globalidade não possa ser aceite.

Transmite-se de seguida a análise parcial efetuada quanto a algumas das tipologias apresentadas, remetendo-se a restante análise para o contexto da preparação da reunião setorial proposta, num documento complementar.

Aspetos Gerais

Devem ser consideradas no contexto da elaboração da proposta da REN as questões identificadas no presente documento (Anexo 1) no que se relaciona com a cartografia de base relativamente à representação da rede hidrográfica do concelho.

Áreas Estratégicas de Infiltração e de Recarga e Proteção de Aquíferos (AEIPRA)

Para efeitos de enquadramento, considera-se de referir que:

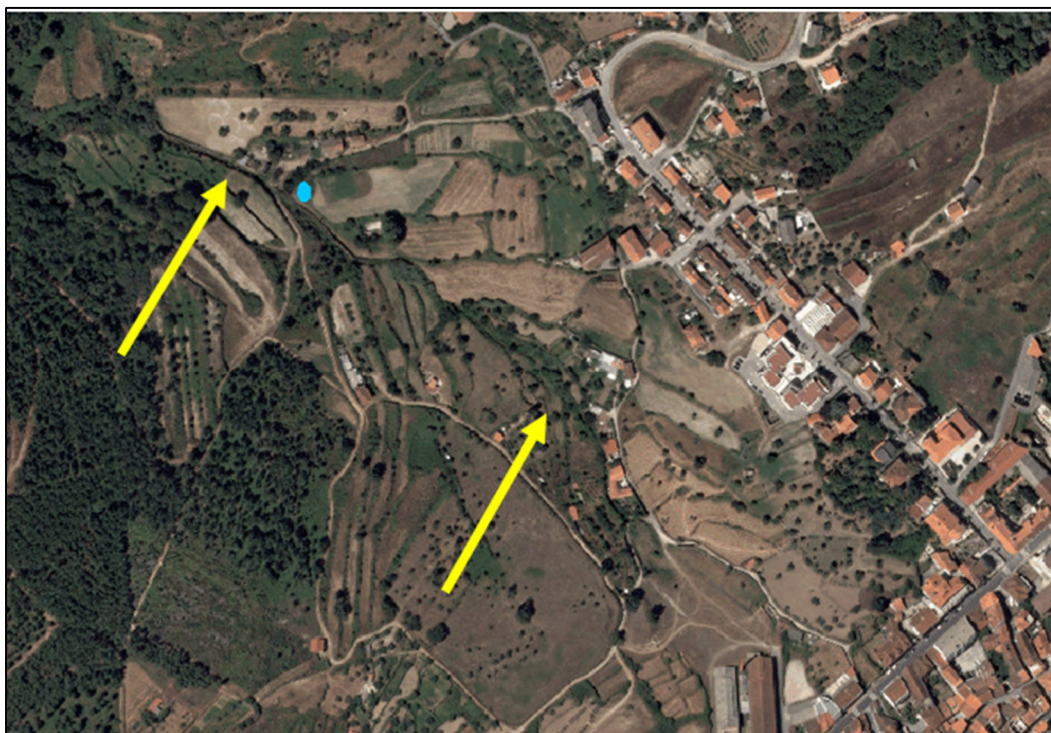
- A proposta de AEIPRA foi efetuada com recurso à metodologia Índice de Recarga Efetiva (IRef), sendo esta uma metodologia recomendada pelas novas orientações estratégicas (Portaria n.º 336/2019, de 26 de Setembro);
- O concelho da Covilhã interceta apenas uma massa de água subterrânea, designadamente o Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Tejo, sendo que esta não é considerada sistema aquífero de importância regional;
- Os elementos agora em análise surgem na sequência do pedido de reformulação da proposta de AEIPRA, incluindo no parecer de 2023 acima referido.

Relativamente aos documentos agora entregues, da análise efetuada, resultam as seguintes considerações:

- a. Para o parâmetro Ip não foi novamente considerada a informação geográfica disponibilizada por estes serviços e correspondente à recarga das massas de água subterrânea, determinada no âmbito do Plano das bacias Hidrográficas das Ribeiras do Oeste, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-B/2013, de 22 de março. Considera-se que este parâmetro deverá ser reformulado, utilizando a informação geográfica remetida em anexo aos anteriores pareceres;
- b. A *shapefile* enviada não distinguia os polígonos associados às zonas de recarga das áreas relativas às cabeceiras das bacias hidrográficas, impossibilitando assim a análise do trabalho efetuado.

Tendo em conta o exposto, considera-se necessária a reformulação da proposta de AEIPRA apresentada.

Anexo 5 - Figuras



*Fig.1 – linhas de água existentes não representadas na cartografia de base
(Carta Militar e ortofotomapas 2018)*

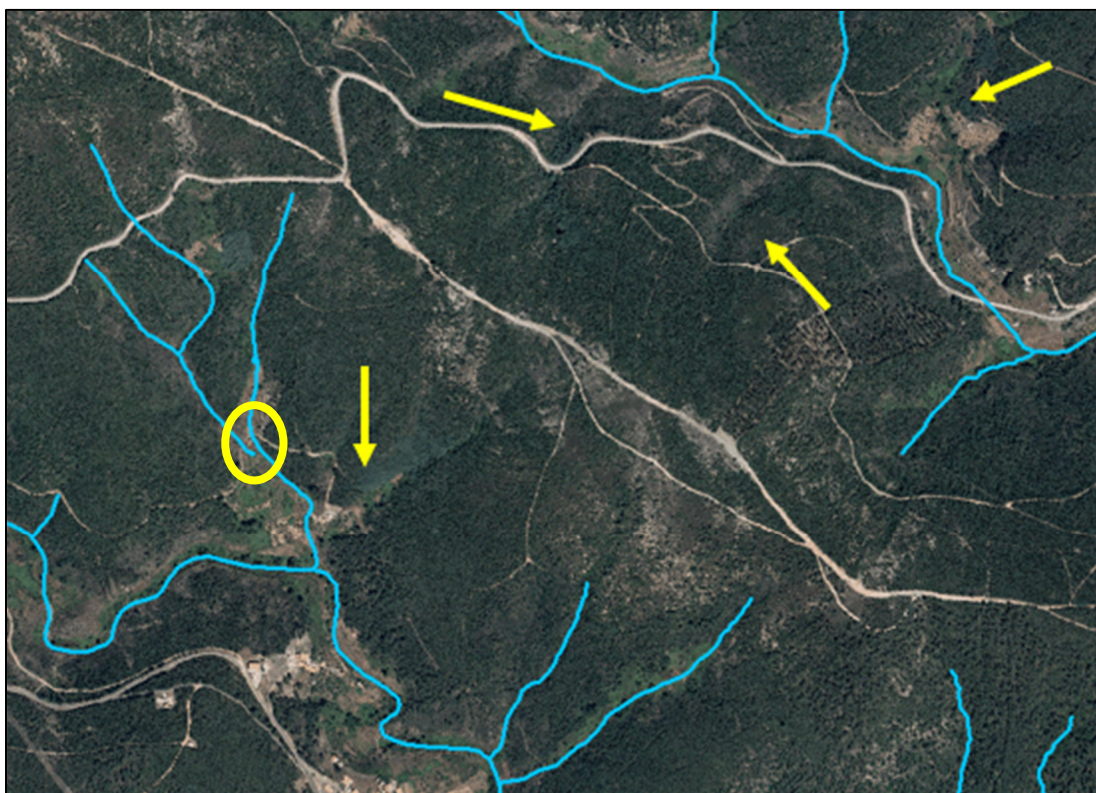
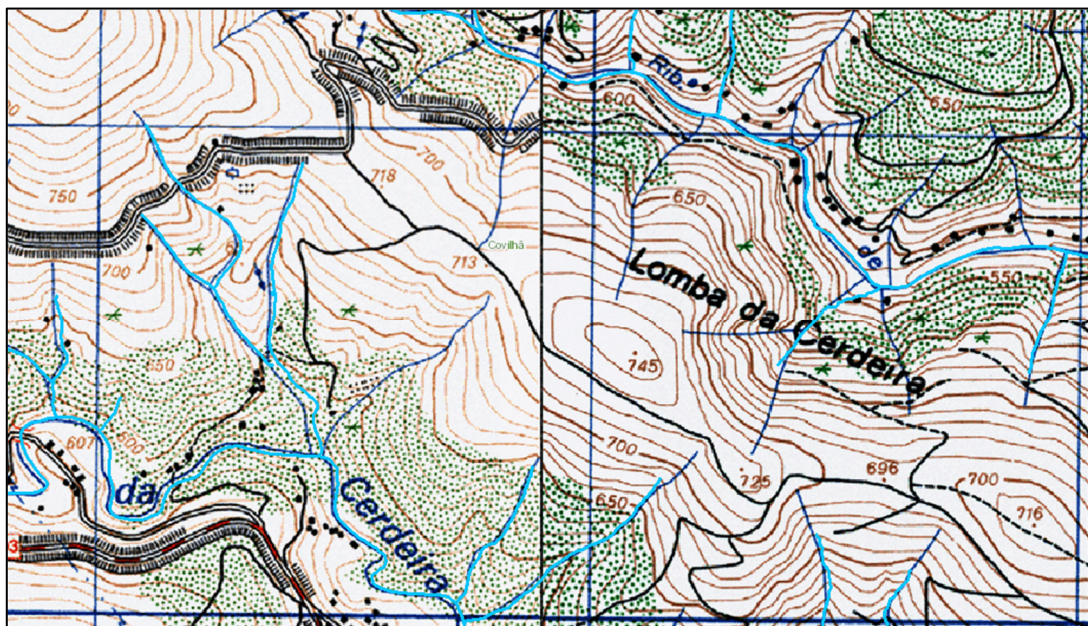


Fig. 2 – linhas de água omissas na cartografia de base ou com representação incompleta ou falta de conectividade hidráulica (apenas assinalados alguns exemplos) a norte de Vale da Cerdeira

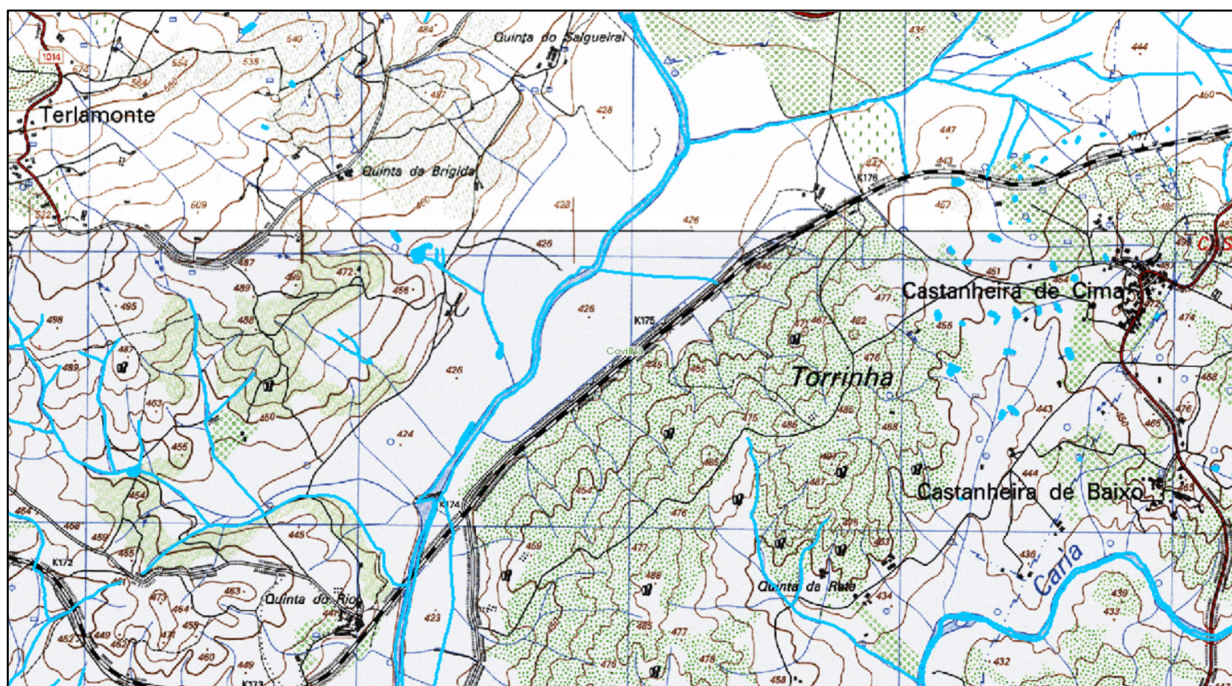


Fig. 3 – linhas de água omissas na cartografia de base ou com representação incompleta ou falta de conectividade hidráulica (apenas assinalados alguns exemplos)

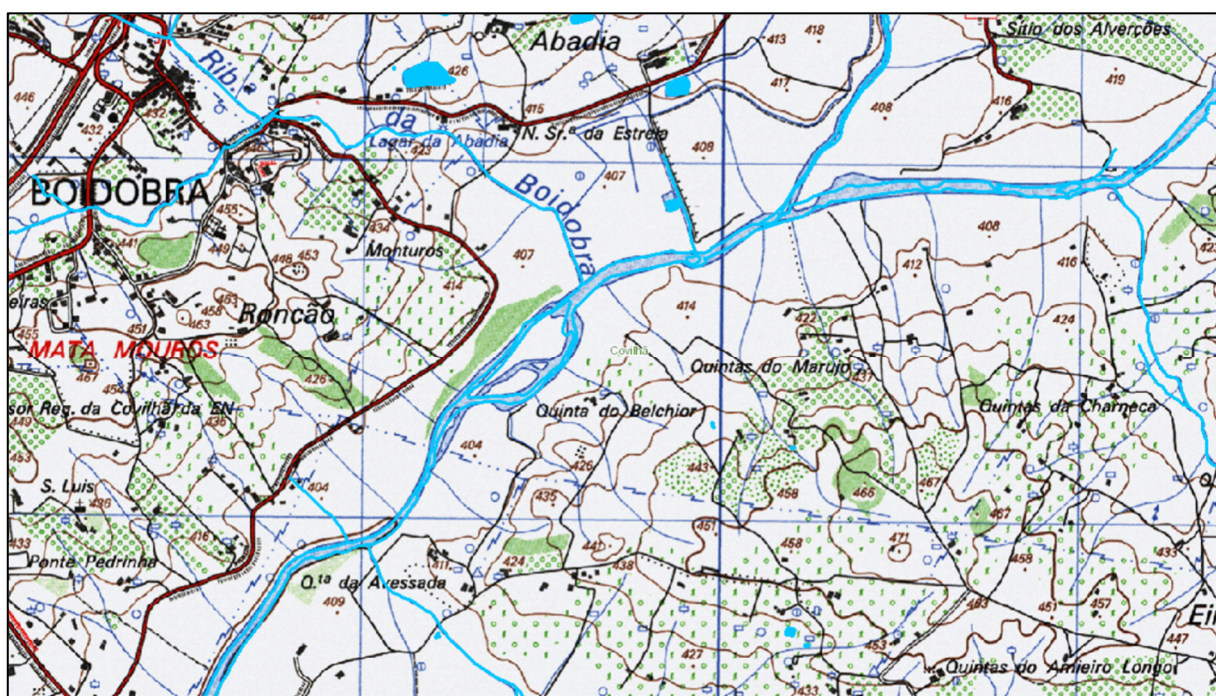


Fig. 4 – linhas de água omissas na cartografia de base ou com representação incompleta ou falta de conectividade hidráulica (apenas assinalados alguns exemplos)

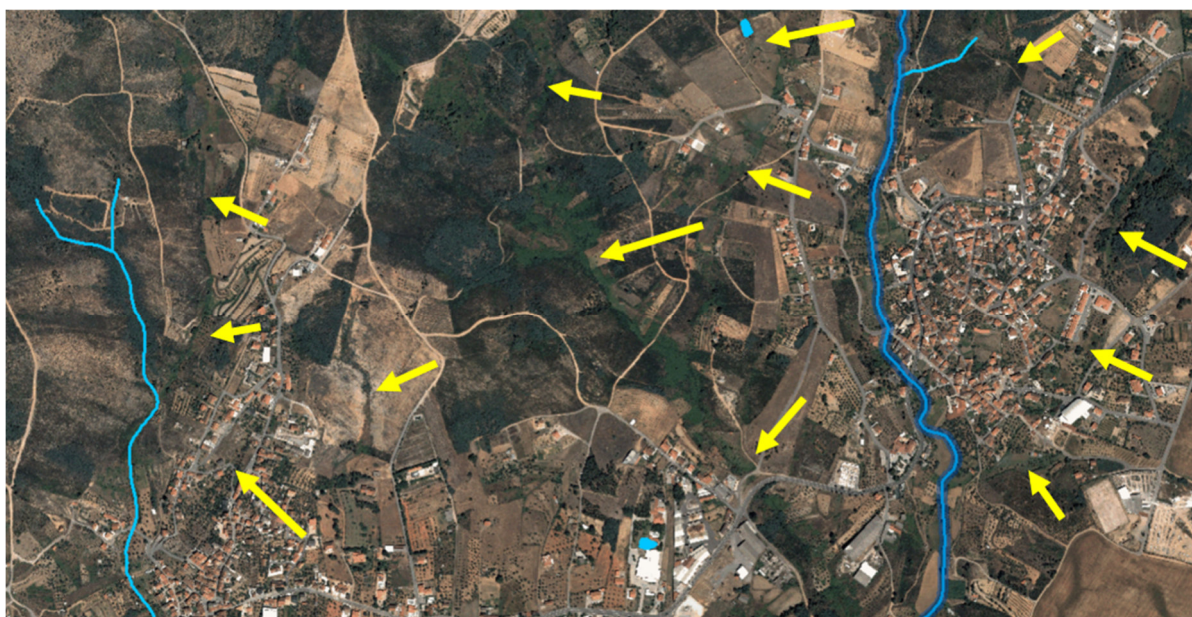








































Fig. 5 – linhas de água omissas na cartografia de base ou com representação incompleta ou falta de conectividade hidráulica (apenas assinalados alguns exemplos)

Anexo 6 - Shapefiles disponibilizadas (PCGT)

PDM	REN
<ul style="list-style-type: none"> PMOT_vigor_PPs_2024.05.shp RPDMC_AR&AED_2024.05_vf.shp RPDMC_PUrbanos_2024-05_vf (1).shp RPDMC_QSRustico_2024.05_vf.shp RPDMC_QSUrbano_2024.05_vf.shp EEC_2024.05.shp EEF_2024.05.shp EEU_2024.05.shp AcessosaSerradaEstrela_2024.05.shp EquipamentosMobilidade_2024.05.shp EstradasMunicipaisprevistas_2024.05.shp HierarquiaRedeViaria_2024.05.shp IC6_previsto_2024.05.shp ViasPropostas_PUGC_2024.05.shp AreaJurisdicaoAlfandega_2024.05.shp EdifPub_ConstInteressePub_2024.05.shp Estabelecimento_Produtos_Explosivos_20... EstradaNacionalINClassificada_AreaNonA... Gasoduto_2024.05.shp IC6_2024.05.shp IC6_AreaNonAedificandi_2024.05.shp InfraestruturaProdTransf_Energia_2024.05... InfraestruturaTransporte_EnergiaEletrica_... Linha_BeiraBaixa_2024.05.shp MarcoGeodesico_2024.05.shp RRN_2024.05.shp RRN_AreaNonAedificandi_2024.05.shp RRN_labels_2024.05.shp ZonaProtecao_EstabPrisional_TutMenore... ZonaSeguranca_EstabelecimentoProdEx... ZP_EstabelecimentoPrisional_2024.05.shp ZP_MarcoGeodesico_2024.05.shp 	<p>REN Covilha (em vigor)</p> <ul style="list-style-type: none"> a_max_infiltracao.shp a_risco_erosao.shp albufeiras.shp cabeceiras.shp escarpas.shp escarpas_falha_l.shp escarpas_l.shp Export_Output.shp faixa_p_albufeiras.shp faixa_p_lagoas.shp insuas.shp lagoas.shp leitos_e_zac.shp linhas_agua.shp ren_atual_total.shp ren_atual_total_union.shp <p>0503_REN_SHP</p> <ul style="list-style-type: none"> 0503_AEIPRA_P.shp 0503_AEREHS_P.shp 0503_AIV_P.shp 0503_ALBUFEIRAS_FAIXA-PROTECAO_P.s... 0503_ALBUFEIRAS_LEITO_P.shp 0503_ALBUFEIRAS_MARGEM_P.shp 0503_CAL_L.shp 0503_CAL_P.shp 0503_CAM_P.shp 0503_ESCARPAS_P.shp fatorR_final.tif Solos_25K_cov.shp Solos_100K_cov.shp Solos_Merge.shp Fator_K.shp Fator_K_SI.tif

<p>arqueologico_dgpc_2024.05.shp</p> <p>arquitetura_civil_privada_2024.05.shp</p> <p>arquitetura_civil_publica_2024.05.shp</p> <p>arquitetura_industrial_2024.05.shp</p> <p>arquitetura_religiosa_2024.05.shp</p> <p>estatuas_monumentos_2024.05.shp</p> <p>fontes_chafarizes_2024.05.shp</p> <p>marcas_cruciformes_2024.05.shp</p> <p>marcas_cruciformes_etc_2024.05.shp</p> <p>POAAP_CovaViriato_2024.05.shp</p> <p>POPNSE_Intervencao_Especificas_2024.05....</p> <p>POPNSE_Regime_Protecao_2024.05.shp</p> <p>Captacoes_Aguas_Publicas_2024.shp</p> <p>ZonaProtecaoCaptacoes_2024.05.shp</p> <p>ZonasConflito_2024.05.shp</p> <p>ZonasMistas_2024.05.shp</p> <p>ZonasSensíveis_2024.05.shp</p> <p>AguasMineraisNaturais_2024.05.shp</p> <p>Albufeiras_Aguas_Publicas_2024.05.shp</p> <p>Concessao_Mineira_2024.05.shp</p> <p>Leito_de_Cheia_2024.05.shp</p> <p>Leitos_Margens_CursosAgua_2024.05.shp</p> <p>Pedreira_2024.05.shp</p> <p>PerimProteccao_AguasMineraisNaturais_...</p> <p>ZRZTPA_2024.05.shp</p> <p>ZTPA_2024.05.shp</p> <p>Aproveitamento_Hidroagricola_2024.05.s...</p> <p>ArvoreInteressePublico_2024.05.shp</p> <p>EspeciesFlorestais_Protegidas_2024.05.shp</p> <p>RegimeFlorestal_2024.05.shp</p> <p>AreasProtegidas_2024.05.shp</p> <p>RedeNatura2000_2024.05.shp</p> <p>dgpc_imoveis_2024.05.shp</p> <p>dgpc_perimetro_imoveis_2024.05.shp</p> <p>Imoveis_Classificados_representacao_po...</p>	<p>covilha_cursos_agua_leito_line_inter.shp</p> <p>covilha_cursos_agua_leito_pl_inter.shp</p> <p>covilha_cursos_agua_margem.shp</p> <p>pnt_rev_CALM_Covilhã.shp</p>
---	---

<p> FaixasGestaoCombustivel_2024.05.shp</p> <p> LocaisEstrategicosEstacionamento_2024....</p> <p> PostosVigia_2024.05.shp</p> <p> RedeViariaFlorestal_2024.05.shp</p> <p> RPDMC_Programacao_2024.05_vf.shp</p> <p> LOT_PDMC_CompUrb_LOT_2024-04.shp</p> <p> PO_PDMC_CompUrb_PO_2024-04.shp</p>	
---	--

0503_CART_BASE	0503_OUTROS ELEMENTOS
<p> 00_CB_Toponimia_ponto.shp</p> <p> 02010106_LimiteDeConcelho.shp</p> <p> 02010106_LimiteDeConcelho_pol.shp</p> <p> 02010107_LimiteDeFreguesia.shp</p> <p> 02010107_LimiteDeFreguesia_pol.shp</p> <p> 02_CB_Altimetria_geodesia.shp</p> <p> 02_CB_Altimetria_linha.shp</p> <p> 02_CB_Altimetria_linha_linha_mestra.shp</p> <p> 02_CB_Altimetria_pcotados.shp</p> <p> 03_CB_Rede_Hidrografica_linha.shp</p> <p> 03_CB_Rede_Hidrografica_poligono.shp</p> <p> 04_CB_Exploracao_Recursos_Geologicos_...</p> <p> 04_CB_Exploracao_Recursos_Geologicos_...</p> <p> 05_Infraestrutura_Rodoviaria_eixo_linha.s...</p> <p> 05_Infraestrutura_Rodoviaria_linha.shp</p> <p> Infraestrutura_Rodoviária_Principal.shp</p> <p> 06_CB_Infraestrutura_Feroviaria_linha.shp</p> <p> 07_CB_Infraestrutura_Aeroportuaria_Trafe...</p> <p> 07_CB_Infraestrutura_Aeroportuaria_Trafe...</p> <p> 09_CB_Outras_Infraestruturas_Territoriais_...</p> <p> 09_CB_Outras_Infraestruturas_Territoriais_...</p> <p> 10_CB_Edificacoes_poligono.shp</p> <p> 11_CB_Grandes_Areas_Equipamentos_pol...</p>	<p> CAOP_2023.shp</p> <p> COS2018_Covilha.shp</p> <p> COS2018_Covilha_TArtificializados.shp</p> <p> COS20218.shp</p> <p> covilha_geologia_25k200k_av.shp</p> <p> covilha_solos_25000_total2_av.shp</p> <p> grelha_Covilha (1).shp</p> <p> grelha_Covilha.shp</p>

REN Concelhos Vizinhos	
<p>Arganil</p> <p>0601_REN_e_Exclusoes_Port166_15jun2016.shp</p> <p>Belmonte</p> <p>AEIPRA_maio21_bruta_etr.shp</p> <p>AEREHS_smt15_clip_maio21_bruta.shp</p> <p>aiv_bruta_maio21.shp</p> <p>CALM_LA_maio21.shp</p> <p>CALM_leitos_maio21.shp</p> <p>CALM_marg_maio21.shp</p> <p>ZA_Zezere1993_corrigida2018_clip_etr.s...</p> <p>ZAC_clip_maio21_bruta.shp</p> <p>Fundao</p> <p>RENFundao_v2_AEIPRA.shp</p> <p>RENFundao_v2_AEREHS.shp</p> <p>RENFundao_v2_ZonasAdjacentes.shp</p> <p>RENFundao_v3_total.shp</p> <p>RENFundao_v3_ZAC.shp</p> <p>RENFundao_v2_AIV.shp</p> <p>RENFundao_v2_Escarpas.shp</p> <p>RENFundao_v2_Escarpas_faixaprot30.shp</p> <p>RENFundao_v2_Albufeiras_faixasproteca...</p> <p>RENFundao_v2_Albufeiras_leitos.shp</p> <p>RENFundao_v2_Albufeiras_margens.shp</p> <p>RENFundao_v2_CALM_leitos.shp</p> <p>RENFundao_v2_CALM_leitos_areas.shp</p> <p>RENFundao_v2_CALM_margem.shp</p>	<p>Guarda</p> <p>21_CursosAgua_Leito_line.shp</p> <p>21_CursosAgua_Leito_poligon.shp</p> <p>23_CursosAgua_Margem.shp</p> <p>27_Albufeiras_Leito.shp</p> <p>28_Albufeiras_Margem.shp</p> <p>28_Albufeiras_Margem_SymmetricalDiffe...</p> <p>29_Albufeiras_FaixaProteção.shp</p> <p>30_AEIPRA.shp</p> <p>30_AEIPRA_CLA.shp</p> <p>30_AEIPRA_IFI.shp</p> <p>31_ZonasAdjacentes.shp</p> <p>33_ZAC_MTI.shp</p> <p>34_AEREHS.shp</p> <p>35_AIV.shp</p> <p>36_Escarpas.shp</p> <p>Manteigas</p> <p>0908_REN_e_Exclusoes_Port68_05Abr201...</p> <p>Pampilhosa_da_Serra</p> <p>0612_REN_LA_RCM15_28jan2002.shp</p> <p>0612_REN_RCM15_28jan2002.shp</p> <p>Seia</p> <p>0912_REN_e_Exclusoes_Port299_21set201...</p>

Câmara Municipal da Covilhã
Praça do Município
6200-151 - COVILHÃ

S/ referência	Data	N/ referência	Data
PCGT - ID 532 (Ex-164)		S041256-202407-ARHTO.DPI ARHTO.DPI.00048.2022 e ARHTO.DPI.00103.2022	

Assunto: Revisão da delimitação da REN da Covilhã - análise da proposta apresentada em sede da 1.ª Reunião Plenária - datada de maio de 2024

A CM da Covilhã apresentou uma proposta de delimitação da REN em sede da 1ª Reunião Plenária da revisão do PDM da Covilhã, realizada em 28-06-2024.

No contexto dessa reunião a APA-ARHTO efetuou uma análise parcial da mesma, incluída no ofício com referência S039143-202406-ARHTO.DPI, tendo sugerido a realização de uma reunião setorial com a CM da Covilhã sobre a proposta apresentada, para a qual seria previamente remetido à CM um documento elaborado para preparação da mesma, complementar ao ofício acima referido.

Deste modo, transmitem-se por este meio os contributos destes serviços resultantes da análise efetuada sobre a referida proposta de delimitação da REN. Note-se que, para efeitos de uma melhor leitura da análise da proposta apresentada, se optou por transcrever para o presente documento o teor do ofício acima referido nas matérias relevantes para o efeito.

A presente análise incide sobre a proposta da REN datada de maio de 2024.

1. Apreciação técnica

A informação analisada foi descarregada da plataforma PCGT em 17-06-2024, sendo que no ofício acima referido foi apresentada em anexo uma listagem das shapefiles apresentadas. Foi igualmente descarregada da PCGT a informação geográfica, em formato vetorial e matricial, correspondente aos cálculos intermédios das tipologias. Embora esta informação não conste do anexo acima referido (com a listagem das shapefiles), importa referir que a mesma foi considerada na análise agora efetuada.

A proposta inclui um *QUADRO 1 - Ponderação dos Pareceres Emitidos pelas Entidades CCDR-C e APA/ARH-TO* (que se passa a referir como Quadro-1). Com base nesse quadro, para efeitos de apreciação, foi criado o Quadro - Ponderação do Parecer Emitido pela APA-ARHTO (Análise), acrescentando uma coluna com anotações resultantes da análise efetuada, o qual deve lido como complemento ao presente texto (ver Anexo 3). De referir que o mesmo se restringe ao parecer da APA-ARHTO, pelo que foram retiradas as questões relativas ao parecer emitido pela CCDRC.

De referir que a proposta apresentada não inclui a tipologia Zonas Ameaçadas pelas Cheias, constando da Memória Descritiva e Justificativa (MDJ) *"que a tipologia ZAC encontra-se em elaboração, não estando ainda concluída à data da entrega desta versão da REN"*.

Entende-se, ainda, de salientar que não se considera pertinente a inclusão de um capítulo relativo à tipologia Lagoas, Lagos e Respetivos Leitões, Margens e Faixas de Proteção, tendo em

(Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste documento)

conta que a mesma não se encontra presente no concelho. As observações aí apresentadas, caso se considerem relevantes, poderiam ser referidas na tipologia das REN – Albufeiras que contribuem para a conectividade e coerência ecológica da REN, com os respetivos leitos, margens e faixas de proteção, dado que integra a albufeira da Cova do Viriato, aí mencionada, ou na introdução da MDJ (tal como é feito para as ZAC).

1.1. Cartografia de Base

Neste âmbito, e tal como acima referido, considerou-se pertinente incluir a transcrição das considerações apresentadas em sede da 1ª Reunião da Plenária da Comissão Consultiva, permitindo um melhor enquadramento da análise apresentada. A referida transcrição apresenta-se no Anexo 1.

1.2. Cursos de Água e respetivos leitos e margens (CALM)

Importa desde já salientar que o exposto, no que respeita à cartografia de base - rede hidrográfica, tem repercussões significativas nesta tipologia. Assim, deve a proposta ser revista em conformidade, nomeadamente tendo em conta as alterações a introduzir nesse âmbito.

Considera-se de referir o seguinte após a análise da MDJ em conjunto com o Quadro-1 apresentado:

- a) Verifica-se a introdução de algumas alterações, referidas no Quadro 1 quanto à descrição da metodologia, designadamente quanto aos critérios considerados;
- b) Na metodologia, na página 14, observa-se que não são referidas as margens dos cursos de água, as quais integram esta tipologia, para além dos leitos dos mesmos. Não obstante, na página seguir à *Tabela 2. Identificação dos critérios de seleção das linhas de água para integrar a tipologia CALM (página 23 do ficheiro. Note-se que existe uma gralha na numeração das páginas da MDJ: a partir desta tabela é reiniciada a numeração)*, constata-se que se mantém o texto relativo às margens tal como apresentado na proposta anterior, sem nada a destacar;
- c) É salientado que *“atendendo que a tipologia ZAC ainda não se encontra delimitada, os cursos de água potencialmente associados à formação desta, não foram analisados nem incluídos na tipologia CALM”*. Deste modo a proposta deverá ser revista após a aprovação da tipologia das zonas ameaçadas pelas cheias;
- d) Denota-se que a apresentação da metodologia se encontra mais desenvolvida abarcando as questões mais relevantes para a elaboração da proposta da tipologia CALM;
- e) Foi introduzido um subcapítulo *“aferição do traçado dos cursos de água”* no qual é referido que no processo de elaboração da proposta foram detetados *“erros pontuais na cartografia base (homologada) no que diz respeito ao traçado real dos cursos de água identificados e ainda troços omissos”* e descrita a metodologia utilizada para a correção dos mesmos, a qual se baseou em ortofotomapas, Cartas Militares, informação altimétrica e, nalguns casos *“na observação “in situ” através do Google Maps e de trabalhos de campo realizados no âmbito da delimitação da REN”*. Esta metodologia considera-se adequada, recomendando-se também a sua utilização para a revisão de cartografia de base, conforme já referido no parecer anterior. Todavia, reforça-se que a cartografia de base deve ser revista, havendo implicações prováveis nesta tipologia;

- f) É ainda referida a representação das linhas de água da foz à nascente. Contudo, neste âmbito, existem ainda algumas situações a rever, tal como já referido;
- g) Confirma-se o referido no Quadro-1 sobre a inclusão das *Tabela 2. Identificação dos critérios de seleção das linhas de água para integrar a tipologia CALM* e da *Tabela 4. Identificação dos cursos de água incluídos na tipologia CALM, respetivos códigos, toponímia e medições*, anteriormente integradas. Sobre esta questão ver o referido na análise da informação geográfica;
- h) A MDJ refere que *"os troços artificializados com passagens hidráulicas (troços entubados), localizados em áreas urbanas consolidadas onde a sua renaturalização é inexequível, não são integrados em REN. Considerando este critério, não foram identificados troços entubados "não REN" no concelho da Covilhã"*. Neste âmbito considera-se de referir dois aspetos:
 - o a questão dos troços entubados e sem condições de renaturalização não se coloca apenas em áreas urbanas, mas sim na totalidade do território, devendo, portanto, ser revista a proposta nestes aspetos;
 - o a representação desses troços deve ser apresentada, tal como referido no parecer anterior da APA-ARHTO *"Embora estes troços não integrem a REN, a sua representação (a tracejado) deve ser apresentada com a proposta de CALM no sentido de verificar a conectividade exigida"*.

Relativamente à informação geográfica, da análise efetuada, observou-se o seguinte, para além dos aspetos com implicações nesta tipologia já identificados na análise da cartografia de base:

- a) a tabela de atributos das shapefiles 0503_CAL_L e 0503_CAL_P não inclui os dados referidos na resposta ao parecer da APA-ARHTO, verificando-se que os mesmos só estão disponíveis na shapefile covilha_cursos_agua_leito_line_inter e covilha_cursos_agua_leito_pl_inter. Considera-se que esses dados devem integrar a shapefile final da tipologia, sendo relevantes para a proposta;
- b) Da informação recebida não conseguimos identificar a informação relativa aos cursos de água cobertos e sem condições de renaturalização (ver análise da MDJ acima);

Resumindo, considera-se que existem aspetos a rever nesta tipologia, designadamente relacionados com as questões identificadas com a cartografia de base, bem como tendo em conta a proposta de ZAC a apresentar.

1.3. Albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, respetivos Leitos, Margens e Faixas de Proteção

Constata-se, pela análise da informação geográfica, MDJ e tabela de ponderação, que foi dada resposta ao parecer da APA-ARHTO.

Considera-se, assim, que a proposta da tipologia Albufeiras, respetivos leitos, margens e faixas de proteção, está em condições de ser aceite.

1.4. Áreas Estratégicas de Infiltração e de Proteção e Recarga de Aquíferos

Esta tipologia integra duas componentes: Áreas de recarga de aquíferos e Cabeceiras das bacias hidrográfica.

1.4.1. Áreas de recarga de aquíferos

O ofício S039143-202406-ARHTO.DPI inclui a análise da componente das Áreas de recarga de aquíferos, o qual se transcreve de seguida, conforme acima exposto:

Para efeitos de enquadramento, considera-se de referir que:

- *A proposta de AEIPRA foi efetuada com recurso à metodologia Índice de Recarga Efetiva (IRef), sendo esta uma metodologia recomendada pelas novas orientações estratégicas (Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro);*
- *O concelho da Covilhã interceta apenas uma massa de água subterrânea, designadamente o Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Tejo, sendo que esta não é considerada sistema aquífero de importância regional;*
- *Os elementos agora em análise surgem na sequência do pedido de reformulação da proposta de AEIPRA, incluindo no parecer de 2023 acima referido.*

Relativamente aos documentos agora entregues, da análise efetuada, resultam as seguintes considerações:

- a. Para o parâmetro Ip não foi novamente considerada a informação geográfica disponibilizada por estes serviços e correspondente à recarga das massas de água subterrânea, determinada no âmbito do Plano das bacias Hidrográficas das Ribeiras do Oeste, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-B/2013, de 22 de março. Considera-se que este parâmetro deverá ser reformulado, utilizando a informação geográfica remetida em anexo aos anteriores pareceres;*
- b. A shapefile enviada não distinguia os polígonos associados às zonas de recarga das áreas relativas às cabeceiras das bacias hidrográficas, impossibilitando assim a análise do trabalho efetuado.*

Tendo em conta o exposto, considera-se necessária a reformulação da proposta de AEIPRA apresentada.

A CM de Covilhã, após conhecimento do mesmo, informou que a informação intermédia, relativa a esta tipologia, permitia a distinção entre as suas duas componentes. Após verificação da informação descarregada confirmou-se que, efetivamente, essa informação foi recebida.

Contudo, no que se refere à delimitação das Áreas de recarga, considera-se que o essencial do parecer se mantém, na medida em que há necessidade de refazer o parâmetro Ip e aplicar novamente a metodologia.

1.4.2. Cabeceiras

Da análise da informação geográfica apresentada – shapefile cabeceiras_covilha_ret_clip, constata-se que a proposta sofreu alterações consideráveis, resultando numa diminuição da área proposta.

É referido que a “Atendendo à ausência de uma metodologia específica e estabilizada para a delimitação desta tipologia, recorreu-se à delimitação das cabeceiras das linhas de água elaborada pelo Instituto Superior de Agronomia (ISA) para Portugal Continental e disponibilizado pela plataforma EPIC-WEBGIS (ISA, 2020), que teve por base a metodologia desenvolvida em Pena et al. (2017)”.

Essa delimitação foi sujeita a operações de suavização e alguns “ajustes de forma a aferir a delimitação das cabeceiras à topografia da cartografia de base (escala 1:10 000), excluindo as áreas sobrepostas a linhas de água e a barreiras físicas que interrompem ou alteram a função ecológica das cabeceiras”.

Da análise da informação geográfica disponibilizada conclui-se que foram utilizadas as cabeceiras das linhas de água de 3ª ordem, com processos que revelam generalização e suavização das manchas, sendo o resultado mais adaptado à configuração do território, embora apenas de modo aproximado se analisado com a topografia disponibilizada. De igual modo, se for feita uma análise considerando a rede hidrográfica disponibilizada, verifica-se que esses ajustes deveriam, para um resultado mais adequado, ter em conta o traçado da mesma (nomeadamente, após a sua revisão de acordo com o já exposto neste parecer). Assim, sugere-se que se tentem minimizar as sobreposições com as linhas de água representadas em cartografia de menor escala (utilizando como referência a Carta Militar 1/25.000, por exemplo). Sugere-se, ainda, que esta análise decorra em simultâneo com a revisão da rede hidrográfica da cartografia de base.

A título de exemplo, podem observar-se as situações ilustradas nas figuras 6 a 8 em anexo.

Tendo, ainda, em conta as respostas apresentadas no Quadro-1, considera-se de aceitar condicionalmente a proposta de delimitação apresentada, devendo ser feitos ajustes face ao exposto.

Em síntese, esta tipologia carece de revisão no que se relaciona com a delimitação das áreas de Recarga de Aquíferos.

1.5.Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo

Relativamente a esta tipologia, efetuada a análise da proposta, entende-se de transmitir o seguinte:

- a) Erosividade da precipitação – a fonte de informação é identificada como a *"informação resultante do trabalho desenvolvido no âmbito da tese de Pena, S.B., 2016, disponibilizada pela CCDRN"*, conforme o texto relativo ao *"Cálculo do fator de erosividade da precipitação (Fator R)"*;
- b) Erodibilidade do solo (Fator K) - na descrição da metodologia foi acrescentada a referência *"A Carta de Solos à escala 1:25 000 (DGADR) foi devidamente projetada para o Sistema de Referência PT-TM06/ETRS89, uma vez que se encontrava no 'Lisbon_Lisbon_Portuguese_Grid', com um desfasamento de 205 metros"*, bem como clarificada a fonte de informação utilizada, bem como referido que foi calculada a média dos valores de erodibilidade para atribuição do fator K nos casos em que as áreas apresentavam mais do que uma classificação. Verifica-se quer foram alterados alguns tipos de solos, bem como de valores de k relativamente à versão anterior e referido explicitamente que os valores utilizados se encontram no Sistema Internacional ($t\ h\ ha\ MJ^{-1}\ ha^{-1}\ mm^{-1}$);
- c) Comprimento e inclinação das vertentes (Fatores L e S)
 - o foi acrescentado que em termos de informação altimétrica foram usadas as "curvas de nível com 2,5m de equidistância e pontos cotados";
 - o o cálculo entrou também com a rede viária principal do concelho;
 - o verifica-se que foram retificados os valores do quadro do coeficiente m, de acordo com o referido Guia de apoio (por lapso não foi referido esta questão no parecer anterior);
 - o devem ser revistas as páginas 66 e 67, na medida em que se encontram repetidos alguns parágrafos. Pressupõe-se que esta gralha tenha ocorrido quando da correção dos valores nas expressões para o cálculo de S - na página 66 está como

na versão anterior (5.4), mas na página 67 já se encontra correta a expressão (com o valor 5.14).

Quanto ao resultado final, verifica-se que a área abrangida por esta tipologia é maior que a da proposta anterior, sendo que, face à informação intermédia apresentada, nos parece ter uma distribuição espacial coerente.

Assim sendo, considera-se que foi dada resposta às questões identificadas no parecer da APA-ARHTO relativo à versão anterior, sendo que, não obstante ser necessário proceder à retificação da gralha detetada nas páginas 66 e 67, se considera que a proposta se encontra em condições de ser aceite.

2. Conclusão

Da análise efetuada e acima descrita, conclui-se o seguinte sobre a proposta de delimitação da REN apresentada em sede da 1ª reunião plenária da CC da revisão do PDM de Covilhã:

- Cartografia de base – conforme referido no ofício S039143-202406-ARHTO.DPI reitera-se a necessidade de rever a representação da rede hidrográfica do concelho, tendo em conta os aspetos nele identificados;
- Cursos de Água e respetivos Leitos e Margens – a proposta carece de revisão nalguns aspetos, ficando ainda condicionada aos aspetos identificados quanto à cartografia de base, bem como à proposta de delimitação das ZAC a apresentar;
- Albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, respetivos Leitos, Margens e Faixas de Proteção – a proposta reúne condições para ser aceite;
- Áreas Estratégicas de Infiltração e de Proteção e Recarga de Aquíferos – poderá ser aceite a delimitação da componente das Cabeceiras, não obstante carecer de alguns acertos, contudo, a delimitação das Áreas de Recarga de Aquíferos deve ser reformulada;
- Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo - a proposta reúne as condições de ser aceite.

Realce-se que a proposta não integra a proposta de delimitação da tipologia das Zonas Ameaçadas pelas Cheias pelo que, independentemente do acima exposto, a proposta não pode ser aceite na totalidade.

Face ao exposto, considera-se que, no global, a proposta apresentada não se encontra em condições de ser aceite, devendo ser reformulada nas questões acima identificadas.

Com os melhores cumprimentos,

A Administradora Regional da ARH Tejo e Oeste

Susana Fernandes

Susana Fernandes

Anexos: Anexo 1 - Cartografia de base – tema hidrografia; Anexo 2 – Figuras; Anexo - 3 - Quadro - Ponderação do Parecer Emitido pela APA-ARHTO (análise)

Anexo 1 - Cartografia de base – tema hidrografia

(transcrição do ofício S039143-202406-ARHTO.DPI)

Neste âmbito importa recordar o parecer emitido por estes serviços em 20-10-2023, com referência S061266-202310-ARHTO.DPI:

"De referir que na análise da proposta de delimitação da REN a apresentar em conjunto com o tema hidrografia da cartografia de base, será efetuada uma análise parcial e aleatória sobre a representação do traçado das linhas de água tendo em conta diversas fontes de informação cartográficas ou de imagens aéreas, com particular relevo para os ortofotomapas (DGT), no sentido de detetar situações não conformes com a realidade no terreno. Na sequência dessa análise, em situações consideradas significativas no âmbito das competências e atribuições da APA-ARHTO poderá ser adotada uma planta temática sobre a rede hidrográfica."

Deste modo, foi efetuada a análise das *shapefiles* incluídas em 03_Rede_Hidrografica, integradas na pasta 0503_CART_BASE, de acordo com os pressupostos acima transcritos. Dessa análise considera-se de destacar o seguinte:

Verifica-se que a representação cartográfica da rede hidrografia do concelho se encontra muito incompleta, tendo em conta as fontes de informação já identificadas e a Carta Militar 1/25.000 (informação de referência).

São apresentados, em anexo, extratos da Carta Militar e dos Ortofotomapas 2018 com a sobreposição das *shapefiles* 03_Rede_Hidrografica, para exemplificação das situações detetadas que carecem de revisão, designadamente no que respeita a:

- a) Omissão de linhas de água existentes no território e representadas na cartografia de referência;
- b) Linhas de água representadas apenas parcialmente;
- c) Falta de conectividade hidráulica.

Note-se que as imagens apresentadas constituem meros exemplos, não podendo de nenhum modo ser consideradas exaustivas para a identificação das situações que carecem de revisão.

Na medida em que esta informação é fundamental para a definição do modelo de ordenamento do concelho, e crucial para a identificação das condicionantes do solo, bem como para a delimitação da REN, deve a mesma ser revista de modo a permitir a obtenção de uma planta da rede hidrográfica do concelho.

No decorrer da análise detetou-se, ainda, que a ilha existente na albufeira de Cova do Viriato se encontra classificada na cartografia de base como 12040301_Lagoa (03_CB_Rede_Hidrografica_poligono), devendo este aspeto ser corrigido.

Neste contexto, considera-se não estarem reunidas as condições para a elaboração da proposta, em particular da Planta de Condicionantes e da delimitação da REN.

Anexo 2 – Figuras

(parcialmente transpostas do ofício S039143-202406-ARHTO.DPI)



*Fig.1 – linhas de água existentes não representadas na cartografia de base
(Carta Militar e ortofotomapas 2018)*

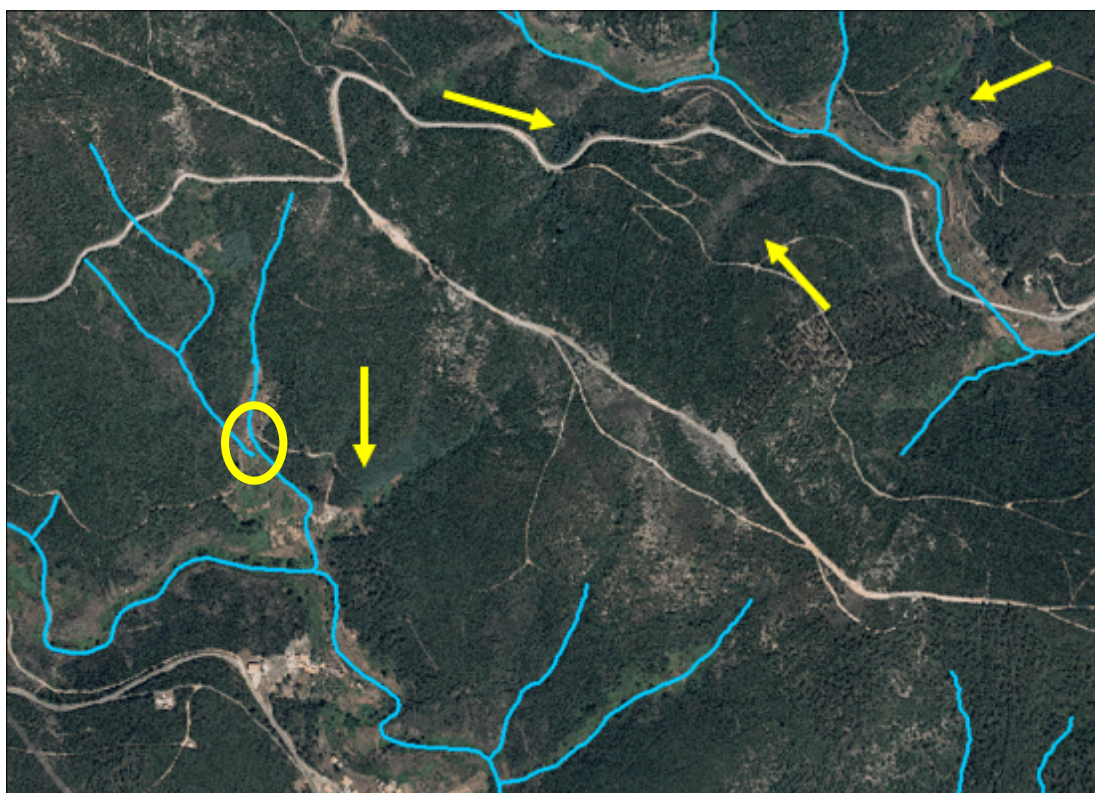
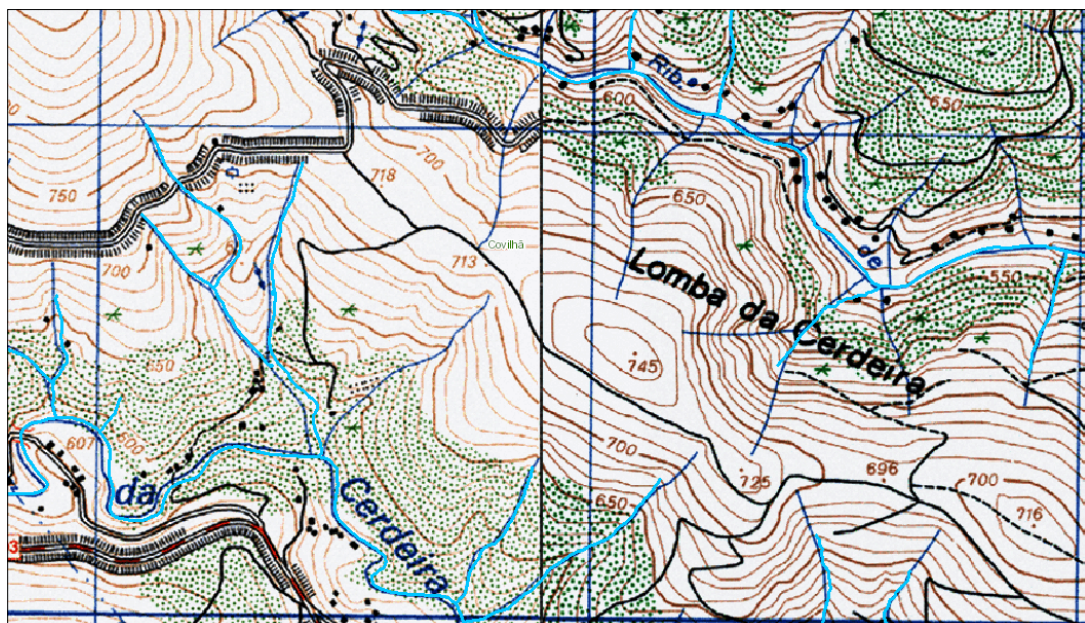


Fig. 2 – linhas de água omissas na cartografia de base ou com representação incompleta ou falta de conectividade hidráulica (apenas assinalados alguns exemplos) a norte de Vale da Cerdeira

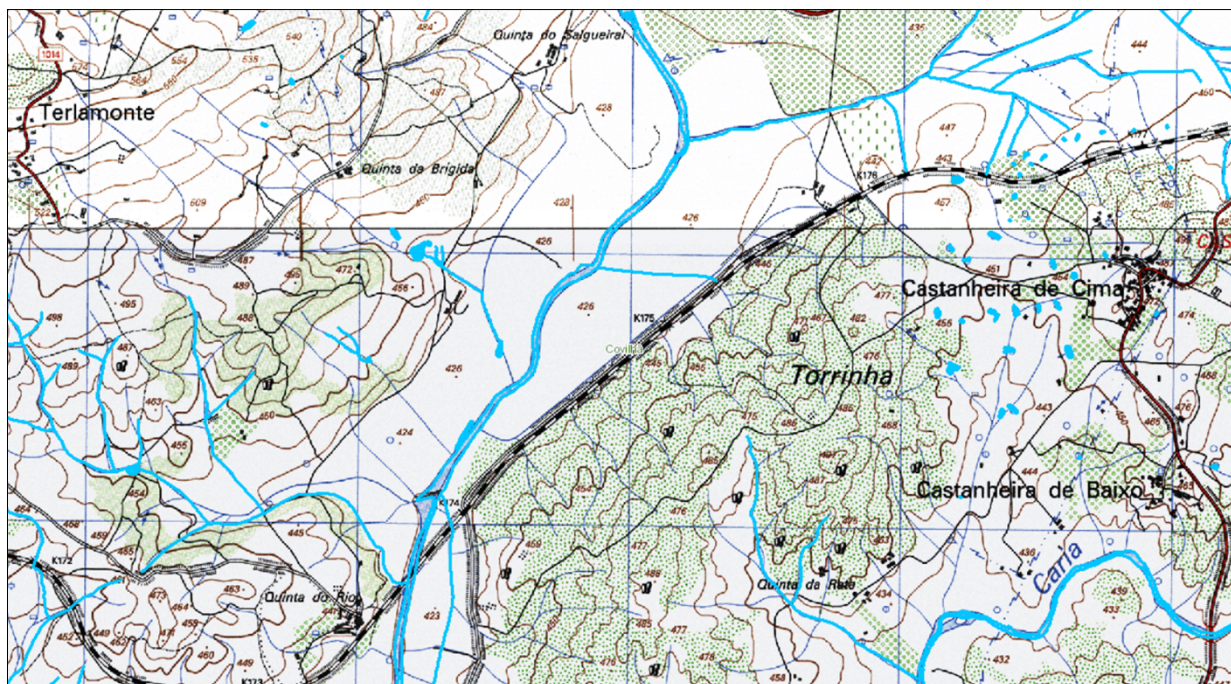


Fig. 3 – linhas de água omissas na cartografia de base ou com representação incompleta ou falta de conectividade hidráulica (apenas assinalados alguns exemplos)

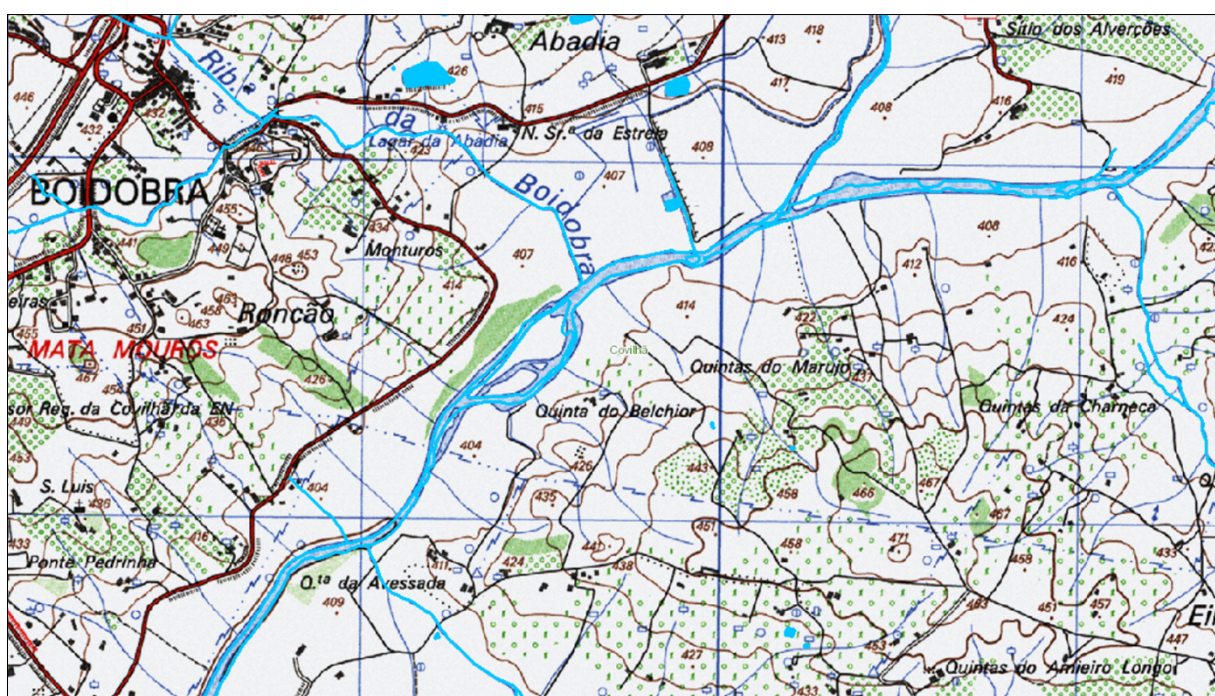


Fig. 4 – linhas de água omissas na cartografia de base ou com representação incompleta ou falta de conectividade hidráulica (apenas assinalados alguns exemplos)



Fig. 5 – linhas de água omissas na cartografia de base ou com representação incompleta ou falta de conectividade hidráulica (apenas assinalados alguns exemplos)

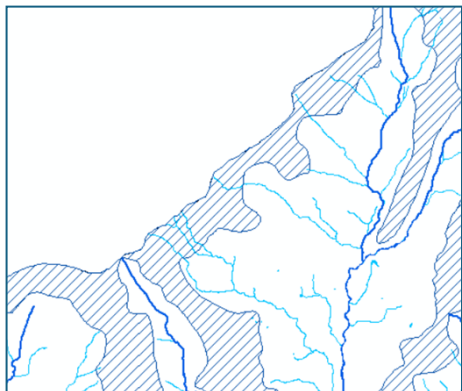


Fig.6 - No limite do concelho, a NW de Unhais da Serra – AEIPRA – Cabeceiras (trama azul) com CALM (traço azul) e a rede hidrográfica de base (traços azul-claro)

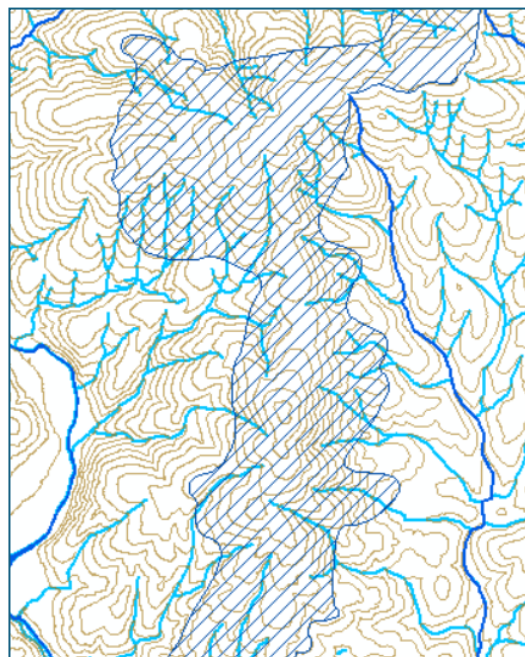


Fig.7 - Parte central do concelho entre Casegas e Paul - AEIPRA – Cabeceiras (trama azul) com CALM (traço azul), altimetria (traços castanhos) e a rede hidrográfica da cartografia de base (traços azul-claro)

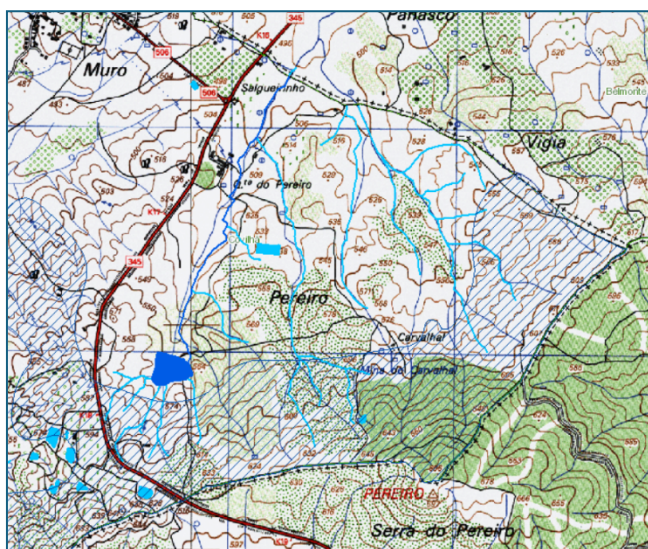
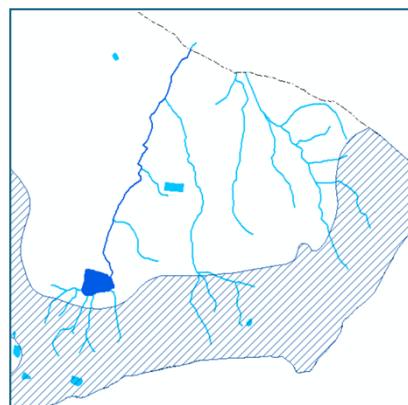


Fig. 8 - AEIPRA – Cabeceiras (trama azul) com CALM (traço azul) e a rede hidrográfica de base (traços azul-claro) sobre a Carta Militar – no limite do concelho, a Este de Peraboa. Verifica-se que a linha de água CALM não se encontra integrada na REN na sua totalidade, devendo incluir o troço a montante do plano de água até à sua cabaceira, não devendo haver sobreposição com a tipologia AEIPRA – Cabeceiras.

Também se pode constatar que a rede hidrográfica tem discrepância relativamente à hidrografia representada na Carta Militar, sendo que, se observadas esses traçados com os ortofotomapas ou outras fontes de imagens aéreas se consegue confirmar o traçado correto.



Anexo - 3

QUADRO - PONDERAÇÃO DO PARECER EMITIDO PELA APA-ARHTO (análise)

QUADRO A - PONDERAÇÃO DO PARECER EMITIDO PELA APA-ARHTO

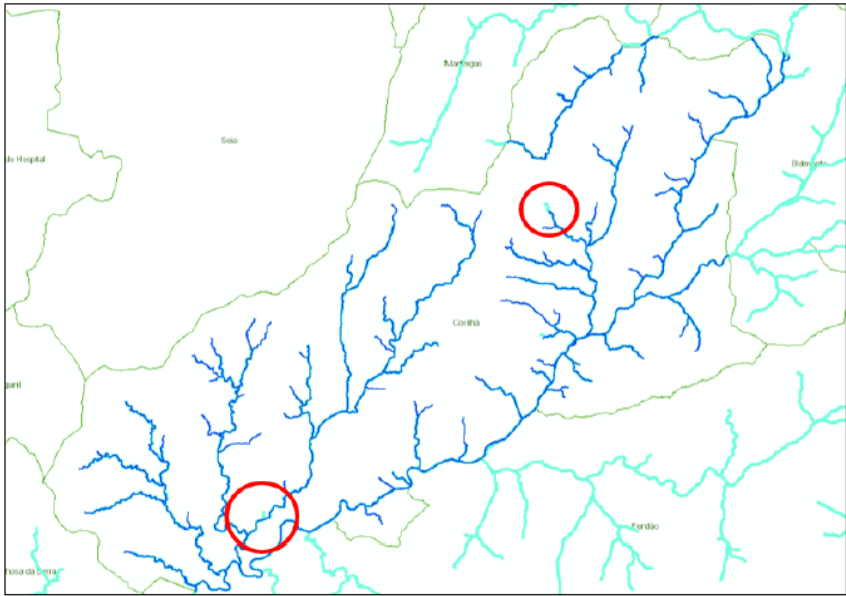
No âmbito da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do Concelho da Covilhã elaborada em simultâneo com a Revisão do plano Diretor Municipal (PDM)

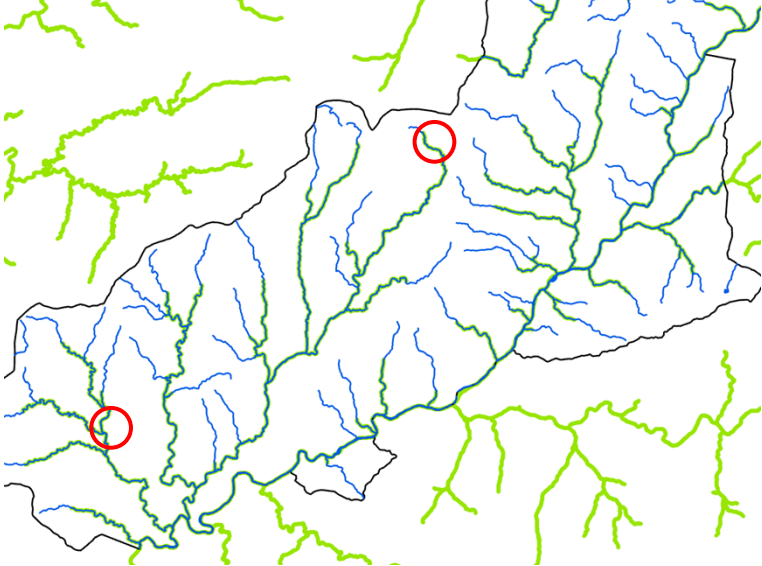
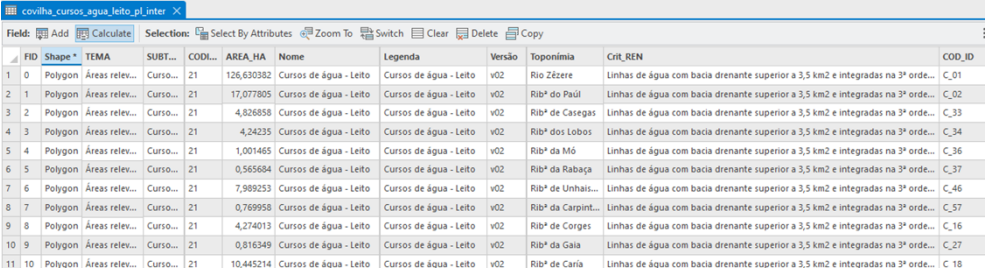
Parecer da APA/ARH-TO: S061266-202310-ARHTO.DPI ARHTO.DPI.00103.2022

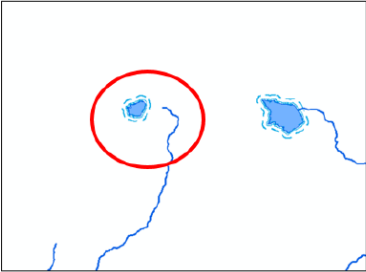
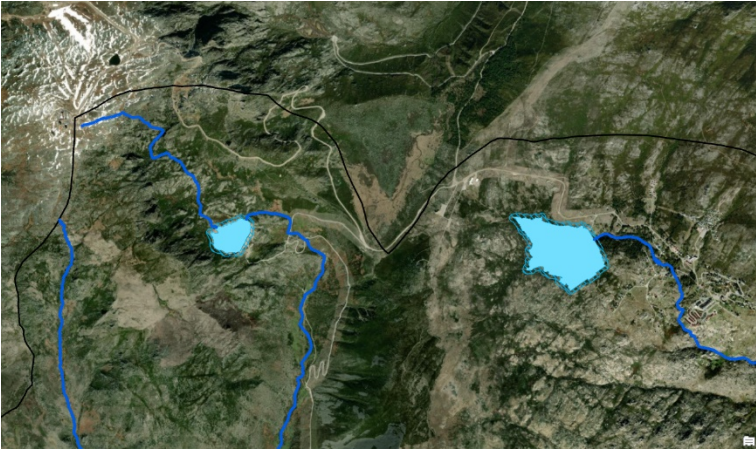

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro 2023)	APA
					Junho 2024
ASPETOS GERAIS					Observações
APA.GER.01	2	<p>Constata-se que a informação disponibilizada não inclui, para além da proposta de ZAC, os seguintes elementos considerados fundamentais para a emissão de parecer sobre a proposta apresentada:</p> <p>a) Cartografia de base utilizada para a elaboração da proposta – com particular relevo para os temas hidrografia, altimetria, entre outros;</p> <p>b) Informação geográfica relativa aos resultados dos cálculos intermédios, em formato matricial e vetorial;</p> <p>c) REN em vigor (formato vetorial).</p>	<p>Relativamente à falta da informação vetorial, inerente à delimitação da REN, a mesma será anexada ao processo sob a forma de “informação intermédia” contendo a informação dos resultados intermédios e informação/cartografia de base utilizada.</p> <p>Informa-se ainda, que a tipologia ZAC encontra-se em elaboração, não estando ainda concluída à data da entrega desta versão da REN.</p>	Recomendação parcialmente acolhida junho	Verifica-se que foram entregues pastas com informação intermédia



Pág. 2/18

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro 2023)	APA
					Junho 2024
1.2 TIPOLOGIAS DA REN					
ÁREAS RELEVANTES PARA A SUSTENTABILIDADE DO CICLO HIDROLÓGICO TERRESTRE CURSOS DE ÁGUA E RESPETIVOS LEITOS E MARGENS (CALM)					
APA.CALM.01	3	Importa salientar desde já que esta tipologia não pode ser devidamente analisada sem a cartografia vetorial da hidrografia do concelho, em falta conforme acima exposto. Assim sendo, seguem-se as observações efetuadas na análise possível, as quais devem ser tidas em conta no evoluir dos trabalhos da proposta de REN bruta final:	Relativamente à falta da cartografia vetorial – tema: hidrografia (cartografia de base), a mesma será anexada ao processo de delimitação da REN (processo da 1ª revisão do PDM da Covilhã).	Recomendação acolhida	Foi disponibilizada a informação relativa à hidrografia da cartografia de base

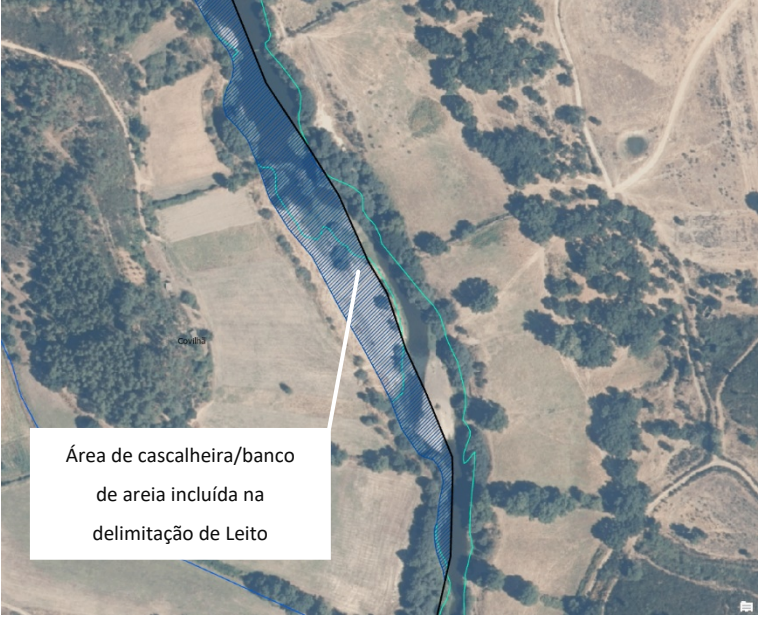

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro 2023)	APA
					Junho 2024
APA.CALM.02	3 e 4	<p>A MD refere “Nesta tipologia foram incluídos todos os cursos de água, identificados na Cartografia Base (homologada), em concordância com os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none">• Linhas de água incluídas nas Linhas de Água com área drenante superior a 3,5 km2 (SNIAmb, APA) [...];• Linhas de água incluídas nas Linhas de Água de 3ª ordem (classificação de Strahler), atendendo a extensão total do curso de água (considerando-se a extensão para fora do concelho, aferindo a correta classificação Strahler) (Atlas da água – SNIAmb, APA [...];• Linhas de água de 4ª ordem (classificação de Strahler) (Atlas da água – SNIAmb, APA), ou superior, onde se observa presença de galeria ripícola com riqueza e relevância ecológica. De referir que o processo de aferição da presença de galeria ripícola teve por base a realização de trabalho de campo, auxiliado pela interpretação de Ortofotos (“Basemap” ESRI e Ortofotomapass 25 cm - Portugal Continental – 2018) e pela Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS 2018, DGT), identificando-se as áreas agrícolas e florestais com presença de manchas arbóreas de espécies autóctones (as classes de uso e ocupação de solo foram as seguintes: “Mosaicos culturais e parcelares complexos”, “Agricultura com espaços naturais e seminaturais”, “Pastagens” (melhoradas ou espontâneas), estando estas associadas à formação de lameiros com presença de freixiais, “SAF de Carvalhos”, “Florestas de outros carvalhos”, “Florestas de castanheiro” e “Florestas de outras folhosas”) [...];• Linhas de água incluídas nas Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC).	<p>Relativamente à metodologia aplicada na delimitação da tipologia CALM (na presente versão REN – V02), salienta-se que foram desconsiderados os cursos de água de 4ª ordem (da classificação de Strahler), entendendo-se que este critério não se insere nas OENR.</p> <p>Assim, para delimitação dos cursos de água a incluir em CALM (com base na hidrografia da cartografia de base e respetivas correções - já explicadas nos inícios deste documento), foram selecionadas as linhas de água que possuem as características mínimas para serem integradas na REN, de acordo com as novas OENR, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Leitos normais dos cursos de água que drenam bacias hidrográficas com uma área mínima de 3,50 km2 (SNIAmb);• Cursos de água de ordem igual ou superior a 3 na classificação de Strahler (tendo por base o cruzamento dos cursos de água identificados na cartografia de base do PDM (escala 1:5.000) com a “Rede Hidrográfica Geocodificada” (SNIAmb);• Incluindo-se ainda:<ul style="list-style-type: none">– Cursos de água associados/potenciais contribuidores à formação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC).– Outros que detenham relevante interesse ecológico a serem igualmente salvaguardados no âmbito da REN, nomeadamente os abrangidos pelas áreas classificadas na Rede Natura 2000 e Sítios RAMSAR e ainda os cursos de água com interesse piscícola, classificados através do Aviso n.º 12 677/2000 (2.ª série), 17 de julho.	Recomendação acolhida	Respondido
		<p>No que respeita ao critério da dimensão da bacia de drenagem com uma área mínima de 3,5 km2, verifica-se que a proposta integra os leitos normais dos cursos de água identificados pela APA-ARHTO, à exceção de duas situações que carecem de revisão ou fundamentação (ver figura 1 em anexo).</p>	<p>Neste âmbito importa salientar que, atendendo que a <u>tipologia ZAC ainda não se encontra delimitada</u>, os cursos de água potencialmente associados à formação desta, não foram analisados nem incluídos na tipologia CALM.</p>		Ver ofício (falta referência às margens na página 14)
			<p>Dos cursos de água com interesse ecológico a serem igualmente salvaguardados, destacam-se os intersectados pelas áreas classificadas na Rede Natura 2000, designadamente pela Zona Especial de Conservação (ZEC) Serra da Estrela (PTCON0014). Salientando-se, neste caso, que os mesmos já se encontravam “pré-selecionados” pelos dois primeiros critérios anunciados.</p> <p>Em território concelhio, observa-se ainda a presença da ZEC Complexo do Aços (PTCON0051) e do sítio RAMSAR (3PT014 – Planalto da Serra da Estrela e troço superior do Rio Zêzere), contudo, dada a reduzida presença, estas não influenciaram na seleção de novos cursos de água a integrar nesta tipologia REN.</p> <p>Relativamente aos cursos de água com interesse piscícola (classificados através do Aviso n.º 12 677/2000 (2.ª série), 17 de julho), observam-se no concelho o Rio Zêzere (da nascente à Ponte de Valhelhas – 30km; e da ponte de Valhelhas à foz – 212km) e a Ribeira do Paul ou Cortes (todo curso de água – 25,5km). Neste âmbito, salienta-se que os dois cursos de água já se encontravam “pré-selecionados” pelos dois primeiros critérios anunciados.</p>		MDJ mais desenvolvida (ver ofício)
		<p>Fig. 1 – Proposta de delimitação da tipologia CALM sobreposta à informação disponibilizada pela APA-ARHTO (Linhas de água com área drenante superior a 3,5km2)</p> <p>Importa salientar que as OENR nada referem quanto à inclusão de linhas de água de 4ª ordem, contudo entende-se que a proposta partiu dessa base para identificação das situações com “galeria</p>	<p>Relativamente à situação apresentada na Fig. 1, as duas linhas de água identificadas pela APA-ARHTO, foram incluídas em CALM na presente proposta de REN (ver imagem seguinte)</p>		Respondido

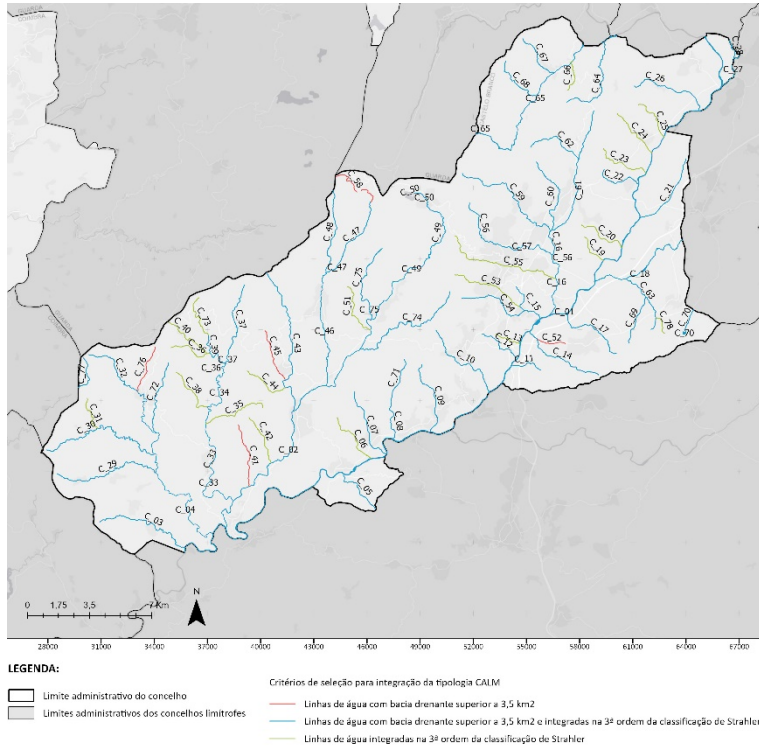
N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro 2023)	APA
					Junho 2024
		<p><i>ripícola com riqueza e relevância ecológica”, identificando as restantes fontes de informação consideradas para essa identificação, entendendo-se que demonstra uma abordagem cuidadosa.</i></p> <p><i>No que se refere ao critério das linhas de água associadas a ZAC não foi possível efetuar uma análise adequada tendo em conta que a tipologia ZAC não foi ainda disponibilizada.</i></p> <p>...</p> <p><i>É ainda apresentado o “Anexo I – Identificação dos cursos de água da REN delimitados no município da Covilhã”, apresenta-se a identificação cartográfica de todos os cursos de água delimitados no município, com a identificação do nome, área da bacia hidrográfica, e comprimento da linha de água”. Relativamente a este quadro deve ser acrescentada uma coluna com o(s) critério(s) adotados para a integração de cada curso de água com base nos critérios estabelecidos pelo RJREN. Esta informação deveria constar igualmente da tabela de atributos das shapefiles relativas aos leitos das linhas de água. Recomenda-se, ainda, que os códigos de identificação das linhas de água utilizados no Anexo I sejam indicados na figura 5 da MD.</i></p> <p><i>No caso da integração por interesse ecológico (“linhas de água, de elevada importância ecológica, razão pela qual foram consideradas diversas linhas de água de 4.ª ordem com matas ribeirinhas envolventes e que contribuíam para a continuidade natural”) a fundamentação deverá ser mais desenvolvida, apresentando registos específicos (como sejam extratos / cartogramas das fontes de informação considerada, ou fotografias de levantamento em campo) que evidenciem essa situação, os quais devem ser apresentados em anexo à MD.</i></p>	 <p>Relativamente às questões apontadas ao anterior “Anexo I”, importa salientar que esta informação foi vertida para a MDJ em forma de duas tabelas analíticas da delimitação dos CALM, designadamente “Identificação dos critérios de seleção das linhas de água para integrar a tipologia CALM” e “Identificação dos cursos de água incluídos na tipologia CALM, respetivos códigos, toponímia e medições”.</p> <p>Esta informação foi igualmente vertida para a Tabela de Atributos das respetivas shapefiles (informação consta da informação intermédia da tipologia). Ver imagem seguinte.</p> 		Respondido Parcialmente (ver ofício)
APA.CALM.03	4	<p><i>De referir que, na próxima fase e em conjunto com a cartografia de base da rede hidrográfica, a proposta será analisada tendo em conta outros aspetos referidos nas OENR:</i></p> <p><i>Albufeiras dos pequenos aproveitamentos hídricos, cuja dimensão não justifique a sua integração na tipologia albufeiras, com delimitação à cota do nível de pleno armazenamento (NPA) quando disponível ou de acordo com a fonte de informação que revele o maior nível de armazenamento. Importa igualmente verificar se existem situações em que possa existir valor ecológico na respetiva galeria ripícola;</i></p>	<p>Os aproveitamentos hídricos (represas para regadios e/ou abeberamento animal) foram integrados em CALM, onde se verificou que os mesmos pertenciam a curso de água com os critérios de seleção CALM. Assim, não foram consideradas massas de água isoladas.</p> <p>Não foram encontradas outras massas de água, com valor ecológico, passíveis de integrar os CALM.</p>	Recomendação acolhida	Respondido

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro 2023)	APA
					Junho 2024
APA.CALM.04	4	<p><i>Conectividade hidráulica – deve estar garantida em todas as situações</i></p>  <p><i>Fig. 2 – Falta de conectividade hidráulica proposta de REN apresentada (CALM e AlblMFP)</i></p>	<p>A conectividade hidráulica foi assegurada estendendo-se o respetivo leito e margem (CALM) até à delimitação da tipologia Albufeira.</p> <p>No caso da Albufeira do Covão Ferro, procedeu-se ainda a delimitação de CALM a montante da albufeira. Observando-se que a ribeira de Alforfa (com origem a montante da albufeira) insere-se no critério Leitos normais dos cursos de água que drenam bacias hidrográficas com uma área mínima de 3,50 km2 (SNIAmb), sendo ainda um importante afluente da albufeira.</p> <p>Ver imagem seguinte.</p>  	Recomendação acolhida	

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro 2023)	APA
					Junho 2024
APA.CALM.05	5	<i>Delimitação dos cursos de água em toda a sua extensão (da nascente à foz) – da análise preliminar efetuada verifica-se que existem muitas linhas de água que não são integradas até à respetiva cabeceira;</i>	<p>Os cursos de água selecionadas foram considerados na sua representação total, desde a sua foz até a “nascente” (apresentada na cartografia de base homologada, com respetivas correções), optando-se, em caso de dúvida, pela seleção do curso de água mais expressivo da cartografia militar (linha com simbologia mais “grossa”) ou pela linha apresentada na Rede Hidrográfica Geocodificada da APA. (https://sniambgeoportal.apambiente.pt/geoportal/catalog/search/resource/details.page?uuid=%7B904F4CBA-26C4-43C5-9E66-8045F6F3C771%7D)</p> <p>Ver imagens seguintes:</p> <p>Versão 01</p>  <p>Versão 02</p> 	Recomendação acolhida	
APA.CALM.06	5	<i>Cursos de água ou troços significativos de cursos de água cujo escoamento não se processe a céu aberto. Embora estes troços não integrem a REN, a sua representação (a tracejado) deve ser apresentada com a proposta de CALM no sentido de verificar a conectividade exigida;</i>	Não foram delimitados cursos de água entubados.	Recomendação acolhida	Deve ser apresentada esta informação (ver ofício)

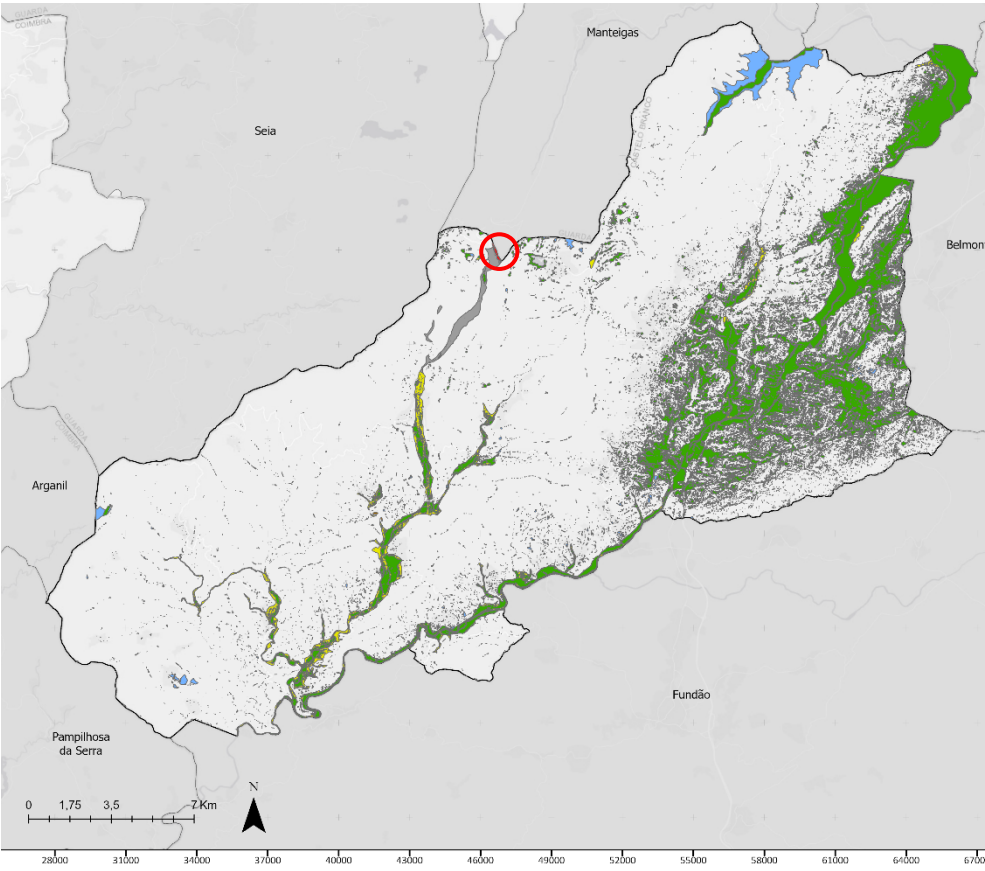
N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro 2023)	APA
					Junho 2024
APA.CALM.07	5	<i>Verificação no terreno da existência e traçado dos cursos de água a integrar na REN – nas situações em que não haja consistência do traçado da proposta com outras fontes cartográficas, conforme acima referido, deverá ser efetuada uma análise comparativa entre as mesmas, com eventual validação em campo.</i>	<p>Como já explanado no ponto APA.GER.02., no decorrer da delimitação da tipologia CALM (delimitação dos leitos (forma poligonal e forma linear)), observou-se a existência de erros pontuais na cartografia base (homologada) no que diz respeito ao traçado real dos cursos de água identificados e ainda troços omissos.</p> <p>Optou-se pela correção do posicionamento dos leitos com base no Ortofoto 25 cm – Zona norte de Portugal Continental do ano 2018 complementada pelo ano de 2021.</p> <p>(Esta análise teve ainda em consideração o traçado dos cursos de água identificados nas cartas militares de Portugal à escala 1:25000, informação altimétrica e cartografia da REN em vigor do concelho.)</p> <p>Procedeu-se também à aferição/delimitação, na forma poligonal, dos cursos de água onde se observasse uma largura de leito superior a 5 metros (ainda que alguns surgissem, inicialmente, na cartografia de base, representados pela forma linear). Esta aferição teve por base a observação dos diferentes ortofotomapas acima referidos.</p> <p>Na delimitação do leito em forma poligonal, efetuaram-se ainda correções de modo a incluir a totalidade da massa de água (visível nos ortofotos DGT dos anos 2018 e 2021), com a inclusão de pequenos bancos de areia, lodeiros e/ou cascalheiras, que a cartografia de base excluiu. Importa referir que estes bancos de areia e outra zonas de leito com areias/cascalhos e lodeiros, tem especial importância na ecologia e morfologia fluvial e na dinâmica de sedimentos, devendo incorporar a tipologia CALM – Leitos. Nesta aferição, incluiu-se ainda, pequenas represas de água (função de rega e/ou abeberamento animal) que se identificaram incluídos no leito dos cursos de água integrados em CALM.</p> <p>Salienta-se ainda que, sempre que possível, o exercício de correção do transcurso real dos cursos de água, foi apoiado na observação “in situ” através do Google Maps e de trabalhos de campo realizados no âmbito da delimitação da REN.</p> <p>Esta informação foi vertida na MDJ, com a respetiva análise e cartogramas auxiliares (ver imagem seguinte).</p> <p>(NOTA: a informação vetorial, relativa aos pontos onde ocorreram correções do traçado dos cursos de água, integra a “informação intermédia” da tipologia CALM)</p> <p>As imagens seguintes mostram alguns exemplos das correções efetuadas:</p> <p>Correção do traçado (leito) do rio Zêzere, com inclusão da totalidade da massa de água e zonas de bancos de areias observada nos ortofotomapas do ano 2018 e 2021 da DGT</p>	Recomendação acolhida	

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro 2023)	APA
					Junho 2024
			<div><p>Área de cascalheira/banco de areia incluída na delimitação de Leito</p></div> <p>Correção do traçado (leito) da ribeira das Casinhas, segundo o seu transcurso real observado nos ortofotomapas do ano 2018 e 2021 da DGT</p> <div><p>Correção pelo transcurso real do leito</p></div>		
APA.CALM.08	5	<i>O relatório deverá incluir uma análise comparativa da proposta apresentada com a REN em vigor (leitos dos cursos de água).</i>	A análise comparativa entre REN em vigor e proposta será vertida numa tabela síntese final.	Recomendação acolhida	

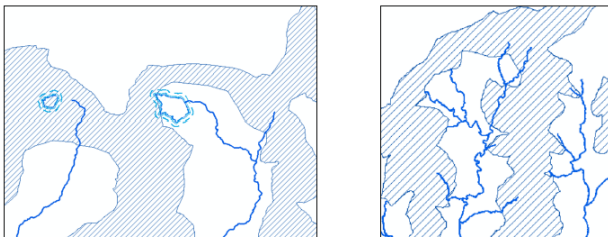
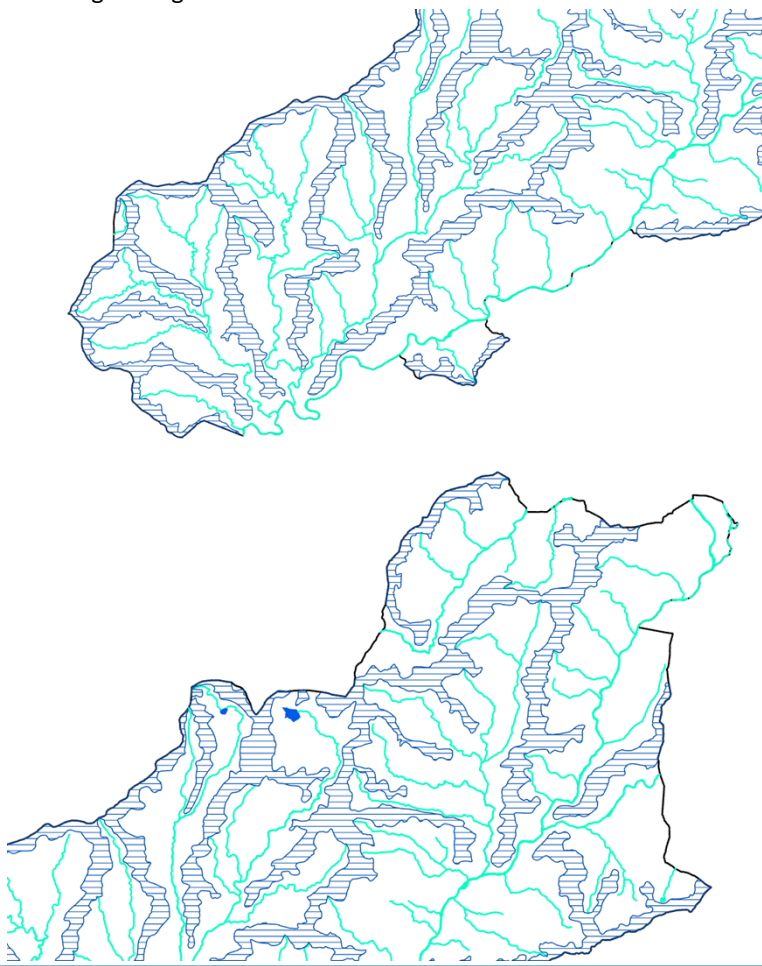
N. REF. ^a	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro 2023)	APA
					Junho 2024
CCDRC.CALM.01	3	<p>Contudo, no que concerne à estrutura da MDJ, sugere-se que na Figura 5, pág. 18, (cartograma da proposta da tipologia CALM) sejam atribuídos os códigos que identificam os cursos de água da REN constantes do Anexo I – Identificação dos cursos de água da REN</p>	<p>Na MDJ, complementarmente à tabela “Identificação dos critérios de seleção das linhas de água para integrar a tipologia CALM” (ver justificação ao ponto APA.CALM.02.), foi integrado um cartograma onde se identificamos Códigos (IDs) dos cursos de água CALM e respetivos critérios de seleção. Ver imagem seguinte.</p>  <p>LEGENDA:</p> <div><div><div>□</div> Limite administrativo do concelho</div><div><div>□</div> Limites administrativos dos concelhos limítrofes</div></div> <div><p>Critérios de seleção para integração da tipologia CALM</p><div><div>—</div> Linhas de água com bacia drenante superior a 3,5 km2</div><div><div>—</div> Linhas de água com bacia drenante superior a 3,5 km2 e integradas na 3ª ordem de classificação de Strahler</div><div><div>—</div> Linhas de água integradas na 3ª ordem de classificação de Strahler</div></div>	Recomendação acolhida	--
ÁREAS RELEVANTES PARA A SUSTENTABILIDADE DO CICLO HIDROLÓGICO TERRESTRE LAGOAS, LAGOS E RESPETIVOS LEITOS, MARGENS E FAIXAS DE PROTEÇÃO					
APA.LAG.01	5	<p>De referir que na Base de Dados Geográficos (BGD) da APA não se encontram Lagoas e Lagos identificados neste concelho. Deve, contudo, ser tido em consideração o referido neste âmbito na análise da tipologia relativa às albufeiras.</p>	<p>A REN em vigor considera a existência de uma lagoa no concelho, nomeadamente a Lagoa do Viriato. Contudo, trata-se da Barragem da Cova do Viriato.</p> <p>Importa salientar que a Albufeira da Cova do Viriato é integrada na tipologia REN – “Albufeiras que contribuem para a conectividade e coerência ecológica da REN, com os respetivos leitos, margens e faixas de proteção”.</p> <p>Neste sentido, considera-se que esta tipologia não se encontra representada no concelho da Covilhã.</p>	Recomendação acolhida	<p>Respondido</p> <p>A albufeira do Viriato foi incluída na tipologia AlbMFP, pelo que deixou de haver tipologia Lagoas, conforme parecer da APA-ARHTO.</p>

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro 2023)	APA
					Junho 2024
CCDRC.LAG.01	4	<i>Alerta-se, no entanto, que a referência ao NPA da Cova do Viriato não é coincidente entre a informação em formato vetorial e o mencionado na MDJ, pelo que carece de verificação.</i>	Relativamente ao NPA das Albufeiras delimitadas no concelho, tem-se que: <ul style="list-style-type: none">Albufeira de Covão de Ferro - 1.573,4 mAlbufeira da Cova do Viriato 1.557 m (esta informação foi confirmada pela APA ARHTO. E-mail do dia 12 de abril de 2024. Com Refº: S024611-202404-ARHTO.DPI)	Recomendação acolhida	Respondido. As albufeiras referidas passaram para a tipologia de AlbMFO e foram retificados o NPA da albufeira do Viriato.
ÁREAS RELEVANTES PARA A SUSTENTABILIDADE DO CICLO HIDROLÓGICO TERRESTRE ALBUFEIRAS QUE CONTRIBUAM PARA A CONETIVIDADE E COERÊNCIA ECOLÓGICA DA REN, BEM COMO RESPECTIVOS LEITOS, MARGENS E FAIXAS DE PROTEÇÃO (ALMFP)					
APA.ALMFP.01	5	<i>Importa realçar que a faixa de proteção se mede a partir do limite do leito e não a partir da margem (incluindo, portanto, a margem), pelo que se considera que este texto deve ser retificado, no sentido de não suscitar dúvidas neste aspeto.</i>		Recomendação acolhida	Respondido. Foi retificado o texto relativo à faixa de proteção e o NPA da albufeira do Viriato.
APA.ALMFP.02	6	<i>Considera-se que a MD deve justificar a não inclusão na REN do Lago dos Três Amigos, incluída na REN em vigor à luz dos critérios das OENR, bem como a sua não inclusão na tipologia CALM ou Lagoas e Lagos.</i>	<p>Neste âmbito importa salientar que, segundo as novas OENR, atendendo as orientações específicas para a delimitação da tipologia, para a integração de albufeiras nesta tipologia REN tem-se que:</p> <ul style="list-style-type: none">Todas as albufeiras de águas públicas de serviço público classificadas pela Portaria n.º 522/2009, de 15 de maio, e outra legislação entretanto publicada (a listagem poderá ser consultada no portal da APA em: https://apambiente.pt/agua/lista-de-albufeiras-lagose-lagoas-classificados#ARH%20N).Albufeiras de águas públicas de serviço público identificadas como tal, mas que ainda não foram classificadas (consultar APA). Entenda-se por serviço público: aproveitamentos hidroelétricos, abastecimento público e aproveitamentos hidroagrícolas (quando não são para uso privado).Outras albufeiras desde que tenham uma capacidade de armazenamento igual ou superior a 100 000 m³. <p>Atendendo ao exposto, para o concelho da Covilhã, identificam-se assim, <u>duas albufeiras</u> de águas públicas: <u>Covão de Ferro</u> e <u>Cova do Viriato</u>, localizadas respetivamente nas freguesias de Unhais da Serra e Cortes do Meio.</p> <p>Embora, na REN em vigor, o Lago dos Três Amigos seja identificado como albufeira, o mesmo não se enquadra nas características de inclusão nesta tipologia (segundo as novas OENR).</p> <p>Importa ainda salientar que, dado esta massa de água não estar incluída em curso de água que drena uma bacia hidrográfica com uma área mínima de 3,50 km² e nem num curso de água de ordem igual ou superior a 3 na classificação de Strahler, o mesmo é excluído da delimitação da tipologia CALM. Salienta-se ainda que na tipologia CALM não foram delimitadas massas de água isoladas.</p>	Recomendação acolhida	Respondido.
APA.ALMFP.03	6	<i>A MD deve fazer referência ao Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato em vigor.</i>	Foi vertida na MDJ a respetiva referência ao POACV em vigor	Recomendação acolhida	Respondido

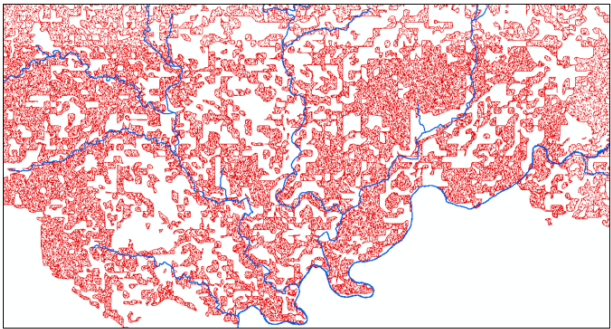

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro 2023)	APA
					Junho 2024
CCDRC.ALMFP.01	4	<i>Alerta-se, no entanto, que a referência ao NPA da Cova do Viriato não é coincidente entre a informação em formato vetorial e o mencionado na MDJ, pelo que carece de verificação.</i>	<p>Como referido no ponto CCDRC.LAG.01, relativamente ao NPA das Albufeiras delimitadas no concelho, tem-se que:</p> <ul style="list-style-type: none">– Albufeira de Covão de Ferro - 1.573,4 m– Albufeira da Cova do Viriato 1.557 m (esta informação foi confirmada pela APA ARHTO. E-mail do dia 12 de abril de 2024. Com Refª: S024611-202404-ARHTO.DPI) <p>A mesma foi vertida para MDJ.</p>	Recomendação acolhida	Respondido
ÁREAS RELEVANTES PARA A SUSTENTABILIDADE DO CICLO HIDROLÓGICO TERRESTRE - ÁREAS ESTRATÉGICAS DE INFILTRAÇÃO E DE RECARGA E PROTEÇÃO DE AQUIFÉROS (AEIPRA)					
APA.AEIPRA.01	7	<i>Para o parâmetro Ip não foi considerada a informação geográfica disponibilizada por estes serviços em 2018 e correspondente à recarga das massas de água subterrânea, determinada no âmbito do Plano das bacias Hidrográficas das Ribeiras do Oeste, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-B/2013, de 22 de março. Considera-se que este parâmetro deverá ser reformulado, utilizando a informação geográfica remetida em anexo a este parecer;</i>	<p>O parâmetro IP foi reformulado:</p> <ul style="list-style-type: none">– Plano de Gestão de Região Hidrográfica – Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5A), 3º Ciclo 2022-2027 (parte 2 Caracterização e Diagnóstico) (APA, 2022), ao nível da sub-bacia hidrográfica do Zêzere (onde o concelho da Covilhã se insere), estabelece, para um Ano Médio, o valor de <u>1118 mm</u> (período de referência 1930-2015).– Espinha Marques (2007) também refere que “... O fluxo lateral através da zona não saturada (escoamento hipodérmico) corresponde a cerca de 40% da precipitação média anual. Desta forma, a taxa de <u>recarga dos aquíferos deverá corresponder a cerca de 15% da precipitação média anual</u>”. <p>Pelo exposto, observa-se que a Recarga Subterrânea Potencial corresponde a 167,7 mm/ano (i.e. 15% dos 1118mm/ano).</p> <p>Atendendo às correlações dos valores do Índice DRASTIC (Parâmetro Ip), tem-se que, para uma Recarga Subterrânea Potencial de 167,7 mm/ano, o <u>Ip corresponderá ao valor 6</u>.</p>	Recomendação acolhida	

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro 2023)	APA
					Junho 2024
APA.AEIPRA.02	7	Na zona do Maciço da Serra da Estrela deverão ser delimitadas as zonas de recarga identificadas em Espinha Marques et al (2008) e cujo documento seguirá em anexo a este parecer;	<p>Foram analisadas e integradas as zonas de recarga identificadas por Espinha Marques et al (2008) - Áreas de recarga da Nave de Santo António. (Contudo, verifica-se que as mesmas são de reduzida dimensão no concelho da Covilhã, sendo mais expressivas no concelho de manteigas, no transcurso do rio Zêzere.)</p> <p>Importa salientar que estas áreas entraram de “forma direta” na delimitação da tipologia (ver metodologia específica na MDJ).</p> <p>Na figura seguinte, identificam-se as “áreas de recarga da Nave de Santo António”:</p>  <p>LEGENDA:</p> <ul style="list-style-type: none">Limite administrativo do concelhoLimites administrativos dos concelhos limítrofesLitologia<ul style="list-style-type: none">AluviõesDepósitos de terraços fluviaisDepósitos fluvio-glaciáriosÁrea de recarga de aquífero (Espinha Marques et al., 2008)IRef Valor 6 e 7 com declives inferior a 6%	Recomendação acolhida	

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro 2023)	APA
					Junho 2024
APA.AEIPRA.03	7	<i>Deverá ser fundamentada a não integração na proposta de AEIPRA da área correspondente à formação “Qfg - Depósitos flúvio-glaciário”, dado que estes depósitos no concelho de Manteigas constituem um aquífero livre, poroso e com ligação hidráulica às linhas de água;</i>	Tratando-se de um lapso, foi reformulada esta tipologia. Na delimitação das AEIPRA, segundo as OENR, tiveram-se em conta os seguintes parâmetros: <ul style="list-style-type: none">• Áreas com classe Iref 6 e 7 com declives inferiores a 6%• E, independentemente dos resultados do IRef (atendendo ao conhecimento da hidrogeologia da área de estudo), incluíram-se de forma direta, as seguintes áreas:<ul style="list-style-type: none">– Os Aluviões;– Os Depósitos de terraços fluviais;– Os Depósitos flúvio-glaciários;– Área de recarga da Nave de Santo António.	Recomendação acolhida	
APA.AEIPRA.04	7	<i>Deverão ser excluídas todas as pequenas áreas de AEIPRA localizadas nas formações metassedimentares e nos maciços graníticos;</i>	Foram aplicados os métodos de generalização e suavização contemplados na OENR, aplicando-se ainda uma aferição caso a caso para averiguar as referidas “pequenas áreas de AEIPRA localizadas nas formações metassedimentares e nos maciços graníticos”	Recomendação acolhida	
APA.AEIPRA.05	7	<i>Toda a área de aluvião deve ser delimitada como AEIPRA, pois estão associadas à manutenção dos ecossistemas dependentes de águas subterrâneas, principalmente durante a época de estio; (Considera-se, assim, necessária a reformulação da proposta de delimitação das áreas de recarga de aquíferos, tendo em conta o acima referido.)</i>	As áreas de aluviões foram integrados de forma direta. Ver justificação ao ponto APA.AEIPRA.03.	Recomendação acolhida	
APA.AEIPRA.06	8	<i>Relativamente à delimitação das cabeceiras das linhas de água (...) Devem ser consideradas as bacias hidrográficas de 3ª ordem disponíveis no SNIAmb e não de 1ª ordem.</i>	Para a delimitação das cabeceiras das linhas de água recorreu-se ao trabalho desenvolvido pelo ISA (2020) e disponibilizado na plataforma do EPIC-WEBGIS, com base na metodologia da Selma e Magalhães (2018). Foram consideradas as cabeceiras até à 3ª ordem, uma vez que estas correspondem às bacias hidrográficas das linhas de água desde a escala nacional (1ª ordem), regional (2ª ordem) à escala municipal, permitindo assegurar a continuidade ecológica com os cursos de água do sistema REN.	Recomendação acolhida	Respondido
APA.AEIPRA.07	8	<i>Podem ainda ser utilizadas as linhas de fecho destas bacias marcadas no âmbito dos trabalhos da equipa da Prof.ª Selma Pena, do ISA, disponíveis na plataforma EPIC WebGIS Portugal</i>	Ver ponderação ao ponto anterior APA.AEIPRA.06.	Recomendação acolhida	Respondido
APA.AEIPRA.08	8	<i>Deve ser devidamente descrito o critério utilizado para consideração das áreas planas, côncavas e convexas conforme proposto nas OENR, identificados os dados utilizados (nomeadamente mapa de declives) e respetivas fontes de informação, bem como apresentados os restantes aspetos da metodologia aplicada.</i>	Ver ponderação ao ponto APA.AEIPRA.06.	Recomendação acolhida	Respondido

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro 2023)	APA
					Junho 2024
APA.AEIPRA.09	8	<p>Não pode haver sobreposição da linha de água com a cabeceira (ver fig. 3). Tendo em conta que a linha de água corresponde a uma linha de drenagem do terreno, a partir do momento em que se dá início a esta “linha” deixa de haver “apanhamento e infiltração das águas pluviais” passando a haver escoamento organizado. Deste modo, o início da linha de água corresponde ao término da sua cabeceira, sendo esta a razão pela qual não há sobreposição entre as duas. Neste contexto, não faz igualmente sentido que haja linhas de água paralelas às cabeceiras.</p>  <p>Fig.3 - Sobreposição entre as cabeceiras das bacias hidrográficas e as linhas de água</p>	<p>A partir da delimitação das cabeceiras do EPIC-WEBGIS (ISA, 2020), para integração da tipologia foi feito um trabalho de aferição dos limites aos cursos de água considerados na tipologia CALM, de modo a não haver sobreposições, e de adequação à topografia da cartografia de base (escala 1:5 000).</p> <p>Ver imagens seguintes:</p> 	Recomendação acolhida	Respondido, embora se sugere que sejam feitos ajustes relativamente à rede hidrográfica de base, conforme explicitado no texto do ofício.
		De referir que, em alternativa ao cálculo destas áreas, se encontra atualmente disponível na plataforma EPIC WEBGIS PORTUGAL, em EPIC WebGIS Portugal (ulisboa.pt), uma delimitação das Cabeceiras das linhas de água, que poderá ser utilizada para integrar a tipologia AEIPRA.	Conforme comentado na ponderação do ponto APA.AEIPRA.06, foi considerada esta recomendação.	Recomendação acolhida	Respondido
ÁREAS DE PREVENÇÃO DE RISCOS NATURAIS - ZONAS AMEAÇADAS PELAS CHEIAS (ZAC)					
APA.ZAC.01			Informa-se ainda, que a tipologia ZAC encontra-se em elaboração, não estando ainda concluída à data da entrega desta versão da REN.		
ÁREAS DE PREVENÇÃO DE RISCOS NATURAIS - ÁREAS DE ELEVADO RISCO DE EROÇÃO HÍDRICA DO SOLO (AEREHS)					
APA.AEREHS.01	9	A MD deve apresentar a equação utilizada para o cálculo da erosão potencial do solo.	Foi acrescentada a expressão de cálculo da EPS.	Recomendação acolhida	Respondido

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro 2023)	APA
					Junho 2024
APA.AEREHS.02	9	É apresentada uma comparação entre “os valores que constam do cartograma Erosividade da Precipitação (449 postos 50.8 mm), cujos dados geográficos em formato vetorial estão disponíveis no Sistema Nacional de Informação do Ambiente (SNIAmb) com os dados referentes a Rainfall erosivity in Europe, disponibilizados pelo Joint Research Centre (Panagos et al., 2015)”, concluindo que se opta pela utilização dos dados do JRC. Todavia, tendo em conta que as OENR na sua redação atual não mencionam os referidos dados do SNIAmb, mas sim os do JRC, considera-se que poderá ser retirada, na versão final da MD a referência a esta análise comparativa.	O Fator R foi alterado na íntegra, recorrendo à informação resultante do trabalho desenvolvido no âmbito da tese de Pena, S.B., 201, por se considerar a mais correta. Nesse sentido, o texto foi reformulado, retirando as referidas referências.	Recomendação acolhida	Respondido
APA.AEREHS.03	9	Nada é referido quanto às situações em que numa determinada mancha integra mais do que um tipo de solo. Nesses casos o valor de erodibilidade deve corresponder à média ponderada dos valores respeitantes a cada um dos solos;	Foi feita a ponderação da média dos valores de erodibilidade nos casos de sobreposição da classificação da Carta de Solos à escala 1:25 000 (campos da tabela de atributos SROA 1, SROA 2 e SROA 3).	Recomendação acolhida	Respondido
APA.AEREHS.04	9	Os valores de k devem ser prioritariamente os que constam do Anexo do trabalho de Pimenta, 1999, verificando-se que nalguns casos tal não acontece (ver exemplo no extrato apresentado na figura 4 em anexo, comparativamente com o Quadro 10. Valores de erodibilidade (Simões, 2013 e Pimenta, 1999) em relação à classificação dos solos (FAO/UNESCO, 1988) da MD). Apenas quando os tipos de solo não constam desse quadro, devem ser consultadas outras fontes, nomeadamente o Quadro 4 do mesmo estudo.	Os valores de erodibilidade foram retificados, recorrendo apenas ao trabalho de Pimenta 1998, conforme recomendação. Ressalva-se que a referência a este estudo Directrizes para a aplicação da equação universal de perda dos solos em SIG, Factor de Cultura C e Factor de Erodibilidade do Solo K. Lisboa: INAG/DSRH (Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos), encontrava-se com o ano errado (1999).	Recomendação acolhida	Respondido
APA.AEREHS.05	9	O texto da metodologia utilizada deve ser explícito quanto ao sistema de medidas utilizado nos cálculos para obtenção da erosão potencial relativamente aos valores de k, tendo em conta que no Quadro 10 são apresentados nas unidades do Sistema Métrico e no Sistema Internacional, podendo daí subsistir dúvidas.	Foi incluída a devida referência	Recomendação acolhida	Respondido
APA.AEREHS.06	10	No caso do exercício do cálculo dos fatores LS no concelho da Covilhã, não foi considerada no modelo a rede viária (estradas ou troços de estradas)”. Considera-se que deve ser devidamente justificado o facto de não ter sido considerada a rede viária no modelo.	A rede viária foi incluída na interpolação do novo MDT gerado, considerando apenas as vias principais (autoestradas, itinerários principais, complementares e estradas nacionais) como elementos que dividem a vertente.	Recomendação acolhida	Respondido
APA.AEREHS.07	10	Devem ser revistas as expressões apresentadas para S na página, sendo que o valor 5.4 deve ser substituído por 5.14 (ver figura 5). <div>$S = \begin{cases} S1 = 10,8 \operatorname{sen} \theta + 0,03 & \text{para declive} < 9\% (5,14^\circ) \\ S2 = 16,8 \operatorname{sen} \theta - 0,50 & \text{para declive} \geq 9\% (5,14^\circ) \end{cases}$</div> <p>Fig. 5 – Extrato da Portaria n.º 264/2020, de 13 de novembro</p>	Foi feita a devida referência.	Recomendação acolhida	A rever (parágrafo repetido - ver pág. 66 e 67)
APA.AEREHS.08	10	Em relação a estas classes considera-se que a sua aplicação resulta numa redundância, na medida em que o declive é um dos parâmetros com maior relevo no próprio cálculo da erosão potencial, pelo que não parece razoável a sua utilização novamente para a constituição de classes. Deste modo, considera-se que o critério deve ser apenas as áreas com valores superiores ou iguais a 25 ton/ha.ano.	Foram apenas considerados os valores de erosão potencial do solo superiores a 25 ton/ha.ano.	Recomendação acolhida	Respondido
APA.AEREHS.09	10	É referido que foram “eliminadas as situações em que o resultado coincidia com taludes artificiais associados a vias de comunicação relevantes”. Considera-se, todavia, que este aspeto deveria ser integrado no cálculo através da inclusão da rede viária no modelo, o que não foi efetuado, conforme acima referido. Deste modo, a justificação a apresentar para essa omissão deve integrar a opção pelo procedimento de eliminação dos taludes.	A rede viária foi integrada no cálculo do Modelo Digital de Terreno (ver ponderação ao ponto APA.AEREHS.06).	Recomendação acolhida	Respondido

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro 2023)	APA
					Junho 2024
APA.AEREHS.10	11	<p>Neste âmbito importa referir que, de uma leitura muito preliminar do resultado apresentado, se observam muitas situações que dificilmente corresponderão à realidade no terreno (ver figura 6), apresentando quebras ou limites com uma forma demasiado geométrica, o que deverá ser revisto.</p>  <p>Fig. 6 – Extrato da proposta de delimitação de AEREHS com a proposta de CALM</p>	<p>O processo de cálculo das AEREHS foi revisto a partir de um novo Modelo Digital de Terreno, que resultou numa delimitação mais adequada à realidade do território.</p> 	Recomendação acolhida	
APA.AEREHS.11	11	<p>Finalmente importa referir que, relativamente à remoção das áreas de REN coincidentes com “os territórios artificializados cartografados na COS 2018 (DGT)”, se considera que essa operação deve decorrer no contexto das exclusões. Com efeito, ao retirar essas áreas na fase da delimitação da REN bruta do concelho, elimina-se (apaga-se) informação relevante sobre o território; pelo contrário, na sequência de um procedimento de exclusão, a informação permanece disponível no processo de revisão / elaboração do PDM. Este conhecimento, da realidade potencial do território (independente da ocupação existente) poderá ser relevante, por exemplo, para futuras intervenções no território que impliquem ou resultem de alterações de ocupação do solo.</p>	<p>Foi retirado do processo de generalização da delimitação das AEREHS a retirada dos Territórios Artificializados da COS (2018).</p>	Recomendação acolhida	Respondido
1.4 ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS (AUC)					
CCDRC.AUC.01	8	<p>Para tal, devem incluir um capítulo na MDJ da REN sobre as AUC, onde apresentam os critérios de identificação das mesmas com o respetivo cartograma (disponibilizando igualmente a informação vetorial de suporte), devendo ficar demonstrado que as AUC delimitadas respeitam o DReg n.º15/2015, de 19/08, tendo em consideração os critérios para a classificação do solo urbano estabelecidos pelo n.º 3 do seu artigo 7.º, incluindo também uma tabela com a situação urbanística atual do concelho e as opções estratégicas, garantindo áreas urbanas consolidadas que se encontrem estabilizadas pela forma e tecido urbano e pela infraestruturação existentes, com a respetiva quantificação das áreas edificadas na área total destinada a edificação, para que não subsistam dúvidas quanto ao seu enquadramento no DReg n.º 5/2019, de 27/09.</p>	<p>Neste âmbito, importa atender ao exposto no parecer da APA ARH/TO, respetivamente:</p> <p>“Finalmente importa referir que, relativamente à remoção das áreas de REN coincidentes com “os territórios artificializados cartografados na COS 2018 (DGT)”, se considera que essa operação deve decorrer no contexto das exclusões.</p> <p>Com efeito, ao retirar essas áreas na fase da delimitação da REN bruta do concelho, elimina-se (apaga-se) informação relevante sobre o território; pelo contrário, na sequência de um procedimento de exclusão, a informação permanece disponível no processo de revisão / elaboração do PDM.</p> <p>Este conhecimento, da realidade potencial do território (independente da ocupação existente) poderá ser relevante, por exemplo, para futuras intervenções no território que impliquem ou resultem de alterações de ocupação do solo.”</p> <p>Assim, importa que as orientações constantes dos dois pareceres e os pareceres das duas entidades sejam consensualizados, para que se possa decidir se a exclusão das áreas de AEIPRA e AEREHS sobre AUC se fará através desta aferição, ou apenas na fase de exclusões da REN.</p>	Recomendação não acolhida	

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA 1ª PONDERAÇÃO (outubro 2023)	APA
					Junho 2024
CCDRC.AUC.02	8	Após serem retiradas as áreas sobrepostas às AUC, o Quadro síntese de todas as áreas incluídas em REN por tipologia, com a identificação das tipologias (incluindo as sobreposições de tipologias), a superfície no concelho e a percentagem relativamente à superfície do concelho, deve ser atualizado e apresentado no capítulo das AUC.	Ver justificação do ponto anterior.	Recomendação não acolhida	

CCDR CENTRO - Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro, I.P.
Rua Bernardim Ribeiro, 80
3000-069 - COIMBRA

S/ referência	Data	N/ referência	Data
UOT-DOT 870/2024		S058523-202410-	
Proc: REN-CB.03.00/1-15		ARHTO.DPI	10.10.2024
		ARHTO.DPI.00048.2022	

Assunto: Delimitação da Reserva Ecológica Nacional da Covilhã. Parecer

Em 7 de agosto de 2024 foi enviada por email, por parte da vossa edilidade, para fins de reunião setorial a realizar a 14 de outubro de 2024, a Proposta de delimitação da REN do município da Covilhã, elaborada em simultâneo com a Revisão do PDM – Versão 2, com a demarcação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias, com vista à análise e ponderação dos elementos remetidos, os quais foram registados com ref.^a n.º E082639-202408-ARHTO.DPI e n.º E083634-202408-ARHTO.DPI, nomeadamente os documentos Proposta de Delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do Concelho da Covilhã. Memória Descritiva e Justificativa, versão 2, datada de maio de 2024 (ficheiro "0503_MDJ_REN.pdf") e Cartografia de Risco de Inundação. Estudo Hidrológico, datado de agosto de 2024 (ficheiro "2024-08-01_RPDMC_FASE 2_REN_Estudo Hidrologico.pdf"), doravante referidos de Proposta.

A delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) para a área do Município da Covilhã, foi aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 98/98, de 4 de agosto, alterada pela Portaria n.º 499/2010, de 14 de julho, pela Portaria n.º 18/2012, de 20 de janeiro, pelo Despacho n.º 6977/2020, de 7 de julho, e pelo Despacho n.º 3170/2023, de 9 de março (quarta alteração, segunda alteração simplificada).

A legislação aplicável respeita ao Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), DL n.º 166/2008, de 22 de agosto, na sua atual redação, conjugado com as Orientações Estratégicas de âmbito Nacional e Regional (OENR) nos termos da Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro, com a redação dada pela Portaria n.º 264/2020, de 13 de novembro, devendo a proposta ser consistente com estes normativos.

Presta-se a análise da Proposta, que consta no documento em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

A Administradora Regional da ARH Tejo e Oeste

Susana Fernandes

(No uso das competências subdelegadas pelo Despacho n.º 8032/2024,
publicado no DR n.º 139, 2ª Série, de 2024/07/19)

Anexo I -Apreciação da Proposta

Anexo II - Figuras Ilustrativas

Anexo III – Checklist. Áreas de Prevenção de Riscos Naturais

Anexo 1 – Apreciação da Proposta

Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC)

Elementos apresentados em agosto de 2024, designadamente: Proposta de Delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do Concelho da Covilhã. Memória Descritiva e Justificativa, versão 2, datada de maio de 2024 (ficheiro "0503_MDJ_REN.pdf"), doravante designado por MDJ; Cartografia de Risco de Inundação. Estudo Hidrológico, agosto de 2024 (ficheiro "2024-08-01_RPDMC_FASE 2_REN_ Estudo Hidrologico.pdf"), que se designará por EHH; Informação geográfica: Cartografia da tipologia ZAC, agosto de 2024 ("2024-07-30_ZAC Covilha.shp"); cartografia de base (pasta 0503_CART_BASE.zip"); Tipologias da REN Bruta, maio de 2024 (pasta "0503_REN_SHP.zip").

Destes elementos esclarece-se que a MDJ e elementos associados, datados de maio de 2024, não englobam a tipologia ZAC.

Análise

1. Informação de Base utilizada para a delimitação das ZAC (referenciada no Quadro 30, página 60 do EHH): Carta Administrativa Oficial de Portugal, CAOP2021, escala 1:25000 (fonte DGT); Altimetria à escala 1:5000 (fonte CMC) e à escala 1:25000 (fonte IGEOE); Hidrografia à escala 1:5000 (fonte CMC) e à escala 1:25000 (fonte IGEOE e SNIAmb); Geologia à escala 1:25000 (fonte LNEG) e à escala 1:1000000 (fonte SNIAmb); Solos à escala 1:25000 (fonte DGADR) e à escala 1:1000000 (fonte SNIAmb); COS2015 à escala 1:25000 (fonte DGT); Ortofotomapas (fonte DGT).

Esta informação de base não é integralmente coincidente com os dados de base definidos para a Caracterização da Área em Estudo, constantes do Quadro 1, página 13 do EHH, sendo de salientar a divergência da carta COS2018 (fonte DGT), então definida, e a carta COS2015 indicada no Quadro 30, página 60 do EHH. Refere-se que deverá ser identificada a data dos ortofotomapas utilizados que, segundo as OENR, ponto 3.3.1, devem ser atualizados (DGT, CIGeoE). Deve ainda ser esclarecida a utilização de informação (Geologia e Solos) às escalas 1:25000 e 1:1000000, uma vez que deve ser utilizada a escala de maior detalhe.

2. É apresentado o Estudo Hidrológico e Hidráulico (EHH) para as seguintes sub-bacias do rio Zêzere:

- i. Montante da confluência com ribeira de Gaia;
- ii. Montante da confluência com ribeira Inguias;
- iii. Jusante da confluência com ribeira Inguias;
- iv. Montante da confluência com ribeira Meimoa;
- v. Montante da confluência com ribeira Ximassas;
- vi. Montante da confluência com ribeira de Cortes;
- vii. Toda a área afluenta à secção à saída do concelho da Covilhã.

Foi igualmente realizado estudo hidrológico para as bacias hidrográficas (BH) da ribeira de Beijames, Porsim, Corges, Gaia, Cortes, Inguias, Meimoa e Ximassas.

As BH das ribeiras de Beijames, Gaia, ribeira de Caria/Inguias, de Meimoa, Ximassas e rio Zêzere, apresentam parte das suas bacias hidrográficas nos concelhos limítrofes.

Verifica-se que a Figura 7, página 22 do EHH, identifica a ribeira de Corte como ribeira do Paul, o que dever ser retificado.

A localização concreta das secções consideradas no EHH não se encontram definidas nem em cartografia, nem em informação geográfica.

3. Segundo o EHH:

- Foi elaborado um Modelo Numérico de Elevação (MNE) com base na informação de base topográfica à escala 1:5.000 para o concelho da Covilhã, complementada com a cartografia à escala 1:10.000 para os concelhos do Fundão e Belmonte e com a cartografia 1:25.000 para a restante área das bacias, que “permitiu a obtenção dos mapas de altitude, declive e exposição das vertentes (...) e identificação da rede de drenagem”.
- O EHH refere que o Número de Escoamento “baseou-se na informação disponibilizada no Atlas da Água - Números de Escoamento (<https://sniamb.apambiente.pt/content/geo-visualizador>)”.

No entanto, CN deve ser obtido a uma escala de maior pormenor, sendo que o próprio EHH (página 74) refere que “O cruzamento do tipo de solo e ocupação do solo (e.g. COS2018) permite quantificar o número de escoamento, tal como indicado pelo Soil Conservation Service (Correia, 1984b)”. Assim, CN deve ser aferido atendendo à informação da COS2018 (escala 1:25000) e ao tipo hidrológico de solo.

Devem ser consideradas as condições antecedentes de humidade no solo, AMCIII (humidade elevada no solo).

- A área em estudo foi delimitada automaticamente em ambiente SIG no software QGIS, com base no Modelo Numérico de Elevação (MNE) e melhorado com a hidrografia à mesma escala. O EHH refere que foram comparados os resultados obtidos, com os dados disponibilizados pela APA, no visualizador do Sistema Nacional de Informação de Ambiente (SNIAmb) e que, dado que a delimitação resultante coincidia de forma satisfatória, foi opção a utilização dos dados oficiais da APA.

Não obstante a informação da APA, deve ser considerada a informação que ofereça maior detalhe pelo que, sendo a altimetria do concelho da Covilhã à escala 1:5000, da mesma decorrerá um MNE de maior precisão do que a que poderá ser obtida da informação da APA (SNIAmb) à escala 1:25000 (Principais Bacias Hidrográficas (DQA); Rede hidrográfica GeoCodificada: Quadro 1, página13).

- Foram determinadas as características biofísicas das bacias hidrográficas, designadamente os parâmetros da sua geometria, da rede de drenagem, do relevo, o número de escoamento (CN).
- O tempo de concentração das bacias hidrográficas consideradas foi determinado pelos métodos de: Corps Engineers, Dooge, Giandotti, Johnstone, Kirpich, Pasini, Pickering, Picking, Temez, Ven The Chow, Ventura e de Soil Conservation Service (Quadros 40 e 41 do EHH). Pelos valores definidos nos referidos quadros, constata-se que foi realizada a média dos valores de t_c , após rejeição dos valores extremos (máximo e mínimo). No entanto, este procedimento não se encontra especificado no EHH, devendo sê-lo.
- O caudal de cheia foi aferido com base na fórmula do caudal específico definida nas OENR (mencionado no EHH como método alternativo segundo a Portaria n.º 336/2019) e nas fórmulas do Soil Conservation Service (SCS), Racional, Turazza-Giandotti e de Loureiro, por considerar que os cursos de água em questão não dispõem de registos hidrométricos ou que o seu número é insuficiente.

As OENR definem que *"A determinação das zonas ameaçadas pelas cheias associadas ao período de retorno de 100 anos, bem como daquelas onde a ocorrência de cheias fluviais com excecionalidades inferiores (por exemplo 20 anos) conduza a consequências prejudiciais significativas, obriga ou à elaboração de estudos hidrológicos e hidráulicos que utilizem os dados hidrometeorológicos e morfológicos existentes, ou à aplicação de procedimentos hidrológicos expeditos, em caso de bacias hidrográficas não suficientemente monitorizadas*

e de bacias hidrográficas entre 10 km² e 600 km², ou a estudo geomorfológicos combinados com uma avaliação estatística.

A aplicação de procedimentos expeditos é complementada com estudos hidrológicos mais desenvolvidos sempre que existam especificidades próprias”.

A consideração do “Método alternativo segundo a Portaria n.º 336/2019” refere-se à obtenção do caudal específico *de acordo com o “procedimento hidrológico expedito válido para bacias hidrográficas com áreas entre 10 km² e 600 km²”, conforme:*

Para o período de retorno de 100 anos:

$$q \text{ (m}^3\text{/s/km}^2\text{)} = 61,176 A_{(\text{km}^2)}^{-0,589}$$

Este método alternativo é uma solução de recurso em “*situações de ausência ou escassez de dados e de informação hidrometeorológica*”, não devendo ser utilizada como metodologia específica para a obtenção do caudal de ponta de cheia. Por outro lado, o mesmo não é aplicável a bacias com áreas superiores a 600km², como o caso das sub-bacias do rio Zêzere designadas Troço 02, Troço 03.01, Troço 03.02, Troço 03.03 e Troço 03, respetivamente com as áreas de 602.7, 728.01, 1255.5, 1354.3 e de 1606.9km².

As OENR especificam ainda que “*Os estudos hidrológicos incorporam mais de uma metodologia específica para obtenção do caudal de ponta de cheia*”. Para o efeito devem ser consideradas outras fórmulas e métodos adequados à área e natureza das bacias hidrográficas em estudo. A APA/ARHTO recomenda a adoção das seguintes “boas práticas”:

- A determinação do caudal máximo de cheia resulta da média aritmética dos resultados obtidos pela aplicação de diferentes expressões cinemáticas (no mínimo 5), após exclusão do valor mínimo e máximo obtidos, sendo que o caudal de máxima cheia deverá ser determinado através da utilização dos seguintes métodos, em exemplo: Racional, Giandotti, Soil Conservation Service (SCS), Mockus, David, Kirpich, Pickering, Picking, Temez.
- O coeficiente C deve refletir o período de retorno de 100 anos, devendo ser aplicado o coeficiente C corrigido, de 1,25 (Wright-MacLaughlin, 1969).
- A aferição da intensidade de precipitação considerou as Curvas IDF do posto da Covilhã, Brandão e Rodrigues (1998), para o período de retorno de 100 anos, coeficientes a e b de 357,356 e de -0,552, respetivamente. Estes coeficientes dependem da duração da chuvada,

pelo que devem ser aferidos em consonância com o mesmo. Ainda, estes parâmetros merecem dúvidas, atendendo a que não se verificou constarem na tabela da Portaria n.º336/2019 de 26 de setembro de 2019 (OENR), que representa as curvas IDF de Brandão e Rodrigues (1998). Esta questão deve ser aferida.

Deve igualmente ser fundamentada a consideração das referidas curvas IDF dado que as OENR aconselham *"a utilização das curvas de Intensidade -Duração -Frequência (IDF) específicas da bacia hidrográfica e, em caso de ausência desta informação, por impossibilidade da sua determinação, podem utilizar-se as curvas IDF para o período de retorno de 20 e 100 anos indicadas (...), disponíveis no portal do SNIRH"*.

Em caso de existir essa necessidade, devem ser considerados os postos udográficos mais próximos da área geográfica das bacias hidrográficas estudadas, quantificadas as respetivas áreas de influência e determinada a intensidade de precipitação resultante da influência de cada um dos postos admitidos. Foi considerado exclusivamente o posto udográfico da Covilhã, o que deve ser justificado.

- O caudal de cheia para o período de retorno de 100 anos foi estimado pela média dos valores resultantes das várias fórmulas consideradas, após exclusão dos valores extremos (máximo e mínimo). Este caudal é apresentado no Quadro 52 do EHH, para as quinze bacias hidrográficas estudadas, no formato de caudal específico ($m^3/s.km^2$).

Deve ser apresentado um quadro com a indicação do respetivo caudal nas secções de referência.

- A modelação hidráulica decorreu da aplicação do modelo HEC-RAS, em modo unidimensional, regime permanente, para avaliação da capacidade de vazão das linhas de água, obtenção das cotas de cheia para os caudais de ponta determinados e delimitação da área inundável correspondente ao respetivo período de retorno.

O modelo compreende a introdução dos dados geométricos (geometria dos cursos de água criados no RAS Mapper, a partir do MNE), hidrológicos (caudal de ponta de cheia para o período de retorno de 100 anos) e condições de fronteira.

É mencionado a introdução dos coeficientes de perda de energia e de rugosidade de Manning, atribuídos segundo a Carta COS(2018) para as diferentes ocupações do solo das bacias hidrográficas (página 95 do EHH), o que suscita dúvidas uma vez que devem ser atribuídos aos leitos dos cursos de água face à matéria em apreço. Na página 96 é referido que "No painel Geometric Data, importou-se a geometria criada no RAS Mapper, contendo

a informação da topologia da rede hidrográfica, e permitindo a introdução dos valores do coeficiente de rugosidade de Manning para os cálculos hidráulicos”. Esta incoerência deve ser esclarecida.

Como condições de fronteira de jusante, em cada linha de água, foi estabelecida a altura normal de escoamento Normal Depth. Como condição de fronteira de montante foi estabelecido o respetivo caudal afluente calculado para um período de retorno de 100 anos, inserido em pontos estratégicos (confluências com linhas de água com ordem de Strahler igual ou superior a 2).

- No concelho da Covilhã não foram delineadas Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundação (ARPSI), de acordo com o PGRI, 2º Ciclo de Planeamento (2022-2027).
- Não há registo de ocorrência de cheias no concelho da Covilhã segundo informação disponibilizada pela APA - Marcas de cheia do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos da APA (snirh.pt)”. O EHH refere ainda que se verifica, de acordo com o constante na base de dados DISASTER, a referência à ocorrência de quinze “ocorrências de cheias/inundações: nas freguesias de Canhoso, São Martinho, São Pedro, Erada, São Jorge da Beira, Teixoso e Verdelhos (uma ocorrência por cada freguesia) e nas freguesias de Casegas, Cortes do Meio, Sarzedo e Tortosendo (duas ocorrências por cada freguesia)”.
- O concelho da Covilhã apresenta um potencial de zonas afetadas pelas cheias da ordem dos 12,9km², sendo que o rio Zêzere é o que mais contribui para a ZAC, representando 64,4% do total da área potencialmente afetada pelas cheias, seguido da ribeira de Cortes e de Corges e respetivos afluentes (Quadro 54 do EHH).

4. De acordo com a alínea c) da Secção III do Anexo I do Decreto de Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto (RJREN), a “delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias é efetuada através de modelação hidrológica e hidráulica que permita o cálculo das áreas inundáveis com período de retorno de 100 anos, da observação de marcas ou registos de eventos históricos e de dados cartográficos, de critérios geomorfológicos, pedológicos e topográficos e tendo em conta fatores como o nível de maré máximo, a subida do Nível Médio do Mar (NMM), a sobrelevação meteorológica e as ondas de geração local.”

Associadamente, a delimitação da tipologia Zona Ameaçadas pelas Cheias deverá cumprir com as Orientações Estratégicas de Âmbito Nacional e Regional (OERN), alteradas pela Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 264/2020, de 13 de novembro, ponto 3.3 da Secção III do respetivo Anexo, sendo que:

“A delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias processa-se de forma diferenciada em função do uso e ocupação do território:

- 1) Em zonas em que as cheias possam provocar impactos negativos importantes (consequências prejudiciais significativas) sobre elementos expostos, a delimitação da zona ameaçada pelas cheias considera sempre o período de retorno de 100 anos. A delimitação deve ser apoiada em estudo hidrológico referente à bacia hidrográfica e em estudo hidráulico a realizar para o(s) troço(s) do(s) curso(s) de água associados àqueles impactos, seguindo os procedimentos metodológicos desenvolvidos na secção IV, n.º 3;
- 2) Em zonas em que os impactes das cheias em usos agrícolas ou florestais possuam pouca valorização (grande maioria dos territórios rurais), a delimitação das zonas inundáveis pode resultar apenas da representação da cota da maior cheia conhecida, determinada a partir de marcas de cheia, registos vários e dados cartográficos disponíveis, e da aplicação de critérios geomorfológicos, pedológicos e topográficos apropriados.”

5. Analisado o EHH e os elementos de suporte à delimitação apresentada, para além das situações já apontadas, observa-se o seguinte:

5.1. O EHH efetua uma caracterização da precipitação anual, mensal, diária e máxima diária, para a área de estudo (bacias hidrográficas) com base nos registos de onze estações, no caso da precipitação anual, reduzidas posteriormente a quatro estações, nomeadamente Caria (12M/01UG) e Covilhã (12L/03G), Valhelhas (11M/01UG), e Silvares (13K/02UG), por apresentarem séries com maior número de registos, geograficamente representativas da área em estudo. Para as precipitações diárias foram consideradas as estações de Caria (12M/01UG) e da Covilhã (12L/03G).

Não obstante a caracterização apresentada (páginas 26 a 58 do EHH), maioritariamente a mesma não se afigura essencial para a delimitação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias no âmbito do RJREN.

Relativamente às séries de registos de precipitação máxima diária anual nas estações de Caria (12M/01UG), Covilhã (12L/03G), Valhelhas (11M/01UG) e Silvares (13K/02UG), estas foram atendidas para fins de aferição da precipitação máxima diária anual para o período de retorno de 100 anos, com base na lei de distribuição de Gumbel – tipo I. Não foi avaliada a consistência das séries, nem a lei de distribuição que melhor se lhes aplica. Foi igualmente determinada a precipitação máxima diária anual para os períodos de retorno de 1, 2.5, 5, 10 e 50 anos, que não apresentam fundamento no âmbito da delimitação da tipologia ZAC.

Foi ainda realizada a caracterização da área de estudo quanto ao caudal instantâneo máximo anual, considerando a estação hidrométrica de Manteigas (11L/01H), localizada no rio Zêzere e com dados disponíveis, cuja bacia hidrográfica apresenta cerca de 25km². Com base na lei de distribuição Gama tipo 1 (julga-se que nesta referência deva ler-se Gumbel - tipo 1), e um período de retorno de 100 anos, a análise estatística da série conduziu a um caudal de cheia de 138 m³/s (caudal unitário de 5 m³/s.km²).

O EHH apresenta ainda a análise de frequência dos valores extremos das séries de registos de caudal instantâneo máximo anual nas estações da Fábrica da Matrena (16G/01H) e Agroal (15G/02H), revelando um caudal de 592 m³/s e de 394 m³/s para um período de retorno de 100 anos, respetivamente (caudal unitário de 0,57 m³/s.km² e 0,65m³/s.km²). Estas duas estações localizam-se na bacia hidrográfica do rio Nabão, afluente do rio Zêzere, a jusante da área de estudo, considerando-se que não são relevantes para o presente estudo.

Não obstante a análise estatística ao nível da precipitação máxima diária anual e do caudal instantâneo máximo anual, referidos, os valores obtidos para o período de retorno de 100 anos foram desconsiderados sem qualquer fundamentação, quer para efeitos de modelação hidrológica e hidráulica, quer para comparação com os valores obtidos pelo procedimento adotado e/ou validação dos mesmos.

Ressalva-se que:

- Não se encontra justificada a ausência de estações meteorológicas ou postos udográficos localizadas fora da “área em estudo”, atendendo a que as mesmas poderão apresentar influência nas bacias hidrográficas em estudo.
- Os registos devem ser referenciados ao ano hidrológico em causa e serem tabelados em conformidade (exemplo, ano hidrológico 2023/24).
- O EHH (página 50/51 do EHH) compreende a referência à estação de SAMEIRO (04G/02UG), o que se julga se tratar de um lapso.

5.2. A delimitação das ZAC não foi confrontada com marcas de cheia, inclusive com as ocorrências identificadas no Programa DISASTER.

5.3. Não é apresentada a comparação da proposta das ZAC com a ZA ao rio Zêzere (em vigor face à Portaria n.º1053/93, de 19 de outubro), nem com a REN em vigor.

5.4. De acordo com os caudais aferidos no EHH, o somatório dos caudais de ponta de cheia para o período de retorno de 100 anos, dos afluentes do rio Zêzere cujas bacias se localizam no concelho da Covilhã (podendo contudo extravasar a área do concelho), é duplo do caudal do rio

Zêzere, na secção à saída do município da Covilhã. Trata-se de uma incoerência muito relevante uma vez que este curso de água recebe as águas daqueles afluentes, para além de contributos de outras linhas de água. Esta situação carece de averiguação e de correção.

5.5. A ZAC apresenta diversas incoerências decorrentes da modelação hidrológica e hidráulica, bem como inconsistências gráficas (exemplos meramente ilustrativos a Figuras 1 a 5).

5.6. Devem ainda ser atendidas as seguintes questões:

- O EHH deve considerar as secções dos cursos de água em áreas com risco significativo para pessoas e bens (aglomerados urbanos, secções de estrangulamento em infraestruturas viárias, designadamente, passagens hidráulicas, pontes, viadutos, secções de montante e de jusante de troços cobertos e troços singulares do concelho que mereçam interesse, pelo impacte que possam ter sobre os elementos expostos).
- Detalhar as metodologias consideradas. A Proposta deverá compreender tanto a explicitação das metodologias adotadas, como toda a informação de base assumida, em que se inclui as secções singulares de avaliação e as respetivas bacias hidrográficas, as secções dos cursos de água mais elucidativas ao longo dos perfis, a correspondente informação geográfica "shapefile", a geometria e o caudal de cheia nas diversas secções, e os resultados obtidos com a modelação hidráulica, em particular, a altura e velocidade de escoamento, para a situação do período de retorno de 100 anos (incluir informação geográfica), com vista à delimitação das ZAC. Deve também integrar a pormenorização dos procedimentos e os resultados intermédios.
- A proposta deve ser complementada com trabalho de campo, confrontação com ortofotomapas atualizados, e os resultados obtidos serem comparados com os registos de cheias existentes, por via de testemunhos, notícias regionais e registos do Serviço Municipal de Proteção Civil, ainda que as ocorrências havidas possam não corresponder à cheia centenária.

Note-se que as OENR estipulam que "a delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias deve ser adequadamente descrita e documentada e ter por base informação fiável, devidamente validada através de observações de campo, tendo em conta as marcas e registos das maiores cheias conhecidas".

- As cotas de cheia recolhidas ou identificadas devem ser representadas em cartografia e em informação geográfica (shapefile), cuja tabela de atributos deverá compreender as

coordenadas, a cota altimétrica e a origem da informação. Caso existam cotas de cheia existentes mas rejeitadas ou ignoradas, deverá ser esclarecido o respetivo motivo.

- Deve ser verificada a aderência ao território da delimitação de ZAC. O limite da ZAC deve ser coerente com o traçado da respetiva linha de água, bem como com a topografia do terreno (acompanhando o andamento das curvas de nível), assegurando a mesma cota em ambas as margens de cada secção de escoamento.
- Deve ser apresentada a comparação quantitativa e percentual entre as áreas ameaçadas pelas cheias/áreas inundáveis em vigor e as áreas ZAC propostas, bem como a fundamentação relativamente às alterações preconizadas, face à futura proposta a submeter a apreciação.
- Sempre que possível e justificável, a proposta das ZAC deve ser compatibilizada com as delimitações dos concelhos limítrofes, e fundamentadas eventuais alterações de carácter significativo.

6. Solicita-se que futuramente sejam remetidos, conjuntamente com a proposta, uma versão da MDJ com identificação de todas as alterações introduzidas (com texto em cor diferente) e um quadro / tabela que sistematize as questões levantadas pela ARHTO e as respetivas respostas de modo a tornar eficaz a análise a efetuar, considerando-se a proposta incompleta caso estes elementos não sejam apresentados.

Conclusão

Não obstante a delimitação das ZAC do concelho da Covilhã resulte de EHH, a sua metodologia não se apresenta conforme com as OENR, carecendo de maior aprofundamento no que respeita aos critérios utilizados, e de reformulação e/ou fundamentação dos aspetos apontados.

Em virtude do exposto, presta-se parecer desfavorável à proposta de delimitação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias do concelho da Covilhã, apresentada em agosto de 2024 e datada de agosto de 2024.

Restantes Tipologias da REN

Sobre as restantes tipologias mantém-se o teor do parecer remetido por estes serviços através do ofício S041256-202407-ARHTO.DPI sobre a proposta de revisão da REN apresentada em sede da 1ª Reunião Plenária, sendo salientado pela CCDR Centro, no seu ofício UOT-DOT 870/2024 que acompanhou a informação relativa à proposta da tipologia Zonas Ameaçadas pelas Cheias – ZAC em análise no presente parecer, que “não houve ponderação e/ou reformulação, por parte da edilidade, às restantes tipologias da REN da competência desse Instituto nesta versão 2”.

Anexo II - Figuras ilustrativas

As figuras seguintes são unicamente exemplificativas das situações apontadas, devendo o território ser integralmente avaliado face às situações identificadas no parecer.



Figura 1 – Rio Zêzere. Silves. Discrepância entre as ZAC proposta (a cor vermelho transparente) e a ZA ao rio Zêzere (a cor verde), e também com as ZAC aprovadas do concelho do Fundão (a cor azul claro)



Figura 2 - Rio Zêzere em Silvares. Ponte de Silvares. A ZAC proposta mostra-se desconforme com o evento fotografado (Fonte – MDJ da REN do município do Fundão)

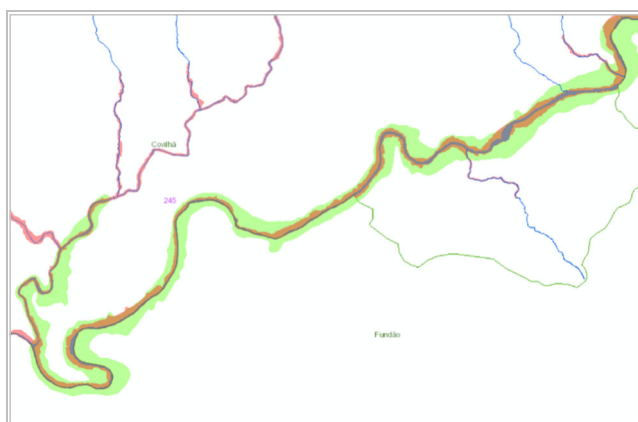


Figura 3 – Divergência acentuada entre a proposta das ZAC e a ZA ao rio Zêzere (a cor verde)

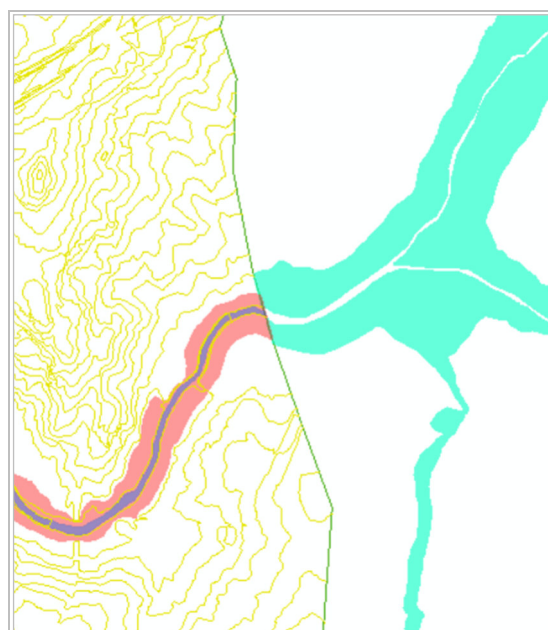


Figura 4 – Ribeira das Inguias/ribeira de Caria. Descontinuidade na ligação entre concelhos; A ZAC da Covilhã não apresenta a mesma cota em ambas as margens, no limite com o concelho de Belmonte

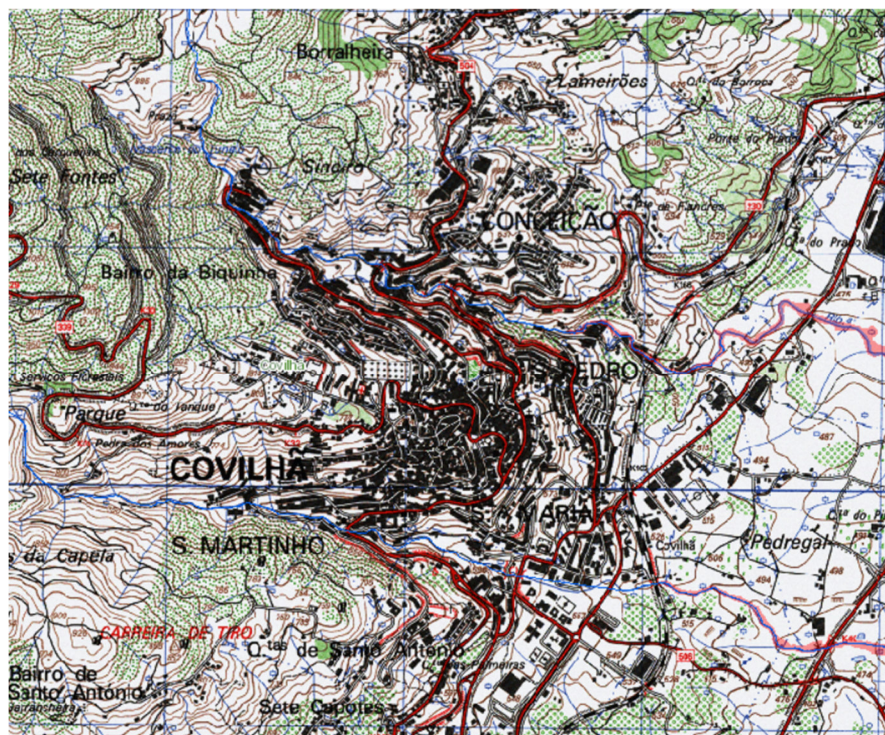


Figura 5 – Aglomerado urbano da Covilhã. Limitada a norte e a sul por cursos de água de montanha, encaixados. Proposta de ZAC (a cor vermelha)

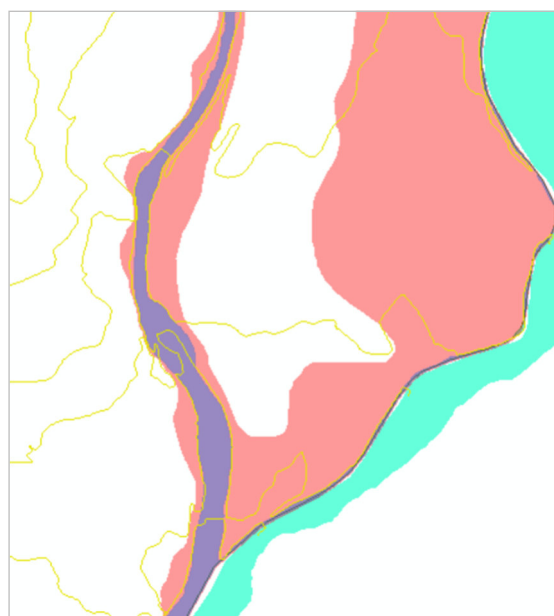
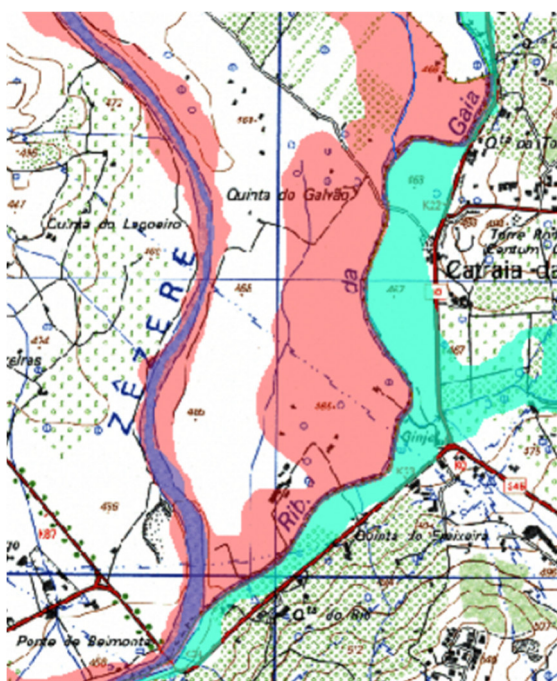


Figura 6 – Confluência da ribeira de Gaia com o rio Zêzere (a vermelho e a azul, as ZAC da Covilhã e de Belmonte, respetivamente). Falta de aderência às curvas de nível. Cotas distintas nas margens dos cursos de água. Minimização do efeito de regolfo.

Anexo III – Checklist. Áreas de Prevenção de Riscos Naturais

	Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC)	S	N			n.a	Nota/Fig.
a)	A informação de base inclui marcas de cheia, recolha de testemunhos, consulta de arquivo, estudos existentes.		x				
b)	O relatório refere a existência de estrangulamentos para o escoamento da cheia (ex. pontes, muros, etc.).		x				
c)	Os Planos de Gestão de Riscos de Inundação (PGRI) são considerados como fonte de informação de base.					x	
d)	As alterações às áreas inundáveis previstas nos PGRI estão devidamente fundamentadas e documentadas.					x	
e)	Foi utilizada outra informação de base: inventários, projetos.		x				
f)	A delimitação teve por base estudos hidrológicos e hidráulicos em zonas onde as cheias possam provocar impactos negativos importantes.		x				Nota 1
g)	Foi considerado o período de retorno (T) de 100 anos.	x					
h)	Foram utilizados procedimentos hidrológicos expeditos, em caso de bacias hidrográficas não suficientemente monitorizadas e de bacias hidrográficas entre 10 km ² e 600 km ² .	x					
i)	A utilização da máxima cheia conhecida ou da cheia centenária está fundamentada.		x				Nota 2
j)	O relatório apresenta caudais de cheia para diversas secções, nomeadamente secções singulares.		x				Nota 3
k)	A delimitação acompanha o traçado das linhas de água.	x					
l)	A delimitação acompanha o andamento das curvas de nível.		x				Nota 4
m)	Nas zonas estuarinas são tidas em conta as características de hidrodinâmica, geomorfológicas, pedológicas e topográficas em presença.					x	
n)	Os estudos desenvolvidos para as zonas estuarinas incluem também fatores como o nível de maré máximo, a subida do Nível Médio do Mar (NMM), a sobrelevação meteorológica e as ondas de geração local.					x	
o)	As linhas de água com ZAC estão integradas em CALM	x					
p)	O relatório apresenta uma descrição/justificação da delimitação proposta.		x				Nota 5
q)	Observações: Nota 1 – Foi elaborado EHH, mas não consta a identificação das zonas onde as cheias possam provocar impactos negativos importantes. Nota 2 – Não constam quaisquer registos de cheia centenária ou outras. Nota 3 – O Relatório apresenta caudais em quinze secções, mas carece de secções singulares e críticas. As secções não se encontram identificadas nem em cartografia, nem em informação geográfica. Nota 4 – Por vezes a delimitação das ZAC não acompanha o andamento das curvas de nível. Nota 5 – Descrição e fundamentação insuficiente.						

Parecer final à tipologia:

Favorável		Favorável condicionado		Desfavorável	x
------------------	--	-------------------------------	--	---------------------	----------

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional do Centro, I.P.
Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80
3000-069 - COIMBRA

S/ referência

Data

N/ referência

Data

PCGT - ID 532 (Ex-164)

S063813-202411-ARHTO.DPI

DAIA.DAPP.00237.2016

Assunto: Revisão do PDM e delimitação da REN da Covilhã -
complemento da análise das propostas apresentadas

Realizou-se em 28-06-2024 a 1ª Reunião Plenária da revisão do PDM da Covilhã, sobre a proposta de revisão do PDM e a proposta de delimitação da REN, apresentadas pela CM da Covilhã através da PCGT, em cuja sede a APA-ARHTO emitiu o parecer transmitido através do ofício S039143-202406-ARHTO.DPI.

Tal como referido nesse ofício, não foi possível efetuar em tempo útil uma *"análise em detalhe como se pretendia, incidido apenas nas questões consideradas mais relevantes do ponto de vista da salvaguarda e proteção dos recursos hídricos do PDM"*, tendo sido proposta por estes serviços a realização de uma reunião com a CM da Covilhã para complemento desse parecer.

Entretanto, foi emitido o parecer S041256-202407-ARHTO.DPI sobre a proposta de delimitação da REN, datada de maio de 2024, a qual não incluía ainda a proposta de delimitação da tipologia Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC). Assim, a proposta de delimitação da REN apenas ficou completa após o envio, em agosto, da proposta de delimitação da tipologia ZAC.

Em 14-10-2024 realizou-se uma reunião setorial com a CCDR Centro, a CMC e a APA-ARHTO, com vista à análise da proposta de REN tendo em conta os respetivos pareceres (incluindo o parecer previamente remetido pela ARHTO sobre a tipologia ZAC - S058523-202410-ARHTO.DPI), tendo sido posteriormente realizada uma segunda reunião em 23-10-2024 para conclusão da análise da tipologia ZAC.

Na sequência destas reuniões, foram remetidas a estes serviços as tabelas de ponderação dos pareceres emitidos pela APA-ARHTO, elaboradas pela CMC. Da análise das tabelas relativas à REN, foi dado conhecimento por email em 12-10-2024 (referência S064251-202411-ARHTO.DPI).

Importa, contudo, referir que conjuntamente com estas tabelas de ponderação não foram remetidas as novas versões da proposta de delimitação da REN resultantes dos pareceres emitidos.

(Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste documento)

O presente parecer incide, ainda, sobre a proposta de Regulamento da revisão do PDM, relativamente aos aspetos no âmbito da salvaguarda e proteção dos recursos hídricos não mencionados no ofício S039143-202406-ARHTO.DPI, no contexto então referido. Para o efeito foi analisada a informação descarregada da plataforma PCGT em 17-06-2024 relativa à proposta de revisão do PDM.

1. Proposta de revisão do PDM de Covilhã

1.1.Regulamento

No que respeita à proposta de Regulamento, datada de maio de 2024, mantém-se o teor do parecer acima identificado (S041256-202407-ARHTO.DPI), apresentado em sede da 1ª Reunião Plenária, o qual, ao nível da proposta de ordenamento, incidiu apenas sobre a análise das condicionantes e da conformidade com o Plano de Ordenamento da Albufeira (POA) da Cova do Viriato.

No presente ofício optou-se por repetir alguns dos aspetos identificados nesse parecer, na medida em que a estrutura do presente parecer é diferente do anterior, reunindo deste modo a maioria dos aspetos a considerar relativamente à proposta de Regulamento apresentada. Salienta-se, todavia, que não foi transcrita para o presente parecer a parte relativa à conformidade com o POA da Cova do Viriato, na medida em que essa temática ficou totalmente tratada no parecer anterior.

Entende-se, assim, na sequência da análise agora efetuada, de acrescentar as seguintes considerações sobre outros aspetos pertinentes quanto à salvaguarda e proteção dos recursos hídricos:

Artigo 4.º Instrumentos de gestão territorial a observar

Deverá ser retificado o ano do diploma de aprovação do PGRI.

Artigos 6º, 7º e 8º (Título II - Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública)

Artigo 6.º Identificação - Identifica as seguintes SARUP, relevantes no contexto da presente análise, "(...) *vertidas na planta de condicionantes*":

a) Recursos Hídricos:

- i. Domínio Público Hídrico;*
- ii. Leitos e margens dos cursos de água, Zona Adjacente ao Rio Zêzere – Área de ocupação edificada condicionada;*
- iii. Albufeiras de águas públicas – Cova do Viriato (classificada pelo Decreto Regulamentar n.º 2/88, de 20 de janeiro) e Covão Ferro, sujeitas ao regime de proteção estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio; iii.i) Zona Reservada da Zona Terrestre de Proteção da Albufeira iii.ii) Zona Terrestre de Proteção da Albufeira.*

e) Recursos ecológicos:

- i. Reserva Ecológica Nacional (REN);*

Quanto à alínea i, deve ser substituída "*Domínio Público Hídrico*" por "Domínio Hídrico".

Relativamente à alínea *ii*, deve ser alterada a redação, separando os “*Leitos e margens dos cursos de água*” e a “*Zona Adjacente ao Rio Zêzere – Área de ocupação edificada condicionada*” em alíneas independentes, na medida em que se trata de assuntos distintos.

Deve, ainda, ser substituída a referência a “*Leitos e margens dos cursos de água*” por “Cursos de água não navegáveis nem fluviáveis, com os respetivos leitos e margens”.

Na alínea *iii*, no que respeita às Albufeiras de águas públicas devem ser referidas todas as zonas estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, ou pelos planos de ordenamento de albufeiras em vigor, constatando-se que a redação proposta se encontra incompleta.

Constata-se ainda que a alínea “*h*) *Infraestruturas*” não inclui qualquer referência às redes de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais (as quais são referidas no artigo 147º entre outros), devendo esta questão ser esclarecida. Encontra-se ainda em falta a sua representação na Planta de Condicionantes.

O nº 2 deste artigo estabelece que “*2 – A eficácia das disposições constantes dos diplomas legais e regulamentares relativos às servidões e restrições de utilidade pública referidas no número anterior não é prejudicada pela eventual ocorrência de omissões na Planta de Condicionantes, prevalecendo, nessas situações, sobre os elementos gráficos e escritos do Plano*”. Sugere-se a revisão da redação, no sentido de tornar mais simples e claro seu o entendimento.

Neste contexto deve ser revista a **Planta de Condicionantes** em conformidade com o acima exposto.

Artigo 8.º Recursos Hídricos

1. *A delimitação do domínio hídrico, no que diz respeito aos leitos e margens de águas públicas, por motivos de escala da representação e das limitações da cartografia de base do Plano, é indicativa, pelo que no controlo prévio das operações urbanísticas que aí ocorram deverá ser avaliada a área de intervenção em função do existente no sítio e lugar.*
2. *Sem prejuízo da representação gráfica dos leitos e margens de águas públicas que constem da Planta de Condicionantes e de outras condicionantes aplicáveis, o regime jurídico do domínio hídrico constitui-se sobre os recursos identificáveis no sítio e lugar abrangidos pela Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos.*
3. *A envolvente da Albufeira da Cova do Viriato está sujeita ao regime de proteção do Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, de onde decorrem condicionantes, para o leito, margem, zona reservada e zona terrestre de proteção relativas à ocupação, uso e transformação do solo.*

Relativamente às propostas dos números 1 e 2, sugere-se que seja adotada a seguinte redação:

“As servidões administrativas e as restrições de utilidade pública, ainda que não disponham de representação gráfica na Planta de Condicionantes, por motivos de escala da representação ou outros, devem ser consideradas prevalecendo sobre as condições de uso e ocupação estabelecidas pelo presente Plano, sendo-lhes aplicável a respetiva legislação específica”.

Quanto ao número 3, importa salientar que existem no concelho da Covilhã duas Albufeiras de Águas Públicas (AAP): Cova do Viriato e Covão do Ferro, ambas classificadas como protegidas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, pelo que a redação apresentada deve ser revista. Saliente-se, contudo, que no caso da Albufeira da Cova do Viriato se encontra em vigor o POACV já referido, aplicando-se, portanto, as condicionantes estabelecidas por esse plano especial. No caso da albufeira do Covão do Ferro, na inexistência de POA, aplica-se diretamente o Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio.

Artigo 15.º Condições gerais de edificação (Secção III – Disposições comuns ao solo rústico e ao solo urbano)

Atendendo ao exposto nas alíneas b) e c) considera-se que a redação proposta aborda aspetos essenciais quanto aos requisitos, ao nível das infraestruturas de saneamento básico, para a viabilização de qualquer operação urbanística. Não obstante, sugere-se a seguinte alteração (texto sublinhado) para alínea c):

- c) *"Quando o terreno se situe em solo rústico, seja servido por via pública e quando não existam, no todo ou em parte, redes públicas de infraestruturas ou outros sistemas públicos que assegurem função equivalente", e tal inexistência não for impeditiva da viabilização da atividade, ocupação ou edificação em causa, "são exigidas, para as infraestruturas em falta, soluções técnicas individuais comprovadamente eficazes e ambientalmente sustentáveis, ficando a sua construção e manutenção a cargo dos interessados", a menos que estes suportem o custo da extensão das redes públicas, se ela for autorizada, nos termos previstos no RJUE.*

Artigo 1.º Requisitos de eficiência ambiental para instalação de campos de golfe

Estabelece os requisitos para a instalação de campos de golfe.

Nesta matéria importa salientar que, na medida em que as águas subterrâneas constituem reservas estratégicas, o recurso a captações de águas subterrâneas como origem de água para rega de campos de golfe não constitui uma opção. Assim, no contexto atual e futuro, devem ser equacionadas e avaliadas origens alternativas, como seja, tal como identificado no Regulamento, a reutilização de águas residuais tratadas e/ou também, de águas pluviais. Sugere-se assim, a alteração da redação da alínea "c) *Garantia de disponibilidade de água, recorrendo, sempre que possível, à reutilização de águas residuais tratadas*" para "c) Garantir a disponibilidade de água residual tratada e água pluvial para a rega necessária".

Artigo 25.º Áreas de serviço para autocaravanas

Atendendo aos requisitos apresentados, com os quais se concorda, recomenda-se a seguinte alteração na redação nas alíneas:

- b) Para clarificar, sugere-se substituir "*Integrem*" por "Sejam integradas";
- d) "*Apresentem soluções de piso permeável ou semipermeável, com exceção da área estritamente necessária para assegurar o funcionamento das estações de serviço*" para "Apresentem soluções de piso permeável ou semipermeável, devendo a utilização de piso impermeável ser reduzida ao estritamente necessário para assegurar o funcionamento dessas áreas de serviço".

Artigo 26.º Ambiente urbano (Subsecção III – Adaptação e mitigação das alterações climáticas)

Estabelece que "(...) *as intervenções no espaço público e as operações urbanísticas, públicas ou privadas, devem, sempre que possível, observar os seguintes objetivos (...)*", recomendando-se a substituição, na redação proposta, da alínea "e) *Reduzir ao mínimo a impermeabilização dos espaços exteriores, com a adoção de pavimentos em materiais permeáveis*" por "e) Minimização das áreas impermeabilizadas recorrendo a materiais permeáveis ou semipermeáveis nos espaços exteriores, nomeadamente nos pavimentos".

Sugere-se, ainda, que se adicionem novas alíneas que visem:

- Promover a recolha e armazenagem das águas pluviais e a sua reutilização nomeadamente para rega de áreas ajardinadas e lavagem de ruas;
- Assegurar soluções que promovam a infiltração de água no solo;
- Prever soluções de laminagem de caudais que assegurem que minimizem o impacto associado à impermeabilização do solo.

Artigo 2.º Adaptação e resiliência a fenómenos meteorológicos extremos

Concorda-se com a proposta apresentada, sugerindo-se, todavia, as seguintes alterações (texto sublinhado):

- b) "*As bacias de retenção, detenção ou infiltração devem adotar soluções técnicas que promovam, também, o armazenamento das águas pluviais para reutilização, nomeadamente para rega, lavagens de pavimentos, alimentação de lagos e tanques e outros usos não potáveis;*"
- c) "*Libertação das áreas envolventes das linhas de água, leitos de cheia e zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias, de modo a salvaguardar as condições de segurança de pessoas e bens*", para articulação com o artigo 176.º;
- d) "*Fomentar o aumento de áreas permeáveis em solo urbano e condicionar ou interditar a impermeabilização em locais que condicionem o funcionamento do sistema hídrico*".

Artigo 28.º Eficiência ambiental dos recursos

Sugere-se a alteração da designação do artigo para "Eficiência na utilização dos recursos", bem como da redação da primeira frase para substituindo "*No que respeita ao aumento da eficiência na utilização dos recursos, as intervenções no espaço público (...)*".

Concorda-se com a alínea "i) *Promover a eficiência hídrica, quer ao nível do novo edificado, quer ao nível da reabilitação do edificado preexistente*", recomendando-se substituir "preexistente" por "existente".

Artigo 3.º Instalações agropecuárias e outras atividades insalubres ou perigosas (Capítulo II – Solo Rústico / Secção I – Disposições Gerais)

É proposto que estas instalações e atividades sejam permitidas desde que se cumpram um conjunto de requisitos. Considera-se que devem ser acrescentados os seguintes:

- A sua localização é admitida desde que implantadas a mais de 50 m de captações de água para consumo humano.

O Regulamento deve ainda assegurar o necessário cumprimento das condicionantes/restrições que decorrem dos perímetros de proteção a captações subterrâneas de abastecimento de água e das zonas inundáveis.

Artigo 4.º Linhas de água

Este artigo estabelece algumas condições a aplicar “nas ações de manutenção e outras intervenções a executar nos leitos e margens das linhas de água, sem prejuízo da legislação aplicável”. Relativamente à redação apresentada, recomenda-se a seguinte alteração:

- Em “deve promover-se a conservação e o restauro das galerias ripícolas” substituir por “deve promover-se a renaturalização e valorização das linhas de água e galerias ripícolas associadas”;

Artigo 70.º Usos e atividades (Secção VI – Espaços de atividades industriais [em solo rústico])

Relativamente ao ponto “4 - Os efluentes produzidos, provenientes das atividades industriais, devem ser alvo de tratamento prévio antes da sua descarga na rede pública ou meio recetor, por meio de soluções adequadas e em conformidade com a legislação em vigor” considera-se que deve ser, também, previsto o encaminhamento a dar aos efluentes domésticos nestas situações.

Artigo 5.º Usos e atividades (Secção VII – Espaços naturais e paisagísticos)

Verifica-se que a alínea g) do n.º 2 se encontra em branco, devendo ser revista a numeração.

Artigo 6.º Regime (Capítulo IV – Sistemas Territoriais / Secção I – Estrutura Ecológica Municipal)

No ponto “3 – Nas áreas e corredores da estrutura ecológica fundamental e da estrutura ecológica complementar privilegiam-se as seguintes ações:” recomenda-se a alteração da redação da alínea “e) Reabilitação dos cursos de água degradados e recuperação e promoção do desenvolvimento das respetivas galerias ripícolas, atendendo inclusive à necessidade de erradicação das espécies invasoras”, para “e) Renaturalização e valorização dos cursos de água e galerias ripícolas associadas, atendendo inclusive à necessidade de erradicação das espécies invasoras”.

Nos pontos 5 e 7 é referido que a EEM integra a REN do seguinte modo:

- na Estrutura Ecológica Fundamental – f) Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre;
- na Estrutura Ecológica Complementar – g) Áreas de prevenção de riscos naturais e i) Albufeiras e lagoas.

Esta redação resulta algo imprecisa, na medida em que as Albufeiras e lagoas integram as *Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre* que é referida na Estrutura Ecológica Fundamental. Quanto a esta análise ver, neste parecer, o exposto sobre a análise do Relatório da proposta (1.4) sobre a proposta de EEM.

Neste âmbito importa ainda salientar que a proposta de delimitação da EEM carece de aferição após a aprovação da delimitação da REN.

Artigo 7.º Áreas de proteção funcional (Secção III – Sistemas de infraestruturas)

Sugere-se a inclusão, eventualmente no n.º 4, de uma remissão para o Art.º 163 respeitante à captação superficial na Albufeira da Cova do Viriato.

Artigos 161 a 167º Secção II – Áreas sujeitas ao regime de proteção da Albufeira da Cova do Viriato (Capítulo V – Áreas de salvaguarda)

A análise neste âmbito, relativo à transposição, para o PDM, das normas do Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato identificadas para esse efeito, encontra-se exposta no parecer emitido anteriormente (S039143-202406-ARHTO.DPI), no Anexo 2 - Análise da proposta de PDM, em 2.1. Conformidade com o Plano de Ordenamento da Albufeira de Cova do Viriato (POACV), tendo-se concluído que:

"(...) foram detetadas diversas desconformidades com o POA em vigor, no que respeita à Planta de Ordenamento e à Planta de Condicionantes.

Importa salientar que a Planta de Ordenamento, para a qual é transposto o modelo territorial / zonamento do POACV, deve respeitar a delimitação publicada e disponível no SNIG, devendo, assim, ser revistos os limites e a configuração dos elementos acima identificados".

Artigo 176.º Zonas Inundáveis (Secção VI – Risco de inundação)

A designação deste artigo deverá ser substituída por "Zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias".

Relativamente aos pontos nº 1 nº 2, considera-se que a redação apresentada contém imprecisões nos conceitos apresentados, pelo que devem ser eliminados. Não obstante, entende-se de manter a parte inicial do nº 1 "As zonas inundáveis estão delimitadas na Planta de Ordenamento".

Importa referir que não foi encontrado na proposta de Regulamento qualquer referência ao risco de rutura de barragens.

De referir que a análise efetuada se baseou, conforme referido no início deste ofício, na informação recebida em sede da 1ª reunião plenária da CC. Assim, as observações / considerações apresentadas na tabela de ponderação recebida, relativa ao PDM, apenas poderão ser validadas através da análise da proposta de Regulamento reformulada na sequência dos referidos pareceres e reuniões, a receber.

Concluindo, considera-se que a proposta de Regulamento apresentada carece de revisão tendo em consideração os aspetos acima identificados, em complemento com o parecer anteriormente emitido.

1.2.Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes

No que respeita às Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes, recomenda-se que as mesmas sejam revistas em função do mencionado e das alterações decorrentes do presente parecer e do parecer anterior.

Reitera-se a necessidade de efetuar as alterações nestas plantas de modo a ultrapassar as desconformidades com o POA da Cova do Viriato, em vigor, devendo ser considerado o exposto

no ofício S039143-202406-ARHTO.DPI - Anexo 2 - Análise da proposta de PDM, em 2.1. Conformidade com o Plano de Ordenamento da Albufeira de Cova do Viriato (POACV).

Alerta-se, ainda, para as alterações que resultem da aferição da proposta com a delimitação da REN após aprovação.

A Planta de Condicionantes deve incluir a representação das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento (Equipamentos, Infraestruturas e Atividades Perigosas), bem como todas as condicionantes do POACV (Recursos Hídricos e Geológicos), para além do Domínio Hídrico

Assim sendo, entende-se que a proposta apresentada carece de revisão nomeadamente nos aspetos acima identificados.

1.3.Avaliação Ambiental Estratégica

É apresentada em anexo a tabela de ponderação relativa às questões relacionadas com o procedimento de AAE, expondo as considerações da análise efetuada.

1.4.Relatório

Foi efetuada uma análise do Relatório apresentado (Relatório - 1.^a Revisão do Plano Diretor Municipal da Covilhã, Município da Covilhã, maio de 2024), designadamente no que se refere às questões identificadas na análise supra relativa ao Regulamento.

1.4.1. Estrutura Ecológica Municipal

No âmbito da salvaguarda e proteção os recursos hídricos, o Relatório refere que a EEM integra:

- Estrutura Ecológica Fundamental (EEF) – constituída por “áreas nucleares e corredores ecológicos principais, integrando”, entre outros, “*Reserva Ecológica Nacional (REN) - Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre*”, bem como “os *Corredores ecológicos principais, onde se inclui o Domínio Público Hídrico (DPH) e o Corredor ecológico delimitado no âmbito do PROF-CI*”;
- Estrutura Ecológica Complementar (EEC) - constituída por “áreas complementares e corredores ecológicos secundários, integrando”, entre outros “*Albufeiras e lagoas (...); e Reserva Ecológica Nacional (REN) - Áreas de prevenção de riscos naturais. A nível de corredores ecológicos secundários, integra os restantes cursos de água do concelho*”.

Relativamente à EEF, quanto à REN, é especificado que no concelho da Covilhã, são aqui integradas as tipologias das “*Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre*”:

- *Cursos de Água e respetivos Leitos e Margens*
- *Albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, com os respetivos leitos, margens e faixas de proteção*
- *Áreas Estratégicas de Infiltração e de Proteção e Recarga de Aquíferos*”

São ainda integrados, nos corredores ecológicos principais que “promovem a continuidade da EEF”, “*têm principal relevo os recursos hídricos, sendo elementos privilegiados de continuidade ecológica*”. Foi, assim, considerado o “*corredor ecológico definido no âmbito do PROF-CI, que compreende o Rio Zêzere, que atravessa o concelho no sentido nordeste - sudoeste, bem como a ligação entre a Ribeira de Cortes / Ribeira do Paul e o Rio de Beijames*”.

Integram a EEF ainda *“as principais linhas de água do Domínio Público Hídrico (...) nomeadamente os cursos de água (leitos e margens): Rio Zêzere; Rio de Beijames, Ribeira de Cortes / Ribeira do Paul, Ribeira de Unhais da Serra, Ribeira de Casegas / Ribeira dos Lobos, Ribeira de Corges / Ribeira da Atalaia, Ribeira de Porsim, e Ribeira de Caria.”*

No que respeita à EEC, *“constituída por áreas complementares e corredores ecológicos secundários”,* são integradas, conforme acima referido, entre outros, *“Albufeiras e lagoas; (...)e Reserva Ecológica Nacional (REN) - Áreas de prevenção de riscos naturais. A nível de corredores ecológicos secundários, integra os restantes cursos de água do concelho.”*

Aqui é especificado que *“existem duas albufeiras importantes associadas a barragens, na Serra da Estrela, encontrando-se integradas em Reserva Ecológica Nacional”*: Albufeira do Covão Ferro e Barragem da Cova do Viriato.

Ora, se estas albufeiras se encontram integradas na REN e na medida em que integram uma tipologia das *“Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre”,* considera-se que deve ser explícito na proposta se esta tipologia das *“Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre”* constitui uma exceção quanto à EEF (ou não, podendo tratar-se de um lapso).

Em qualquer dos casos deve ser revista a redação da proposta da EEC, tornando claro que se as *“Albufeiras e lagoas”* referidas integram a respetiva tipologia da REN (para além das tipologias das *“Áreas de prevenção de riscos naturais”*) ou se incluem outras albufeiras existentes que não integrem a REN.

O Relatório refere ainda que existe *“um elevado número de lagoas dispersas pelo território, em particular nas zonas de baixas altitudes a leste, que marca o vale do Rio Zêzere. Devido a sua importância ecológica, ambiental e no âmbito da adaptação as alterações climáticas, foram identificadas as lagoas de maiores dimensões tendo em consideração a cartografia temática e a COS2018”*. Sugere-se que, de igual modo, seja aqui explícito que se trata de Lagoas não integradas na REN, tendo em conta que existe uma tipologia com essa designação. Importa ainda referir que algumas destas albufeiras ou lagoas poderão integrar a tipologia dos Cursos de água, respetivos leitos e margens, devendo ser também feita esta análise.

De referir que na análise efetuada foi detetada uma gralha na formatação da numeração das alíneas (pág. 325).

Reforça-se a necessidade de revisão da proposta da delimitação da EEM após a aprovação da proposta de delimitação final da REN.

2. Proposta de delimitação da Reserva Ecológica Nacional da Covilhã

Tendo em conta o enquadramento apresentado no início deste ofício, relativamente aos desenvolvimentos no que respeita à proposta de delimitação da REN, foram analisadas e já remetidas à CMC (S064251-202411-ARHTO.DPI) as tabelas de ponderação.

Tendo em conta que não foi ainda apresentada uma nova versão da proposta de REN, reformulada em função desses pareceres, a análise agora efetuada recaiu apenas sobre o

resultado da ponderação apresentado pela CMC. Deste modo, muitas das questões carecem de validação através da análise da proposta a apresentar futuramente.

3. Conclusão

Face ao exposto considera-se que a proposta de revisão do PDM da Covilhã, bem como da delimitação da Reserva Ecológica Nacional carecem de revisão, devendo ser considerados os aspetos identificados no presente ofício.

Com os melhores cumprimentos,

A Administradora Regional da ARH Tejo e Oeste




Susana Fernandes

Susana Fernandes

(No uso das competências subdelegadas pelo Despacho n.º 8032/2024,
publicado no DR n.º 139, 2ª Série, de 2024/07/19)

Anexos: as tabelas referidas

Centro
Mata Nacional do Choupal,
3000-611 COIMBRA

 www.icnf.pt | rubus.icnf.pt
 gdp.centro@icnf.pt
 239007260

À
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO CENTRO
RUA BERNARDIM RIBEIRO, 76
3000-069 COIMBRA

A/C
ZULMIRA DUARTE
zulmira.duarte@ccdr.pt

vossa referência	nossa referência	nosso processo	Data
<i>your reference</i>	<i>our reference</i>	<i>our process</i>	<i>Date</i>
	S-021778/2024	P-010012/2022	2024-06-27
Assunto	PCGT - ID-532 – REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA COVILHÃ		
<i>subject</i>	CONVOCATÓRIA PARA A 1ª REUNIÃO PLENÁRIA		

No âmbito do acompanhamento do procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal da Covilhã, foi recebida a convocatória para a 1.ª Reunião Plenária da CC, a realizar a 28 de junho de 2024, pelas 10:30, em Videoconferência a partir da CCDRC (Coimbra), com a seguinte ordem do dia:

- Análise e parecer sobre os documentos da proposta inicial de revisão de PDM (disponibilizada pela CM), nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 13.º da Portaria 277/2015, de 10/09, nomeadamente:

Os documentos remetidos para análise foram os seguintes:

1. Regulamento
2. Planta de Ordenamento
 - 2.1 – Classificação e Qualificação do Solo
 - 2.2 – Estrutura Ecológica Municipal
 - 2.3 – Espaços-Canal, Mobilidade e Transportes
 - 2.4 – Áreas de Salvaguarda – Riscos
 - 2.5 – Áreas de Salvaguarda – Albufeira da Cova do Viriato e Parque Natural da Serra da Estrela
 - 2.6 – Áreas de Salvaguarda – Património Arquitetónico, Arqueológico E Natural
 - 2.7 – Zonamento Acústico
3. Planta de Condicionantes
 - 3.1 – Recursos Hídricos e Geológicos
 - 3.2 – Recursos Agrícolas e Florestais
 - 3.3 – Recursos Ecológicos
 - 3.4 – Património
 - 3.5 – Equipamentos, infraestruturas e Atividades Perigosas
 - 3.6 – Gestão de Risco de Incêndio Rural
4. Relatório (inclui anexos 1, 2.1, 2.2 e 2.3)
5. Avaliação Ambiental Estratégica - Relatório Ambiental Provisório
6. Programa de Execução e Plano de Financiamento
 - 6.1 – Planta da programação da Execução
7. Planta de Enquadramento Regional
8. Planta da Situação Existente



9. Relatório de Compromissos Urbanísticos
9.1 – Planta de Compromissos urbanísticos
ALTERAÇÃO DA REN
ALTERAÇÃO DA RAN

Relativamente aos mesmos, e perante a análise efetuada, importa salientar o seguinte:

No regulamento **não é uniforme a redação**, e consequente interpretação, **referente à aplicabilidade das normas do PNSE em diferentes categorias de solo rústico existente dentro das áreas sujeitas a regimes de proteção** (ex.: preveem-se espaços florestais de produção dentro do PNSE e só os espaços florestais de conservação remetem para as normas do PNSE). Sugere-se que, em cada categoria de solo que esteja prevista dentro das áreas sujeitas a regimes de proteção do PNSE se insira, quanto aos usos e atividades admitidos, bem como quanto aos regimes de edificabilidade aplicáveis, a redação **“Sem prejuízo das disposições aplicáveis às áreas de salvaguarda constantes do capítulo V, secção I (áreas sujeitas a regimes de proteção do PNSE)”**.

São criadas ou ampliadas áreas não abrangidas por regimes de proteção (ANARP) que resultam em diminuição de áreas de proteção parcial, o que consubstancia o incumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 25º do POPNSE. A proposta prevê o alargamento e criação de novos perímetros urbanos e, em solo rústico, áreas de edificação dispersa, espaços de equipamentos e infraestruturas e outras estruturas ou ocupações, espaços de ocupação turística e espaços culturais, em áreas com regimes de proteção que interditam a edificação e usos previstos, pelo que **estes novos perímetros não são compatíveis com os regimes de proteção do POPNSE**.

Nota – Contrariamente aos perímetros urbanos e aglomerados rurais, as áreas de edificação dispersa não estão incluídas nas exceções (ANARP) previstas no n.º 2 do artigo 25º do POPNSE.

Os novos perímetros urbanos e áreas de edificação dispersa e respetivas ampliações na área do PNSE são, com algumas exceções, genericamente pouco criteriosos e sobredimensionados, ocupando áreas não edificadas, por aplicação de buffers às áreas já artificializadas, por preenchimento de áreas não ocupadas entre edificações existentes, ou por junção de perímetros urbanos, ocupando áreas onde estão referenciados habitats e espécies com estatuto de proteção legal pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro, nalguns casos com enorme desproporção, nomeadamente quando comparada a área a reclassificar com o número de habitantes locais.

Cumprir ainda sublinhar que se pretende criar e/ou ampliar perímetros urbanos e áreas de edificação dispersa em locais onde as edificações existentes são, quase na totalidade, de génese ilegal, onde o número de habitantes é reduzido e sazonal, delapidando valores naturais com estatuto de proteção legal em áreas sensíveis do Parque Natural.

Relativamente ao Regulamento e para além das questões já mencionadas, verifica-se que **no normativo proposto estão em falta e/ou em desconformidade outras questões**, a ser abordadas caso a caso, **sendo que algumas contrariam o disposto no POPNSE**.

No que se refere ao Regime Florestal verifica-se que existem propostas de ocupação incompatíveis com este regime, e diversos elementos a corrigir/completar, devendo a proposta ser trabalhada e detalhada.



Para compatibilização da proposta com o PROF-CI, em diversos aspetos há necessidade de adensamento e clarificação de normas, envio de documentação adicional em formato vetorial, e revisão da proposta de ordenamento.

Face à complexidade das matérias em análise, e sem prejuízo do envio, com a brevidade possível, de uma análise detalhada abordando todas as questões suscitadas, o ICNF, I.P. encontra-se disponível para a realização das reuniões de trabalho que o Município entenda por convenientes.

CONCLUSÃO




Atendendo ao exposto, o representante do ICNF, I.P. na Comissão Consultiva do procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal da Covilhã manifestará a sua discordância com a proposta inicial de revisão do PDM (parecer desfavorável).

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Centro

Fátima Araújo Reis

Centro
Mata Nacional do Choupal,
3000-611 COIMBRA

 www.icnf.pt | rubus.icnf.pt
 gdp.centro@icnf.pt
 239007260

EXMO. SENHOR
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ
PRAÇA DO MUNICÍPIO
6200-151 COVILHÃ

A/C ISABEL MATIAS
isabel.matias@cm-covilha.pt

vossa referência	nossa referência	nosso processo	Data
<i>your reference</i>	<i>our reference</i>	<i>our process</i>	<i>Date</i>
	S-023132/2024	P-010012/2022	2024-07-18
Assunto	PCGT - ID-532 – REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA COVILHÃ		
<i>subject</i>	1ª REUNIÃO PLENÁRIA		

Relativamente ao assunto em epígrafe, e no seguimento da 1.ª Reunião Plenária da CC da Revisão PDM Gouveia, realizada em 28/06/2024, somos a complementar o teor da pronúncia do ICNF, I.P.:

Os documentos remetidos para análise foram os seguintes:

1. Regulamento
 2. Planta de Ordenamento
 - 2.1 – Classificação e Qualificação do Solo
 - 2.2 – Estrutura Ecológica Municipal
 - 2.3 – Espaços-Canal, Mobilidade e Transportes
 - 2.4 – Áreas de Salvaguarda – Riscos
 - 2.5 – Áreas de Salvaguarda – Albufeira da Cova do Viriato e Parque Natural da Serra da Estrela
 - 2.6 – Áreas de Salvaguarda – Património Arquitectónico, Arqueológico E Natural
 - 2.7 – Zonamento Acústico
 3. Planta de Condicionantes
 - 3.1 – Recursos Hídricos e Geológicos
 - 3.2 – Recursos Agrícolas e Florestais
 - 3.3 – Recursos Ecológicos
 - 3.4 – Património
 - 3.5 – Equipamentos, infraestruturas e Atividades Perigosas
 - 3.6 – Gestão de Risco de Incêndio Rural
 4. Relatório (inclui anexos 1, 2.1, 2.2 e 2.3)
 5. Avaliação Ambiental Estratégica - Relatório Ambiental Provisório
 6. Programa de Execução e Plano de Financiamento
 - 6.1 – Planta da programação da Execução
 7. Planta de Enquadramento Regional
 8. Planta da Situação Existente
 9. Relatório de Compromissos Urbanísticos
 - 9.1 – Planta de Compromissos urbanísticos
- ALTERAÇÃO DA REN
ALTERAÇÃO DA RAN



Relativamente aos mesmos, e perante a análise efetuada, temos a referir:

Proposta de Regulamento

A proposta de Plano prevê categorias de solo rústico que coexistem dentro e fora das áreas sujeitas a regimes de proteção do POPNSE. Estas categorias admitem usos e regimes de edificabilidade que nem sempre são admissíveis à luz dos regimes de proteção do POPNSE em que se inserem. Em diversas situações é referida a aplicação cumulativa de outros regimes legais de proteção, de servidões administrativas e restrições de utilidade pública ou dos usos e regimes de edificabilidade admitidos para o POPNSE, em redação que não é uniforme. Sendo sempre aplicável o regime mais restritivo, como aliás é referido no artigo 7º da proposta de regulamento, entende-se, no entanto que a aplicabilidade das disposições relativas às áreas de salvaguarda constantes do capítulo V, secção I (áreas sujeitas a regimes de proteção do PNSE), deve ser absolutamente clara e indicada em cada uma das categorias que o Plano preveja em áreas sujeitas a regimes de proteção do POPNSE.

- a) Sendo o índice de impermeabilização um dos parâmetros regulados pelo POPNSE, e não constando a definição de área de impermeabilização do Decreto Regulamentar n.º 5/2029, de 27 de setembro deverá o artigo 5º incluir a definição de área de impermeabilização constante da alínea g) do artigo 4º do POPNSE, a aplicar, pelo menos, para efeitos de verificação dos parâmetros de edificabilidade nas áreas sujeitas a regimes de proteção do POPNSE.
- b) No Artigo 6º, n.º 1, alínea d) – Deve incluir o arvoredo de interesse público classificado;
- c) No Artigo 19º, n.º 1, alínea c) – A inclusão de “outros compromissos juridicamente vinculativos para o município” como sendo consideradas preexistências não salvaguarda a sua conformidade com normas legais e regulamentares, instrumentos de gestão territorial e servidões administrativas ou restrições de utilidade pública, pelo que não podem ser considerados preexistências;
- d) No Artigo 19.º, n.º 2, a redação da alínea a) poderá ser “Desde que a intervenção seja possível nos termos dos regimes legais das servidões administrativas ou restrições de utilidade pública e/ou regimes de proteção do POPNSE aplicáveis ao local”;
- e) No Artigo 19.º, n.º 3, o corpo do artigo deve referir “desde que a intervenção seja possível nos termos dos regimes legais das servidões administrativas ou restrições de utilidade pública e/ou regimes de proteção do POPNSE aplicáveis ao local e se enquadre numa das seguintes situações:”;
- f) Igualmente, no n.º 5 do artigo 19º deve ser salvaguardado o cumprimento dos regimes de proteção do POPNSE constantes na Subsecção II do Capítulo V;
- g) O artigo 20º deve igualmente incluir uma alínea que salvaguarde que sejam cumpridos os usos e regimes de edificabilidade dos regimes de proteção do POPNSE (Subsecção II do Capítulo V) em vigor à data do procedimento de legalização;
- h) As modalidades de empreendimentos turísticos enquadráveis como “*Aldeamentos turísticos*” ou “*Conjuntos turísticos (resorts)*”, nos termos definidos no Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos (RJET), na redação do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 30 de junho, não são permitidas na área de intervenção do Parque Natural da Serra da Estrela, conforme estipula o n.º 2 do artigo 31º do respetivo Plano de Ordenamento. A inclusão de designações como “Núcleos de Desenvolvimento Turístico” não contempladas no RJET, definida no n.º 3 do artigo 39º da presente proposta de regulamento como “empreendimentos estruturantes e com forte expressão territorial” e com as características definidas no artigo 41º proposto, consubstancia a definição de



- “conjunto turístico” ou “resort” constante do artigo 15º do RJET na sua atual redação. Não sendo esta uma modalidade de empreendimento turístico admitida na área do PNSE, nos termos do n.º 2 do artigo 31º do POPNSE, o n.º 4 do artigo 41º deve referir expressamente que “A instalação de NDT não é admitida nas áreas sujeitas a regimes de proteção do Parque Natural da Serra da Estrela”. Deve ser usada apenas a terminologia dos Regimes Jurídicos aplicáveis.
- i) No artigo 150º, n.º 2, devem incluir-se todas as áreas de intervenção específica (AIE) do POPNSE do concelho da Covilhã. (Igualmente nas *shapefiles* disponibilizadas está distinguida a AIE da Torre em ficheiro separado, ainda que também representada na respetiva camada juntamente com as demais AIE);
 - j) A redação proposta para a alínea c) do artigo 151º viabiliza a instalação de novos estabelecimentos comerciais em edificações existentes em qualquer regime de proteção, o que contraria o disposto no POPNSE, pelo que a redação deve ser alterada para “A instalação de novos estabelecimentos comerciais nas áreas sujeitas a regime de proteção, sejam de restauração e ou de bebidas ou outros de natureza não alimentar, exceto quando localizados em áreas de proteção complementar”;
 - k) No artigo 151º, alínea e), verificar a pontuação, nomeadamente substituir “materiais de construção de demolição de sucata, e de” por “materiais de construção e demolição, de sucata e de”;
 - l) No artigo 151º acrescentar duas alíneas que refiram:
 - a. A instalação de quaisquer formas de publicidade;
 - b. A descarga de águas residuais não tratadas ou de quaisquer efluentes não tratados, designadamente industriais domésticos ou pecuários.
 - m) No artigo 152º, n.º 1 devem incluir-se as demais obras de escassa relevância urbanística previstas na atual redação do RJUE, incluindo a alínea g) da redação da Lei n.º 60/2007, de 04/09, (em vigor à data da publicação do POPNSE) – “Outras obras, qualificadas como de escassa relevância urbanística em regulamento municipal”;
 - n) Ainda no artigo 152º, n.º 1 devem incluir-se alíneas que refiram:
 - a. A limpeza e desobstrução das linhas de água e das suas margens, com exceção das atividades de manutenção da área de servidão das estradas e das situações de emergência, designadamente as decorrentes do combate a incêndios;
 - b. a instalação de qualquer tipo de sinalização, com exceção da resultante de imposição legal;
 - o) No artigo 156º, n.º 2, acrescentar alínea com “A prospeção, a pesquisa e exploração de massas minerais”;
 - p) No artigo 157º, n.º 2, alínea a) retirar a expressão “e de animação turística”, que não é prevista no POPNSE;
 - q) No artigo 157º, n.º 2, acrescentar alínea com “A prospeção, a pesquisa e exploração de massas minerais”;
 - r) O POPNSE não admite, em áreas de proteção parcial do tipo III, a alteração de edifícios existentes para fins habitacionais, pelo que a redação da alínea a) do n.º 5 do Artigo 158º deve respeitar o disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 16º do POPNSE.
 - s) O Artigo 159º, n.º 2, da proposta de regulamento do PDM sujeita a parecer vinculativo da ANCNB as atividades que, segundo o POPNSE, se sujeitam a autorização desta entidade, nos termos do n.º 1 do respetivo artigo 18º. A alínea g) do n.º 1 deste artigo 18º exceciona determinadas atividades da sujeição a autorização, pelo facto de as mesmas se sujeitarem a parecer. A inclusão da alínea f) no n.º 2 do artigo 159º da



- proposta de regulamento isenta as obras de construção e ampliação previstas nos n.ºs 3 e 4 do mesmo artigo da necessidade de tal parecer, pelo que a sua redação deve ser revista de modo a excluir a exceção aí prevista.
- t) Ainda no artigo 159º, n.º 2, deve ser acrescentada uma alínea que refira “a extração de recursos geológicos, bem como de ações de prospeção e pesquisa de massas minerais”;
 - u) A ampliação de edifícios existentes para fins habitacionais deve respeitar os mesmos parâmetros previstos para a construção de novos edifícios habitacionais, sob pena de se permitir a construção para outros fins, menos exigentes em termos de parâmetros de edificabilidade, para depois vir a autorizar a alteração para um uso que não seria possível de outro modo, segundo o POPNSE. Assim, a redação do Artigo 159º, n.º 4, alínea a), deve respeitar o disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 18º do POPNSE.

Proposta de Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo

- a) São criadas ou ampliadas áreas não abrangidas por regimes de proteção (ANARP) que resultam em diminuição de áreas de proteção parcial, o que consubstancia o incumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 25º do POPNSE. Sublinha-se que se pretende criar e/ou ampliar perímetros urbanos em locais onde as edificações existentes são, quase na totalidade, de génese ilegal, onde o número de habitantes é reduzido e sazonal, delapidando valores naturais com estatuto de proteção legal em áreas sensíveis do Parque Natural.
 - a. PU 08 – Fraga da Estercada, Penhas da Saúde – Novo Perímetro Urbano que, segundo estudo elaborado pelo ICNF em 2021, engloba 34 edifícios construídos anteriormente a 1973, que poderão estar em situação regular por serem anteriores ao Regulamento Municipal da Covilhã que tornou extensível a aplicabilidade do (Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) a todas as edificações localizadas fora das sedes de concelho e demais localidades sujeitas por lei a plano de urbanização, 70 edifícios construídos entre 1973 e 1993, 1 edifício construído entre 1995 e 2004 e 1 edifício construído entre 2018 e 2019, num total de 106 edifícios. Note-se que, nos termos das fichas de fundamentação apresentadas estão contabilizados pelo Censos 2021 apenas 20 edifícios e 5 habitantes. Nesta zona existe ainda um reservatório de água construído entre 2004 e 2005, uma área de estacionamento, a pavimentação de vias, e a construção de um campo de futebol executados entre 2005 e 2006, um balneário e um parque infantil construídos entre 2006 e 2013.
 - b. PU 09 – Fraga do Rodeio, Penhas da Saúde – Novo Perímetro Urbano que, segundo estudo elaborado pelo ICNF em 2021, engloba 2 edifícios construídos anteriormente a 1973, que poderão estar em situação regular por serem anteriores ao Regulamento Municipal da Covilhã que tornou extensível a aplicabilidade do (Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) a todas as edificações localizadas fora das sedes de concelho e demais localidades sujeitas por lei a plano de urbanização, 21 edifícios construídos entre 1973 e 1993, e 1 edifício construído entre 2013 e 2017, num total de 24 edifícios. A pavimentação da via que serve este conjunto foi executada entre 2006 e 2013. Nos termos das fichas de fundamentação apresentadas estão contabilizados pelo Censos 2021



81 edifícios e 8 habitantes, pelo que se supõe haver um erro ou troca com a identificação do PU 08.

- c. PU 10 – Penhas da Saúde – Ampliação do PU existente em mais 114,2% incorporando uma área em que, segundo estudo elaborado pelo ICNF em 2021, engloba 25 edifícios construídos anteriormente a 1973, que poderão estar em situação regular por serem anteriores ao Regulamento Municipal da Covilhã que tornou extensível a aplicabilidade do (Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) a todas as edificações localizadas fora das sedes de concelho e demais localidades sujeitas por lei a plano de urbanização, 59 edifícios construídos entre 1973 e 1993, e edifícios construídos entre 1995 e 2004, 8 edifícios construídos entre 2006 e 2013 e 2 edifícios construídos entre 2013 e 2017, num total de 97 edifícios. Nesta área, de proposta de expansão do PU, foi ainda construído um edifício com sanitários públicos entre 2006 e 2013 e uma cabine de eletricidade entre 2018 e 2019. Nos termos das fichas de fundamentação apresentadas estão contabilizados pelo Censos 2021, na totalidade da área de perímetro urbano preexistente e proposta, 185 edifícios e 24 habitantes.
- b) A proposta prevê, em solo rústico, a criação de áreas de edificação dispersa, espaços de equipamentos e infraestruturas e outras estruturas ou ocupações, espaços de ocupação turística e espaços culturais em áreas com regimes de proteção que interditam a edificação e usos previstos, pelo que estes novos perímetros não são compatíveis com os regimes de proteção do POPNSE, devendo ser revista a proposta nas áreas do PNSE. Nota: Contrariamente aos perímetros urbanos e aglomerados rurais, as áreas de edificação dispersa (AED) são áreas sujeitas ao regime de proteção que lhes seja aplicável, não estando incluídas nas exceções (ANARP) previstas no n.º 2 do artigo 25º do POPNSE.
 - a. AED 78 – Nave de Santo António (nome que não corresponde ao do local) – Criação de nova AED em área sujeita ao regime de proteção parcial do tipo II, onde não é admitida a construção ou ampliação de edifícios para habitação. Para esta área ainda não foi elaborado estudo, pelo ICNF, de quantificação e datação das edificações. No entanto, salvo alguma exceção, a confirmar, serão edificações de génese ilegal. Nos termos das fichas de fundamentação apresentadas estão contabilizados pelo Censos 2021 8 edifícios e 1 habitante. Assim, também relativamente a este local se refere que se pretende criar uma AED em locais onde as edificações existentes são, quase na totalidade, de génese ilegal, onde o número de habitantes é reduzido e sazonal, delapidando valores naturais com estatuto de proteção legal em áreas sensíveis do Parque Natural.
 - b. Espaço Destinado a Infraestruturas – Centro de Limpeza de Neve – Criação de categoria de espaço em área sujeita ao regime de proteção parcial do tipo II, onde não é admitida a construção ou ampliação de edifícios, exceto se prevista no âmbito de ações de conservação da natureza ou necessárias à realização de atividades de animação ambiental.
 - c. Espaço de Ocupação Turística – Parque de Campismo e Caravanismo das Penhas da Saúde – Criação de categoria de espaço em área sujeita ao regime de proteção parcial do tipo II, onde não é admitida a construção ou ampliação de empreendimentos turísticos.
- c) A criação e/ou ampliação de categorias de espaços em solo rústico e urbano, na área do PNSE, que preveem regimes de edificabilidade, são, com algumas exceções, genericamente pouco criteriosos e sobredimensionados, ocupando áreas não edificadas,



por aplicação de buffers às áreas já artificializadas, por preenchimento de áreas não ocupadas entre edificações existentes, ou por junção de perímetros urbanos, ocupando áreas onde estão referenciados habitats e espécies protegidos no âmbito do PSRN2000, nalguns casos com enorme desproporção, nomeadamente quando comparada a área a reclassificar com o número de habitantes locais. Sem prejuízo de poder ser aplicável esta apreciação às áreas atrás indicadas, não são aqui indicadas por não ser viável a sua implementação face ao incumprimento do POPNSE, elencando-se abaixo as situações que, sendo viáveis à luz do POPNSE, merecem ser equacionadas para a salvaguarda dos valores naturais. Mais uma vez se sublinha que, em solo rústico, apenas os aglomerados rurais são ANARP, pelo que nas demais categorias de espaços prevalecem os parâmetros de edificabilidade previstos para os respetivos regimes de proteção do POPNSE. Para uma leitura mais integrada ordenam-se e agregam-se os comentários por zona/aglomerado populacional e não por numeração ou categoria de espaços em causa.

- a. Cortes do Meio – Local onde existe grande dispersão da edificação, que as alterações propostas vêm acentuar, agravando a tendência de eliminação da descontinuidade entre os aglomerados preexistentes (Cortes de Baixo, Cortes do Meio e Bouça).
 - i. AED localizadas a sul, no limite do PNSE, numeradas como 09, 10, 11 e 12, em área de proteção complementar segundo o POPNSE – de forma genérica, os polígonos propostos têm boa aderência às áreas edificadas, com exceção pontual do n.º 12 e do n.º 09, sendo que neste último caso se verifica que se trata atualmente de um perímetro urbano, que vê diminuída a sua área – recomenda-se que, nas fichas de fundamentação das áreas de edificação dispersa se representem, quando existam, os perímetros urbanos em vigor. Por as AED não serem ANARP, vigoram os usos e regimes de edificabilidade previstos para os regimes de proteção do POPNSE.
 - ii. PU 06 – Cortes de Baixo – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – Vê a sua área aumentada em mais 367,4%, devendo ser ponderado o ajuste da área ampliada à área assinalada na ficha de fundamentação como “áreas edificadas consolidadas ou em consolidação”, sobretudo nas áreas adjacentes ao rio, uma vez que estão cartografadas para esta área as espécies Cágado-Mediterrânico e Lontra-Europeia, entre outras também legalmente protegidas, cujos habitats dependem da manutenção das linhas de água, respetivas margens e vegetação ripícola autóctone arbórea e arbustiva, sendo uma das orientações de gestão para a preservação destas espécies ordenar a expansão urbano/turística.
 - iii. PU 07 – Cortes do Meio – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – Vê a sua área aumentada em mais 184,4%, sublinhando-se a ampliação para poente, com aproximação ao rio, para a qual se refere a necessidade de ajuste nos mesmos moldes e pelos mesmos motivos do referido para o PU 06, destacando-se ainda a integração de uma grande área, com edificações ao longo da estrada, cuja preexistência não se questiona, mas que se entende que não deverá transformar-se numa área urbana, com o consequente adensamento da área edificada e descaracterização não só das povoações preexistentes, como da



paisagem e valor cénico deste local – note-se que o acentuado declive desta encosta acentua o impacto paisagístico das edificações.

- iv. PU 05 – Bouça – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – A variação de área é de mais 84,1 %, tecendo-se o mesmo comentário que para as duas situações anteriores, e acrescentando-se ainda o facto de estarem, cartografados para esta área, nomeadamente em zonas de alargamento do perímetro urbano para as áreas próximas do rio, para além das espécies anteriormente citadas, habitats naturais legalmente protegidos, designadamente:
- 3260 – Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da *Ranunculion fluitantis* e da *Callitriche-Batrachion*
 - 6510 – Prados de feno pobres de baixa altitude (*Alopercurus pratensis*, *Sanguisorba officinalis*)
 - 91E0pt1 – Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus Excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*) – Amiais ripícolas
 - 92A0pt4 – Florestas-galerias de *Salix alba* e *Populus alba* – Salgueirais arbustivos de *Salix salvifolia* subsp. *Salvifolia*
- v. AED 13 – Sítio de Courelas – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – Deve ser ponderado o ajuste do perímetro à zona assinalada na ficha de fundamentação como “áreas edificadas consolidadas ou em consolidação” que estão incluídas no perímetro proposto, uma vez que estão cartografados para as áreas não edificadas, para além das espécies já citadas, os habitats:
- 6220pt4 – Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea* – Arrelvados vivazes silicícolas de gramíneas altas
 - 6510 – Prados de feno pobres de baixa altitude (*Alopercurus pratensis*, *Sanguisorba officinalis*)

Por as AED não serem ANARP, vigoram os usos e regimes de edificabilidade previstos para os regimes de proteção do POPNSE.

b. Unhais da Serra

- i. PU 41 – Unhais – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – o polígono proposto tem boa aderência às áreas edificadas, havendo apenas a referir a expansão em dois locais para os quais está cartografado o habitat:
- 9260pt1 – Florestas de *Castanea sativa* – Castinçais abandonados
- ii. AR 19 – Bairro da Arxada (nascente) – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – resulta de reclassificação de anterior perímetro urbano, que não estava devidamente ajustado à área edificada consolidada/em consolidação.
- c. “Estrelódromo” – Espaço de Ocupação Turística – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – Para a zona em causa, somente na zona que não coincide com nenhuma área classificada do SNAC – foi já emitido por este I.P., em 2021, pelo que já não se encontra válido, um parecer favorável a um pedido de informação prévia para a instalação de um empreendimento turístico com uma área de implantação de quase 3000 m². Salienta-se que na área do



PNSE não são permitidos conjuntos turísticos, aldeamentos turísticos, nem apartamentos turísticos, nem empreendimentos turísticos com área de implantação superior a 500 m², não podendo um empreendimento, ainda que localizado fora do PNSE, com uma área já superior à permitida, expandir-se para a área do PNSE, pelo que deve ponderar-se a implementação deste espaço no PNSE. Por os EOT não serem ANARP, vigoram os usos e regimes de edificabilidade previstos para os regimes de proteção do POPNSE.

- d. Parque de Campismo do Pião – Espaço de Ocupação Turística – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – Corresponde à área do parque de campismo existente. Por os EOT não serem ANARP, vigoram os usos e regimes de edificabilidade previstos para os regimes de proteção do POPNSE.
- e. Lam Hotel dos Carqueijais – Espaço de Ocupação Turística – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – A área de intervenção específica do POPNSE (Varanda dos Carqueijais) tem cerca de 2,15 ha, o Espaço de Ocupação Turística proposto tem cerca de 5,97 ha, aumentando a área afeta a usos turísticos em mais 177,67%, num local onde está cartografado o habitat:
 - 6220pt4 – Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea* – Arrelvados vivazes silicícolas de gramíneas altas

Salienta-se que na área do PNSE não são permitidos empreendimentos turísticos com área de implantação superior a 500 m², pelo que, sendo já superior à admitida a área de implantação do existente, não deve este espaço ser implementado com a dimensão proposta. Por os EOT não serem ANARP, vigoram os usos e regimes de edificabilidade previstos para os regimes de proteção do POPNSE.

- f. Pousada da Serra da Estrela – Espaço de Ocupação Turística – em área de proteção parcial do tipo III segundo o POPNSE – A área de intervenção específica do POPNSE (Sanatório dos Ferroviários) tem cerca de 2,87 ha e o Espaço de Ocupação Turística proposto tem cerca de 2,99 ha, Não há um aumento substancial de área, mas uma alteração passando a englobar a área de um edifício devoluto no lado oposto da EN 339 e uma área a norte, estando nestes locais registada a existência de uma espécie florística com estatuto de conservação desfavorável *Centaurea rothmalerana*, e estando ainda cartografados os habitats:
 - 4030pt3 – Charnecas secas europeias – Urzais, urzais-tojais e urzais-estevais mediterrânicos não litorais
 - 6220pt4 – Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea* – Arrelvados vivazes silicícolas de gramíneas altas

Salienta-se que na área do PNSE não são permitidos empreendimentos turísticos com área de implantação superior a 500 m², pelo que, sendo já superior à admitida a área de implantação do existente, não deve este espaço ser implementado com a dimensão proposta. Por os EOT não serem ANARP, vigoram os usos e regimes de edificabilidade previstos para os regimes de proteção do POPNSE.

- g. Rosa Negra – AED 51 – No limite do PNSE, estando a área na AP sujeita ao regime de proteção complementar. A área proposta propõe grande profundidade para além da área edificada, que deve ser revista. Por as AED não serem ANARP,



vigoram os usos e regimes de edificabilidade previstos para os regimes de proteção do POPNSE.

- h. Cova – AED 79 (Sarnadas) – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – Trata-se de facto de uma antiga povoação rural, onde existiu escola e capela, mas que perdeu a população, estando registado no Censos 2021 apenas 1 (um) habitante, mas onde existem edificações que podem ser alvo de reabilitação. Nesta área estão referenciados os habitats abaixo indicados, que devem ser preservados, pelo que se recomenda a configuração criteriosa da área a abranger:

- 6220pt4 – Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea* – Arrelvados vivazes silicícolas de gramíneas altas
- 9260pt2 – Florestas de *Castanea sativa* – Soutos antigos

Por as AED não serem ANARP, vigoram os usos e regimes de edificabilidade previstos para os regimes de proteção do POPNSE.

- i. Praia Fluvial da Barragem de Verdelhos – Espaços culturais – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – Por não serem ANARP, vigoram os usos e regimes de edificabilidade previstos para os regimes de proteção do POPNSE, que prevalecem sobre os que a proposta de regulamento do PDM.
- j. Verdelhos – PU 42 – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – Ampliação do perímetro urbano em mais 130,4%, cum uma população residente de 497 habitantes. A proposta, ainda que com um aumento do perímetro urbano para mais do dobro da área atual tem boa aderência às áreas edificadas, procedendo a alguns ajustes que não correspondiam à realidade, havendo apenas a referir que deve limitar-se a expansão para as zonas adjacentes ao rio, para onde está cartografada a existência de espécies legalmente protegidas, como o Cágado-Mediterrânico e a Lontra-Europeia, entre outras, cujos habitats dependem da manutenção das linhas de água, respetivas margens e vegetação ripícola autóctone arbórea e arbustiva, sendo uma das orientações de gestão para a preservação destas espécies ordenar a expansão urbanoturística. Há ainda sobreposição a habitats naturais legalmente protegidos, em áreas não edificadas, designadamente:

- 3260 – Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da *Ranunculion fluitantis* e da *Callitriche-Batrachion*
- 4030pt3 – Charnecas secas europeias – Urzais, urzais-tojais e urzais-estevais mediterrânicos não litorais
- 8220pt1 – Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica – Afloramentos rochosos siliciosos com comunidades casmofíticas
- 91E0pt1 – Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus Excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*) – Amiais ripícolas
- 92A0pt4 – Florestas-galerias de *Salix alba* e *Populus alba* – Salgueirais arbustivos de *Salix salvifolia* subsp. *Salvifolia*

- k. Sarzedo

- i. PU 37 Sarzedo – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – Ampliação do perímetro urbano em mais 23,9%, cum uma população residente de 70 habitantes. A proposta, ainda que com aumento do



perímetro urbano, tem boa aderência às áreas edificadas, procedendo a alguns ajustes que não correspondiam à realidade – Pode ser ponderado o ajuste do perímetro à zona assinalada na ficha de fundamentação como “áreas edificadas consolidadas ou em consolidação”.

- ii. AED 69 – Sarzedo Poente – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – Nova AED que cobre a área correspondente a alguma edificação existente. Por as AED não serem ANARP, vigoram os usos e regimes de edificabilidade previstos para os regimes de proteção do POPNSE.
- iii. São propostas duas áreas destinadas a equipamentos, em área de proteção complementar do PNSE que correspondem a equipamentos preexistentes. Por estes espaços não serem ANARP, vigoram os usos e regimes de edificabilidade previstos para os regimes de proteção do POPNSE.

I. Vila do Carvalho

- i. PU 29 – em área de proteção complementar segundo o POPNSE – sem alteração significativa no que se refere às áreas integradas no PNSE
 - ii. AED 46 – Berrincha – em área de proteção complementar segundo o POPNSE, na área que está dentro do limite da AP – Pode ser ponderado o ajuste do perímetro à zona assinalada na ficha de fundamentação como “áreas edificadas consolidadas ou em consolidação”. Por as AED não serem ANARP, vigoram os usos e regimes de edificabilidade previstos para os regimes de proteção do POPNSE.
- d) A proposta prevê ainda, nas áreas sujeitas a regimes de proteção do PNSE, outras categorias de espaços sobre as quais prevalece o regime de edificabilidade do POPNSE: Espaços agrícolas (de produção, de conservação e outros espaços agrícolas) e Espaços florestais (de produção, de conservação e espaços de uso misto silvícola e agrícola).
- e) Nas *shapefiles* disponibilizadas está distinguida a AIE da Torre em ficheiro separado, como única AIE do POPNSE, o que não é correto. Porém, estão todas as AIE corretamente representadas na *shapefile* dos regimes de proteção do POPNSE. Igualmente na Planta de Ordenamento “02.5_RPDMC_EF_PO_AS-ZPNSE_2024.05_vf.pdf” apenas está representada a área de intervenção específica da Torre e indicada como área prioritária de valorização ambiental, o que não é correto.
- f) A análise espacial foi efetuada exclusivamente com base nas *shapefiles* enviadas, presumindo-se que os ficheiros em *pdf* (que por serem demasiado pesados não permitem uma análise) correspondam exatamente ao apresentado. Nestas *shapefiles* verifica-se que são apresentados separadamente (excluídos das categorias de classificação e qualificação do solo rústico) os aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa, devendo ser aí integrados.

Regime Florestal

A área do concelho de Covilhã abrange cerca de 10 641 hectares de área submetida a Regime Florestal, incluindo Mata Nacional.

A proposta de *1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Covilhã* necessita de ser trabalhada por forma a conciliar o ordenamento proposto com a servidão resultante do regime florestal.

- Não é apresentado o limite do concelho em formato *shapefile*, referenciada ao sistema de coordenadas ETRS89 – Portugal TM06 (EPSG: 3763);



- A proposta de regulamento inclui no capítulo referente às Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública, o regime florestal (ii da alínea d) do n.º1 do artigo 6.º), referindo que se encontra vertido na planta de condicionantes. Não foi possível, na planta de condicionantes, aferir se os limites considerados para o Regime Florestal têm o devido respaldo;
- Quanto à proposta de Solo Urbano verifica-se que se sobrepõe com o Regime Florestal, em vários pontos, o que não é compatível com esta servidão administrativa. A representação cartográfica dos limites oficiais do Regime Florestal pode acontecer que se sobreponha com áreas cuja ocupação, de facto, não é florestal. As áreas a considerar nesta situação poderão corresponder às categorias de “solo urbano”, de “aglomerados rurais” e de “áreas de edificação dispersa” uma vez que estas três categorias têm correspondência com área edificada consolidada. Nestas situações será despoletado o processo de retificação/correção/alteração dos limites cartográficos digitais do Regime Florestal. Para tal, a Câmara Municipal deverá desenvolver um processo de demarcação de todas as áreas cujo uso consolidado já não é florestal, enviando ao ICNF, I.P. tal processo acompanhado da respetiva informação geográfica digital, para obtenção dos limites a integrar a Planta de Condicionantes. A verificação da sobreposição dessas áreas com o Regime Florestal será efetuada pelo ICNF, I.P. de forma a garantir a utilização da versão mais atual do REFLOA. A informação geográfica digital deverá ser entregue em formato shapefile, referenciada ao sistema de coordenadas ETRS89 – Portugal TM06 (EPSG: 3763), com geometria do tipo polígono e com pelo menos um atributo (campo) que permita identificar as categorias acima referidas: “solo urbano”, “aglomerados rurais” e “áreas de edificação dispersa”.
- A proposta de classificação de Solo Rústico necessita de ser revista, por não ser consonante com o disposto na servidão pública de regime florestal, em particular ao prever regime de edificabilidade; e também com o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior, por não observar o zonamento funcional vigente no referido programa. Designadamente

- Espaços Naturais e Paisagísticos: Na proposta de classificação de solos rústicos na categoria de Espaços Naturais e Paisagísticos as propostas de regulamento relativo aos usos e atividades (artigo 73.º) contrariam o disposto na servidão pública de regime florestal. Deve ser analisado com o devido cuidado dado que aparentemente este espaço tem predominância para Espaço Florestal de Conservação;
- Espaços Agrícolas de Produção: Existem áreas na categoria de espaços agrícolas de produção (ex: RAN) sobrepostos com o Regime florestal. No artigo 43º do regulamento contrariam o disposto na servidão pública de regime florestal, pois prevê-se a construção de edificações (artigo 44º) o que não pode ocorrer;
- Espaços Agrícolas de Conservação: Existem áreas na categoria de espaços agrícolas de conservação sobrepostas com o Regime florestal. No regulamento, no n.º 2 do artigo 47º contrariam o disposto na servidão pública de regime florestal, pois prevê-se a construção de edificações, o que não pode ocorrer.
- Espaços destinados a equipamentos: Existem, sobrepostos com o Regime florestal, exemplos como o campo de futebol murado e infraestruturado em Unhais da Serra, na área do Heliporto a sede dos Baldios de Cortes dos Meio, entre outros, e o campo de futebol de Cortes do Meio. Nem todos estes equipamentos são considerados na proposta de ordenamento. Devem ser analisadas pormenorizadamente todas as propostas de equipamentos.



- Espaços destinados a infraestruturas: Foram incluídas áreas, como o Centro de limpeza de neve e a ex-base do teleférico, sobrepostos com o Regime Florestal. Deve ser detalhado o objetivo das infraestruturas como a ex-base do teleférico.
- Espaços Florestais: Deve ser analisada a pertinência das propostas de subcategorias, de acordo com as suas funções principais e respeitando o disposto no PROF.
- As áreas submetidas a Regime Florestal foram também incluídas na Estrutura Ecológica Municipal Complementar representada na Planta de Ordenamento (documento: 02.2_RPDMC_EF_PO_EEM_2024.05_vf em raster e EEC_2024.05 em formato digital). Sobre esta proposta há a referir o seguinte:
 - Quando se refere “Perímetros florestais sujeitos a Regime Florestal” deve ser utilizado o termo “Áreas submetidas a Regime Florestal”, pelo que deve ser corrigido o texto da página 86, alínea f), do n.º 7, do artigo 135º, assim como a legenda da planta de ordenamento;
 - De acordo com as peças gráficas em formato digital vetorial, a EEF e a EEC sobrepõe-se numa área considerável, extravasando a EEF o limite do concelho, situação que deve ser corrigida.
 - Também o regulamento, em particular o n.º 4 do artigo 136º, deve ser alterado, pois este articulado contraria o PROF.
- Relativamente às captações de águas públicas e faixas de proteção, assim como as respetivas condutas, não constam, designadamente as da MN da Covilhã e outras áreas comunitárias submetidas a Regime Florestal;
- A informação geográfica denominada “IC6 _Previsto_2024.05” não possui qualquer informação na tabela de atributos, pelo que deverá ser detalhado o que se pretende com esta proposta.

Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior

A proposta deve ser revista, tendo em atenção o seguinte:

- I. As propostas apresentadas contrariarem o disposto no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior, aprovado pela Portaria n.º55/2019, de 11 de fevereiro, na sua atual redação; necessitando de adensamento e clarificação quanto a algumas normas:
 - i) Ao longo da proposta de Regulamento encontram-se diversas referências a restrições de utilização de espécies florestais, e recurso a determinadas ações/operações (corte raso, desbaste) que contrariam o PROF e a legislação florestal em vigor, carecendo de revisão (designadamente: a) do art.º 25.º; e) n.º1 do n.º3 do art.º31.º; c) do n.º4 do art. 54.º, 57.º (p.ex.: questões sanitárias); h) do n.º4 do art. 57.º; j) do n.º2 e c) do n.º3 do art. 73.º; a) do n.º4 do art. 136.º);
 - ii) A proposta de regulamento inclui o *ANEXO II - ORIENTAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO CENTRO INTERIOR*, que descreve as normas que condicionam a ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais. Este anexo não tem qualquer ligação com os pontos do regulamento, sugerindo-se que seja realizada referência ao mesmo no artigo 6.º, lembrando que o PROF, nos termos do Decreto-Lei n.º 11/2019, de 21 de janeiro (alínea b) do artigo 2º) aplica-se aos espaços florestais, que “correspondem aos terrenos ocupados com floresta,



matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas, segundo os critérios definidos no Inventário Florestal Nacional”. Assim, considerando a compatibilidade do uso florestal com a maioria das categorias de solo rústico, as normas PROF aplicar-se-ão, sempre que estejamos na presença de espaços florestais delimitados no PDM, bem como em outras áreas do território municipal, ocupadas com floresta, matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas, segundo os critérios definidos no IFN, mesmo quando em solo urbano, por via do estipulado na legislação relativamente ao âmbito de aplicação dos PROF.

iii) O ponto V do *ANEXO II - ORIENTAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO CENTRO INTERIOR* (limite máximo de área a ocupar por eucalipto no concelho de acordo com o PROF), deve ser revisto, considerando a atualização regular dos limites máximos da área a ocupar por eucalipto em cada concelho a serem integrados em projetos de compensação, que operacionaliza um requisito legal contemplado no RJAAR, permitindo, assim, diminuir a área de eucalipto sem colocar em causa a produção florestal (ver Portaria n.º 18/2022, de 5 de janeiro).

iv) No *ANEXO II - ORIENTAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO CENTRO INTERIOR*, estão em falta as normas específicas para os Corredores Ecológicos associados às linhas de água (identificadas no Regulamento PROF e no respetivo Capítulo E do Documento Estratégico).

v) O regulamento inclui nas Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública as espécies florestais protegidas pela alínea a) do artigo 8.º do regulamento do PROF CI (incluídas na i da alínea d) do n.º1 do artigo 6.º da proposta de regulamento do PDM), referindo o Sobreiro, a Azinheira e o Azevinho. Refere também que se encontram vertidas na planta de condicionantes. Verificada a peça gráfica constata-se que nem todas as áreas com povoamento de sobreiros e azinheira, com restrições à alteração da ocupação e uso do solo, nos termos do Decreto-Lei n.º 9169/2001, de 25 de maio que existem no concelho, constam da planta. Deve ser garantido que não se verificam conflitos entre estas áreas (povoamentos de sobreiro e azinheira) e as propostas de solo urbano, e/ou rústico, destinado a outros usos/atividades diferentes das florestais (lembrando o polígono industrial do Tortosendo, muito próximo de áreas com povoamentos florestais de sobreiro); incluindo designadamente as áreas dos projetos de compensação por abate de povoamentos instalados no Dominguiso, Sarzedo, Erada e Mata Nacional da Covilhã.

II. As Sub-regiões Homogéneas (SRH) do PROF CI foram representadas na proposta de Planta de Ordenamento do PDM da Covilhã incluída na documentação enviada pela Câmara em formato *raster*. Ocorrendo uma aferição à escala do PDM, a informação digital vetorial destes limites tem que integrar as peças gráficas do PDM, não sendo possível com a informação disponibilizada verificar com detalhe a correta aferição dos limites das SRH que integraram a proposta da Planta de Ordenamento.

III. A proposta de ordenamento necessita de ser revista, considerando que:

i) A proposta de Espaços Naturais e Paisagísticos, não prossegue as restrições locais (Regime Florestal), que também não se adequam à definição daqueles espaços na proposta de Regulamento do PDM, por apresentarem uso dominante florestal e estarem



inclusive por força da lei, obrigados a manter a ocupação florestal (Decreto de 24 de Dezembro de 1901 - publicado no Diário do Governo n.º 296, de 31 de Dezembro). Incluem-se também áreas submetidas a Regime Florestal Total - Mata Nacional da Covilhã (parcialmente inserida na proposta de Espaços Naturais e Paisagísticos), que de acordo com o PROF CI, corresponde a Mata Modelo (n.º 2 e 3 do artigo 7.º do regulamento do PROF CI). Estas matas são "...espaços para o desenvolvimento e demonstração de práticas silvícolas, as quais os proprietários privados podem adotar tendo como objetivo a valorização dos seus espaços florestais.", logo de uso dominante florestal.

ii) A proposta para os Espaços Florestais de Conservação implica áreas que não correspondem a valores naturais, e/ou não estão abrangidos pelo SNAC (p.ex.: áreas situadas a jusante da EN 230), conforme definição da proposta de Regulamento para esta Subcategoria de espaços - artigo 59.º. Apresenta ainda o problema de não se coadunar com o zonamento funcional para as SRH que abrange (Estrela, Torre e Cova da Beira), porquanto a SRH da Cova da Beira não visa a implementação da função de conservação (n.º 1 do artigo 19.º do regulamento do PROF CI). Naturalmente que podem ocorrer situações que são exceção ao ordenamento previsto no PROF, considerando a sua escala, desde que devidamente fundamentadas.

iii) Quanto à proposta para Espaços Florestais de Produção, haverá também necessidade de rever a proposta, porquanto abrange áreas inseridas na SRH denominada Estrela que não prossegue a função da produção.

iv) Também a proposta de Espaços Florestais de Proteção, abrange áreas que correspondem a pequenos bosquetes e áreas agrícolas, pelo que não será a classificação adequada para o espaço (talvez Espaços mistos de uso silvícola e agrícola?). Note-se que esta delimitação não foi suficientemente cuidada, por envolver nos polígonos a área da plataforma da A23. Estando parte destas áreas adjacentes à autoestrada, importa referir que estes espaços florestais estão sujeitos a grandes pressões devido às suas funções de defesa da floresta contra incêndios e respetivas obrigações legais (designadamente as faixas de gestão de combustível). Parte desta proposta abrange galeria ripícola do Rio Zêzere, situação que seria desejável fosse estendida a toda a área ocupada pela galeria do Rio Zêzere (bastante bem preservada, e cujas funções de proteção são extraordinariamente importantes, designadamente para a preservação da água, riscos de cheias e inundações, biodiversidade, entre outros), e a alguns dos seus afluentes.

v) Os corredores ecológicos foram incluídos na planta de ordenamento contribuindo para a Estrutura Ecológica Municipal Fundamental da proposta de revisão do PDM. No entanto, será necessário trabalho de aferição e ajustamento de todos os Corredores Ecológicos representados nas cartas de síntese dos PROF à realidade biofísica que lhes está subjacente, garantindo que cumprem a sua função. A proposta não garante a promoção e salvaguarda da conexão entre áreas florestais dispersas ou as diferentes áreas de importância ecológica, incluindo áreas destinadas à produção agrícola e florestal, e solo urbano, designadamente (de notar que a Estrutura Ecológica Municipal proposta extravasa o limite de concelho).



PRONÚNCIA

Atendendo ao exposto, deverão ser retificados/integrados/ponderados os assuntos acima referidos no processo de revisão do Plano Diretor Municipal da Covilhã.

O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. disponibiliza-se ainda para prestar o apoio/colaboração necessário, bem como para a realização de reuniões de trabalho que o Município entenda por convenientes.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Centro

Fátima Araújo Reis

PARECER

PDM de Covilhã

Proposta inicial de revisão - Reunião de 28/06/2024

Registo de Entrada: 008-4351716 (8791CTB240606)

Registo de Saída: 4371351-007

Rose/maim

1. INTRODUÇÃO

No âmbito do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal da Covilhã (PDMC) e na sequência do pedido da CCDDR Centro, informa-se que no âmbito do presente processo de revisão do PDM, emitiu a IP, S.A. pareceres anteriormente reiterando-se toda a informação aí prestada.

Por razões de comodidade, esclarecimento, facilidade na leitura e tendo-se verificado que a documentação agora apresentada ainda não incorpora corretamente alguns troços de estradas da rede rodoviária, de acordo com o PRN 2000 e conforme exposto nos pareceres anteriores, transcreve-se em seguida os capítulos relativos às considerações gerais e à identificação da rede rodoviária e ferroviária, com pequenas retificações e ajustes, abrangidas pelo concelho da Covilhã, e regimes de proteção aplicáveis.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Como ponto prévio, refere-se que todas as referências legais, regulamentares e contratuais, feitas à REFER, E.P.E. e ou à EP, S.A., consideram-se feitas à Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP, S.A.).

Considerando as infraestruturas rodoferroviárias sob responsabilidade da IP, esclarece-se que a área abrangida pelo Plano é servida por rede rodoviária e ferroviária.

REDE RODOVIÁRIA

No âmbito da Rede Viária, as referências à **Rede Rodoviária Nacional (RRN)** deverão respeitar a identificação, hierarquização e nomeação exposta no Plano Rodoviário Nacional (PRN), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de Outubro, e alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de Agosto, no âmbito do qual a RRN é constituída pela Rede Nacional Fundamental (Itinerários Principais-IP) e pela Rede Nacional Complementar (Itinerários Complementares-IC e Estradas Nacionais-EN).

O PRN integra uma outra categoria de estradas, as "**Estradas Regionais (ER)**", as quais, de acordo com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, asseguram as comunicações públicas rodoviárias do continente com interesse supramunicipal e complementar à RRN, de acordo com a Lista V anexa ao citado Decreto-Lei.

Para além das estradas da RRN e Estradas Regionais há ainda a referir as estradas não incluídas no PRN, "**Estradas Nacionais Desclassificadas (EN)**", as quais manter-se-ão sob jurisdição da IP até integração na rede municipal, mediante celebração de acordos de mutação dominial entre a IP e as Câmaras Municipais.

Esta distinção, entre as estradas que se encontram desclassificadas pelo PRN mas que se mantêm sob jurisdição da IP, SA e as desclassificadas que já se encontram entregues ao respetivo município, deve ser explícita nos elementos constantes da Revisão do PDM.

De salientar ainda, a publicação da Lei n.º 34/2015, de 27 de abril de 2015, que aprova o novo **Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (EERRN)**, em vigor desde 26 de julho de 2015, cujo âmbito de aplicação se estende também às estradas regionais (ER) e às estradas nacionais (EN) desclassificadas, ainda não entregues aos municípios.



O novo Estatuto revoga, para além da Lei n.º 2037, de 19 de agosto de 1949 (anterior Estatuto), os diplomas mencionados no artigo 5.º da Lei n.º 34/2015.

Refira-se que as zonas de servidão *non aedificandi* aplicáveis à Rede Rodoviária Nacional, Estradas Regionais e Estradas Nacionais Desclassificadas, estão definidas nos artigos 32.º do EERRN.

Das novas disposições legais em matéria de proteção da rede rodoviária decorrentes do EERRN, salienta-se o papel da IP enquanto Administração Rodoviária e consequentes poderes de autoridade pública na área de jurisdição rodoviária (artigo 41.º, 42.º e 43.º), isto é, a área abrangida pelos bens do domínio público rodoviário do Estado, cuja composição abrange as estradas a que se aplica o EERRN, bem como as zonas de servidão rodoviária e a designada zona de respeito.

Esta zona de respeito, definida no artigo 3º, alínea vv) do EERRN, compreende “...a faixa de terreno com a largura de 150 m para cada lado e para além do limite externo da zona de servidão *non aedificandi*, na qual é avaliada a influência que as atividades marginais à estrada podem ter na segurança da circulação, na garantida da fluidez de tráfego que nela circula e nas condições ambientais e sanitárias da sua envolvente.”

Assim, as operações urbanísticas em prédios confinantes e vizinhos das infraestruturas rodoviárias sob jurisdição da IP estão sujeitas às limitações impostas pela zona de servidão *non aedificandi* e, se inseridas em zona de respeito, a parecer prévio vinculativo desta empresa, nos termos do disposto no artigo 42.º n.º 2 alínea b) do EERRN.

REDE FERROVIÁRIA

Para a rede ferroviária, salienta-se já que, nos processos de formação e dinâmica do plano, deverão ser tidos em conta os seguintes aspetos:

- O regime de proteção a que a rede ferroviária está sujeita, definido pela legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro, relativo ao domínio público ferroviário;
- O Decreto-Lei n.º 568/99, de 23 de dezembro, que aprova o Regulamento de passagens de nível.

2. REDE RODOVIÁRIA E INFRAESTRUTURAS FERROVIÁRIAS

A área de plano agora indicada (Figura1) é representativa do Município da Covilhã, englobando, o mesmo, a totalidade do município, localizado no distrito de Castelo Branco.

O município é servido, como referido em ponto prévio, tanto por Rede Rodoviária, conforme discriminada no ponto seguinte e na Figura 1, como por rede ferroviária, constante na mesma figura.

Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000) e Rede Rodoviária sob jurisdição da I.P.

Identifica-se a rede na área do Plano:

PRN L

❖ **Rede Rodoviária Nacional (RRN)**

Rede Nacional Fundamental (Itinerários Principais – IP)

- **IP2/A23**, incluindo acessos e ramos de ligação, integrado na **Concessão Beira Interior** (Concessão do Estado), tutelada pelo Instituto de Mobilidade e Transportes, IP (IMT), entidade responsável pela gestão deste Contrato de Concessão.

Rede Nacional Complementar sob jurisdição da IP (Estradas Nacionais – EN)

- **EN232**, entre o pk 83+473, limite municipal com o município da Guarda, a Norte, e o limite municipal com o município de Belmonte, na União das freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto.

❖ **Estradas Regionais sob a responsabilidade da IP**

- **ER338**, entre o pk 30+164 e o 32+333, entre o 33+316 e o 34+730 e entre o pk 35+309 e o 35+759, decorrendo entre os Limites municipais com o município de Manteigas e o entroncamento com a ER339;
- **ER339**, entre o pk 20+000 e o 31+870, entre o entroncamento com a ER338 e o início poente do núcleo urbano da Covilhã.

O segundo troço da ER339, que decorre entre o entroncamento com a EN18 desclassificada e o acesso 31 do IP2/A23, encontra-se integrado na Concessão Beira Interior.

❖ **Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP**

- **EN18** (do pk 24+400 ao pk 47+200), entre o entroncamento com a EN232 e o limite municipal com o município do Fundão, a Sul;
- **EN230** (do km 165+460 ao km 197+939), entre limite municipal com o município de Seia e o núcleo urbano de Tortosendo (rotunda com as estradas municipalizadas EN230 e EN18-4), encontrando-se a assegurar o corredor do IC6 previsto.

As zonas de servidão *non aedificandi* e de visibilidade, aplicáveis aos troços/lanços de estradas atrás referidos, quer da Concessão IP, quer da Concessão do Estado, estão definidas nos artigos 32.º e 33.º, respetivamente, da Lei n.º 34/2015 de 27 de abril. Para além destas servidões legais, nos termos do disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 42º do novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (EERRN), as obras e atividades que decorram na zona de respeito à estrada, nos termos em que se encontra definida no artigo 43º, estando sujeitas a parecer prévio vinculativo da administração rodoviária, nas condições requeridas pelo mesmo.

Considera-se que a hierarquia atrás descrita deverá estar refletida nos documentos da Revisão do PDM, nomeadamente, no Regulamento, nas Plantas de Ordenamento, de Condicionantes e da Rede Viária, bem como na parte escrita que lhe fizer referência.

As restantes vias no concelho, não classificadas ou classificadas pelo PRN e transferidas para a autarquia, pertencem ao património viário municipal.

1111



Condicionantes

- No que respeita a Servidões e Restrições de Utilidade Pública a rede ferroviária atualmente está sujeita ao regime de proteção definido pelo Decreto-Lei nº 276/2003, de 4 de novembro;
- As áreas de proteção da ferrovia dependem do limite do Domínio Público Ferroviário e das zonas non aedificandi previstas nos artigos 15º e 16º do supracitado DL que variam em função do tipo de construções e da atividade, sendo por isso de complexa representação à escala da Planta de Condicionantes. Assim, sugere-se que na Planta de Condicionantes apenas seja representado o eixo da linha férrea que atravessa o concelho, remetendo para a legenda e peças escritas uma menção em como se trata de uma zona non aedificandi variável conforme descrito no DL 276/2003;
- No Regulamento do PDM sugere-se a existência de um artigo onde seja referido, que qualquer intervenção em zonas confinantes ou vizinhas da infraestrutura ferroviária, está condicionada ao cumprimento da legislação em vigor e ao parecer favorável da respetiva entidade competente.

3. ANÁLISE DE ELEMENTOS DISPONIBILIZADOS

Como ponto prévio da análise, importa referir que se entende profício que se proceda corretamente, desde logo, à identificação das infraestruturas rodoviárias na proposta de Revisão do PDM da Covilhã, de acordo com a sua nomenclatura, classificação e jurisdição, conforme mencionado nos pontos 2 e 3 desta apreciação e de acordo com o PRN.

Em alguns documentos apresentados, verifica-se que as referências sobre alguns troços de estradas da rede rodoviária, no concelho da Covilhã, não se encontram corretas de acordo com o PRN 2000, nem com o referido no presente e no anterior parecer de 22-03-2022, pelo que o conteúdo de alguns capítulos ou subcapítulos, bem como representações gráficas, dos elementos disponibilizados deverão ser revistos/corrigidos e ajustados de acordo exposto anteriormente.

Considera-se adequado que se proceda, em secção própria e/ou artigo único do **Regulamento**, à identificação, hierarquização e nomeação da rede rodoviária, devendo ser identificada e respeitada a designação das estradas constante do Plano Rodoviário Nacional e das Estradas Nacionais Desclassificadas, bem como a sua jurisdição, tal como indicado no ponto 3 da presente análise. Esta identificação, quer em termos de representação cartográfica quer em termos de legenda, deve ser assegurada uma legibilidade que as permita distinguir com clareza da rede municipal.

Da análise do **Regulamento**, verifica-se que a Rede Rodoviária, com incidência na área do Plano, não se encontra identificada de acordo com a sua nomenclatura, classificação, jurisdição, nem está em conformidade com o PRN e nem com o supracitado no ponto 3 da presente análise.

No **Regulamento e na Planta de Condicionantes**, na identificação das servidões rodoviárias e da rede ferroviária, devem observar-se os condicionalismos definidos no EERRN, bem como o regime de proteção aplicável ao Domínio Público Ferroviário, devendo remeter-se para a legislação em vigor os seus condicionalismos específicos.

111L

A subalínea “iii.iii) Estrada Nacional Desclassificada: EN18; EN230;” do ponto “iii Rede Rodoviária Nacional:” da alínea “b) Infraestruturas” do número 1 do Artigo 6.º do **Regulamento** deverá ser retirada, uma vez que as Estradas Nacionais Desclassificadas não fazem parte da Rede Rodoviária Nacional, mas das estradas não incluídas no PRN, “Estradas Nacionais Desclassificadas (EN)”, as quais manter-se-ão sob jurisdição da IP até integração na rede municipal, mediante celebração de acordos de mutação dominial entre a IP e a Câmara Municipal; deverá ainda ser permutada a subalínea “iii.iii)” por um novo ponto “v.” e colocado depois do ponto “iv.”.

No ponto “iv.”, a menção “Rede Rodoviária Regional” deverá ser substituída por “Estradas Regionais” e deverá ainda ser acrescentada neste ponto a Estrada Regional “ER338”, que está em falta.

A proposta de hierarquização viária do concelho a constar do **Regulamento** (e também da **Planta de Ordenamento**) não deverá suscitar dúvidas quanto aos níveis hierárquicos em que se integram os troços de estradas da rede rodoviária nacional, de estradas regionais e de troços de estradas nacionais desclassificadas sob jurisdição da IP, bem como a sua jurisdição.

A subalínea “iii) Estrada Nacional Desclassificada: EN18; EN230;” da alínea a) do número 1 do Artigo 138.º deverá ser retirada, uma vez que as Estradas Nacionais Desclassificadas não fazem parte da Rede Rodoviária Nacional, mas das estradas não incluídas no PRN, “Estradas Nacionais Desclassificadas (EN)”, as quais manter-se-ão sob jurisdição da IP até integração na rede municipal, mediante celebração de acordos de mutação dominial entre a IP e a Câmara Municipal; deverá também ser trocada a subalínea “iii)” por uma nova alínea “c)” e colocada depois da alínea b).

Na alínea b) do número 1 do Artigo 138.º, a menção “Rede Rodoviária Regional” deverá ser substituída por “Estradas Regionais” e deverá ainda ser acrescentada nesta alínea a Estrada Regional “ER338”, que está em falta.

No número 9 do “Artigo 1.º Regime de proteção das infraestruturas rodoviárias” deverá também ser feita referência as estradas regionais, que está em falta. De referir ainda que as Estradas Regionais integram a categoria de “Estradas Regionais”, prevista no PRN 2000 e que incorporam a Lista V anexa ao Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, e não fazem parte da rede rodoviária nacional.

As apreciações anteriormente aludidas deverão ser refletidas nas peças gráficas e na parte escrita dos documentos que lhe fizer referência.

De salientar, ainda, que a espacialização da estratégia de desenvolvimento municipal na **Planta de Ordenamento** não deve comprometer o nível de serviço e função inerente às estradas da RRN, às estradas regionais e às estradas desclassificadas sob jurisdição da IP, nem o cumprimento dos requisitos legais em matéria de ruído ambiente, desaconselhando-se, grosso modo, a qualificação de “espaços residenciais”, “espaços de atividades económicas” e “espaços destinados a equipamentos” na proximidade dessas estradas. Sem prejuízo do respeito pela zona de servidão aplicável, trata-se de resguardar as estradas de futuras pressões urbanísticas e, ao mesmo tempo, de resguardar o ambiente urbano, e em particular os recetores sensíveis, do ruído proveniente da circulação rodoviária.

Ainda no âmbito das propostas de qualificação funcional do solo urbano deve assegurar-se que a articulação das futuras acessibilidades às estradas da rede rodoviária nacional seja sustentada na

captação e ligação aos nós e intersecções existentes. As propostas de acessibilidades diretas constituem, regra geral, pontos de conflito que comprometem o nível de serviço das vias e condicionam a fluidez do tráfego e segurança da circulação.

Da análise à **Planta de Ordenamento - Qualificação e Classificação do Solo** e relativamente à rede viária, verifica-se que é de difícil leitura e interpretação, uma vez que, na representação gráfica dos troços de estradas, falta a indicação/designação nos traçados das vias de acordo com a sua nomenclatura, classificação e em conformidade com o PRN (IP, IC, EN, ER), Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP, e ainda com o exposto no ponto 3 do presente parecer, o que facilitaria a leitura; igualmente constata-se que não distingue os troços de estradas da rede da IP, S.A. dos troços de estradas da rede municipal; também na legenda deverá ser indicada as vias associadas a cada nível hierárquico, de modo a não suscitar dúvidas quanto aos níveis hierárquicos em que se integram os troços de estradas da rede rodoviária nacional, os troços de Estradas Regionais, os troços de Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP e os troços de estrada municipais; ainda na legenda, falta indicação/designação e hierarquização da rede rodoviária de acordo com o PRN e com o apresentado no ponto 3 desta análise, bem como falta indicação dos respetivos traços de estradas que representam graficamente os traçados dessas vias.

As considerações atrás citadas deverão ser refletidas nas peças gráficas e na parte escrita dos documentos que lhe fizer referência.

Relativamente à **Planta de Ordenamento - Espaços-Canal, Mobilidade e Transportes**, verifica-se que é de difícil leitura e interpretação, uma vez que, na representação gráfica dos troços de estradas, falta a indicação/designação nos traçados das vias de acordo com a sua nomenclatura, classificação e em conformidade com o PRN (IP, IC, EN, ER), Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP, e ainda com o exposto no ponto 3 do presente análise, o que facilitaria a leitura; igualmente constata-se que não distingue os troços de estradas da rede rodoviária nacional de troços de estradas regionais, nem de estradas nacionais desclassificadas sob jurisdição da IP e nem de troços de estradas da rede rodoviária sob jurisdição do Município; igualmente, na legenda deverá ser indicada as vias associadas a cada nível hierárquico, de modo a não suscitar dúvidas quanto aos níveis hierárquicos em que se integram os troços de estradas da rede rodoviária nacional, os troços de Estradas Regionais, os troços de Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP e os troços de estrada municipais.

As Plantas supramencionadas anteriormente e outras, incluindo as legendas, deverão ser revistas/corrigidas, ajustadas e melhoradas, de acordo com o citado antes e de forma a distinguir os troços de estradas da rede rodoviária nacional, troços de Estradas Regionais, troços de Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP e os troços de estradas da rede Municipal.

As alterações anteriormente mencionadas deverão ser refletidas nas peças gráficas e na parte escrita dos elementos que lhe fizer referência.

Ainda, no que se refere à **Planta de Condicionantes**, em conformidade com a legislação em vigor, deverá a mesma contemplar a representação cartográfica das áreas incluídas no Domínio Público Ferroviário e das zonas de servidão *non aedificandi* aplicáveis aos troços da Rede Rodoviária Nacional, das Estradas Regionais e das Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP, com desenvolvimento na área do concelho da Covilhã, devendo a respetiva legenda estar adequada ao articulado e conteúdo do **Regulamento**.

Analisada a **Planta de Condicionantes – Equipamentos, Infraestruturas e Atividades Perigosas**, verifica-se que apresenta algumas incorreções na representação gráfica da rede viária e na legenda que deverão ser revistos/corrigidos; ainda na representação desenhada das vias da rede rodoviária, constata-se que falta indicação/designação nos traçados dos troços de estradas, de acordo com o PRN (IP, IC, EN, ER), Estradas Nacionais Desclassificadas (EN) e com exposto neste e nos pareceres anteriores, o que facilitaria a leitura; igualmente, não distingue troços de estradas regionais sob jurisdição da IP dos troços de estradas regionais sob jurisdição da CM (ER339), uma vez que utiliza um traço com a mesma espessura e cor; verifica-se também que a representação gráfica do traçado da Estrada Desclassificada EN230 está incompleta, deve terminar na rotunda com as estradas municipalizadas EN230 e EN18-4, na freguesia de Tortozendo.

Na legenda, a menção “*Rede Rodoviária Regional*”, deverá ser substituída por “Estradas Regionais”, uma vez que, de acordo com o PRN, o termo “Rede Rodoviária Regional” não existe e as Estradas Regionais integram a categoria de “Estradas Regionais”, prevista no PRN 2000 e que incorporam a Lista V anexa ao Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho; deverá igualmente ser indicada a Estrada Regional “ER338”, que está em falta.

Ainda na legenda, deverá ser acrescentada o título “**Estradas Nacionais Desclassificadas**” antes da identificação “*Estrada Nacional Desclassificada - EN18; EN230*”. Mais se esclarece que Estradas Nacionais Desclassificadas não fazem parte da Rede Rodoviária Nacional, mas das estradas não incluídas no PRN, “Estradas Nacionais Desclassificadas (EN)”, as quais manter-se-ão sob jurisdição da IP até integração na rede municipal, mediante celebração de acordos de mutação dominial entre a IP e a Câmara Municipal.

A Planta supracitada anteriormente e outras, incluindo as legendas, deverão ser revistas/corrigidas, ajustadas e melhoradas, de acordo com o aludido anteriormente e de forma a distinguir os troços de estradas da rede rodoviária nacional, troços de Estradas Regionais, troços de Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP e os troços de estradas da rede Municipal.

As apreciações anteriormente aludidas deverão ser refletidas nas peças gráficas e na parte escrita dos documentos que lhe fizer referência.

Na “Tabela 23. Caracterização e classificação da rede viária atual do concelho da Covilhã” do subcapítulo “2.2.4.2 Rede Rodoviária” do **Relatório da Proposta** (página 98), falta referência da Estrada Nacional “EN232” e da Estrada Regional “ER338”, pelo que esta tabela deverá ser revista e ajustada.

O conteúdo da “Tabela 36. Servidões e Restrições de Utilidade Pública com incidência no concelho da Covilhã” 36 (página 202) deverá ser revisto/corrigido e ajustado de acordo com o PRN e com o exposto no ponto 3 desta avaliação. Mas se esclarece que as Estradas nacionais desclassificadas não fazem parte da Rede Rodoviária Nacional, uma vez que estas estradas são vias não incluídas no PRN, “Estradas Nacionais Desclassificadas (EN)”, as quais manter-se-ão sob jurisdição da IP até integração na rede municipal, mediante celebração de acordos de mutação dominial entre a IP e a Câmara Municipal; também a menção “Rede Rodoviária Regional” deverá ser substituída por “Estradas Regionais”, uma vez que, de acordo com o PRN, o termo “Rede Rodoviária Regional” não existe. De referir ainda que as Estradas Regionais integram a categoria de “Estradas Regionais”, prevista no PRN 2000 e que incorporam a Lista V anexa ao Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho.



Na página 247 do subcapítulo “6.4 Infraestruturas” a menção “Rede Rodoviária Regional” deverá ser substituída por “Estradas Regionais”, como já referido antes; deverá ainda ser acrescentada “- Estradas Nacionais Desclassificadas”, uma vez que Estradas Nacionais Desclassificadas não fazem parte da Rede Rodoviária Nacional, mas das estradas são vias não incluídas no PRN, “Estradas Nacionais Desclassificadas (EN)”, como já aludido atrás.

Nas páginas 258 e 259 do subcapítulo “6.4.5 Rede Rodoviária Nacional”, onde é mencionado “... vias integradas na rede de estradas nacionais desclassificadas ...” deverá ser substituída por “... vias de estradas nacionais desclassificadas ...”, uma vez que o termo “rede” para as estradas nacionais desclassificadas não existe, de acordo com o PRN, dado que estradas nacionais desclassificadas não formam uma rede.

Identicamente, na página 259 do subcapítulo “6.4.6 Rede Rodoviária Regional”, onde é dito “... vias integradas na rede de estradas regionais ...” deverá ser trocada por “... vias integradas na categoria de estradas regionais ...”, uma vez que o termo “rede de estradas regionais” não existe, de acordo com o PRN; de referir ainda que o título do subcapítulo “6.4.6 Rede Rodoviária Regional” deverá ser permutado por “6.4.6 Estradas Regionais”, como já referido anteriormente.

Na tabela 45 da página 259, falta referência da Estrada Regional “ER338”, pelo que nesta tabela deverá ser acrescentada a EN338, que está em falta.

O segundo parágrafo do subcapítulo “9.2 Acessibilidades, Mobilidade e Transportes” (página 340) deverá ser revisto/corrigido e ajustado, de acordo com o ponto 3 da presente avaliação e com o PRN. Mais se esclarece que as Estradas Nacionais Desclassificadas EN18 e EN230 não integram a categoria das Estradas Regionais, como erradamente é dito “Rede de Estradas Regionais” (termo este que não existe, de acordo com o PRN). De referir que Estradas Nacionais Desclassificadas são estradas não incluídas no PRN, “Estradas Nacionais Desclassificadas (EN)”, as quais manter-se-ão sob jurisdição da IP até integração na rede municipal, mediante celebração de acordos de mutação dominial entre a IP e a Câmara Municipal. Acresce referir ainda que não é feita referência das Estradas Regionais ER338 e ER339, que integram a categoria das Estradas Regionais, prevista no PRN 2000 e que incorporam a Lista V anexa ao Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho.

As considerações atrás citadas deverão ser refletidas nas peças gráficas e na parte escrita dos documentos que lhe fizer referência.

4. SALVAGUARDA DA REDE VIÁRIA

Salvaguarda-se desde já, relativamente às intervenções previstas na Proposta de Revisão do PDM (alheias a esta empresa), onde se inclui a Variante sul de Odemira, e que impliquem alterações na rede rodoviária existente (ou prevista) da jurisdição da IP, que todos e quaisquer projetos elaborados devem ser compatibilizados com os estudos/projetos que estejam a decorrer nesta empresa.

Salvaguarda-se, ainda, a eventual necessidade de elaboração de um Estudo de Tráfego, que cumpra as normas em vigor na IP, SA e que permita avaliar o impacto das novas acessibilidades urbanas municipais previstas no PDM na rede rodoviária da jurisdição da IP, SA. Este Estudo deverá, ainda, ser dirigido para que, sempre que possível, não sejam criados mais acessos à rede rodoviária nacional, promovendo, simultaneamente, o encerramento dos redundantes.

Refere-se ainda que, eventuais alterações na rede rodoviária da jurisdição da IP carecem, igualmente, da aprovação desta empresa e a introdução de novos polos geradores de tráfego deverá obedecer, na íntegra, ao exposto anteriormente.

5. AMBIENTE SONORO

Em termos de ambiente sonoro, as preocupações da Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP) prendem-se sobretudo com a qualificação funcional dos solos propostos na revisão do PDM de Covilhã na envolvência das estradas sob sua jurisdição, na medida em que poderá conduzir ao aparecimento de novos recetores sensíveis (edifício habitacional, escolar, hospitalar ou similar ou espaço de lazer, como utilização humana) em zonas onde se verificam situações de incumprimento do Regulamento Geral de Ruído (RGR) – zonas de conflito. O Artigo 174.º do Regulamento proposto para a Revisão do PDM refere que nas zonas de conflito aplica-se o estabelecido no RGR. Contudo, sugere-se que o Regulamento, de forma clara e objetiva, interdite o licenciamentos e autorizações de novos recetores sensíveis no interior das zonas conflito, tal como estabelecido no Artigo 12.º do RGR. O Mapa de Ruído Municipal que irá acompanhar o PDM não foi disponibilizado para análise.

6. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

RELATÓRIO AMBIENTAL PROVISÓRIO (MAI2024)

No âmbito do procedimento de AAE, da análise ao RAP, elaborado em maio de 2024, no que respeita à representação da IP, SA, salvaguarda-se que o entendimento desta empresa tem sido o de que a pertinência do seu contributo decorre da sua qualidade como “entidade representativa de interesse a ponderar” (ERIP), ou seja, como entidade com competências específicas no sector rododiferroviário, e não propriamente nas componentes ambientais (como ar, água, clima, biodiversidade, solo e subsolo), as quais correspondem, de uma forma geral, aos critérios que permitem qualificar um plano como suscetível de ter efeitos significativos no ambiente e, portanto, como sujeito a um procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

Mesmo na perspetiva de que as vias rododiferroviárias podem acarretar riscos e/ou danos ambientais (como é o caso do ruído enquanto fator gerador de poluição) é a Proposta de Plano, em última instância, que à IP, SA caberá avaliar (sendo que a defesa, em geral, contra as fontes de poluição sonora – para utilizar o mesmo exemplo - competirá a outras entidades).

Assim, numa lógica de colaboração ativa para a melhoria do processo, após análise do relatório agora apresentado, considera-se que globalmente, nada há a opor ao encadeamento metodológico desenvolvido. No âmbito do Quadro de Referência Estratégica (QRE), no qual se identificam as macro orientações de política nacional e internacional, bem como os objetivos de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente e sustentabilidade, reitera-se o já referido no parecer anterior, uma vez que consideramos que o Plano Rodoviário Nacional (PRN2000), deverá ser tido como um dos instrumentos estratégicos relevantes na análise do presente PDM, atento o fato de se estar perante um plano sectorial, e de ser possível territorializar, à escala adequada, as propostas do Plano com incidência no concelho da Covilhã. Apreciação fundamentada na relevância que a temática da mobilidade e acessibilidades apresenta ao nível dos FCD e das Questões Estratégicas definidas no âmbito da revisão do presente PDM, em especial ao nível do


FCD3.Ordenamento e Coesão territorial, o qual tem como critério de sustentabilidade “Mobilidade - Avaliação das propostas do plano ao nível dos sistemas de mobilidade urbana, do grau de cobertura territorial e qualidade dos serviços de transporte público e do potencial de transição para modos suaves e outros meios de transporte mais sustentáveis”. Em complemento salvaguarda-se que todas as referências à rede rodoferroviária deverão estar em sintonia com os restantes elementos apresentados.

7. CONCLUSÃO

Face ao exposto e de acordo com a análise da informação disponibilizada, considera-se de salientar que os elementos da Proposta de Revisão do PDM da Covilhã deverão atender as considerações feitas no presente parecer e nos anteriores, bem como ainda quanto ao cumprimento da restante legislação em vigor.

Importa referir que no que se refere aos lanços integrados na Concessão do Estado, compete ao IMT, a emissão do correspondente parecer e bem como a imposição de eventuais condicionalismos.

A Gestora Regional


Rosa de Jesus Tomé Saraiva

(Ao abrigo da subdelegação de competências, conferida pela Decisão DRP 1/2024)